

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA - PPGPOL

IVAN ANSELMO ACUÑA CHAVERRI

**PODER E CONFLITO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO
PARTIDO LIBERACION NACIONAL DA COSTA RICA: 1990 a 2010**

São Carlos, abril de 2013

IVAN ANSELMO ACUÑA CHAVERRI

PODER E CONFLITO NA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO
PARTIDO LIBERACION NACIONAL DA COSTA RICA: 1990 a 2010

Dissertação apresentada, como requisito para obtenção do Título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro Sousa Braga

São Carlos

2013

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

A189pc

Acuña Chaverri, Iván Anselmo.

Poder e conflito na estrutura organizacional do Partido Liberación Nacional da Costa Rica : 1990 a 2010 / Iván Anselmo Acuña Chaverri. -- São Carlos : UFSCar, 2013.
164 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Ciência política. 2. Partidos políticos. 3. Sistema político-partidário costarriquenho. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Ivan Anselmo Acuña Chaverri

24/04/2013

Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Oswaldo Amaral
Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Fernando Antonio Farias de Azevedo
Universidade Federal de São Carlos /UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 14:00h no dia 24/04/2013.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Prof. Dr. Oswaldo Amaral
Prof. Dr. Fernando Antonio Farias Azevedo

Homologado na CPG-PPGPOL na
____ª Reunião no dia
____/____/____.

Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade
Coordenador do PPGPOL

Agradecimentos

Foi em outubro de 2007 que decidi o que queria fazer com minha vida: queria fazer meus estudos de pós-graduação no Brasil. Desde esse momento, eu coloquei todo meu esforço em conseguir alcançar esse desafio. Superar ele (a primeira parte) só foi possível graças, primeiro, ao Governo Brasileiro, por meio do Programa PEC-PG, que me beneficiou com uma bolsa de estudos financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Também, a orientação da professora Maria Socorro Sousa Braga, quem se interessou naquele email de um costarriquenho desconhecido, porém, que confiou no seu instinto. É indiscutível o apoio, paciência, e motivação que minha ORIENTADORA teve comigo. A sua rigidez teórica, e a qualidade das suas observações nestes anos foram fundamentais para esta dissertação. Ela me fez um melhor pesquisador.

A turma de Ciência Política 2011 foi o grupo perfeito para desenvolver meu português, minhas ideias e minhas opiniões. Como sempre, desde o primeiro dia que cheguei ao Brasil, a inclusão foi a característica mais importante desta turma, a qual ficará sempre como uma das minhas melhores lembranças.

Agradeço também às necessárias e pertinentes observações da Banca Examinadora; seus comentários e recomendações fortaleceram esta pesquisa e consolidaram o trabalho.

E com certeza, não posso deixar de mencionar a pessoa que me apoiou em tudo; desde as questões mais administrativas (xerocar, imprimir) até seu esperto critério na revisão dos textos, e sua aguda opinião; sua grande calma para explicar, para entender, mas principalmente para ouvir pacientemente todas minhas ideias. Não é fácil ouvir de política costarriquenha em portunhol... você é minha companheira, e isso já é demais. Obrigado Tainá.

“Eu agradeço ao povo brasileiro

norte, centro, sul inteiro

onde reinou o baião”

Caetano Veloso

RESUMO

O projeto tem como objetivo investigar a distribuição do poder, sua reprodução e as implicações destas na organização do Partido Liberación Nacional (PLN) da Costa Rica, durante o período 1990-2010. Em um contexto marcado por mudanças no sistema partidário e no sistema eleitoral costarricense, o PLN foi afetado por divisões profundas, motivadas por interesses pessoais e ideológicos. A luta intrapartidária pelo controle das linhas de autoridade significou um desafio para a estrutura de poder e para as aspirações eleitorais do partido. Em frente da crise, a coalizão dominante que toma o controle do partido consegue reverter a situação, conseguindo adaptar o partido às condições ambientais, controlando as zonas de incerteza, e cooptando os grupos que confrontou na luta intrapartidária. Fortalecendo a organização partidária, a coalizão dominante conseguiu garantir sua sobrevivência e estabilidade organizativa.

Palavras chave: Partido político. Coalizão dominante. Sistema partidário costarricense.

ABSTRACT

The project aims to investigate the distribution of power, their reproduction and their implications in the organization of the National Liberation Party (PLN) in Costa Rica, during the period 1990-2010. In a context characterized by changes in the party system and the electoral system in Costa Rica, the PLN was affected by deep divisions, motivated by personal and ideological interests. The intraparty struggle for control of the lines of authority meant a challenge to the power structure and the party's electoral aspirations. In front of the crisis, the dominant coalition that takes control of the party manages to reverse the situation, making to adapt the party to environmental conditions by controlling areas of uncertainty, and co-opting groups that confronted the intraparty fight. Strengthening the party organization, the dominant coalition succeeded to secure their survival and organizational stability.

Keywords: Political Party. Dominant coalition. Costa Rican party system.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Padrão eleitoral, abstenção e voto dividido, 1990-2010	21
TABELA 2	Comportamento eleitoral na eleição do presidente, segundo votos válidos por partido político 1986-2010	23
TABELA 3	Comitê Executivo Nacional no PLN, 1974-1995	35
TABELA 4	Quantidade de modificações por ano, segundo resolução e direção partidária 1996-2010.	38
TABELA 5	Classificação e modificações dos artigos, segundo período do presidente do partido	43
TABELA 6	Total de deputadas do PLN, 1990-2014	52
TABELA 7	Síntese das prévias no PLN, 1989-2009	54
TABELA 8	Pré-candidatos, ano das prévias e trajetória política no PLN, 1989-2009	58
TABELA 9	Mudanças da conformação do Congresso Nacional	92

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
Capítulo I: ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PARTIDO LIBERACIÓN NACIONAL: SITUANDO SEU PAPEL NO SISTEMA PARTIDÁRIO COSTARRIQUENHO	
1. Introdução	09
2. Surgimento do Partido Liberación Nacional	11
3. O sistema partidário costarricense	15
3.1 O sistema bipolar: primeiro período (1953-1986)	15
3.2 O sistema bipartidário: segundo período (1986-1998)	17
3.3 O período do pluralismo moderado (1998-2010)	20
4. Conclusões	23
Capítulo II: DIREÇÃO PARTIDÁRIA E CONTROLE DAS REGRAS ORGANIZATIVAS	
1. Introdução	26
2. O partido político: estabilidade, decadência ou evolução?	27
3. Coalizão dominante e direção partidária	33
3.1 Antecedentes da direção partidária do PLN	35
3.2 O controle das regras organizativas: o estatuto	36
3.3 Classificação das modificações no estatuto	38
3.4 Principais temáticas que passaram por modificações	44
3.4.1 Seleção de candidatos	44
3.4.2 Financiamento Político	48
3.4.3 Participação feminina	51
4. Mudança da ordem organizativa	53
4.1 A saída de personalidades do PLN	54
5. Conclusões	59
Capítulo III: ESTRUTURA DE PODER: FRAGMENTAÇÃO E EQUILÍBRIO	
1. Introdução	61
2. O personalismo como traço da política costarricense	62
3. Os líderes no PLN: o novo eixo de poder 1990-2010	66
3.1 A luta de facções	70
3.1.1 A neutralização de forças e a reaparição do <i>arismo</i>	71
3.2 A reeleição presidencial na Costa Rica	73

4. Ambiente: hostilidade ou complexidade	75
5. Conclusões	77
Capítulo IV: DINAMICA INTERNA DE PODER: ESTRATEGIAS, NEGOCIAÇÃO E CONFLITO	
1. Introdução	79
2. Como o <i>arismo</i> dominou a estrutura de poder? Instrumentos da coalizão dominante: características e análise	80
2.1 Fortalecimento da influencia do candidato na Assembleia Nacional e Assembleia Plenária	81
2.1.1 A centralização do poder na Assembleia Nacional	81
2.1.2 A centralização do poder na Assembleia Plenária ou Órgão Consultivo Nacional	83
2.2 A distribuição dos recursos para formação	86
2.3 O candidato presidencial e sua independência com os movimentos	87
3. Elementos permanentes do controle da coalizão dominante no período 1990-2010	88
3.1 A Secretaria Geral: a queda de um “pódio”	89
3.2 A ampliação do Congresso Nacional: um elemento do debate da abertura socialdemocrata no PLN	92
3.3 A Convenção Nacional: mecanismo para a convergência e resolução de conflitos	99
3.3.1 A Convenção Nacional: prévias “abertas” com voto direto	99
3.3.2 A adesão partidária no PLN: sintoma da militância em decadência	101
4. Conclusões	103
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXOS	123
Anexo nº1: Costa Rica: Resultados presidências (%) e numero de cadeiras por partido político 1953-2010	123
Anexo nº2: Histórico do Comitê Executivo Nacional do Partido Liberación Nacional: Ex-presidentes e ex-secretários.	125
Anexo nº3: Entrevistas com atores chaves da política costarrriquenha	126
Anexo nº4: Principais características do desenho do sistema eleitoral da Costa Rica no nível presidencial e legislativo	151
Anexo nº5: Detalhe das mudanças por artigo do estatuto do PLN, segundo resolução	152

INTRODUÇÃO

Uma das noções clássicas sobre os partidos políticos nas democracias liberais é que eles devem competir no processo eleitoral¹, e devem ser capazes de formar um governo e de fornecer uma estrutura interna para o processo legislativo. Os partidos políticos devem ser capazes, também, de agregar os interesses e paixões de uma proporção significativa dos cidadãos, canalizando as expectativas desses indivíduos, famílias, empresas, associações e movimentos através de seus processos internos e produzindo um programa que misture políticas públicas para satisfazer as exigências gerais de seus cidadãos. Muitas vezes se considerou este argumento para medir o sucesso ou declínio do partido. Segundo esse panorama que se acabou de mostrar, os partidos políticos seriam julgados ou valorizados pelas funções básicas que desempenhariam num sistema, a saber, a estruturação eleitoral, a integração simbólica, a função de governo, e a função agregadora (SCHMITTER, 2001).

Não obstante, com o decorrer do tempo, foi impossível omitir que a realidade era caracterizada por um crescente desencanto popular com os partidos políticos, e uma crescente desconfiança com os políticos. A evidência era ampla e bastante consistente: existia um declínio geral na confiança e na identificação do público nos partidos; diminuiu-se a filiação partidária, reduziu-se o número de eleitores, passou a haver apoio crescente a novos e pequenos partidos e aos partidos "anti-partido" e, também, se fortaleceram organizações anti-establishment de extrema-esquerda e extrema-direita (BARTOLINI e MAIR, 2001). As evidências apontavam cada vez mais, e de forma inequívoca, para o declínio dos partidos como agentes de representação (KATZ e MAIR, 1990; DIAMOND e GUNTHER, 2001; SCHMITTER, 2001).

Muitas foram as explicações para identificar o origem desse declínio ou crise. Schmitter (2001) afirmaria que os cidadãos de hoje, - mesmo depois de sofrer sob regimes autoritários - são menos propensos a se identificar tão de perto com símbolos ou programas partidários. Seriam, então, mais propensos a defender um conjunto mais variado de interesses do que no passado – por exemplo, clubes esportivos, grupos de bairro, associações religiosas e sindicatos. Bartolini e Mair (2001) indicam que a perda do modelo do tradicional partido de massa significou também uma perda dos termos funcionais entre partido e sociedade. Em síntese, os novos partidos “*catch all*”, teriam impactado fortemente na

¹ Claramente, a função central desempenhada pelos partidos envolve recrutamento das elites. Essa, por sua vez, envolve duas fases distintas do processo eleitoral: 1) a nomeação de candidatos, em que os competidores que representam cada partido na eleição interpartidária seguinte são designados; e 2) a mobilização eleitoral; os partidos motivam suas respectivas clientelas eleitorais para apoiar seus candidatos e, em alguns casos, facilitar a sua participação ativa no processo eleitoral (DIAMOND e GUNTHER, 2001).

noção das sociedades, e isto refletiria nas funções e no papel tradicional de representação e participação que propiciavam os partidos políticos. Consideram que uma vez que os partidos são atualmente incapazes de exercer o seu papel tradicional de integração política, deveriam se centrar no reforço do papel da integração institucional. No entanto, essa visão do partido omitiu o fato que a realidade partidária é ainda mais complexa. A análise da crise ou declínio focou a relação partido-sociedade ou partido-Estado, e não enxergou o que estava acontecendo dentro do partido. Na realidade, cada partido é único e qualquer estratégia de simplificação dessa complexidade encontra desvantagens (COPPEDGE, 2001).

Ao avaliar os estudos contemporâneos sobre os partidos políticos europeus, Montero e Gunther (2003: 16-19) elaboram as seguintes conclusões:

- a) O "declínio" dos partidos políticos torna ainda mais necessário o desenvolvimento de novos trabalhos empíricos e teóricos para resolver esta situação corretamente, antecipar cenários e, eventualmente, propor processo de melhoria.
- b) O surgimento de novos desafios sugere uma reavaliação dos partidos políticos, assim como de alguns aspectos da literatura tradicional que estudam o assunto.
- c) Assim como tem havido progressos no estudo dos sistemas partidários, se requer uma reavaliação crítica de conceitos e modelos dos partidos políticos.
- d) É imperativo reexaminar criticamente, com base em perspectivas empírico-indutivas, as antigas tipificações dos partidos políticos; mas também é necessário resgatar os instrumentos de produção científica orientados com perspectivas hipótese-dedutivas.

Conforme Peter Mair (1994), apesar do estudo dos sistemas partidários e dos partidos ter se tornado um dos mais ativos temas dentro do campo da política comparada, o estudo empiricamente orientado dos partidos, enquanto organizações, ainda era uma das grandes lacunas neste campo. As grandes obras de Kirchheimer, Duverger e Sartori tentaram criar um marco de pesquisa sobre a realidade partidária, seguindo o exemplo de outros autores de início do século XX como Ostrogorski, Michels e inclusive Weber. Já no início da década do 80, a pesquisa é fortalecida por autores como Panebianco, Kenneth Janda, Peter Mair e Richard Katz, só para dar alguns exemplos.

Nesse sentido, Mair (1994) concluiria que os partidos não estariam declinando, mas sim mudando. Estaria havendo maior profissionalização da "direção partidária" e estaria se atribuindo

maior relevância ao papel dos militantes pela ampliação da democracia partidária em detrimento de sua quantidade. Para Mair seria apenas o partido na base que estaria em declínio, sendo que a direção partidária teria se fortalecido a partir do aumento da quantidade de recursos a seu dispor, advindos de sua relação com o Estado (GUARNIERI, 2009).

Os estudiosos anteriormente mencionados apontavam para o estudo da organização interna, identificando práticas, fisionomia, tendências e estratégias intrapartidárias para conhecer melhor o desenvolvimento destes nas sociedades. Procurando saber como se adaptava a organização partidária ao contexto e às conjunturas, mas sempre focando o objeto de estudo: o partido político como organização.

Coppedge (2001: 31-32) se refere ao estudo interno dos partidos da seguinte forma:

However, we can identify certain tendencies in the nature of this change. First, the nature of individual party organizations—centralization, discipline, cohesion, recruitment, mobilization, socialization, financing—seems to change very slowly, if at all. In the meantime, it is more likely that the party will be sidelined in the volatile electoral environment. Therefore the primary mechanism of change in parties is replacement by other parties rather than internal reform. Second, this evolutionary process, akin to Darwin's principle of natural selection, tends to favor the survival of parties that are well adapted to the political environment. Parties are not the passive objects of the process, as they possess some capacity to adapt. Those that adapt well survive; those that stubbornly refuse to adapt, or misadapt, lose votes and move toward extinction. Third, in the Lost Decade of approximately 1982 to 1995, the environment selected in favor of governing parties of the center-right or right and opposition parties that were either personalist or left of center. But the environment has probably changed already, so we can expect to see different sorts of parties favored in future elections. In particular, the environment seem to vaor the center-left over the center-right.

Principalmente a primeira tendência explicada por Coppedge no texto anterior se refere a uma análise da realidade prática dos partidos políticos: o partido precisa se renovar, mudar e inovar em temas como recrutamento, a mobilização e a socialização, por exemplo. Mas, enquanto o partido prepara a discussão e o debate para estas reformas, já se aproximam as eleições e a estrutura partidária foca todo seu interesse em conquistar a arena eleitoral. Em outras palavras, as reformas intrapartidárias ficam num segundo plano. O partido se concentra em mudanças, tanto na arena eleitoral como na sua reorganização, mas esta última variável endógena (a reorganização) muda muito devagar. No entanto, isto não significa que o partido não experimente transformações internas, o que motiva o estudo do

impacto dessas mudanças nos respectivos sistemas para entender melhor a complexidade desta instituição².

Nesse sentido, a vida intrapartidária está ativa e permanece em constante fluxo. A vida interna inclui nomeação de candidatos, a mobilização eleitoral, estruturação pública de temáticas, representação social, agregação de interesses, disputas internas, entre outras. Também tem que ver com o tamanho do partido, se o partido é tolerante e pluralista ou proto-hegemônico no seu comportamento e objetivos, e se os compromissos são principalmente programático-ideológicos (DIAMOND e GUNTHER, 2001). O partido estudado como organização permite analisar seu funcionamento com detalhe, mostra que há vida partidária e que ela é rica e complexa em termos de mecanismos institucionais que, na maior parte dos casos, dão grande poder às lideranças frente aos membros da organização (GUARNIERI, 2009).

Focando na realidade partidária da Costa Rica, sendo este país reconhecido por ter uma democracia ininterrupta com um dos sistemas políticos mais estáveis na América Latina (O'DONNELL, 1988; BOOTH e WALKER, 1999; SELIGSON, 2001), o estudo dos partidos políticos se torna fundamental para explicar alguns dos mecanismos que dispõem o sistema para sua conservação. Especificamente no caso dos partidos políticos, Lijphart (1999) tem apontado que não é possível imaginar uma democracia forte sem partidos que funcionem bem.

A profunda influência política do *Partido Liberación Nacional* (PLN) na Costa Rica levou grande parte dos estudos sobre esse país a concluir que desde a segunda metade do século XX a dinâmica política do país é definida pela luta entre *liberacionistas* e *anti-liberacionistas*. Ao longo desse período, o PLN participou de quinze eleições nacionais realizadas desde 1953, e ganhou a presidência em nove ocasiões (YASHAR, 1995; ALFARO, 2004; SÁNCHEZ, 2007b).

Em um contexto marcado por mudanças no sistema partidário e no sistema eleitoral costarricense, o PLN foi afetado por divisões profundas, motivadas por interesses pessoais e ideológicos. Partindo de um projeto socialdemocrata desde sua fundação em 1951, o PLN promoveu

² Os estudos dos partidos políticos tendem a se concentrar mais em variáveis externas -votos, cadeiras no parlamento, identidade partidária, votação dos deputados, migração partidária, características do sistema eleitoral, volatilidade, representatividade, etc.- e poucas vezes se busca entender quais fatores organizacionais impactam na maior ou menor cooperação entre seus membros. Um exemplo recente de pesquisa no Brasil sobre a organização partidária é o trabalho de Guarnieri (2009), em que argumenta sobre a união entre os membros do partido e suas lideranças. Ele indica que existem mecanismos que asseguram o controle do partido por parte das lideranças. Para demonstrar isso, analisa o estatuto e em seguida, mostra como as lideranças partidárias utilizam de maneira estratégica estas regras para centralizar o controle sobre as decisões.

uma política de *welfare state*, que se caracterizou por um crescimento econômico elevado e constante, permitindo que o partido, ao final dos anos 70, apresentasse um alto grau de organização interna e adeptos importante em todo o território nacional. O impacto da crise econômica no início da década de 80 permitiu observar divisões entre os grupos que defendiam o projeto socialdemocrata mais tradicional, contra outros que privilegiavam as novas correntes econômicas de tendência neoliberal. Para o início dos 90, a luta intrapartidária pelo controle das linhas de autoridade significou um desafio para a estrutura de poder e para as aspirações eleitorais do partido. Nesta década, o partido perdeu duas eleições presidenciais consecutivas (1998 e 2002), o que evidenciou o declínio da sua proposta.

Portanto, o objetivo geral desta dissertação é analisar a distribuição do poder, sua reprodução e implicações na organização do *Partido Liberación Nacional* (PLN) durante o período 1990-2010. A pesquisa investigará como se deu a distribuição interna do poder e como essa dinâmica afetou a continuidade do PLN na política costarriquenha. Também, deverá evidenciar os resultados e consequências que foram obtidos pela organização do partido, produto dessa distribuição e reprodução do poder.

A reconfiguração interna de forças que acontece entre 2002 e 2003 permitiu que o partido ganhasse os processos eleitorais de 2006 a 2010, constituindo um reposicionamento da sua predominância político-partidária (Ver Anexo 1). Mais precisamente visamos responder a seguinte questão: diante do declínio eleitoral observado do PLN na década de 90, quais são os elementos que explicam a sua sobrevivência e estabilidade organizativa no período estudado? Argumentamos que as dinâmicas internas do poder organizativo do PLN redundaram no fortalecimento da sua organização partidária, o que foi fundamental para garantir sua sobrevivência e estabilidade organizativa. Especificamente, diante da situação de crise, a coalizão dominante que tomou o controle do partido em 2003 reverteu a situação, conseguindo adaptar o partido às condições ambientais, controlando as zonas de incerteza, derrotando e cooptando os grupos intrapartidários que confrontou na luta interna, conduzindo o PLN à estabilidade política.

O período estudado inicia no ano de 1990, especificamente no mês de fevereiro, depois que o PLN perde as eleições nacionais, e acaba quando ganha as eleições nacionais, em fevereiro de 2010. Neste período de estudo, se considera fundamental reconhecer duas etapas, a primeira etapa, de 1990 até 2002, e a segunda etapa, de 2002 até 2010. Na primeira etapa, o PLN só ganhou a eleição de 1994, deixando o partido dividido internamente, e com traços evidentes de problemas. Isto significou um desgaste interno, redundando em forte impacto negativo: perderam as eleições presidências de 1998 e

2002, aprofundando uma crise que culminou com alta fragmentação interna resultando em forte desestabilização da ordem organizativa. O efeito imediato foi o enfraquecimento do partido, ameaçando à sua própria sobrevivência. Esta pesquisa defende que esse contexto de crise está diretamente relacionado à conformação de uma frágil coalizão dominante, pois não conseguiu nesse período estruturar a unidade partidária necessária para que pudesse ganhar as eleições.

A segunda etapa se inicia em 2002, quando houve uma reconfiguração das forças internas, resultando em uma nova coalizão dominante, se constituindo num fator determinante para os triunfos presidenciais de 2006 e 2010. Esta paradoxal situação em torno da formação da coalizão dominante revelou a incapacidade de certos grupos para alcançar posições de poder que pudessem fortalecer o partido no período 1990-2002, em contraposição à nova direção partidária que assume na segunda fase, controlar os dissidentes e impor uma linha de autoridade, fortalecendo de certa maneira a organização partidária.

Este estudo argumenta que foram elementos relacionados à dinâmica interna de disputa pelo poder que levou o partido a um processo de reconfiguração de sua coalizão dominante. Nesse sentido, quando a nova direção partidária toma o poder, baseado no controle das regras organizativas, muda questões fundamentais do estatuto para beneficiar os interesses desta nova coalizão dominante, permitindo o fortalecimento de uma nova estrutura de poder capaz de manter a estabilidade e a sobrevivência organizativa. É necessário apontar um aspecto importante neste sentido: o fato de focar a coalizão dominante como um elemento vital para o sucesso eleitoral e para a organização do partido, não significa que não existem elementos suprapartidários que também podem impactar na organização e no desempenho eleitoral. Nesse sentido existem outras dimensões como a competição interpartidária, as leis eleitorais, o financiamento político, a cultura política da liderança, entre muitos outros elementos que podem ser também apontados para explicar o comportamento do PLN.

O partido é estudado como organização, apresentando elementos como a fisionomia, o funcionamento intrapartidário e aspectos das suas dinâmicas organizacionais internas. A dinâmica organizacional vai evidenciar grupos em torno às estratégias para tomar o controle da linha de autoridade, assim como técnicas para influenciar outros grupos internos, e o uso de mecanismos alternativos para optar pelo monopólio do poder partidário. Portanto, esta pesquisa pretende explicar um objetivo principal da liderança partidária: a manutenção da estabilidade organizativa por meio da qual fortaleceria seu poder dentro do partido. Mas, para que esta liderança partidária possa efetivamente exercer seu poder, deve necessariamente manter em funcionamento os mecanismos

fundamentais para a sobrevivência do partido nas arenas eleitorais e governativas (PANEBIANCO, 2005).

Assim, o Capítulo I deste trabalho apresenta as fases e mudanças do sistema partidário, contextualizando o PLN neste período. Descreve-se, segundo os trabalhos já desenvolvidos, como surgiu o PLN, seu papel em cada fase do sistema partidário depois da sua fundação em 1951, procurando situar o PLN no processo político da Costa Rica (origem, predomínio, declínio/redução do poder), mas também em relação ao sistema partidário e à política mais geral da Costa Rica (contexto socioeconômico e político que acompanha essas mudanças).

No Capítulo II, se examinará o funcionamento da organização do partido, verificando os procedimentos formais que impactaram na estrutura organizacional. O projeto da elite dirigente partidária procura a conservação das linhas de autoridade internas ao partido, mantendo estabilidade da sua ordem interna. As estratégias elaboradas pelos grupos, geralmente vão ter uma repercussão na fisionomia da organização. Nesse sentido, este capítulo apresenta as estruturas de poder organizativo intrapartidário, revisadas a partir da conformação formal dos seus estatutos, organograma e as funções dos seus órgãos.

O Capítulo III identifica as facções e tendências, a fim de entender sua relevância na estrutura de poder partidária. Neste capítulo se abordará a estrutura de poder e sua organização, procurando identificar o novo eixo de poder, a luta de facções e o ambiente em que se desenvolvem estas mudanças no período de estudo. A identificação das facções e tendências, da coalizão dominante e seu perfil, assim como a caracterização desses grupos em disputa será o objetivo deste capítulo.

O Capítulo IV focará propriamente na dinâmica interna de poder; especificamente na reconstrução do conflito e da luta intrapartidária. Neste capítulo serão desvendados os processos internos tanto formais como informais da organização partidária, as estratégias dos grupos, assim como as reações e decisões dos líderes ante esse confronto de forças.

Na conclusão deste trabalho serão desenvolvidas as considerações finais e as descobertas da abordagem organizacional dessa temática.

Sobre a abordagem metodológica desta pesquisa, é importante sublinhar o caráter principalmente qualitativo do estudo, sem abandonar a análise quantitativa dos dados coletados. A pesquisa é sincrônica, embora este estudo refira-se a eventos e processos iniciados há 20 anos para

compreender a situação atual. Transcorre de uma análise de tipo lógico e dedutivo para uma análise dinâmica de tipo histórico-indutivo. Uma das técnicas principais vão ser entrevistas de roteiro semi-estruturado com informantes-chave. Como parte da estratégia metodológica também será utilizada análise documental, propriamente para a reconstrução dos cenários de poder que levaram aos grupos a seus desenvolvimentos respectivos. O trabalho de identificação de fontes secundárias tem ênfase na regulação jurídica, nacional e do partido (estatuto). Além disso, foi pesquisado no arquivo do Tribunal Supremo de Eleições (TSE), organismo eleitoral regulador dos partidos políticos e dos processos eleitorais na Costa Rica, as diferentes cartas, observações, mudanças e todo o referente ao partido no período de estudo.

Sobre este último ponto, é importante destacar que o perfil dos informantes-chave inclui características como ser ex-deputado, pertencer em algum momento ao Comitê Executivo Nacional (CEN), ser ex pré-candidato presidencial ou formar parte de órgãos internos da organização do PLN. Em síntese, procurou-se um perfil de informante que estivesse envolvido nas negociações que se realizam no nível horizontal do partido (mais informação sobre este tema nos capítulos III e IV). Para conhecer o perfil dos entrevistados, o Anexo nº3 deste trabalho indica cargo, ano e outros dados que proveem informação complementar sobre a escolha destes informantes³. Também, sobre as fontes secundárias, os arquivos no TSE fornecem informação referente a diversas situações de ordem eleitoral e organizativo (principalmente) que registra o partido. Nesse sentido, detalhando os estatutos, é possível identificar as mudanças da organização e como estas transformações mudam no período de estudo. No Anexo nº5 desta dissertação se destaca a justificativa e maiores detalhes da abordagem metodológica sobre o uso dos estatutos e as modificações dos artigos.

³ Uma das recomendações da banca examinadora na defesa do mestrado foi aprofundar sobre as particularidades do trabalho de campo (e das técnicas usadas). O trabalho de campo se realizou em duas etapas: uma primeira etapa no mês de fevereiro de 2012, e a outra no mês de novembro de 2012. A primeira parte do trabalho se concentrou em procurar fontes secundárias (estatutos, notícias no jornal, cartas e outros documentos referentes ao PLN no período de estudo). A segunda parte focou nas entrevistas. Sobre esta segunda parte, é necessário entender que, apesar de esta pesquisa identificar “X” número de informantes chave, o certo é que não todas as entrevistas que se pretendiam realizar foram realizadas. Os dois motivos principais são: um, que não todos os informantes podem ser facilmente entrevistados (principalmente pelo perfil político e o difícil de chegar a marcar na agenda destes políticos), e segundo, vários informantes identificados simplesmente não responderam ligações nem *e-mails*. Dos informantes chave que não poderiam ser entrevistados pelo perfil político se consideraram 4 informantes. Além destes 4, se identificaram 15 informantes chave, dos quais 10 eram prioridade e 5 ficaram num segundo plano. Dos 10 que eram prioridade, esta pesquisa consegue informação de 6 deles.

Capítulo I

ORIGEM E EVOLUÇÃO DO PARTIDO LIBERACIÓN NACIONAL: SITUANDO SEU PAPEL NO SISTEMA PARTIDÁRIO COSTARRIQUENHO

1. Introdução

Uma definição básica do sistema partidário se refere aos partidos em um determinado Estado e os elementos que caracterizam a sua estrutura: o número de partidos, as relações uns com os outros - tanto o tamanho deles e suas forças relacionais-, e as posições respectivas, ideológicas e estratégicas, como elementos para determinar as formas de interação; as relações com o meio ambiente, com o sistema social e político (NOHLEN, 2007). Outras considerações teóricas do sistema partidário estudadas são as formas e modalidades de coexistência de partidos (DUVERGER, 1974), como a estrutura da concorrência (MAIR, 1997), como os padrões de competição e cooperação entre os diferentes partidos (WARE, 1996), ou também como a relação entre o formato (número de partidos) e a mecânica (propriedades funcionais, tais como alternância, a direção centrípeta ou centrífuga da competição, a distância ideológica) do sistema partidário (SARTORI, 1981).

Nesse sentido, o sistema partidário não se refere apenas ao número total de partidos que participam nas eleições, mas também se refere ao tamanho deles, medido em termos de votação ou o número de posições elegíveis que conseguem. Na eleição presidencial, são considerados os partidos com uma chance real de sucesso, mas também são prioritários os outros partidos minoritários na medida em que podem diminuir os votos ou prejudicar as possibilidades de vitória dos partidos maiores.

No caso dos sistemas partidários e os partidos na América Latina, se pode afirmar que eles são muito diversificados e dinâmicos, e também, que eles estão mudando nas últimas duas décadas. No caso da Costa Rica, uma característica notável do desenvolvimento histórico do sistema partidário costarricense é a ausência de importantes confrontos ideológicos. Mainwaring e Scully (1995) argumentam que a estabilidade democrática nesse país foi promovida pela dimensão ideológica moderada ou limitada de uma competição partidária estável. A falta de profundas diferenças ideológicas entre os principais grupos políticos que disputavam o poder no processo de desenvolvimento do sistema partidário (uma característica, sem dúvida, reforçada pelo

enfraquecimento da esquerda após 1948⁴), pode ser considerada uma das razões para a estabilidade democrática da Costa Rica. Coppedge (2001) afirmaria que, antes de 1982, os partidos na Costa Rica não tinham mudado muito, e as alterações se concentravam mais numa flutuação saudável de votos.

A estabilidade democrática, portanto, se fortalecia com a institucionalização do sistema partidário. Basicamente, um sistema partidário institucionalizado implicaria: 1) estabilidade na competição interpartidária, 2) a existência de partidos que tenham raízes bastante estáveis na sociedade, 3) a aceitação de partidos e eleições como instituições legítimas para formalizar as regras, 4) organizações partidárias com regras razoavelmente estáveis e estruturadas (MAINWARING e SCULLY, 1995).

O objetivo deste capítulo é descrever como se deu essa institucionalização do sistema partidário costarricense, identificando o surgimento do PLN e seu papel em cada fase do sistema partidário.

Para situar o PLN nessas diversas fases, é necessário resgatar a tipologia mais influente no estudo dos sistemas partidários. Sartori⁵ (1981) aperfeiçoa o modelo de Duverger fazendo uma distinção entre polaridade e polarização, isto é, entre o número de partidos e a distância ideológica entre os partidos. Esses dois critérios não seriam independentes e Sartori apontaria que os sistemas multipartidários tenderiam à maior polarização. Essa distinção permitiu classificar os sistemas partidários em sistemas de dois partidos, sistemas com até 5 partidos moderados (pluralismo moderado), sistemas com 6 ou mais partidos polarizados (pluralismo polarizado) e sistemas de partidos predominantes. Esta tipologia é fundamental para ter noção das diferentes fases que experimenta o sistema partidário costarricense, assim como compreender como o PLN reagiu num contexto marcado por mudanças de ordem mundial, no campo econômico, político e social⁶.

⁴ Para maior informação, ver na seção 2. “Surgimento do Partido *Liberación Nacional*”.

⁵ Para Sartori (1981), sistemas partidários consolidados deveriam contar com partidos de massa nacionalmente organizados. Essa consolidação seria a contraparte da atomização partidária baseada em lealdades pessoais. No Capítulo II, a seção 2 “O partido político: estabilidade, decadência ou evolução?” discutirá a posição teórica sobre o tema da classificação dos partidos e a evolução ou mudança que sofrem com o decorrer do tempo.

⁶ A orientadora desta pesquisa, a professora Maria do Socorro Sousa Braga plantou uma ótima questão: diante de um sistema partidário com baixa polarização, como uma tipologia “sartoriana” -que distingue a ideologia como um elemento vital de diferenciação-, poderia ajudar a compreender o desenvolvimento deste sistema? Ao respeito, ver a seção 3.1 “O sistema bipolar: primeiro período (1953-1986)”, para conhecer a justificação desta aparente contradição.

2. Surgimento do *Partido Liberación Nacional*

A década de 1940 testemunhou um desafio fundamental para a oligarquia cafeeira agro-exportadora que procurava manter o controle da arena eleitoral, dos recursos do Estado e do fortalecimento do *establishment* político. O presidente da Costa Rica no período 1940-1944, Calderón Guardia (representante da oligarquia e do *Partido Republicano*) se distanciou dos objetivos da oligarquia e liderou um movimento político apoiado pelo Partido Comunista (PC) e pelo Arcebispo da Costa Rica que procurava melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Frente a isto, a oligarquia decidiu integrar uma aliança de oposição eleitoral composta por membros da classe média e média alta, representado pelo *Partido Social Democrata* (PSD) e pela facção mais conservadora da oligarquia, representada pelo *Partido Unión Nacional* (PUN). A divisão no seio da elite-oligárquica provocou mudanças no sistema político que acabou precipitando o realinhamento partidário, causando uma reconfiguração político-institucional permanente, presente até hoje na Costa Rica (SCHIFTER, 1979; YASHAR, 1995; SOLÍS, 2006).

Como se apontou anteriormente, a designação de Calderón como candidato pelo *Partido Republicano* procurava a continuidade do controle da economia costarriquenha e da unidade política das elites agro-exportadoras de café. Nessa época, a força política, social e econômica residia na posse da terra para a produção, processamento, e venda do café. No entanto, outras atividades econômicas paralelas e complementares à produção do café fortaleciam o poder da elite, entre elas o sistema financeiro privado, o setor de importadores de produtos básicos, e a produção de banana. A implantação de uma série de reformas sociais no governo de Calderón, para favorecer os interesses dos trabalhadores, ameaçou o controle da elite sobre as classes populares, o que foi interpretado como um desafio para esse grupo da oligarquia. Esta situação causou uma crise na elite, que provocou uma divisão interna: de um lado, o grupo que favorecia o presidente Calderón, e de outro, seus opositores.

Nesse contexto de divisão da elite, se abriram espaços para novos atores político-eleitorais, que lutavam por implantar sua própria concepção do Estado. A aliança opositora ao presidente Calderón contava com dois atores chave: o *Centro para el Estudio de los Problemas Nacionales* (CEPN) e o *Partido Acción Democrática* (AD). O CEPN era formado por estudantes de classe média e média-alta que ostentavam uma visão de desenvolvimento político e econômico que privilegiava principalmente a

industrialização e o cooperativismo, além de outras temáticas⁷. O grupo queria aplicar um novo modelo sócio-econômico, dado o esgotamento do modelo oligárquico e monopolista de produção.

O outro ator da oposição, o *Partido Acción Democrática* (AD), possuía entre seus membros quem seria o fundador do *Partido Liberación Nacional* em 1951, José Figueres Ferrer⁸. A união destes dois grupos - o CEPN e o AD - originou o *Partido Social Democrático* (PSD) em 1945. Uma afirmação comum é que o AD forneceu a base “forte” e política do PSD, enquanto o CEPN forneceu a estrutura intelectual (CERDAS, 1969; YASHAR, 1995; SOLÍS, 2006).

De 1947-1948, os partidos PSD e PUN (facção da elite cafeeira agro-exportadora) formaram uma aliança eleitoral contra Calderón, com o intuito de ganhar as eleições de 1948. Os oligarcas buscavam manter a atual estrutura econômica e a intervenção limitada do Estado. O PSD se comprometeu a modernizar a economia agro-exportadora, de modo que pudesse limitar o poder das elites, e oferecer a possibilidade de mobilidade social para a classe média. Além disso, buscava o crescimento do Estado e um maior envolvimento deste na criação e administração de empresas estatais.

A acumulação de tensão e conflitos gerados pelas eleições de 1948 foi o contexto em que se desenvolveu a guerra civil de 1948. Sobre a Guerra Civil de 1948, Miranda Camacho (2010:190) explica:

“(…) la Guerra Civil de 1948, que llevó adelante el Ejército de Liberación Nacional, tuvo como objetivo fundamental el impulso del proyecto político de orientación reformista pequeño burgués (según su conceptualización) consolidado en el periodo de 1942 a 1948. Siguiendo esta tesis, la consolidación de ese proyecto político era precisamente la que sostenían los sectores sociales aglutinados en el CEPN, el AD y posteriormente, el PSD y otras fuerzas sociales y políticas, así como, grupos sociales que asumían una posición crítica frente al Régimen Oligárquico Liberal”.

A aliança de oposição composta pelo PSD e a oligarquia ganha a guerra civil contra o eixo “caldero-comunista”, e o líder do PSD, José Figueres, justifica a guerra civil como uma resposta à

⁷ Segundo Salazar e Salazar (1991:91-92): “Básicamente el CEPN se propuso... el desenvolvimiento integral del ciudadano mediante una educación pública adaptada a las condiciones económicas y sociales del país y a sus necesidades técnicas; el incremento de la riqueza nacional, mediante la protección y el estímulo a la pequeña propiedad rural y de la pequeña industria, y la defensa de la economía nacional, mediante la protección justa y racional con el capital extranjero (...) la defensa del campesinado, mediante la organización cooperativa de la agricultura y su ayuda técnica por instituciones autónomas; la defensa de los consumidores, a través de su organización cooperativa y el incremento de la renta efectiva nacional”.

⁸ José Figueres foi o líder do grupo armado que protagonizou e ganhou a guerra civil de 1948. Este grupo governou, com Figueres à frente, nos primeiros 18 meses em 1948. Além disso, foi presidente da Costa Rica em duas ocasiões: em 1953-1958 e em 1970-1974.

fraude eleitoral de 1944 e 1948, e também pela necessidade de restabelecer a tradição democrática da Costa Rica⁹.

Imediatamente depois de ganhar a guerra civil, a aliança de oposição entrou em conflito. Existiam contradições ideológicas importantes, e também o controle dos recursos de poder estavam divididos; resultando que nenhum dos grupos principais – a oligarquia cafeeira, por meio do PUN e a classe média por meio do PSD – fosse capaz de dominar totalmente o sistema político. O motivo da aliança eleitoral -derrotar as forças *calderonistas*- não era suficiente para governar depois de uma guerra civil.

Como se mencionou anteriormente, o grupo vencedor estava composto por uma oligarquia cafeeira e uma nova classe média, os quais tinham projetos ideológicos, políticos e econômicos diferentes. A oligarquia cafeeira queria perpetuar seu poder e defender seus interesses, enquanto a nova classe média procurava melhorar as condições de seu grupo. Nesse contexto, a oposição experimenta o que Jacobo Schifter (1979) chamou de “*neutralización de clases*” em torno do controle político absoluto. No caso da oligarquia cafeeira, contavam com capital econômico e também tinham apoio e controle das classes populares, porém não tinham o controle das armas nem a legitimidade dos lutadores nacionais da guerra civil, porque a maioria do *Ejército de Liberación Nacional* -nome com que se autodenominou o grupo armado que ganhou a guerra civil -, era composto por membros do PSD. Por outro lado, o PSD - representante da classe média - possuía o controle das armas e também, nesse momento, era amplamente apoiado pelos atos heroicos em torno à guerra; no entanto, precisava do capital econômico e do apoio eleitoral¹⁰ para avançar no seu projeto político. Essa combinação de parcelas de poder de um e outro grupo redundou que nenhum deles contasse com os recursos de poder suficientes para controlar plenamente o sistema político.

Ante esta situação, ambos compreenderam que era impossível que um dos dois grupos obtivesse o controle político absoluto - primeira melhor opção; o que significou que os grupos deveriam procurar uma segunda opção. Essa segunda melhor opção foi a solução democrática. O processo democrático

⁹ Diversos autores explicam que o discurso da democracia “endêmica” de Costa Rica é parte da estratégia do PLN para sobressair como defensor desta, reproduzindo incentivos coletivos ideológicos para convencer o eleitorado (YASHAR, 1995; ROVIRA, 2001; SOLÍS, 2006).

¹⁰ O PSD como partido, e não como um movimento armado, claramente carecia de apoio eleitoral popular; ganhou apenas três assentos dos possíveis 45 na formação de uma Assembleia Constituinte logo depois da Guerra Civil. Este foi um fator importante na definição dos projetos políticos dos vencedores; neste caso, a coligação entre a oligarquia (as classes altas) e as classes médias (jovens profissionais, estudantes, industriais nacionais).

que emergiu da guerra foi a consequência - não intencional - de um impasse dentro da aliança de oposição, que inicialmente impediu qualquer das partes de obter o controle político absoluto. Em essência, a solução democrática que emergiu em 1948-1949 representou a segunda melhor opção para todos os atores políticos (SCHIFTER, 1979, YASHAR, 1995).

Nesse sentido, se neutralizaram as forças de cada grupo e houve o fortalecimento dos instrumentos eleitorais. A Constituição Política e a criação do Tribunal Supremo Eleitoral se apresentavam como a melhor opção para competir em “igualdade” de condições. Um dado importante a destacar é que, para garantir que nenhum dos grupos usasse os militares para dominar o país, decidiu-se abolir o exército existente. Sem o poder das armas, os votos seriam o principal fator a dominar (SCHIFTER, 1979). A decisão de institucionalizar uma democracia política levou à reconfiguração de um bloco de poder novo: o compromisso se deu entre a classe média em ascensão e a oligarquia tradicional.

No período de 1949-1953, administrativamente o PUN governaria o país, mas, enquanto acontecia este governo, em 1951 o PSD incluiu diferentes grupos na sua base social –estudantes, profissionais, cooperativas, entre outros- e formou em 1951 o *Partido Liberación Nacional*. A herança política da guerra civil, a criação e exaltação de um caudilho como José Figueres, e a inclusão de grupos sociais ao redor do novo partido, fizeram que o PLN ganhasse as eleições de 1953 e iniciasse a história moderna da política costarriquenha¹¹.

¹¹ Para entender a transformação do PSD para o PLN, é necessário compreender que a dinâmica partidária da conjuntura era fraca, e não reconhecia esforços partidários espontâneos como o PSD. Em outras palavras, quando nasce o PSD em 1945, este era mais um movimento político que um partido. Na verdade, no contexto da guerra civil de 1948, o PSD basicamente constituía na sua totalidade o *Ejército de Liberación Nacional*. Nesse sentido, uma vez que se alcançam as conquistas democráticas depois da guerra, não fazia muito sentido seguir com o projeto político do PSD, devido à seu caráter conjuntural. Portanto, os líderes desse partido decidiram dar nascimento ao PLN (SOLÍS, 2006).

3. O Sistema Partidário Costarriquenho

3.1 O sistema bipolar: primeiro período (1953-1986)

A hegemonia exercida pelo PLN entre o período 1953 e 1986 inspirou os estudiosos a caracterizar este primeiro período do sistema partidário como um sistema bipolar de um partido hegemônico (PLN) contra uma série de grupos espontâneos que formavam coalizões eleitorais de oposição (ROVIRA, 2001; ROJAS, 2003; SANCHEZ, 2007b). Depois da organização das primeiras eleições, com base nas novas instituições criadas - o Tribunal Supremo de Eleições e a Constituição Política em 1949, se pode identificar duas etapas do sistema partidário neste primeiro período (1953-1986). Em síntese, a primeira etapa foi de transição e realinhamento no sistema partidário (1953 a 1966), e uma segunda etapa de cristalização de uma bipolaridade (1966-1986) (ROVIRA, 2001 e HERNANDEZ, 2009).

Ao respeito, Rovira (2007: 110-111) realiza um importante análise em torno à dinâmica política deste primeiro período:

“Prevalecieron en este caso dos bandos pero sin polarización –en el sentido que no hubo localizaciones extremas de partidos relevantes en el espectro ideológico y en su eje que va de izquierda a la derecha-, si bien existieron y se mantuvieron diferencias cardinales tanto de ideologías como programáticas entre ambos subgrupos de intereses políticos organizados, lo que enriqueció la vida pública y el horizonte de ideas en el país”.

Na primeira etapa do período, o *Partido Liberación Nacional* (PLN) iniciou seu processo de institucionalização em 1951, a partir de um projeto socialdemocrata. O PLN tradicionalmente promoveu uma política de *welfare state*, interessado na criação de riqueza e sua distribuição, enquanto mantinha um compromisso com as liberdades individuais e sociais (ROSALES, 2008). Como o PLN governou o país durante 18 anos entre 1948 e 1978, este período mostrou parte do pensamento do partido no que diz respeito ao modelo de desenvolvimento para o país. Durante esses anos, a estratégia de desenvolvimento social teve quatro pilares: a democratização do crédito, pela qual o sistema bancário foi nacionalizado, uma política de aumento dos salários, estabilidade de preços e proteção do consumidor e desenvolvimento da infraestrutura, especialmente nos setores da eletricidade e telecomunicações (SANCHEZ, 2007b).

Na Costa Rica, este período foi caracterizado por um crescimento econômico elevado e constante, reduzindo a desigualdade de renda, experimentando uma forte expansão da classe média, um aumento de trabalhadores industriais e aumento da mobilidade social, como resultado de investimentos importantes em educação, saúde e habitação (SANCHEZ, 2007b). Isto permitiu que o partido em finais dos anos 70, apresentasse um alto grau de organização interna e clientela importante, com uma presença urbana e rural em todo o território nacional (FREIDENBERG e ALCANTARA, 2001).

Essa estratégia e estes resultados não eram novos na América Latina. Muitas vezes um tipo diferente de partido ocupou o espaço político que incluía a classe trabalhadora emergente; na América Latina foram reconhecidos como os "partidos nacionais revolucionários", que procuraram unir a classe média, os trabalhadores e os camponeses numa plataforma difusa nacionalista e anti-oligárquica. Embora inicialmente se encaixassem na categoria de "partidos nacionalistas", sua base de apoio era tão ampla que elas tendem a evoluir para partidos "catch-all"¹², embora com duas qualificações. Primeiro, eles foram fortes praticantes do clientelismo -se deve dizer que praticamente todos os partidos eleitoralmente bem sucedidos na América Latina, mesmo os mais ideológicos, aprenderam a cultivar laços clientelistas nas bases. Esta tendência é uma consequência natural de competir pelos votos dos cidadãos pobres com pouca educação formal. Segundo, vários partidos viraram "machine politics" extremamente fortes na mobilização, recrutamento e distribuição de patrocínios, ao contrário do tipo "catch all". Esses partidos foram estruturados em torno de organizações setoriais que procuram mobilizar os sindicatos, camponeses, estudantes, e alguns grupos de classe média profissional: este foi o caso do *Partido Liberación Nacional*¹³ da Costa Rica.

Esse crescimento econômico nos 70, teria um abrupto encerramento com a crise do petróleo no começo da década do 80. Países dependentes economicamente como Costa Rica, flutuavam fortemente com os movimentos dos capitais mundiais, e isso significava que o país ficasse dependente dos acontecimentos internacionais. Portanto, a partir da crise econômica dos anos 80, uma série de transformações aconteceriam na Costa Rica. Com projetos financeiros internacionais, começou um

¹² Estes partidos se distinguem pela sua organização rasa, superficial e vaga em ideologia, além de ter uma orientação predominantemente eleitoral. O objetivo principal, se não o único, dos partidos catch-all é maximizar votos, ganhar as eleições e governar. Para isso, eles buscam agregar a maior variedade de interesses sociais como possível. Em um esforço para expandir seu apelo eleitoral a uma grande variedade de grupos, suas orientações políticas são ecléticas e mudam segundo o contexto e a conjuntura. Carecendo de uma orientação ideológica forte e explícita, enfatiza nos atributos pessoais de seus candidatos, e suas nomeações são em grande parte determinada pelos recursos eleitorais dos candidatos (KIRCHHEIMER, 1966).

¹³ Esta família incluiu a Aliança Popular Revolucionária de América (APRA), no Peru, *Acción Democrática* (AD), na Venezuela, o Partido Revolucionário Dominicano (PRD), na República Dominicana, e para alguns estudiosos, do México, o *Partido Revolucionário Institucional* (PRI) e *Movimento Nacional Revolucionário* da Bolívia (MNR) (Coppedge, 2001).

ataque contra o modelo de desenvolvimento de bem-estar social (*welfare state*) que existia na Costa Rica. O neoliberalismo era defendido, principalmente por poderosos atores econômicos, com a ajuda de influentes interesses econômicos transnacionais. Os neoliberais queriam reduzir o tamanho do governo e o papel do Estado no campo econômico; estimular novas exportações, abrir o capital estrangeiro, atrair investimentos através da redução do custo de trabalho, entre outras medidas.

Segundo Sauma e Trejos (1999: 339)

“Lograda una parte importante de la estabilidad empieza a ganar énfasis el objetivo de reactivación. Ello se da en el marco de un menor consenso sobre la dirección, mayores presiones sociales y un fortalecimiento de la condicionalidad cruzada entre la USAID, el FMI y el Banco Mundial, que buscaban una aceleración del proceso de ajuste y por una orientación más liberal”... ..“se estableció limitaciones al crecimiento del gasto y el empleo público y estableció las condiciones legales para vender o liquidar ciertas empresas estatales. Creó también el “contrato de exportación”, como un instrumento jurídico que unifica los distintos sistemas de incentivos a las exportaciones, aumentándolos y permitiéndose una mayor eficiencia en su administración. En segundo lugar, en 1985 se firma el Primer Préstamo de Ajuste Estructural (PAE I) con el Banco Mundial, que rigió durante 1986 y 1987, y el cual fortalece la programación de la inversión pública y apoya la política de apertura comercial con una rebaja en el arancel”.

Também, estas transformações estariam acompanhadas de um fato importante na configuração do sistema partidário: a bipolaridade política experimentada no período anterior mudaria para um sistema bipartidário. Aqueles grupos que competiam contra o PLN conseguiram se organizar de modo que estabeleceram uma organização partidária. Este bipartidarismo político deve ser entendido não tanto como dois polos ideológicos distintos que agregam todos os partidos do sistema, e mais como um partido forte (PLN) contra uma coalizão de pequenos partidos girando ao redor. O equilíbrio da clivagem partidária do sistema iniciaria nos anos 80, especificamente nas eleições de 1986, com a “oposição” organizada no *Partido Unidad Social Cristiana* (PUSC). Esta nova situação de bipartidarismo gerou um padrão de alternância no poder até as eleições de 1998 (Ver Anexo 1) (ROVIRA, 2001, SANCHEZ, 2007b e HERNANDEZ, 2009).

3.2 O sistema bipartidário: segundo período (1986-1998)

O início do sistema bipartidário trouxe alternância no poder. Em 1986 ganha as eleições o PLN com 47,8% dos votos e em 1990 ganha o PUSC, com 46,2% dos votos; esta seria a primeira vez que o

PUSC governaria a Costa Rica. De acordo com Payne (2003), no período 1986-1998 o sistema de partidos costarricense apresentava um número efetivo de partidos de 2,1 no nível presidencial, e de 2,6 no nível parlamentar (Mais informação no Anexo nº1).

Também, o novo sistema bipartidário se desenvolveria num contexto econômico difícil, sendo que a primeira década de transformações neoliberais significou uma redução das condições nas áreas mais importantes do Estado costarricense, entre elas a social, cultural e de distribuição da riqueza. Além disso, se assistiu a uma mudança na estratégia de investimento social do governo, substituindo o foco anterior para os setores com impacto universal sobre a mobilidade social (principalmente educação e saúde) para uma abordagem mais assistencialista (SANCHEZ, 2007b).

A convergência ideológica e prática, assim como as interações cooperativas eram dominantes durante este período do sistema partidário. Em termos ideológicos o sistema se caracterizou por polarização baixa e isto foi expresso tanto em programas governamentais, como em relação a algumas reformas eleitorais e, especialmente, sobre a orientação política e econômica que ambos os partidos maiores (PLN e PUSC) tiveram na gestão do governo, a reforma do Estado, à liberalização do comércio e das políticas econômicas, especialmente focadas na orientação da produção para os mercados estrangeiros e estratégias para atrair o investimento.

Esta situação permitiu notar que as administrações do PLN no período 1986-1990 e 1994-1998 eram mais receptivas às reformas neoliberais, incorporando membros de diferentes origens ideológicas. Esta situação é assinalada por Sanchez (2007b) como uma das possíveis causas de conflito dentro do partido: o projeto socialdemocrata mais tradicional foi defendido por alguns dos líderes do partido, enquanto outros privilegiavam as novas correntes econômicas¹⁴ executadas pelos governos *liberacionistas* de tendência neoliberal.

Estas medidas apoiadas, ao menos por parte dos grupos que conformavam o PLN, tiveram uma consequência lógica no eleitorado: as eleições de 1998 marcaram o início de uma erosão evidente no apoio eleitoral do partido. Este fenômeno foi confirmado no processo eleitoral de 2002, quando o PLN perdeu a Presidência e também obteve o apoio mais baixo na sua história: 20,8% foi a porcentagem real de votos (SANCHEZ, 2007b).

¹⁴ Nesse sentido, a década dos 80 e os 90 significou um desafio para a doutrina socialdemocrata no nível mundial: iniciativas tipo à “terceira via” e modelos socialdemocratas mais expostos a teorias neoliberais (Giddens, 1984; Sachs, 1993), ou adaptações ao modelo de *welfare state* são parte do debate (Krugman, 1995; Sen, 1999).

Neste primeiro (1953-1986) e segundo período (1986-1998) foram identificados três elementos fundamentais para a compreensão e configuração do sistema partidário: primeiro, os efeitos da Guerra Civil de 1948 (CERDAS, 1969; SCHIFTER, 1979; YASHAR, 1995), segundo, o sistema eleitoral (ALFARO, 2001; VARGAS 2004; PICADO, 2007; SÁNCHEZ, 2007a e 2007b; BRENES, 2009 e 2011), e por último, o impacto da crise econômica no início da década dos oitenta (ROVIRA, 2001; SANCHEZ, 2007b).

Sobre a Guerra Civil de 1948, pode-se afirmar que as origens e identidades dos partidos contemporâneos da Costa Rica estão enraizadas nos conflitos e alianças que precipitaram a guerra, e se “definiram” com a instauração da democracia política. Desde essa guerra civil, a Costa Rica teve eleições competitivas no contexto do estabelecimento de um respeito básico pelos direitos humanos e civis. Assim, a democracia e o sistema partidário correspondente deixaram de lado o compromisso de classe, se caracterizando, a partir deste momento, pelo enfraquecimento da influência política oligárquica cafeeira, pela desmobilização das organizações de trabalho mais radicais (como os sindicatos, por exemplo) e pela perda de apoio dos partidos, e pela hegemonia política em ascensão do grupo vencedor da guerra civil: o Partido *Liberación Nacional*¹⁵ (CERDAS, 1969; SCHIFTER, 1979; YASHAR, 1995).

Quanto ao sistema eleitoral (o Anexo nº4 apresenta o desenho geral do sistema eleitoral costarriquenho), Duverger (1951) já tinha apontado que este elemento é determinante no estudo do formato do sistema partidário. O sistema eleitoral é um fator institucional que exerce influência direta sobre os resultados da democracia e, portanto, do sistema partidário. Nesse sentido, o sistema eleitoral da Costa Rica recai principalmente sobre a Constituição Política, que assegura e garante os direitos e deveres, incluindo a independência do Tribunal Supremo Eleitoral; o Código Eleitoral (Lei nº 1.536 de Dezembro 1952); e os estatutos de cada um dos partidos políticos. (VARGAS, 2004).

Em referência à Constituição Política e o Código Eleitoral, se destaca para efeitos deste estudo que, desde 1990 o sistema eleitoral costarriquenho experimenta mudanças, principalmente nos temas de financiamento dos partidos políticos, democratização das estruturas internas e funcionamento dos partidos políticos, a garantia da não discriminação de sexo, garantia da representação das minorias e a reeleição presidencial não consecutiva. Essas temáticas impactam diretamente sobre os partidos

¹⁵ É importante apontar que, até 1982 todos os presidentes eleitos pelo PLN também foram membros fundadores do partido, demonstrando a importância que a Guerra Civil de 1948 tinha na constituição das lideranças do partido. O maior líder do PLN - José Figueres Ferrer; líder da Guerra Civil de 1948, controlou o poder do partido por quase trinta anos após o conflito armado.

políticos, redundando em sérios desafios para as estruturas envolver estas novas medidas na organização partidária (ALFARO, 2001; VARGAS, 2004).

Este caráter formal da organização suprapartidária se complementa com a regulação partidária, especificamente com os estatutos dos partidos políticos. Alfaro (2001) avalia o grau de influência do direito eleitoral como variável independente da mudança organizacional nos partidos políticos da Costa Rica. Propõe-se e testa um sistema para identificar a relação entre essas variáveis, procurando a influência das mudanças significativas do direito eleitoral, previamente detectado em três dimensões de envolvimento dentro da organização partidária: a melhora do aparelho burocrático, o equilíbrio de poder interno e o controle estatal. O estudo conclui que as mudanças no direito eleitoral não foram uma das principais causas das transformações nas estruturas formais. A mudança na legislação é uma variável independente residual contra a multidão de movimentos que não podem ser explicadas a partir da perspectiva do direito.

Sobre a crise econômica, já se estabeleceu anteriormente que entre os anos de 1948 e 1978, o progresso social foi acompanhado pelo crescimento econômico. No entanto, no início da década de oitenta o país estava imerso em uma crise sem precedentes, produto de uma série de desequilíbrios internos, agravada pelo impacto de mudanças no ambiente internacional. O governo *liberacionista* de Luis Alberto Monge (1982-1986) tinha a grande responsabilidade de estabilizar a economia através de um ajuste macroeconômico com características expansionistas. Nos anos seguintes, o governo *liberacionista* de Oscar Arias Sánchez (1986-1990) implementa um novo modelo econômico, caracterizado pela liberalização das políticas comerciais, especialmente na promoção do setor exportador, a liberalização do sistema financeiro e a reforma do Estado¹⁶.

3.3 O período do pluralismo moderado (1998-2010)

No início deste período, o PLN começa um processo de erosão da lealdade partidária. O declínio nos resultados das eleições nacionais de 1998 e 2002 é a maior evidência de *desalinhamento partidário*. Esta situação é explicada à luz de quatro elementos fundamentais: primeiro, o aumento da

¹⁶ A década de 1980 marcava uma nova fase com a crescente influência da jovem facção neoliberal no partido. Nesse sentido, o debate interno do PLN se concentrou na adoção de reformas orientadas ao neoliberalismo; tendo como resultado o crescente domínio desta posição. Um acontecimento marcante desta situação foi a eleição de Oscar Arias em 1986 como presidente do país pelo PLN. Sua presidência representou a ascensão dos jovens neoliberais no partido (YASHAR, 1995; SOLÍS, 2006)

abstenção eleitoral (a média da abstenção eleitoral na Costa Rica antes de 1994 foi de 18% mas, nas eleições de 1998, ela aumentou para 30%, e nas eleições de 2002 ficou em 31%. Tanto nas eleições de 2006 como de 2010, a abstenção segue acima de 30%¹⁷). O segundo elemento é o aumento do apoio para partidos fora da clivagem tradicional PLN-PUSC. Terceiro é a volatilidade eleitoral. Por último, o nível elevado de “voto dividido” para a eleição da Assembleia Legislativa e para o Presidente da República¹⁸ (SÁNCHEZ, 2007b). A tabela 1 apresenta os dados desde 1990 (data em que inicia o período de estudo desta pesquisa) para comparar como mudaram estas variáveis no período do pluralismo moderado (1998-2010).

Tabela 1

Eleitorado, abstenção e voto dividido, 1990-2010

Ano	Partido eleito (Presid.)	Eleitorado	Absentismo		Partidos políticos no Parlamento	Nº de deputados por partido político (57 total)
			Nº absoluto	Nº relativo		
1990	PUSC (51,5%)	1.692.050	307.724	18,2%	PUSC	29
					PLN	25
					PAAC	1
					PU	1
					PUG	1
1994	PLN (49,6%)	1.881.348	355.368	18,9%	PLN	28
					PUSC	25
					FD	2
					PAN	1
					PUAC	1
1998	PUSC (47,0%)	2.045.980	614,067	30%	PUSC	27
					PLN	23
					FD	3
					ML	1
					RC	1
					PIN	1
					PALA	1

¹⁷ Rojas (2003) apontou às razões políticas como a variável principal da queda na participação eleitoral. Estas razões políticas estão determinadas pelo desalinhamento partidário, a decepção ou desconfiança na política e a crise de legitimidade dos atores partidários tradicionais, junto com a decepção pelos novos atores partidários (FOURNIER, 2005).

¹⁸ O “voto dividido” acontece quando se vota na cédula para presidência por um partido determinado, e por outro partido diferente para a cédula de deputados. Isto reflete que o votante tem preferências diferentes e decide votar mais pela preferência ao candidato, em detrimento do partido político.

2002	PUSC (38,7%) (57,9%)	2.279.851	Primeiro turno 710.433; Segundo turno 900.798	31,2% 39,5%	PUSC	19
					PLN	17
					PAC	14
					ML	6
					RC	1
2006	PLN (41%)	2.550.613	887.365	34,8%	PLN	25
					PAC	17
					ML	6
					PUSC	5
					PASE	1
					FA	1
					PRN	1
					PUN	1
2010	PLN (46,9%)	2.822.491	871.644	30,9%	PLN	24
					PAC	11
					ML	9
					PUSC	6
					PASE	4
					FA	1
					PRN	1
					PRC	1

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Tribunal Supremo de Eleições (TSE)

Pode-se observar no quadro acima que os dois partidos tradicionais perderam apoio eleitoral, e surgem outros dois partidos (*Movimiento Libertario* - ML- e *Partido Acción Ciudadana* - PAC), que ganharam força em 2002 (conseguindo forçar pela primeira vez na Costa Rica a um segundo turno); de tal maneira que em 2006, o PAC passou a se tornar a segunda força eleitoral, o ML a terceira força, enquanto o PUSC deixou de ser um partido da maioria para uma minoria. Também, surgem muitos outros partidos pequenos que ganham espaço nas eleições legislativas.

Também, neste período se enfraquece a clivagem dos partidos tradicionais PLN e PUSC, os quais perdem força eleitoralmente. Desde o início do período bipartidário, os dois partidos tradicionais concentravam mais de 95% dos votos válidos emitidos. Nas eleições de 1998, quando se apresentam sinais de quebra desse sistema bipartidário no nível parlamentar, ainda os dois partidos tradicionais somavam mais de 90% dos votos válidos no nível presidencial. No entanto, nas três eleições seguintes, o apoio a estes dois partidos que protagonizaram o período bipartidário decaiu a níveis importantes. Na eleição de 2002, a aparição do *Partido Acción Ciudadana* (PAC) e o leve fortalecimento do *Movimiento Libertario* (ML) enfraqueceram as bases deste apoio. Nesta eleição, o PLN e o PUSC

juntos reduziram para 69,9% dos votos válidos; nas eleições seguintes, apenas 44,5% da preferência eleitoral. Com certeza, o panorama dos partidos tradicionais tinha mudado consideravelmente. Nas eleições de 2010, o nível de apoio para estes dois partidos seria de 49.75%.

Tabela 2
Comportamento eleitoral na eleição do presidente, segundo votos válidos por partido político 1990-2010

	1990		1994		1998		2002		2006		2010	
	Nº votos válidos	%	Nº votos válidos	%	Nº votos válidos	%	Nº votos válidos	%	Nº votos válidos	%	Nº votos válidos	%
Total	1.349.014	100	1.490.097	100	1.388.698	100	1.529.845	100	1.623.992	100	1.950.847	100
PLN+PUSC	1.331.290	98,7	1.450.667	97,3	1.270.994	91,6	1.065.307	69,9	722.206	44,5	970.630	49,8
PLN	636.701	47,2	739.339	49,6	618.834	44,6	475.030	31,2	664.551	41	896.516	46
PUSC	694.589	51,5	711.328	47,7	652.160	47	590.277	38,7	57.655	3,5	74.114	3,8

Fonte: Elaboração própria com base em dados do TSE.

Ao respeito, Hernández (2009, p.32) indica:

“Los partidos mayoritarios venían enfrentado desde la etapa anterior crecientes cuestionamientos por parte de nuevos partidos. Estos fueron creciendo en su caudal electoral mientras el de aquellos se fue debilitando. Una de las consecuencias de este proceso ha sido que la Asamblea Legislativa ha estado conformada durante los dos último períodos por un mayor número de fracciones parlamentarias, ninguna de ellas con mayoría absoluta. Esto ha generado incentivos para la formación de distintas coaliciones o alianzas entre los partidos para lograr acuerdos”. “Si ya de por si el PUSC venia teniendo una gran cercanía con el PLN durante la etapa bipartidista, al caer estrepitosamente su caudal electoral y adjudicación en el 2006, y por lo tanto sus recursos de poder, este partido ha tendido a plegarse a la fuerza mayoritaria más que a oponérsele. De manera que los principales focos de confrontación o diferenciación, que han marcado los debates y posiciones políticas en los últimos años, se han dado entre esa alianza y los partidos nuevos, a veces respecto al PAC, otras al PML”.

4. Conclusões

Uma pergunta fica no ar: por que ocorreu essa mudança no sistema partidário? O que aconteceu neste período da vida política costarriquenha que fez com que o sistema passasse por esta modificação? Esta pesquisa defende que na década de 90 aconteceram eventos - a nível nacional - que impactaram amplamente a consciência e sensibilidade política dos costarriquenhos até o ponto em que mudou o comportamento eleitoral.

Segundo Rovira (2007) existem pelo menos oito acontecimentos que marcaram este período de transformações do sistema partidário: a quebra do *Banco Anglo Costarricense* em 1994, a qual foi percebida como resultado de uma péssima direção política, que levou à quebra do banco público mais antigo da Costa Rica. Outro assunto significativo foi o chamado *Pacto Figueres-Calderón*, no qual os dois grandes líderes dos partidos majoritários da época (PLN-PUSC) concordaram com uma agenda a ser aprovada no Congresso; vários dos projetos dessa agenda eram de interesse dos grupos considerados politicamente maiores na Costa Rica. O terceiro acontecimento foi a greve do *Magisterio Nacional* que incluía professores e administrativos ligados à educação pública. Uma reforma integral fazia com que os trabalhadores perdessem uma série de benefícios que tinham alcançado no passado. O grêmio agrupava vários sindicatos, sendo o setor da educação pública o maior empregador estatal. O quarto elemento envolve a má gestão econômica e financeira na administração Figueres Olsen, em 1994-1998. Principalmente as promessas de campanha, junto com a expectativa do seu governo – comparado com seus péssimos rendimentos econômicos - significou um elemento a mais de desapontamento político. O quinto acontecimento foi o fraude nas prévias do PLN em 1997, quando o Tribunal Eleitoral Interno do Partido descobriu a fraude e permitiu que o candidato ganhador seguisse participando nas eleições. O sexto elemento foi o encontro de figuras da elite dirigente do *Partido Unidad Social Cristiana* (PUSC), com o empresário mexicano de reputação duvidosa, Carlos Hank Gonzalez¹⁹. Em 2000 ocorreu o sétimo acontecimento; o *Combo ICE* foi um projeto de lei que pretendia mudar o modelo solidário energético e telefônico do país, para permitir reformas que abrissem oportunidade à competência de grupos privados. O projeto de lei mobilizou uma grande quantidade de costarriquenhos que encontraram neste projeto a destruição sistemática do modelo tradicional de desenvolvimento. O protesto foi tão grande que o projeto nunca se converteu em lei. Como último acontecimento marcante, em 2004, dois ex-presidentes da República (ambos do PUSC) são acusados de corrupção por pagamentos ilícitos em duas instituições costarriquenhas. Nesse momento, a visão de camaradagem entre estes partidos significou uma baixa considerável da sua popularidade. A investigação judicial destes dois ex-presidentes se somou à outra investigação judicial em relação ao ex presidente Figueres Olsen.

Todos estes acontecimentos têm uma origem comum: envolvem os dois partidos principais que fortaleceram e protagonizaram o período bipartidário. Uma reação lógica ante estes acontecimentos, numa sociedade costarriquenha com mais de 60 anos de tradição democrática, nos leva a pensar que a

¹⁹ Político e empresário mexicano confrontou acusações do Governo dos Estados Unidos por suposto “lavado” de dinheiro proveniente do narcotráfico (<http://www.washingtonpost.com/wp-srv/inatl/longterm/mexico/stories/hank060299.htm>).

resposta para encarar este tipo de política, que gerava mal estar numa porção significativa da população, era a aparição e fortalecimento de novos atores partidários. Esta pesquisa concorda com o pensamento de Rovira que indica que o sistema partidário costarriquenho está experimentando um período de transição. Rovira (2007: 131) indica:

“...la transición se expresa, eso si, con tendencias inconfundibles de las dinámicas de cambio de los sistemas partidarios, aunque con intensidades particulares: desalineamientos partidarios, volatilidad electoral (Sánchez, 2003), abstencionismo en aumento (Raventós et al. 2005, 219 y ss.), pero con un lento proceso aún de reconfiguración de nuevas lealtades partidarias o de realineamiento, si el cual –este último-, que constituye el cemento que le da cuerpo y estabilidad de largo plazo a los sistemas partidarios, no se puede anticipar con certeza un nuevo y duradero tipo de estos.”

Sobre o sistema partidário e sua categorização hoje, a ciência política costarriquenha ainda não definiu uma posição. Diferentes analistas concordam que é cedo para indicar que a Costa Rica transformou definitivamente seu tradicional sistema bipartidário para um sistema multipartidário. No entanto, isso não significa que o sistema partidário possa ter uma virada novamente para um sistema bipartidário, dado o passado histórico da Costa Rica. O debate em torno do sistema partidário hoje aponta para um pluralismo moderado (ROVIRA, 2001 e HERNANDEZ, 2009); outros acham que é um sistema de pluralismo ilimitado (BRENES, 2009) e também asseguram que é um sistema multipartidário moderado com oferta estruturada (Programa Estado de la Región, 2011). Para efeitos desta pesquisa, vamos considerar o sistema partidário costarriquenho desde 2002 como multipartidário em recomposição (ROJAS, 2003). É, por conseguinte, ainda um sistema partidário que está em transformação, portanto, em uma situação aberta a renovação e inovação.

Capítulo II.

DIREÇÃO PARTIDÁRIA E CONTROLE DAS REGRAS ORGANIZATIVAS

1. Introdução

O presente capítulo identifica as modificações no estatuto do PLN para verificar como as lideranças controlam as regras nas suas organizações. Supõe-se que a coalizão dominante desse partido, que tomou o controle a partir de 2003, conseguiu dar estabilidade e sobrevivência ao partido frente a outros grupos que foram superados na conquista dos objetivos eleitorais do partido.

Poucos autores olharam para o interior da organização partidária nas décadas recentes, para saber até que ponto suas organizações seriam realmente afetadas pela direção partidária. Diante da falta de embasamento empírico a respeito de até que ponto as lideranças de fato controlam ou não a dinâmica intrapartidária, ou até que ponto os partidos estariam despidos de qualquer estrutura organizatória, devemos voltar nossas atenções para a organização partidária, procurando identificar parte do comportamento dessas lideranças.

Panebianco (2005), explica que o controle dos recursos é fundamental para a coalizão dominante. Esses recursos basicamente se limitam ao controle das “zonas de incerteza”; as quais constituem uma ampla agenda de pesquisa²⁰. Para dar conta da preocupação central deste capítulo que é o exame do controle das regras organizativas por parte das diferentes direções partidárias, focalizamos as modificações estatutárias no período de estudo da pesquisa, cruzando a informação com a conformação da coalizão dominante que explicaria as dinâmicas organizativas dentro do PLN.

Partindo da premissa de que a mudança organizacional é complexa e multifatorial, como Katz e Mair (1990) argumentam, as leis eleitorais não poderiam funcionar constantemente como variável independente em todas as mudanças dos partidos políticos. Também é de conhecimento comum que as leis eleitorais, finalmente, são “controladas” pelos próprios partidos políticos através da criação de instituições legislativas (são os próprios partidos políticos que propõem e votam as leis) estabelecidas nas democracias representativas. Isto significa que também é possível que as leis eleitorais possam funcionar como variável dependente, tanto de processos intrapartidários, como catalisador de forças fora dos partidos políticos (ALFARO, 2001).

²⁰ Constituídas pelos seguintes aspectos: a competência; as relações com o ambiente externo; a comunicação interna; o controle das regras organizativas; as fontes de financiamento e o recrutamento político (PANEBIANCO, 2005).

Além dos argumentos que indicam Katz e Mair (1990), as mudanças na organização partidária sempre deixam oportunidade para o partido se adaptar nas condições novas. Em outras palavras, novos desafios para o partido político são traduzidos em novos elementos que o próprio partido deve introduzir na sua organização para seguir sua influência política. O PLN, considerado um partido consolidado e com certo grau de autonomia, consegue reformular seus estatutos e seguir competindo pelas parcelas de poder, tanto internas como externas.

A primeira parte deste capítulo discute a “decomposição” do conceito de coalizão dominante, localizando sua dinâmica e representação na direção partidária, especificamente em seu Comitê Executivo Nacional (CEN). Identifica-se antecedentes e dados do CEN, com o intuito de explicar padrões da dinâmica política do PLN.

Na segunda parte deste capítulo, se expõe o controle das regras organizativas, delimitando a pesquisa no estatuto do partido. Basicamente são examinadas modificações no mesmo e se compara com as administrações de cada uma dos CEN no período de estudo. Realiza-se também uma classificação dessas modificações, com o objetivo de identificar o tipo de mudanças, detalhando artigos específicos vitais para os dirigentes partidários.

A terceira parte relaciona a mudança organizativa com as mudanças na direção partidária, as regras organizativas e uma parte das estratégias da coalizão dominante para fortalecer sua influência e autoridade interna.

2. O partido político: estabilidade, declínio ou evolução?

De acordo com BRAGA e BORGES, 2008, os autores “clássicos” e os “contemporâneos” concordam em que, os partidos políticos e as suas atividades somente se tornariam inteligíveis quando analisados como organizações. Em outras palavras, o estudo do partido político teria que priorizar a pesquisa sob elementos que determinariam tanto as relações públicas estruturais do partido, assim como aspectos da vida privada do funcionamento sistêmico.

Para as finalidades deste trabalho opta-se por recorrer àquelas análises que privilegiam a dimensão do poder organizativo, isto é, que explicam as dinâmicas de funcionamento internas e de relações com os ambientes externos por meio das alianças e dos conflitos pelo poder entre os diferentes atores partidários (BRAGA e BORGES, 2008). A utilização desta análise implica a possibilidade de

compreender o partido político como um espaço que contem as dinâmicas intrapartidárias (conflito, cooptação e acordo-consenso), e compreender ele como a variável independente em frente da tradicional noção em que, o partido estava sujeito as diferentes ações que o “ambiente” gerava. Nesse sentido, o ambiente é tradicionalmente a variável independente e o partido político uma das variáveis dependentes.

Para complementar a ideia do partido político -e suas dinâmicas intrapartidárias, é necessário compreender que todas as organizações estão sujeitas as variáveis ambientais (sistema normativo, mudanças nas regras suprapartidárias, reformas no financiamento político, democracia interna, entre outros), mas, isso não significa que a operacionalização dessas mudanças tem que, necessariamente, ser submetidas a debate e confrontação no interior da organização. O “ambiente” gera elementos que os partidos obrigatoriamente têm que cumprir -o caso das leis, as quais tem caráter supranacional-, mas o partido mesmo decide como vai cumprir esses novos elementos.

Para entender esta ideia, é necessário perceber os partidos políticos como atores que tem diferentes capacidades de influencia, controle ou poder, dentro da arena política. Nesse sentido, os partidos pequenos (partidos de baixa institucionalidade, com poucos filiados e estruturas organizativas fracas) provavelmente cederiam mais facilmente às pressões do organismo eleitoral para mudar suas estruturas de acordo com sua noção. Ao contrario, partidos grandes (partidos institucionalizados, com uma base de apoio social forte e estruturas organizativas consolidadas) teriam maiores possibilidades de exercer seu poder na arena política e poderiam inclusive cumprir as mudanças suprapartidárias (ambiente) segundo suas próprias “interpretações”.

Nesse sentido, são justamente as relações de poder (dinâmica intrapartidária horizontal principalmente) que determinariam como o partido vai agir em frente de determinado fator ambiental.

Braga e Borges (2008) referem-se a este ponto como um resultado natural que tem que ver com as características próprias dos partidos políticos. Eles indicam que uma das determinações conscientes das lideranças organizativas é disputar e conservar o poder decisório intrapartidário, e não apenas influenciar as lutas e o exercício do poder da organização. Segundo os autores, quanto maior o controle dos grupos dirigentes sobre o maior número das zonas de incerteza mais recursos organizativos eles agregarão, o que redundará em mais poder e, portanto, em maior grau de manutenção da estabilidade organizativa. Em outras palavras, quanto maior poder organizativo concentrado nas mãos dos dirigentes partidários mais estes conseguem levar a cabo seu objetivo primordial, qual seja, a

sobrevivência da organização diretamente. Mas indiretamente o que está em jogo é a própria continuidade das linhas de autoridade legitimadas internamente.

A análise de Braga e Borges concorda com a proposta de clássicos como Lapalombara e Weiner, e também com autores consolidados como Angelo Panebianco. Nesse sentido, estes autores reivindicam a autonomia do partido (entendido como um espaço de confrontação, de lideranças, de poder) em frente de outros atores no sistema político. A compreensão da dinâmica organizacional precisa seguir a premissa segundo a qual o objetivo primordial da liderança partidária é não apenas a sobrevivência da organização, mas a manutenção da estabilidade organizativa, isto é, a conservação das linhas de autoridade internas ao partido. Nesse sentido, para atingir essa meta os dirigentes organizativos precisam desenvolver atividades de diversos tipos conforme a estratégia escolhida. A lógica dessa estratégia, por sua vez, dependerá das características dos equilíbrios de poder internos (a conformação da coalizão dominante) e das relações da estrutura partidária com os seus ambientes externos .

O desenvolvimento dos partidos claramente será afetado pelo ambiente, conjuntura e circunstâncias, mas também testa a capacidade de adaptação e mudança num determinado espaço político (por exemplo, é importante lembrar que os partidos políticos podem ser analisados no nível nacional, estadual ou municipal; neste caso particular, a pesquisa tem um caráter nacional).

Esta ideia de adaptação é abordada pelo estudo de Katz e Mair (1997) sob evolução dos partidos políticos. Uma breve explicação desta noção de evolução indica que existe um traço comum no estudo da relação dos partidos com a sociedade civil. A partir deste tema Katz e Mair discutem duas implicações que estão inseridas no debate da ciência política: a utilização do partido de massas, tradicionalmente ligado ao conceito de democracia e ao ideal de estrutura social, como modelo para julgar os outros partidos e a subestimação dos graus ou níveis das relações entre os partidos e o Estado.

Conforme as ideias dos autores, o modelo de partido de massas implica um processo linear de desenvolvimento partidário que sugere um horizonte limitado: a estabilidade ou o decaimento. Esta ideia omite a possibilidade do partido evoluir nos diferentes contextos e períodos da história.

Há um processo dialético no desenvolvimento dos partidos nas democracias ocidentais; nesse sentido, a criação de novos partidos com novos perfis e novas características apontam que os partidos de massas são apenas uma fase (*stage*) de um processo contínuo de evolução dos mesmos. Esse processo apresenta uma “symbiosis” ou tendência mais próxima entre o partido e o Estado, que gera

partidos denominados partidos cartel. Nessa preocupação por estabelecer o partido como uma correia de transmissão eficaz entre população e governo, se “perdeu” uma ideia: a politização não é equivalente a integração política; integração pressupõe uma vontade geral, por uma sociedade para oferecer e aceitar de pleno direito parceria política de todos os cidadãos, sem reservas. As consequências da integração no partido da classe média dependia da resposta de outras forças no sistema político existente, em alguns casos as respostas foram tão negativas como para conduzir à integração tardia no sistema político ou para fazer sua desintegração (KIRCHHEIMER, 1966).

A aparição do “catch all parties” concebeu uma mudança na noção do partido como representante de certos setores da sociedade. Três elementos basicamente foram determinantes: a erosão dos limites sociais tradicionais no início dos anos 50 - que significou o enfraquecimento de identidades distintivas-, o crescimento econômico e a importância dos sistemas de bem-estar, e o desenvolvimento dos meios massivos de comunicação que facilitaram os partidos a levarem suas propostas de um modo mais geral, convertendo o eleitor em consumidor.

Sobre os partidos “catch all”, Gunther e Diamond (2001: 37) explicam:

These parties are distinguished by their shallow organization, superficial and vague ideology, and overwhelmingly electoral orientation. The overriding, if not sole, purpose of catch-all parties is to maximize votes, win elections, and govern. To do so, they seek to aggregate as wide a variety of social interests as possible. In societies where the distribution of public opinion (on a left-right continuum) is unimodal and centrist, catch-all parties strive to capture the median voter by appearing moderate in their policy preferences as well as behavior. In an effort to expand their electoral appeal to a wide variety of groups, their policy orientations are eclectic and shift with the public mood. Lacking an explicit ideology, catch-all parties tend to emphasize the attractive personal attributes of their candidates, and nominations are largely determined by the electoral resources of the candidates rather than by such organizational criteria as years of experience in, or service to, the party.

Quanto aos partidos “catch all”, as eleições giram mais em torno do candidato e menos na proposta programática; ademais, o comportamento eleitoral muda de predisposições partidárias para escolhas “individuais”, ou seja, o compromisso do votante com o partido não é tão restrito e torna-se mais autônomo ou independente do partido, entre outros . Nesse sentido, o partido estava mais na direção do estado que perto da sociedade civil (KATZ e MAIR, 1997).

Portanto, o partido de massas é um partido da sociedade civil, que nasce do eleitorado, com a intenção de entrar no Estado e mudar políticas públicas ao longo do tempo. Os partidos “catch all” não emergem diretamente da sociedade civil, mas se estabelecem entre a sociedade e o Estado, tendo como

objetivo influenciar este último desde fora, além de tentar satisfazer as demandas que exigem seus consumidores no curto prazo.

Assim como o partido sofre uma evolução, também os limites entre o Estado e o partido mudam. Isso envolveria diferentes fases; a primeira é a relacionada com o regime liberal do final do século XIX: limitações políticas, principalmente em relação ao voto é a característica mais notada. Também se destaca a noção do “interesse único” no qual o governo deveria programar as políticas públicas necessárias e os partidos encarregados (partido de quadro ou fração eleitoral), naturalmente, de influenciar nesse interesse público para favorecer seu segmento social. A outra fase tem a ver com o partido de massa que envolve membros, estrutura formal, reuniões de partido, ação coletiva e organizada, imprensa do partido e comunicação em geral. Além disto, a relação entre partidos, Estado e sociedade civil é realçada nesta fase do partido político.

A terceira fase da evolução inclui partidos de massa que perdem sua consistência; partidos de esquerda e direita mudando para ser partidos “*catch all*”. Nesta fase o partido não enfatiza a homogeneidade social, abastece-se de membros segundo acordos contingenciais na política e procura ampla audiência para conseguir objetivos eleitorais, mesmo que as ideologias dos seus apoiantes/simpatizantes sejam divergentes. Os partidos são menos agentes da sociedade civil, e atuam mais como *brokers* entre a sociedade e o Estado. Por um lado, os partidos apresentam demandas da sociedade civil para o Estado, mas pelo outro lado eles são conectores que apoiam ou defendem políticas públicas que formulam a burocracia estatal (KATZ e MAIR, 1997).

As eleições convertem-se em possibilidades de escolha entre vários líderes de “times”. Esta nova concepção da democracia, que condenava a oligarquia nos partidos, hoje aparece como uma virtude. Portanto, o modelo *catch all* funciona tanto para os líderes do partido e suas redes, como para o sistema normativo em geral.

Este movimento do partido para o Estado envolve, sobretudo, várias implicações. Entre elas estão a redução nos níveis de participação partidária, devido às preferências dos eleitores em investir seus esforços diretamente nos grupos que poderiam apresentar suas demandas com maior eficiência, portanto, a identificação destes eleitores é mais próxima aos grupos da sociedade civil do que aos partidos políticos. Esta situação, além da dificuldade da filiação de membros provoca problemas com a obtenção de recursos (financeiro e de mobilização).

Portanto, a noção de conciliação de interesses faz com que os partidos procurem a cooperação para a própria sobrevivência do sistema partidário, que ao mesmo tempo beneficia o establishment político. Ainda, o contexto social tem forte influência em cada fase do partido, mas as chaves para compreender os tipos de partido radicam basicamente nos seus objetivos em política e nas bases de competição inter-partidária.

Esta nova noção da política exige dos atores certa capacidade de competição (ou mesmo não-competição), de negociação e de cooperação. As estratégias eleitorais mudam as campanhas, os objetivos, os perfis dos membros, das lideranças e especialmente dos antigos recursos legitimadores do partido. Nesse decorrer evolutivo, nesse movimento do partido na esfera estatal, é que aparece o partido cartel.

Katz e Mair (1997: 112-113) definem os partidos cartel como:

“Parties are groups of leaders who compete for the opportunity to occupy government offices and to take responsibility at the next election for government performance” e adiciona “Democracy lies in the currying of public favour by elites, rather than public involvement in policy-making”.

A fase dos partidos cartel reduz dramaticamente a vitória ou a derrota quanto às oportunidades políticas em questão. Os partidos substanciais (se entende aqui os partidos com certa capacidade de competir e conseguir parcelas de poder) têm acesso e oportunidade para negociar e colocar seus interesses nas arenas políticas. Outro traço apontado é que os meios de comunicação hoje permitem que os partidos possam estar próximo ao eleitor, sem participar diretamente no governo (KATZ e MAIR, 1997).

Estas ideias apontam para critérios de eficiência democrática, tentando descrever os votantes como consumidores que procuram repostas ao curto prazo de grupos de profissionais (partidos políticos) que não pertencem à esfera da sociedade civil, nem procuram passar como associações desta. A democracia consistiria mais em um esforço de manter a estabilidade social que na procura da mudança social. Nessa ideia, as eleições deveriam ser o ato que legitima a constituição desse “pacto”, enfatizando que a democracia se converte num serviço social que deve fornecer o Estado para a sociedade civil.

Entre alguns dos desafios que tem o partido cartel, está o combate à posições próximas ao neo-corporativismo e elementos desestabilizadores de seu *status quo*. Em outras palavras, este tipo de democracia e de atuação dos atores poderia trazer contra-respostas que levariam os novos partidos

progressistas e opositoristas (anti-stablishment ou anti-partido) a grupos radicalizados que ameaçam o projeto democrático dos partidos cartel.

Outra distinção que aponta esta pesquisa sobre o partido cartel é que, os líderes, no seu desejo de maior autonomia, devem procurar “neutralizar” os membros mais “ideológicos do partido” que podem fazer objeções a estratégias eleitorais mais abrangentes. Para isso, os líderes passam a democratizar o partido²¹, permitindo a participação de um maior número de pessoas nos processos decisórios e fazendo cada vez menos exigências para essa participação (essa democratização, no entanto, poderia ser ilusória, pois as lideranças ainda têm a prerrogativa de apresentar as listas que serão votadas ao nomear os candidatos à direção, os filiados participam cada vez menos das discussões programáticas etc.).

3. Coalizão dominante e direção partidária

O partido político entendido como organização permite compreendê-lo como um espaço dinâmico em que confluem diferentes ideias, noções, posições e interesses. Sob essa perspectiva, os partidos podem ser investigados a partir de sua fisionomia, seu funcionamento intrapartidário e também sob o aspecto das suas dinâmicas organizacionais internas e externas (BRAGA e BORGES, 2008). Essa compreensão também delimita um espaço de negociação e confrontação de forças ao redor de temáticas variadas. Esse espaço contará com um ordenamento que ditará as regras do jogo e, eventualmente, definirá uma hierarquia dentro da organização.

Essa hierarquia pode ser vista como uma elite dirigente do partido que conformaram um grupo que responderá ante seus outros partidários, mas que também terá que confrontar outros grupos interessados em alcançar essa posição de poder. Nesse sentido, Panebianco (2005) explica que, muitas vezes, o verdadeiro objetivo dos dirigentes das organizações não é alcançar os objetivos em vista dos quais a organização se constituiu, mas a salvaguarda das próprias posições de poder, mantendo a sobrevivência organizativa.

²¹ A democracia interna em um partido assume a adoção dos princípios do sistema político [a democracia] dentro da organização. De uma perspectiva pluralista que significa a inclusão da adoção, jurídica dos valores democráticos como a liberdade de expressão e liberdade de escolha dos seus membros e, portanto, utilizado mecanismos competitivos no processo de decisão, a participação de afiliado no partido formação da vontade e da existência de canais que permitem o exercício efetivo do controle político (Freidenberg, 2004).

Nesse sentido, numa organização consolidada, as atividades voltadas para assegurar a sua sobrevivência são geralmente preponderantes em relação às atividades vinculadas à busca da realização dos objetivos. Dessa forma, a dinâmica intrapartidária suporia que os diferentes agentes organizativos tentariam alcançar uma pluralidade de objetivos frequentemente opostos entre si, restando poucas dúvidas de que o equilíbrio organizativo dependeria do modo pelo qual os líderes fazem a mediação entre as demandas específicas em disputa (PANEBIANCO, 2005).

Essa liderança partidária, segundo Panebianco, conformaria a coalizão dominante, procurando manter uma linha de autoridade no seu interior. A chave para o sucesso do equilíbrio ou estabilidade organizativa de um partido repousa na distribuição, pela coalizão dominante, de incentivos coletivos e seletivos para os membros partidários. Também dependerá das características dos equilíbrios de poder internos (a conformação da coalizão dominante) e das relações da organização com os seus ambientes externos. O controle sobre esses recursos faz da coalizão dominante o principal centro de distribuição dos incentivos organizativos no interior do partido (PANEBIANCO, 2005).

Identificar a coalizão dominante na prática do partido implica conhecer sua estrutura hierárquica e isso significa entender a organização superior do partido. Para efeito desta dissertação, se considera a direção partidária, órgão máximo de poder intrapartidário, responsável pelas principais decisões e pela representação formal da coalizão dominante. Entende-se direção partidária como os membros das comissões executivas, especificamente, os membros do Comitê Executivo Nacional (CNE) - Presidente, Secretário e Tesoureiro do *Partido Liberación Nacional*.

Pressupõe-se que a dinâmica interna em que age a direção partidária-CEN adquire a relevância necessária para entender as manifestações dos grupos de poder, dos conflitos e das alianças que se estabelecem no interior da organização. Desse modo, a variável decisiva para explicar os diferentes aspectos do funcionamento das organizações continua a ser a estrutura de poder do partido, a conformação da sua coalizão dominante e sua relação com os demais grupos internos bem como com o entorno (PANEBIANCO, 2005).

3.1 Antecedentes da direção partidária do PLN

Para entender o período de estudo (1990-2010), é necessário conhecer algumas características fundamentais de períodos anteriores, para poder enxergar com clareza algumas das mudanças que a conformação do CEN sofreu na década dos 90.

Com base na Tabela 3, pode-se identificar ciclos de estabilidade na conformação da CEN. Os períodos da direção partidária são entre 4 ou 5 anos, excetuando o caso da presidência, onde se destaca a concentração do poder ao redor de José Figueres Ferrer, líder histórico do partido e de Daniel Oduber; presidente do PLN por 20 anos. Depois das reformas de 1949²², Figueres Ferrer foi Presidente da República no período 1953-1958 e 1970-1974. Ele deteve a presidência do partido formalmente desde 1958 até 1970; depois exerceu seu poder através de Oduber. Sua morte em 1990 abriu uma lacuna de poder, fundamental para explicar uma parte dos conflitos internos do PLN na década dos 90.

Também chamam atenção outras figuras que acompanharam o Figueres em seu período na presidência do partido: Luis Alberto Monge foi secretário do partido desde 1967 até 1979, e Presidente da República no período 1982-1986. No caso de Oscar Arias Sánchez, foi secretário no período 1979-1984, eleito Presidente da República no período 1986-1990, e novamente no período 2006-2010. Nesse sentido, se observa que o fato de ser parte do CNE dava fortes poderes de pré-candidatura dentro do partido; a elite dirigente do partido estruturava o projeto político presidencial desde o CNE, fortalecendo sua capacidade de tomada de decisões interna²³.

Tabela 3.

Comitê Executivo Nacional no PLN, 1974-1995

Ano	1974	1979	1983-1984	1988-1989	1991	1994	1995
Presidente	Daniel Oduber				Carlos Manuel Castillo	Manuel Aguilar Bonilla	Rolando Araya Monge
Secretário	Luis Alberto Monge	Oscar Arias Sanchez	Rolando Araya Monge	Walter Coto Molina			
Tesoureiro	Eugenio Rodriguez	Alonso José Lara	Humberto Perez	Saul Weisleder			Moisés Fachler

Fonte: Elaboração própria com base em “Historia” em <http://www.pln.or.cr> e atas do partido em TSE. Para ver lista completa ver Anexo nº3.

²² Para mais informação sobre a conjuntura de 1949, ver capítulo 1 deste trabalho.

²³ Sobre os períodos dos mandatos do CEN, serão de 4 anos com possibilidades de reeleição consecutiva.

3.2 O controle das regras organizativas: o estatuto

O controle das regras organizativas é um dos recursos que a direção política (coalizão dominante) precisa comandar, buscando assegurar as zonas de incerteza. Nesse sentido, Panebianco (2005) indica que a definição e manipulação das regras formais demarcam “o terreno em que ocorrerão os confrontos, as negociações e os jogos de poder com outros agentes organizativos”. Aponta que na interpretação das regras, a coalizão dominante tem uma vantagem frente aos outros agentes organizativos. No entanto, Panebianco (2005) também adverte que o estatuto é “pouco mais do que um ponto de partida para a análise organizativa de um partido político”; isto pelo caráter impreciso e inconstante das regras, as quais podem ser mudadas dependendo do conflito e do contexto em que estas se desenvolvam. Justamente essa imprevisibilidade oferece a possibilidade de modificar a regra e manuseá-la de acordo com os interesses da direção partidária.

As modificações no estatuto assinalam uma necessidade e interesse especial em mudar condições já dadas. Em outras palavras, ao contextualizar as mudanças, é visível que se precisam mudar determinados artigos, justamente pelo interesse especial que tinham as autoridades do partido. Caso se apresente a necessidade de modificar o estatuto, as modificações são feitas por meio de resoluções. Num mesmo ano se podem efetuar várias resoluções; sendo que um artigo poderia sofrer diferentes modificações ao longo da sua existência.

Atualmente o estatuto do PLN está dividido em 13 capítulos, contando com 173 artigos em total. Desde o ano de 1996, se identificam 28 resoluções; as resoluções são determinações intrapartidárias que podem mudar um ou mais artigos (por exemplo, a Resolução 178-02 modificou só um artigo, mas a Resolução 134-97 modificou 28 artigos). Isto significa que as 28 resoluções realizadas desde 1996, mudaram parcialmente o estatuto. A pesquisa identificou no período do estudo²⁴ um total de 66 artigos modificados; -desses 66 artigos, 9 foram revogados. Para efeito desta pesquisa, será alvo de estudo apenas os 57 artigos que sofreram modificações, mas que não foram revogados. No entanto, concentrar a pesquisa nesses 57 artigos que sofreram alguma modificação, poderia projetar falsos resultados. Uma análise minuciosa do estatuto indica que os artigos foram modificados mais de uma vez no período de estudo. Portanto, com maior detalhe na identificação dos artigos modificados, é possível enxergar especificamente algumas das temáticas principais de mudança, assim como

²⁴ O período de estudo da pesquisa é de 1990-2010. No entanto, só se obteve informação de modificações do estatuto a partir do ano de 1996. Segundo a pesquisa realizada no arquivo do TSE, se toma como estatuto base o estatuto de 1994 (Resolução 076-94), já que não foi possível encontrar estatutos anteriores a 1994. Os dados deste capítulo são baseados no estatuto atual do PLN, o qual se conseguiu no site do TSE (maio 2012).

identificar quantas vezes mudaram os artigos (Para saber mais sobre o estatuto e o detalhe das mudanças por artigo, ver Anexo nº 5).

Nesse sentido, a Tabela 4 mostra que no período de estudo, o estatuto sofreu um total de 144 modificações, sendo os anos de 1997 e 1999 os anos em que o estatuto sofreu mais modificações (37 e 33 respectivamente). Destaca-se 5 resoluções em particular que contabilizam um total de 83 modificações; estas modificações acontecem nos anos de 1997, 1999, 2004 e 2005. Esta informação quando comparada com os períodos das diferentes direções partidárias, permite observar que a mudança das regras organizativas coincide com os diferentes períodos do CEN, demonstrando o controle fundamental das regras do jogo para a consecução do projeto político do partido, segundo seus dirigentes.

Tomando a presidência do partido como indicador principal da direção partidária, no caso de Rolando Araya Monge (RAM), se contabilizam um total de 41 modificações. No caso do período de Sonia Picado Sotela (SPS), se contabilizaram 54 mudanças, e por último, no caso de Francisco Antonio Pacheco (FAP), nos 7 anos que esteve na presidência do partido, se realizarem 41 modificações. Analisando o período da última coalizão dominante, é importante destacar que esta concentrou a grande maioria das suas modificações nos dois anos anteriores à eleição nacional de 2006 e, depois dessa eleição, só modificou o estatuto em 9 ocasiões. Este dado se torna relevante quando se toma o fato que o PLN ganha as eleições presidenciais de 2006 e de 2010. Isto poderia indicar que as mudanças na organização formal se estabilizam com as vitórias eleitorais de 2006 e de 2010²⁵.

Também, entre os anos de 2001 e 2002, parece acontecer certa “transição” entre direções partidárias. Em outras palavras, as mudanças no CEN indicariam que estes anos foram de passagem de uma coalizão dominante que perde as eleições de 1998 e 2002, para outra que chega ao poder do partido, e consegue ganhar as duas próximas eleições.

²⁵ No capítulo 3 deste trabalho vão ser identificadas com detalhe os grupos que representam estes agentes.

Tabela 4.

Quantidade de modificações por ano, segundo resolução e direção partidária 1996-2010.

1996		1997					1998 ^a	1999				2000					2001	2002 ^a		2003	2004		2005			2006 ^b	2007	2008	2009	2010 ^b
104 TSE	013 97	033 97	134 97	136 97	165 97	175 97	113 98	006 99	045 99	096 00	145 00	219 00	234 00	235 00	002 01	210 01	107 02	178 02	037 03	021 04	032 04	079 05	237 05	254 05	-	019 07	002 08	086 09	-	
1	1	3	28	1	4	1	2	2	12	19	3	7	2	3	6	3	4	1	2	1	13	11	4	1	-	4	4	1	-	
RAM							SPS								MH	AGR/MS	FAP										BJ			
RG																LGS	CV/ON	ON				MS ON	ON RC	AC						
MF							AB								AB/RE	OA	OA/AO	AO				AF	AS	AS/ JB	JB	JB/AS				

=Faixa amarela: N° da resolução.

=Faixa branca: Quantidade de modificações, segundo resolução.

a/ Ano em que o PLN perde as eleições nacionais; b/ Ano em que o PLN ganha as eleições nacionais

Presidentes	Secretários	Tesoureiros
RAM: Rolando Araya Monge	RG: Rolando González	MF: Moisés Fachler
SPS: Sonia Picado Sotela	LGS: Luis Guillermo Solís	AB: Antonio Burgués
MH: Mireya Hernández	CV: Carmen Valverde	RE: Roxana Escoto
AGR: Ana Gabriela Ross	ON: Oscar Núñez	AO: Oscar Alfaro
MS: Marielos Sancho	MS: Maria Lidia Sanchez	AO: Alfredo Ortuño
FAP: Francisco Antonio Pacheco	RC: René Castro	AF: Ana Fumero
BJ: Bernal Jiménez	AC: Antonio Calderón	AS: Alex Sibaja
		JB: Jorge Bolaños

Fonte: Elaboração própria com base no estatuto do PLN, atas do partido em TSE, e em "Historia" em <http://www.pln.or.cr>

3.3 Classificação das modificações no estatuto

A classificação dos artigos modificados por assuntos permite averiguar o tipo de mudanças no período de estudo. Possibilita identificar também quais são as temáticas principais que sofreram alterações no estatuto. Nesse sentido, é possível chegar a conclusões enquanto aos focos principais de mudança no período de estudo²⁶. A investigação identificou 6 grandes temáticas que concentraram as modificações do estatuto do PLN: Recursos/Patrimônio do partido; Sanções aos membros; Participação da mulher; Candidaturas; Estrutura Organizacional e Outros (Para saber sobre as modificações identificadas, ver no decorrer do texto o item 3.4 *Principais temáticas de mudança*).

No caso da temática *Recursos/Patrimônio do Partido*, as modificações dos artigos pertencem ao capítulo V do Estatuto "Das Finanças". Basicamente explica a distribuição das contribuições na

²⁶ Destaca-se para efeitos deste estudo que, desde 1990 o sistema eleitoral costarricense experimenta mudanças, principalmente nos temas de financiamento dos partidos políticos, democratização das estruturas internas e funcionamento dos partidos políticos, a garantia da não discriminação de sexo, garantia da representação das minorias e a reeleição presidencial não consecutiva. Essas temáticas impactam diretamente sobre os partidos políticos devido ao caráter supranacional das leis eleitorais -Constituição Política e o Código Eleitoral-, supondo um desafio para as estruturas em envolver estas novas medidas na organização partidária (ALFARO, 2001; VARGAS, 2004).

organização do partido. Também indica porcentagens de investimento para formação e capacitação política; assim como questões específicas sobre as funções do tesoureiro e a legalidade das contribuições.

Em *Sanções aos membros*, os artigos pertencem ao capítulo IX “Tribunal de Ética e Disciplina”. Indica os casos em que um membro do partido pode ser destituído, assim como o procedimento pelo qual o membro do partido, uma vez julgado, pode fazer sua defesa. A classificação *Participação da mulher* contém modificações nos artigos do capítulo XIII “Dos órgãos consultivos”. Propõe os objetivos para garantir uma inclusão real da mulher nos diferentes instrumentos de decisão do partido. Também procura uma participação livre, aberta e representativa das mulheres nas candidaturas em todos os processos eleitorais internos, expondo o procedimento para assegurar posições das mulheres dentro do partido.

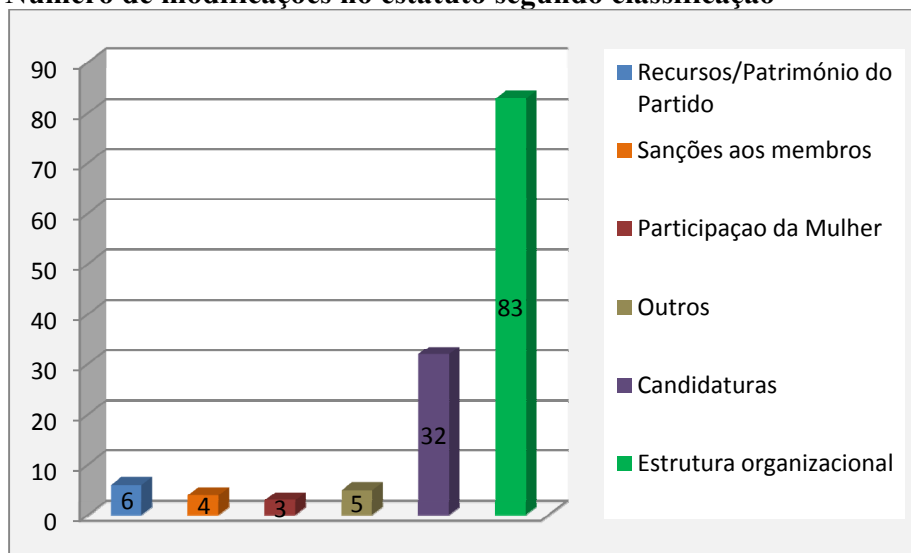
Na temática *Candidaturas* se identificaram um total de 11 artigos que sofreram 32 modificações no período de estudo, sendo a segunda categoria com mais modificações. Os artigos pertencem a 5 capítulos diferentes do estatuto: “Funcionários do Partido”, “Organização Nacional”, “Calendário dos processos eleitorais”, “Das Tendências”, e “Tribunal de Eleições Internas”. Basicamente, se incluem temas sobre os requisitos para ser candidato em cargos de eleição popular e para cargos dentro do partido. Também indica os mecanismos de votação, as porcentagens para ser eleito, os procedimentos, a metodologia e direitos e deveres dos candidatos, assim como das suas tendências. Ao mesmo tempo define as datas para a comemoração das eleições, nos diferentes níveis de direção do partido, assim como a segurança jurídica desses processos eleitorais.

A maior categoria identificada é a relativa à *Estrutura Organizacional*. Foram 33 artigos que sofreram um total de 83 modificações. Isto significa que, as modificações desta categoria representam 62% das modificações totais do estatuto no período de estudo. Portanto, a estrutura organizacional do partido foi a matéria com mais modificações, reafirmando os postulados que indicam que a organização interna é um fator fundamental para o funcionamento dos partidos políticos (BRAGA e BORGES, 2008). Estes 33 artigos identificados pertencem aos capítulos: “Estrutura do Partido: níveis de direção”, “Organização Nacional”, “Calendário dos processos eleitorais”, “Das tendências”, “Tribunal de ética e disciplina”, “Tribunal de alçada”, “Tribunal de eleições internas”, e “Órgãos consultivos”. A estrutura de poder procura ordenar os processos de tomada de decisão enquanto as candidaturas, mas principalmente organiza o partido segundo os órgãos, hierarquias, níveis de direção, funções e atribuições dos instrumentos do partido.

Para fins analíticos foram criadas as categorias *Estrutura Organizacional* e *Candidaturas*, para diferenciar e enxergar com mais detalhe o estilo das modificações. É impossível omitir que existe uma vinculação estratégica entre estas categorias: uma define quem vota (*Estrutura Organizacional*), e a outra define o perfil de quem pode receber esses votos, assim como o mecanismo de eleição (*Candidaturas*).

Por último, na categoria “Outros”, foram identificadas 5 mudanças que versam sobre temáticas como endereço físico da sede central do partido, mecanismos para convocatória de assembleias e procedimentos para mudar datas de convocatória.

Gráfico 1.
Numero de modificações no estatuto segundo classificação

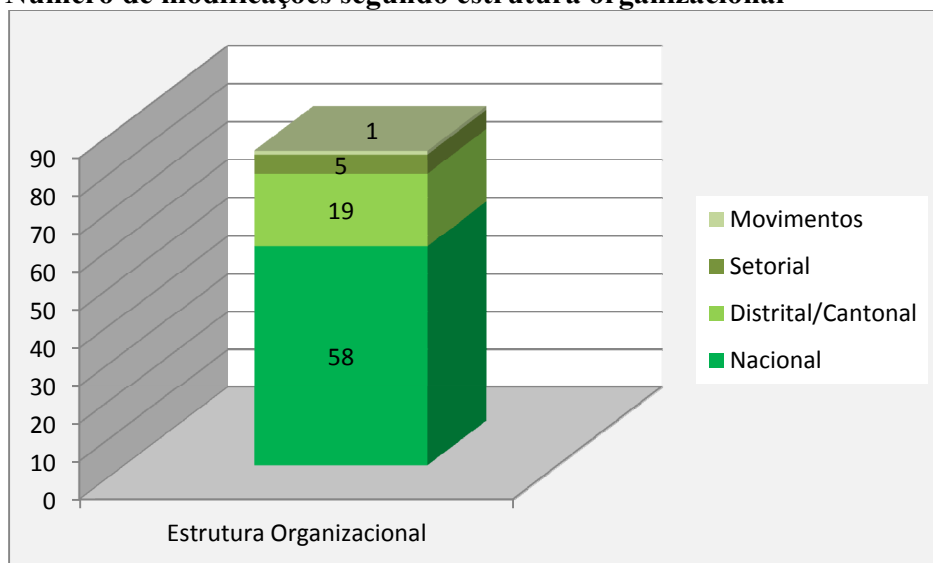


Fonte: Elaboração própria com base no estatuto do PLN.

O gráfico anterior evidencia que, sendo a estrutura organizacional a temática com maior numero de modificações, é fundamental conhecer os detalhes dessas mudanças. A estrutura organizacional do partido está dividida em 4 grandes níveis de direção: a Nacional, a Distrital/Cantonal, a Setorial e Movimentos. O Gráfico 2 indica que, do total das 83 modificações, a grande maioria foi feita no nível nacional.

Gráfico 2

Numero de modificações segundo estrutura organizacional



Fonte: Elaboração própria com base no estatuto do PLN.

Sobre a estrutura organizacional nacional, o capítulo VI do estatuto “A organização nacional”, detalha cada um dos órgãos, funções, atribuições e conformações desta estrutura. O artigo 63 indica:

Art. 63: São órgãos nacionais os seguintes: a) o Congresso Nacional; b) a Assembleia Nacional; c) o Comitê Executivo Superior Nacional; d) o Órgão Consultivo Nacional (Assembleia Plenária); e) o Diretório Político Nacional; f) o Secretariado Executivo; g) o Tribunal de Ética e Disciplina; h) o Tribunal de Eleições Internas; i) o Tribunal de Alçada; e j) os Foros. (Estatuto atual do PLN).

Segundo, cada um dos órgãos da estrutura nacional -segundo a hierarquia interna-, a contabilização das modificações foi a seguinte: O Congresso Nacional (CN) 4 modificações; a Assembleia Nacional (AN) 9; o Comitê Executivo Nacional (CEN) 7; a Assembleia Plenária (AP) 17; o Diretório Político (DP) 4; e por último os Tribunais (incluem Ética e Disciplina, Interno de Eleições e Alçada) que obtiverem 13 modificações. Portanto, a Assembleia Plenária (também conhecido como Órgão Consultivo Nacional OCN), assim como os Tribunais, sofreram a maior quantidade de modificações.

No caso das modificações na Assembleia Plenária (AP), se incluem mudanças nas funções e integração do Órgão Consultivo Cantonal, e do Órgão Consultivo Nacional. Nesse sentido, se destacam entre as funções desta assembleia, a eleição de 4 candidatos nacionais a deputado, que ocuparão os primeiros 4 lugares da província de *San José* -capital da Costa Rica. Poderia se inferir que as

mudanças na conformação deste órgão têm uma conexão direta com a possibilidade de ter maior influência e controle na escolha das 4 candidaturas a deputado nacional²⁷.

No caso dos Tribunais, as principais alterações se apresentam na integração e conformação; sendo os Tribunais mecanismos de fiscalização da conduta dos membros e das eleições internas, parece conveniente para a direção partidária ter certeza dos membros que integrariam esses organismos. Nesse sentido, Sánchez (2007b) explica que no caso do PLN, desenvolveu uma complexa estrutura permanente dirigida por uma Assembleia Nacional e um Comitê Executivo de três membros (Presidente, Secretário e Tesoureiro). Além disso, estabeleceu políticas e uma variedade de organizações como os movimentos de jovens e mulheres.

A Tabela 5 apresenta todos os artigos que tiveram 3 ou mais modificações no período de estudo, classificando-os e vinculando-os com o presidente do CNE no seu respectivo mandato. Além dos órgãos anteriormente mencionados, se podem encontrar nesta tabela, as modificações no Congresso Nacional, que é o órgão superior do partido em matéria ideológica e programática. Sua integração é ampla e sofreu muitas modificações ao longo do período de estudo; especificamente o artigo 67, que trata da conformação do Congresso, mudou em 4 ocasiões. Caso similar acontece com a Assembleia Nacional; o órgão de máxima hierarquia dentro do partido mudou sua integração e suas funções 4 vezes em 1997 e outras 4 vezes em 2005.

Outro aspecto que chama atenção no caso da classificação *Candidaturas* é que os artigos que tratam sobre o mecanismo de votação foram os que sofreram mais transformações. Tudo relativo ao método de eleição, tanto do candidato à presidência da república, assim como os candidatos a deputado e cargos eletivos no nível municipal concentraram a maior quantidade de modificações.

Também se pode considerar que o estatuto teve mudanças na estrutura organizacional distrital/cantonal. Como anteriormente explicou Sánchez (2007b), a organização no nível local adquire grande relevância, devido ao fato de que as organizações locais demonstraram ser capazes de mobilizar um grande número de eleitores, se mostrando como um fator crucial para a vitória eleitoral. Ressalta-se o caso do artigo 101, que estipula a data e o número de *delegados* das assembleias *distritales*. O distrito é a menor divisão político-administrativa em matéria eleitoral.

²⁷ Nesse sentido, é necessário ter em consideração que o sistema parlamentar costarriquenho é unicameral, com uma representação nacional de 57 deputados, os quais são escolhidos segundo as 7 *provincias* que conformam a divisão político-administrativa do país. Caso de *San José*, a capital da Costa Rica, tem uma representação de 20 deputados. Isto indicaria que, a possibilidade de colocar 4 candidatos no primeiro lugar da lista, asseguraria certo controle das linhas de autoridade do partido -e eventualmente do Executivo- na arena parlamentar.

Tabela 5.

Classificação e modificações dos artigos, segundo período do presidente do partido (1996-2010)

Nº Art	Classificação	RAM			SPS		MH	AGR MS	FAP								Total
		1996	1997	1998*	1999	2000	2001	2002*	2003	2004	2005	2006*	2007	2008	2009	2010*	
163	AP/OCN		1		2	1		1			1						6
166	AP/OCN		2		1		1								1		5
167	AP/OCN	1			1						1			1			4
72	AN		2								2						4
73	AN		2								2						4
79	CEN		1		1		1			1	1						5
67	CN		1	1						1	1						4
145	TA					1	1				1			1			4
149	TEI		1			1					1						3
122	Trib. Ética					1					1			1			3
76	Diretório Pol.		2								1						3
110	Outros		1		1								1				3
14	Requisitos				1		1	1		1							4
84	Direito/voto				2	1				1							4
154	Seguridade eleições				2	2											4
85	Mecanismo de eleição				1	2				1							4
109					1			2			1						4
83					2					1							3
86						2				1							
108	Candidatos				1	1				1							3
101	AD		1		2	1		1			1						6
103	AC		1						1	1			1				4
32	AC		2					1									3
104	AP		1							1							2
54	Recursos		1			1					2						4

* No ano de 1998 e 2002, o PLN perdeu as eleições nacionais. No entanto, ganha as eleições nacionais de 2006 e 2010.

Classificação

Estrutura Organizacional Nacional	Candidaturas	Estrutura Organizacional Distrital/Cantonal	Recursos/Patrimônio
--	---------------------	--	----------------------------

AP/OCN: Assembleia Plenária ou Órgão Consultivo Nacional; AN: Assembleia Nacional; CEN: Comitê Executivo; Nacional; CN: Congresso Nacional; TA: Tribunal de Alçada; TEI: Tribunal de Eleições Internas; AD: Assembleia Distrital; AC: Assembleia Cantonal; AP: Assembleia Provincial

Fonte: Elaboração própria com base em estatuto do PLN e atas do partido.

3.4 Principais temáticas que passaram por modificações

Baseado nos resultados deste capítulo, que incluem investigação só sobre o estatuto, se identificaram 3 grandes temáticas gerais de mudança: a seleção de candidatos, o financiamento político e a participação da mulher.

3.4.1 Seleção de candidatos

A Tabela 5 mostrou que a classificação “*Estructura Organizacional Nacional*” e “*Candidaturas*” sofreram diversas modificações, principalmente desde 1997 até o ano de 2005. Essas mudanças identificadas se referem, especialmente, à seleção de candidatos a presidente e deputado²⁸. A partir da metade da década de 1980, o PLN mudou o mecanismo de seleção de candidatos presidenciais. As prévias para eleger o candidato que disputaria as eleições presidenciais pelo PLN, que tradicionalmente se limitava à participação dos militantes por meio da Assembleia Plenária, mudaria para um sistema de primárias abertas. No decorrer deste texto, se pretende explicar como mudou a seleção de candidatos nas prévias no PLN, tendo em vista que esta é uma das mudanças fundamentais identificadas no estatuto. Para entender esta modificação, é necessário conhecer alguns antecedentes do mecanismo antes do período 1990-2010.

Já foi apontado que o papel dos líderes históricos do partido se concentrou na manutenção da unidade dentro do PLN. Assim, se observou como o controle do partido se concentrava na figura de Figueres Ferrer, e seus outros dois colegas, os ex-presidentes Daniel Oduber (1974-1978) e Francisco Orlich (1962-1966). Entre eles eram resolvidos os assuntos principais de disputa partidária e inclusive tomavam decisões importantes sobre o futuro do partido. Através de acordos entre estes três líderes, era determinada a ordem em que os candidatos presidenciais se postulariam e, em muitos casos, também formavam a composição das listas de deputados. Mais tarde, essas decisões seriam trasladadas à Assembleia Geral do PLN para ser aprovadas num processo de prévias fechadas (SANCHEZ, 2007b: 241).

De fato, pelo menos em seus primeiros 35 anos, o PLN era verticalmente dirigido por seus principais fundadores. No entanto, o controle estrito dos seus líderes começou a se desgastar quando se organizaram as eleições internas abertas em 1985 (antes desta data, as eleições se realizavam tradicionalmente na Assembleia Nacional do Partido). Neste ano, o PLN organizou a eleição primária

²⁸ No quarto capítulo desta dissertação se analisa com detalhe exatamente quais foram as razões da mudança. Neste capítulo se pretende explicar as modificações em geral, segundo o estabelecido no estatuto.

aberta²⁹ (prévias) na qual foi eleito como candidato Oscar Arias Sánchez, que recebeu 63% dos votos sobre Carlos Manuel Castillo Morales. Arias, que havia sido secretário-geral do PLN (Ver Tabela 3), derrotou o candidato que teve o apoio da liderança histórica do partido, incluindo os ex-presidentes Figueres e Oduber. O sistema tradicional de sucessão de baixo perfil caracterizado pela negociação e compromisso foi substituído por disputas eleitorais abertas e públicas. Esse padrão de eleição aberta para escolher o candidato presidencial continuaria até as prévias de 2005, momento em que a coalizão dominante muda o estatuto.

Basicamente a eleição aberta consiste em uma "Convenção Nacional" (No Capítulo IV se discute amplamente as repercussões deste mecanismo), processo pelo qual o candidato é eleito para concorrer à Presidência da República, ou seja, que vai representar o partido nas eleições nacionais. Esta nomeação deverá ser ratificada pela Assembleia Nacional. Qualquer pessoa devidamente inscrita no "Cadastro Nacional Eleitoral" pode participar e votar nas eleições internas abertas. Para votar, precisa assinar uma folha de adesão ao partido, que é basicamente uma adesão moral (ROVIRA, 2001, SANCHEZ, 2007b; PICADO, 2007).

Sobre estas mudanças, Picado (2008) assinala três elementos-chave para compreender as modificações nos processos de seleção de candidatos: o primeiro elemento surge na década de 90, quando o organismo eleitoral na Costa Rica (TSE) promoveu a democratização dos partidos políticos por meio do Código Eleitoral de 1996 (lei 7675) em três níveis: a preferência para participação aberta nos processos de seleção de candidatos e autoridades, a paridade de gênero (que vai ser explicada no decorrer deste texto) e a introdução de mecanismos de *responsividade*. Em segundo lugar, afirma que o fato de realizar eleições abertas melhorou a percepção pública do partido, pois une a ideia de democracia com eleições abertas. Segundo Picado, em conexão com o enfraquecimento do modelo tradicional de desenvolvimento da Costa Rica com base na política de substituição de importações, o enfraquecimento das clivagens que surgiram na Guerra Civil de 1948, e o surgimento gradual dos sintomas de crise no sistema partidário, o PLN procurou formas alternativas de estabelecer ligações com o eleitorado e com a noção de ser um partido verdadeiramente democrático. Finalmente, aponta que as organizações internacionais envolvidas em questões eleitorais, têm colocado pressão para

²⁹ Eleições internas são entendidas, para os efeitos desta dissertação, como eleições organizadas internamente nos partidos políticos para escolher seus futuros candidatos, o que permite qualquer participação dos cidadãos com as condições mínimas para o exercício do direito ao sufrágio. São, portanto, primárias abertas. Porque as eleições internas são organizadas pelas próprias partes, sem qualquer intervenção direta de qualquer agência governamental. A pessoa que vota nesta eleição assina a adesão ao partido. No entanto esta adesão tem apenas um compromisso formal, ou seja, não tem caráter de filiação em termos reais.

reformular mecanismos eleitorais procurando garantias de processos democráticos dentro dos partidos políticos (PICADO, 2008).

No entanto, esta explicação ignora que os partidos na Costa Rica têm liberdade para interpretar e aplicar a norma, de acordo com as condições da organização. Nesse sentido, embora haja uma tendência de buscar a democratização das estruturas e os mecanismos de seleção, a igualdade de gênero e outros elementos relacionados com a pluralidade de condições, cada partido pode escolher seu próprio método de adaptação e sobrevivência. O exemplo mais claro é que ao longo do período estudado, nem todos os partidos têm as mesmas formas de seleção dos candidatos aos cargos públicos.

Os indícios dessa mudança parecem indicar que a partir do enfraquecimento da liderança tradicional dos fundadores do partido, as novas gerações em 1985, conseguiram que o partido adaptasse o mecanismo de seleção de candidatos e isso fez possível a nomeação de Arias como candidato do partido. A morte de Figueres e Oduber em 1990 e 1991, respectivamente, provocou um vácuo de poder que fez que às prévias abertas se tornassem um mecanismo de resolução de conflitos.

Esse padrão de prévias abertas para a seleção de candidatos presidenciais foi utilizado nos pleitos de 1989, 1993, 1997 e 2001. No entanto, neste último ano (2001), mudou também o mecanismo de seleção de candidatos para deputado, passando de um modelo tradicional de eleição na Assembleia Plenária, para um modelo de eleição por meio de prévias abertas (exatamente igual à eleição do candidato presidencial). Aqui se faz necessário apontar neste ponto uma breve explicação da eleição dos deputados nacionais. Anteriormente, se explicou que Costa Rica é unicameral; os deputados são eleitos por listas fechadas e pré-ordenadas, propostas pelos partidos políticos para eleger, segundo um modelo proporcional, os 57 deputados que conformam a Assembleia Legislativa. Nesse sentido, os partidos políticos selecionariam internamente os candidatos por cada uma das circunscrições territoriais (sete no total) por meio do voto direto.

Em 1993, o PLN já havia realizado um plebiscito³⁰ interno para saber se era possível realizar prévias abertas para eleger os candidatos a deputado. O plebiscito foi positivo, mas, a elite do partido decidiu aplicar o mecanismo de prévias abertas somente em 2001. Picado (2008: 11) explica:

³⁰ O plebiscito queria estabelecer a eleição direta como o sistema de seleção de candidatos a legisladores, e foi apoiado por 431.948 *liberacionistas*. Esse número representou 84% dos votos na época (La Nación, 1997).

“El primer paso lo había dado el PLN en 1993, cuando se celebró un plebiscito intrapartidario en el que se decidió que en lo sucesivo la selección de candidatos a diputados sería por convención abierta, en lugar de ser decisión exclusiva de la Asamblea Nacional del Partido. Hasta ese momento lo usual era que en las asambleas nacionales se impusiera el criterio de los principales líderes de cada partido. De esa manera las élites partidarias consolidaban su control y se afianzaban vínculos de lealtad que redundaban de alguna manera en una mayor cohesión y disciplina de la futura bancada”.

“Las élites partidarias se enfrentaron a un dilema: por un lado, la conveniencia de abrir el sistema de elección a fin de dotar a la agrupación de una imagen más democrática que le hiciera más atractiva al electorado, pero que, por otra parte, podía generar enormes dificultades para asegurar líneas ideológicas y de lealtad partidista que garantizaran un desempeño coherente de la futura bancada. Ante las dudas, el nuevo mecanismo no se aplicó para las elecciones de 1994 ni de 1998”.

Seguindo os dados da Tabela 5 e a informação anterior, supõe-se que a nova coalizão dominante identifica que os processos de prévias abertas dificultam o interesse vital de sobrevivência e estabilidade da estrutura partidária. Uma prova disto seria que em 2004 e 2005 realizaram uma série de modificações no estatuto que no fim das contas volta ao modelo tradicional de seleção de candidatos a deputado, em que, por meio de uma votação na Assembleia Plenária, se escolhe e ratifica os candidatos.

Já no caso da eleição do candidato a concorrer à presidência, deveria ocorrer no primeiro domingo de junho (o mês pode mudar segundo o estatuto), no ano anterior às eleições nacionais. Para conseguir a nomeação, é exigido pelo menos 40% dos votos válidos na Convenção Nacional, ou seja, nas eleições primárias. No caso que envolve mais de dois candidatos e nenhum alcançar esse percentual, eles devem realizar uma segunda votação no último domingo do mês de junho, em que só participam os dois candidatos que obtiveram a maioria dos votos. Enquanto isso, a reforma de 2004, voltou para a eleição dos candidatos a deputado por meio do voto direto em Assembleia Plenária Nacional.

Ressaltam-se três fatores que foram apontados para justificar as mudanças na seleção de candidatos: primeiro, as divisões partidárias e aprofundamento da fragmentação; segundo, os altos custos econômicos para o partido e para cada candidato; e terceiro, a possibilidade de que os candidatos tentassem obter apoio popular de pessoas não relacionadas ou comprometidas com o partido (PICADO, 2007).

3.4.2 Financiamento dos partidos políticos

A regulação sobre financiamento político na Costa Rica é extensa e complexa. A legislação envolve a Constituição Política, o Código Eleitoral e todas as leis, decretos e normas relacionada com esta matéria³¹. Isto significa que, todas as mudanças identificadas no estatuto, necessariamente teriam vinculação com matéria suprapartidária. Nesse sentido, além de ser pouco o que os partidos podem criar ou inovar em termos de financiamento político, na verdade o TSE é quem controla o que os partidos podem estabelecer nos seus estatutos. No entanto, o PLN fez uma modificação fundamental para os termos desta pesquisa que concorda com a regulação sobre financiamento. Porém, antes cabe apresentar alguns elementos vitais sobre o financiamento político dos partidos na Costa Rica.

Na Costa Rica, os partidos políticos que participam nas eleições para presidente, vice-presidentes e deputados têm duas maneiras básicas para financiar as operações regulares e gastos de campanha. Uma é a contribuição estatal, estabelecida no artigo 96 da Constituição Política (no período 1990-2009 foi de 0,19% do PIB; em 2010 a porcentagem mudou para 0,11% do PIB) e a outra é o recebimento de doações privadas. A contribuição do Estado atribuída a cada partido político é determinado pelo número de votos obtidos nas eleições nacionais (votos obtidos para presidente e deputados) (Artigo 90, Código Eleitoral).

Tem direito à contribuição estatal os partidos políticos nacionais que atingem 4% dos votos válidos, e também tem direito os partidos inscritos a nível provincial que conseguirem escolher pelo menos um deputado. Com a contribuição do Estado, os partidos políticos podem cobrir os custos de sua participação na campanha eleitoral, além de atender as suas necessidades de formação e organização política (Constituição, artigo 96).

³¹ Sobre o financiamento político na Costa Rica, se recomendam as seguintes leituras: Alfaro, Sergio, “Financiación pública y concentración de poder: el caso de los partidos políticos costarricenses”, Política, dinero e institucionalidad partidista en América Latina, México, Universidad Iberoamericana, Flacso, IFE, 2003; Casas, Kevin, Paying for democracy: political finance and state funding for parties, Gran Bretaña, ECPR, 2005; Fonseca, Óscar, “Financiamiento de los gastos de los partidos políticos”, Seminario de Derecho Constitucional Electoral (Memoria), San José, TSE, Colegio de Abogados, 2003; Transparencia Internacional Costa Rica, Elecciones transparentes: una visión desde la sociedad civil, resultados del Programa Elecciones Transparentes, San José, T.I.C.R., 2006; Alcántara, Manuel y Barahona, Elena M. (eds.), Política, dinero e institucionalización partidista en América Latina, México, Universidad Iberoamericana, Flacso, IFE, 2003; Casas, Kevin y Zovatto, Daniel, “El financiamiento político en Centroamérica, Panamá y República Dominicana”, Un desafío a la democracia: los partidos políticos en Centroamérica, Panamá y República Dominicana, San José, BID-IDEA-OEA-PNUD, 2004; Griner, Steven y Zovatto, Daniel (eds.), De las normas a las buenas prácticas: el desafío del financiamiento político en América Latina, San José, OEA, IDEA, 2004; Gutierrez, Pablo y Zovatto, Daniel (coordinadores) Financiamiento de los partidos políticos en América Latina. Idea Intenacional y Organización de Estados Americanos, 2011.

“Como parte del proceso, el TSE debe determinar el costo individual de cada voto válidamente emitido, para lo cual se divide el monto de la contribución estatal por el resultado de la suma de los votos obtenidos por todos los partidos políticos con derecho a contribución estatal, en la elección de Presidente, Vicepresidentes y Diputados. Finalmente, cada partido puede recibir, como máximo, el monto que resulte de multiplicar el costo individual del voto por el resultado de la suma de los votos que obtuvo en la elección de Presidente, Vicepresidentes y Diputados, o bien por lo que obtuvo en una u otra elección, esto en el caso de que haya participado solo en una de ellas” (Código Electoral de Costa Rica, Art. 187).

Sobre os antecedentes do financiamento público, segundo Casas (2003), o financiamento estatal para a manutenção das despesas dos partidos políticos surgiu pela Lei 2036, de 18 de julho de 1956, sendo o segundo país de América Latina em fazê-lo, atrás apenas do Uruguai que iniciou sua regulação sobre financiamento em 1928. Na Costa Rica, a norma indicava que só poderiam obter financiamento os partidos que superassem a barreira de 10% dos votos na circunscrição eleitoral respectiva.

Uma vez atingida essa porcentagem, o subsídio é distribuído de forma proporcional aos votos obtidos, após verificação dos gastos ocorridos na Controladoria Geral da República (CGR). Em 1971, a situação se alterou radicalmente quando se aprova no Legislativo um mecanismo de “avanço de concessão”, que se manteve até 1991. Novamente nesse ano, se reforma o financiamento e retorna ao formato de 1956, apenas com uma variável fundamental; o limite eleitoral correspondente para o acesso ao financiamento seria de 4% (CASAS, 2003). Outra alteração importante é que os partidos políticos têm direito a uma contribuição antecipada parcial do Estado. O resto da contribuição será entregue só depois das eleições, sempre que os controles do TSE justifiquem todos os gastos da campanha (DEMUCA, 2012).

Segundo o artigo 92 do Código Eleitoral, as despesas justificáveis dos partidos políticos podem ser divididas em dois tipos: 1) aqueles gastos gerados no processo eleitoral a partir da convocatória às eleições nacionais e até 45 dias após da eleição e 2) os rendimentos provenientes de atividades de formação contínua e de organização política. Os gastos que podem justificar os partidos políticos para receber a contribuição estatal são apenas os exclusivos para organização, gestão de censo e propaganda.

Neste ponto o estatuto do PLN mudou em vários sentidos. O capítulo V “*De las Finanzas*” estabelece a matéria envolvida com a distribuição dos recursos. Nesse sentido, um dos temas que mudou significativamente foi o investimento em formação ou capacitação política. As coalizões dominantes do período 1990-2002, indicam que “*se asignará un mínimo del 10% para gastos en capacitación*”, no entanto, a coalizão dominante de 2003-2010 mudou para “no menos de un 1%”. A diferença é considerável; significa que em termos de formação política (matéria que envolve a

formação de jovens, quadros novos, enfim, que diretamente tem a ver com os simpatizantes e filiados do partido) o partido diminuiu fortemente a porcentagem, apontando aos processos dos clássicos partidos cartel que praticamente renunciam à formação de novos partidários. Porém, a coalizão dominante de 2003-2010 cria um instituto de formação política, o Instituto Rodrigo Facio. Parece contraditório que exista uma redução tão grande da porcentagem, e, ao mesmo tempo criem um instituto de formação. Fazendo um análise que se aprofunda no capítulo 4, parece mais um paliativo a criação deste instituto, para “convencer” que realmente existe dentro do estatuto um organismo encarregado da formação de novos *liberacionistas*.

Sobre este ponto, Alfaro (2004: 178) indica:

“El fenómeno de la falta de financiamiento permanente tiene también repercusiones sobre la actividad real de los partidos en épocas no electorales, estos tradicionalmente se han retraído sin producir más que el mínimo de actividades necesarias para seguir funcionando, así las asambleas son convocadas únicamente para renovar cargos internos que han perdido a su titular o bien cuando hay temas extraordinariamente importantes que tratar. La actividad comienza de nuevo a crecer cuando se comienza a replantear la renovación total de cargos, casi siempre faltando un año y medio o dos para las elecciones nacionales, aprovechándose las convocatorias de asambleas distritales para convocar también a las primarias presidenciales o convenciones nacionales (...) Esta actitud, alejada de formar nuevos lazos con la sociedad, sin políticas de reclutamiento propias del partido e independientes de la actividad de sus fracciones, sin políticas de formación de cuadros, con una coyuntura originaria histórica desgastada y una ausencia de posiciones claras y definidas, ha provocado un alejamiento del electorado. Cada vez es menor la fidelidad de voto de los electores hacia un partido específico y el conjunto de valores representados en estas organizaciones cada vez es más difuso”.

Com relação ao financiamento privado, as contribuições privadas para os partidos políticos devem ser sujeitos ao princípio público e regulado por lei, que estabelece os procedimentos, controles e outros regulamentos para a execução. As doações e contribuições privadas recebidas pelos partidos políticos devem ser depositadas em uma conta bancária pública dedicada exclusivamente a este fundo (recursos privados). Estas contribuições têm requisitos e os partidos devem informar sobre quem são os doadores, qual é o valor e a fonte desses recursos. Segundo o estatuto do PLN é proibido receber doações de pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras. Um dado importante é que, segundo o artigo 135 do Código Eleitoral, não existe limite para doações privadas (ARTÍCULO 135.- "Donaciones y aportes de personas físicas nacionales. Las personas físicas nacionales podrán destinar contribuciones, donaciones o cualquier otro tipo de aporte, en dinero o en especie, a los partidos, sin limitación alguna en cuanto a su monto. [...]") (Código Eleitoral, Lei No. 8765).

3.4.3 Participação da mulher

O direito do voto das mulheres, assim como o direito a serem eleitas, foi estabelecido na Constituição Política de 1949. Desde esse momento, a inclusão efetiva da mulher na política costarriquenha foi matéria principal do organismo eleitoral. No entanto, foi só depois da lei de Promoção da Igualdade das Mulheres em 1990 (lei 7142) que se identifica uma oportunidade real das mulheres participarem ativamente com possibilidades de ser eleitas em cargos públicos. A lei indica nos artigos 4 e 5:

“...la Defensoría General de los Derechos Humanos tomará las medidas necesarias y apropiadas para garantizar la igualdad de oportunidades en favor de la mujer, con el propósito de eliminar la discriminación de ella en el ejercicio de cargos públicos, en la administración centralizada o descentralizada” (artigo 4) y que “los partidos políticos incluirán en sus estatutos mecanismos eficaces que promuevan y aseguren la participación efectiva de la mujer en los procesos electorarios internos, en los órganos directores del partido y en las papeletas electorales. Asimismo, los estatutos a que se refiere el párrafo anterior, deberán contener mecanismos eficaces que aseguren el nombramiento de un porcentaje significativo de mujeres en los viceministerios, oficialías mayores, direcciones generales de órganos estatales, así como en juntas directivas, presidencias ejecutivas, gerencias o subgerencias de instituciones descentralizadas” (Lei 7142, artigo 5).

Também, o artigo 6 aponta:

“Del 30% (treinta por ciento) a que se refiere el párrafo primero del artículo 194 del Código Electoral, los partidos políticos deberán destinar un porcentaje para promover la formación y participación política de la mujer.” (Lei 7142, artigo 6)

No entanto, o uso de termos vagos e gerais como "mecanismos eficazes" e "participação efetiva", dificultava a aplicação real da inclusão política das mulheres. Posteriormente, a Lei n.º 7.653, de 28 de novembro de 1996, alterou o artigo 60 do Código Eleitoral, obrigando aos partidos políticos a incluir em seus estatutos mecanismos para garantir, pelo menos, num 40% de participação das mulheres na estrutura do partido, na votação para cargos eletivos e delegações de assembleias *distritales, cantonales* e provinciais. Nesse sentido, o PLN realizou as modificações necessárias para cumprir com essa regulação. Esta pesquisa identificou que no ano de 1997 se estabeleceram modificações na secção “*De la Participación de la Mujer*” procurando fortalecer o papel da mulher no partido. Um fato que também identificou esta pesquisa é que, nenhuma das coalizões dominantes posteriores mudaram normas desta secção. Em outras palavras, as modificações feitas em 1997, foram respeitadas e se mantêm até hoje.

Nesse sentido, as modificações de 1997 significaram um aumento importante nas deputadas eleitas depois das eleições de 2002. Antes destas eleições, a porcentagem de deputadas eleitas pelo PLN não chegava nem perto do 30%. Esta pesquisa argumenta que, o fato do TSE introduzir medidas legais que assegurassem a participação e eleição efetiva das mulheres na política costarriquenha, fez que o PLN mudasse o estatuto para cumprir com esse mandato. Segundo a Tabela 6, pode-se observar que o PLN, inclusive antes das resoluções a favor da mulher no período 1996-1997, já favorecia a participação da mulher se comparar com outros partidos políticos representados na *Asamblea Legislativa*.

Tabela 6.

Total de deputadas do PLN, 1990-2014

	Total de deputados PLN	Deputadas do PLN	Porcentagem	Total de deputadas na <i>Asamblea Legislativa</i> *
1990-1994	25	5	20%	7
1994-1998	28	4	14,3%	9
1998-2002	23	6	26,1%	11
2002-2006	17	7	41,2%	20
2006-2010	25	11	44%	22
2010-2014	24	11	45,8%	22

Fonte: Elaboração própria com base em *website* Asamblea Legislativa de Costa Rica www.asamblea.go.cr

* Os outros partidos que também elegeram deputadas foram: 1990-1994: PUSC (2); 1994-1998: PUSC (5); 1998-2002: PUSC (5); 2002-2006: PUSC (6); PAC (7); 2006-2010: PUSC (2); PAC (8); ML (1); 2010-2014: PUSC (1); PAC (5); ML (4); PASE (1)

Já no final de 2009, nova legislação foi criada, pela qual a participação da mulher passou a ser de 50% (paridade) na lista partidária, e deve existir alternância nos cargos eletivos. Por exemplo, caso um homem seja eleito em primeiro lugar numa lista de deputados, necessariamente o segundo lugar deve ser para uma mulher.

4. Mudanças na ordem organizativa

Panebianco (2005) explica que a mudança na ordem organizativa pode ser dividida, para fins puramente analíticos, em três fases: a crise organizativa, logo a substituição do grupo dirigente, e por último, a fase de reestruturação organizativa.

A primeira fase é desencadeada por uma forte pressão ambiental, a derrota eleitoral é o mais comum, mas não é o único. O desafio externo age como catalisador de uma crise organizativa, para a qual já havia muitas precondições internas (trocas de geração que empurram para a ribalta novos líderes potenciais, rendimentos decrescentes da organização, rigidez organizativa, etc.). A segunda fase consiste na desagregação da coalizão dominante por uma nova. Basicamente a massa dos filiados passa a não acreditar na direção partidária por sua incapacidade em resolver a crise, e se substitui por uma nova direção, que consegue a formação de novas alianças. Por último, a reestruturação organizativa tratará da mudança da fisionomia da organização. Em primeiro lugar, são introduzidas modificações nas regras do jogo, nas regras da competição interna; em segundo lugar, verifica-se uma redefinição dos objetivos oficiais da organização, que tem a tarefa de legitimar o novo grupo no poder (PANEBIANCO, 2005).

No caso do PLN depois de perder as eleições presidenciais em 1998 e 2002 (pressão ambiental) resolveu mudar a direção formal partidária. Em 2003 se estabelece uma nova CEN, com a presidência de Francisco Antonio Pacheco no PLN, que deu estabilidade durante 7 anos, sendo estes anos chave para as vitórias eleitorais em 2006 e 2010. Também, segundo a Tabela 3, se pode advertir um dado fundamental para compreender a capacidade e faculdade de uma nova direção partidária: todos os artigos que mudaram mais de 3 vezes, sofreram modificações no período da coalizão dominante que foi eleita em 2003. Em outras palavras, os artigos modificados ressaltam uma importância transcendental para os interesses de todas as direções partidárias, no entanto, a coalizão dominante que toma o poder em 2003 muda todos os artigos que, em algum momento considerou importante modificar o CEN chefiado por Rolando Araya Monge (RAM), ou por Sonia Picado Sotela (SPS).

Outro dado interessante é que a categoria *Candidaturas* muda bastante no período de 1999-2001 em que SPS mantém a presidência do partido. Curiosamente não muda nada no período de RAM (provavelmente porque ganharam as eleições de 1994, portanto não parecia prudente mudar para enfrentar as eleições de 1998), mas as primeiras modificações que realiza Francisco Antonio Pacheco (FAP) estão relacionadas com a categoria *Candidaturas*, o que poderia se interpretar como uma

temática vital para a nova coalizão dominante que controlava o poder. Logo no ano seguinte, seria a estrutura organizativa nacional a qual mudaria com bastante veemência (Ver Capítulo IV para maior detalhe).

4.1 A saída de personalidades do PLN

Desde sua fundação em 1951, o PLN foi liderado por quatro figuras principais: José Figueres Ferrer, Francisco Orlich, Daniel Oduber e Luis Alberto Monge. Estes fundadores ostentavam o poder absoluto até meados dos anos 80. O poder desta liderança foi tão grande que, inclusive através de acordos entre os membros deste grupo, determinavam a ordem em que se postulariam os candidatos presidenciais e, em muitos casos, a composição das suas listas de deputados. Em seguida, essas decisões eram avaliadas pela Assembléia Geral do PLN, que se encarregava de apoiar o candidato eleito e formalizar sua escolha num processo fechado de prévias. A coesão interna e a disciplina partidária estavam asseguradas pela natureza de sua dinâmica interna (SANCHEZ, 2007b).

No entanto, a morte de dois dos seus principais líderes na década dos 90 (Figueres morreu em 1990 e Daniel Oduber em 1991; Orlich morreu em 1969) deixou aberta a possibilidade para que novas lideranças ocupassem esse espaço de poder. O desaparecimento das grandes figuras históricas causou conflitos internos entre os seus líderes mais jovens. No entanto, na concorrência do controle das linhas de autoridade, nenhum deles tinha nem a influência nem a capacidade total de concentrar o poder como o faziam os anteriores líderes. O PLN acabou se dividindo em facções ou tendências, geralmente lideradas pelos candidatos ou possíveis candidatos para a presidência do país.

Nesse sentido, a luta intrapartidária é uma condição que é vivenciada permanentemente pelos agentes organizativos. Em outras palavras, principalmente no período 1990-2002, o PLN vai se manter numa luta intrapartidária constante.

Tabela 7.
Síntese das prévias no PLN, 1989-2009

Ano das prévias	Síntese
1989	Carlos Manuel Castillo Morales ganhou as prévias realizadas em fevereiro de 1989 com 59,8% da votação sobre Rolando Araya Monge, sobrinho do ex-presidente Luis Alberto Monge, presidente da Costa Rica pelo PLN no período 1982-1986. Castillo perderia essas eleições presidenciais contra o candidato Calderón Fourier do PUSC.

<p>1993</p>	<p>Para a convenção de junho de 1993 foram apresentados seis candidatos: José Maria Figueres Olsen, José Miguel Corrales Bolaños, Rolando Araya Monge, Margarita Penón Góngora, Francisco Hernandez e Juan Morales Antillón Montealegre.</p> <p>Depois de uma campanha difícil, cheia de acusações fortes em múltiplos sentidos, Figueres Olsen aproveitou a figura mítica de seu pai (líder fundador do partido, três vezes presidente da república, José Figueres Ferrer) e ganhou as eleições com 55,1%. Figueres ganhou este processo de prévias, competindo contra fortes concorrentes como Araya Monge (apoiado por seu tio e ex-presidente Luis Alberto Monge Alvarez), Margarita Penón (ex primeira Dama e naquela época ainda cônjuge do ex-presidente Oscar Arias) e José Miguel Corrales (que tinha o apoio popular pelo seu trabalho como deputado). Figueres ganharia essas eleições nacionais e seria presidente no período 1994-1998.</p> <p>O processo eleitoral interno experimentado provocou uma forte fragmentação das lideranças dentro do partido e provocou uma proliferação de candidatos para ser o próximo líder/candidato no partido para as eleições de 1998.</p>
<p>1997</p>	<p>Em junho de 1997 foram realizadas as eleições internas, e José Miguel Corrales derrotou Walter Coto Molina com 59,3%. Este processo interno desgastou muito o PLN porque o Tribunal Interno de Eleições (TEI) evidenciou a existência de fraude em favor de Corrales. Apesar de muitos esforços do Coto Molina para anular o resultado das eleições, o Tribunal Interno de Eleições do PLN decidiu manter o resultado, pois o número de votos "manipulado" não foi tão significativo a ponto de alterar o resultado global. Corrales perderia a eleição presidencial contra o candidato do PUSC, Miguel Angel Rodriguez.</p>
<p>2001</p>	<p>O candidato nomeado foi Rolando Araya Monge, que se impôs à candidatura de José Miguel Corrales e Antonio Alvarez Desanti. Araya Monge ganhou o processo interno com 51,2%. Já depois, perderia as eleições nacionais em segundo turno contra Abel Pacheco, candidato do PUSC. Esta foi a primeira vez na história política costarriquenha que se realizou um segundo turno (nenhum dos partidos superou no primeiro turno a barreira eleitoral de 40% para ser eleito presidente).</p>
<p>2005</p>	<p>O candidato único pelo PLN foi Oscar Arias Sanchez quem ganhou as eleições nacionais.</p> <p>Devido à novidade introduzida em 2003, a <i>Sala Constitucional</i> - órgão encarregado de interpretar a Constituição Política - suspendeu a proibição de reeleger ex-presidentes da República. Isso possibilitou que o ex-presidente Arias Sanchez (1986-1990) participasse das eleições nacionais.</p>
<p>2009</p>	<p>Nestas prévias, participaram Laura Chinchilla (ex-ministra, ex-deputada e vice presidenta no segundo governo de Oscar Arias), Johnny Araya Monge (irmão de Rolando Araya, e sobrinho do ex-presidente Luis Alberto Monge). Antes da eleição, também estava como candidato o ex-ministro de segurança Fernando Berrocal, que depois saiu da competição e deu sua adesão para Araya. Laura Chinchilla ganharia as prévias com 58%.</p> <p>Chinchilla ganha as eleições nacionais e se converte na primeira mulher presidente da Costa Rica. Ganhou com uma diferença de mais de 20% do candidato Ottón Solís, do <i>Partido Acción Ciudadana</i>, e do candidato Otto Guevara do <i>Movimiento Libertario</i> (ML). (Chinchilla-PLN 47%; Solís-PAC 26%; Guevara-ML 20%)</p>

Fonte: Dados do Tribunal Supremo de Eleições (TSE) em “Elecciones” em <http://www.tse.go.cr/>; Obregón, 2000, Sánchez 2007b e Picado 2008.

O poder dos líderes históricos começou a erodir em 1985, quando ficou claro que, na primeira eleição aberta (prévia), Oscar Arias Sánchez derrotou ao candidato dos membros fundadores, Carlos Manuel Castillo. A escolha de Arias Sánchez sobre Castillo significou uma divisão sobre o futuro ideológico do partido. Entre os anos de 1948 e 1978, o progresso social foi acompanhado pelo crescimento econômico. No entanto, no início da década de 80 o país estava imerso em uma crise sem precedentes, produto de uma série de desequilíbrios internos, agravada pelo impacto de mudanças no ambiente internacional. O governo *liberacionista* de Luis Alberto Monge (1982-1986) tinha a grande responsabilidade de estabilizar a economia através de um ajuste macroeconômico com características expansionistas. Nesse sentido, o debate interno do PLN se concentrou na adoção de reformas orientadas ao neoliberalismo; tendo como resultado o crescente domínio desta posição. Nos anos seguintes, o governo *liberacionista* de Oscar Arias Sánchez (1986-1990) implementaria um novo modelo econômico, caracterizado pela liberalização das políticas comerciais, especialmente na promoção do setor exportador, a liberalização do sistema financeiro e a reforma do Estado. Sua presidência representou a ascensão dos jovens neoliberais no partido (YASHAR, 1995; SOLÍS, 2006).

A linha neoliberal se evidenciou mais uma vez quando José Maria Figueres Olsen derrotou nas primárias a vários candidatos que estavam esperando há muito tempo uma oportunidade para concorrer como candidato presidencial (Ver Tabela 7). O sistema de prévias abertas fez do PLN uma organização que passou de um esquema de seleção de liderança fechado e elitista para um mecanismo de disputas eleitorais abertas e públicas. (SÁNCHEZ, 2007b).

Segundo a Tabela 7 desde as prévias de 1993 se percebe que o partido era um espaço de conflito e de concorrência para alcançar posições de poder. Era possível identificar líderes e figuras que formavam grupos (faccões ou tendências) suscetíveis de conquistar o poder ao interno do partido, com simpatizantes e capacidade real de influência. A diferença substancial depois de 2002 (ano em que se perde a segunda eleição presidencial consecutiva) é que se dissipou a grande maioria das figuras que representavam grupos que potenciavam a concorrência eleitoral dentro do partido, o que indicaria que o poder se diluiria ao longo do tempo.

Nesse sentido, chama a atenção os casos de vários líderes do partido que tinham relevância política dentro do partido, mas que hoje em dia não pertencem mais ao PLN. Anteriormente se indicou que fazer parte da CEN representava uma cota de poder e de influencia importante no partido, tanto que dava a possibilidade da participação como pré-candidato nas prévias. Também se apontou que a morte dos principais e tradicionais líderes fundadores na década dos 90, abriu uma luta por preencher aqueles

espaços de poder. Isto em termos práticos significou que, todos aqueles que concorreram pela candidatura à presidência nacional, assim como aqueles membros e ex membros do CEN, se convertiam nos líderes das novas facções e tendências dentro do partido.

A Tabela 8 apresenta alguns casos interessantes e a trajetória política dos candidatos do PLN na década dos 90. Principalmente, vale a pena resgatar a saída de várias figuras importantes dentro do partido entre os anos 2001 e 2004. No caso de Rolando Araya Monge e de Walter Coto Molina, ambos foram secretários do partido, e ambos também foram pré-candidatos presidenciais, no entanto, hoje os dois estão fora do partido. Também o caso de José Miguel Corrales, que foi pré-candidato em 3 ocasiões, e saiu do partido em 2003. Supõe-se que figuras de importância dentro do partido, ao deixar este, deixam também de lado uma estrutura criada ao redor de sua facção, que não consegue chegar ao poder. Ressalte-se também o caso de Figueres Olsen e Alvarez Desanti; ambos saem do partido na conjuntura mencionada, aumentando a margem de manobra da nova coalizão dominante -embora eles dois voltaram ao partido depois de 2010-. Quanto maior for a liberdade de manobra dos líderes, mais amplos serão suas chances de manter estável a ordem organizativa do partido (PANEBIANCO, 2005).

Esta situação ilustra fielmente as duas opções que têm os líderes: ou cooptar ao longo da escala hierárquica as figuras crescentes no partido, ou encorajar de todas as maneiras a sua “saída” do partido. O fato de que somente uma parte destas figuras possa ser cooptada - em razão de escassez de recursos, explica muito do caráter praticamente endêmico dos conflitos intrapartidários (PANEBIANCO, 2005).

Um olhar detalhado da Tabela 8 e de dados anteriores já discutidos neste trabalho indicariam que entre os anos de 2001 e 2003 (denominados neste artigo como anos de “transição”) os líderes das facções em disputa “saem” do partido, para dar espaço à nova coalizão dominante que controla o poder em 2003. Assim, a substituição da direção partidária e a deslegitimação das anteriores coalizões, acabam por fortalecer o controle do CEN no partido, e termina “expulsando” as ameaças à nova direção partidária. Nesse sentido, a presidência de Oscar Arias Sánchez em 2006, conjuntamente com a ascensão de Francisco Antonio Pacheco na presidência do PLN, demonstra parte da nova direção partidária. A influência desta coalizão se prolonga nas eleições nacionais em 2010, quando a candidata Laura Chinchilla, ganha a presidência da Costa Rica para o período 2010-2014 (Chinchilla era vice-presidenta na administração Arias Sánchez no período 2006-2010).

Tabela 8.

Pré-candidatos, ano das prévias e trajetória política no PLN, 1989-2009

Pré-candidatos	1989	1993 ^a	1997	2001	2005	2009	CEN ^b	Trajectoria política partidária
Carlos Manuel Castillo	X						Sim	- Ganha a candidatura do PLN em 1989 - Perde as eleições nacionais de 1990. - Presidente do PLN de 1991-1993 - Vinculado ao PLN até sua morte em 1999.
Rolando Araya Monge	X	X		X			Sim	- Ganha a candidatura do PLN em 2001. - Perde as eleições nacionais de 2002. - Secretario do PLN em 1984-1988 e 1995-1998. - Se afastou do PLN em 2003. - Em 2010 foi candidato presidencial pelo partido <i>Alianza Patriótica</i> . Seu partido não ganhou as eleições, nem conseguiu cargos parlamentares.
José Maria Figueres Olsen		X					Não	- Ganha a candidatura do PLN em 1993. - Ganha as eleições nacionais em 1994. - Ainda pertence ao partido, mas esteve fora do PLN desde 2004 até 2012. - Voltou no partido, mas desistiu de participar nas prévias de 2013, e sua volta na política costarrriquenha parece iminente.
José Miguel Corrales		X	X	X			Não	- Ganha a candidatura do PLN em 1997 - Perde as eleições nacionais de 1998. - Renunciou ao PLN em 2003. - Esteve perto de ser candidato em 2006 pelo partido <i>Unión Patriótica</i> , mas poucos meses antes da eleição renunciou a sua candidatura. Para as eleições de 2010, deu seu apoio público a um partido minoritário.
Margarita Penón		X					Não	- Depois de perder as prévias em 1993, renuncia ao PLN em 2001, e se converte em deputada pelo Partido <i>Acción Ciudadana</i> em 2002.
Walter Coto Molina			X				Sim	- Secretário do PLN no período 1988-1996 - Depois de perder a pré-candidatura em 1997, renuncia ao PLN em 2001 e participa nas eleições nacionais de 2002 como candidato presidencial do partido <i>Cambio 2000</i> . Seu partido não ganhou as eleições, nem conseguiu cargos parlamentares.

Antonio Alvarez Desanti				X			Não	- Depois de perder as prévias de 2001, renuncia ao PLN em 2004 e participa como candidato presidencial pelo Partido <i>Unión para el Cambio</i> nas eleições de 2006. Seu partido não ganhou as eleições, nem conseguiu cargos parlamentares. Voltou pro PLN em 2008.
Oscar Arias Sánchez					X		Sim	- Ganha a candidatura do PLN em 2005. -Ganha as eleições nacionais em 2006. Anteriormente, foi presidente do país no período 1986-1990. - Secretário do PLN no período 1979-1984.
Laura Chinchilla						X	Não	- Ganha a candidatura do PLN em 2009. - Ganha as eleições nacionais em 2010.
Johnny Araya Monge						X	Não	- Depois de perder as prévias de 2009, é o candidato oficial do PLN para as eleições de 2014.

a/ Nestas prévias também participaram Francisco Morales e Juan Antillón. Eles obtiveram 0,3% e 0,2% respectivamente.

b/ CEN: Comitê Executivo Nacional (O pré-candidato pertenceu alguma vez ao CEN?)

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Tribunal Supremo de Eleições (TSE), “Elecciones” em <http://www.tse.go.cr/>; Obregón, 2000, Sánchez 2007b, e Picado 2008.

5. Conclusões

O partido político como espaço dinâmico em que concorrem diferentes agentes é fundamental para compreender o dinamismo de uma organização político-eleitoral. Nesse sentido, dentro do partido existe uma competição entre grupos (facções ou/e tendências), os quais procuram posições de poder, conquistar recursos e facilitar a obtenção de seus interesses particulares. Esse sentido de luta intrapartidária reconhece que esses grupos têm diferentes pesos e capacidades de criar oportunidade para controlar recursos. Sendo assim, o desafio da coalizão dominante do PLN foi procurar manter a estabilidade da sua organização com o propósito de salvaguardar sua posição de poder. Por enquanto, os outros grupos fora da coalizão (tendências) farão os esforços necessários para mudar essa situação, em busca de parcelas de poder dentro do partido. Nessa dinâmica, a sobrevivência da própria organização é um requisito que os grupos reconhecem e respeitam. Em outras palavras, a coalizão dominante deve assegurar sua própria conservação, mas também a conservação do partido.

Depois da morte dos líderes tradicionais do partido no começo da década dos 90, uma luta intrapartidária acaba por dividir o partido em várias facções, fortalecendo o poder de outras

personalidades dentro do PLN. Depois dos fracassos eleitorais nas eleições presidenciais de 1998 e 2002, a luta entre facções resulta na direção de uma nova coalizão dominante que toma o poder em 2003, que conseguiu mudar a organização interna, assim como triunfar na arena eleitoral, ganhando as eleições de 2006 e de 2010. O princípio de sobrevivência da organização prevalece no partido, e fortalece o controle da coalizão dominante em procura da estabilidade organizativa. Em seguida, o ciclo está concluído, a crise organizativa foi resolvida por meio de uma reestruturação da ordem. A mudança da composição da coalizão dominante (a desagregação da antiga aliança e a formação de uma nova), determinando modificações na fisionomia organizativa (transformações das regras, sucessões dos fins), alterou todo o sistema de trocas infra-organizativas. A coalizão dominante mudou não somente de pessoas que a compõe, mas nas suas relações internas e nas relações com os outros componentes da organização (PANEBIANCO, 2005).

Capítulo III

ESTRUTURA DE PODER: FRAGMENTAÇÃO E EQUILÍBRIO

1. Introdução

Qualquer que seja a disposição organizacional, um partido é um agregado de pessoas que formam constelações de grupos rivais. Essas divisões internas no partido, conjuntamente com o tipo de interações dela resultantes, constituem por si uma área dinâmica e imprevisível (SARTORI, 1981). O PLN passou por um período em que a luta de facções dominou a organização, mas também por um em que a coesão da coalizão dominante foi a característica mais importante. No entanto, essa coesão não significa que os grupos tenham se desorganizado; muito pelo contrário, os grupos sempre estão procurando uma oportunidade - ou forçando uma oportunidade - para conquistar mais parcelas de poder e dominar os outros grupos para tomar as linhas de autoridade. O controle da organização obriga a fazer alianças que nem sempre são duradouras, e nos jogos horizontais se define muito do futuro do partido e destes grupos.

Este capítulo apresenta, em um primeiro momento, o personalismo como traço comum na política costarriquenha, confirmando a tendência dos partidos políticos latino-americanos de apresentar faccionismo ou personalismo (SARTORI, 1981). Uma vez explicada esta característica, mostra-se o novo eixo de poder depois da morte dos líderes fundadores. O novo eixo de poder tem como característica principal que todos os líderes hoje foram ex-presidentes da República. Em contraposição, para aqueles que também lutaram por espaços de poder e conseguiram chegar na candidatura nacional, a derrota eleitoral passou uma fatura muito alta: a mudança organizativa significou a saída do partido.

Este capítulo também explica como o *arismo* (denominação do grupo que lidera a coalizão dominante depois de 2003; relacionado com o seu líder Oscar Arias) consegue chegar novamente no poder, aproveitando uma conjuntura específica, e usando uma estratégia que precisava de instrumentos, tanto formais e objetivos, como políticos e subjetivos. A incapacidade da coalizão dominante anterior ao *arismo* de controlar as zonas de incerteza constituiu um elemento que aproveitou o grupo *arista* para transformar a organização partidária. A crise experimentada em 2002, depois da segunda derrota eleitoral consecutiva, se identificou como de ameaça real à sobrevivência do partido. No entanto, este capítulo indica como essa foi uma apreciação incorreta.

2. O personalismo como traço da política costarriquenha

O papel dos líderes históricos do partido constitui um fator de grande importância no seu desenvolvimento institucional e também na discussão acerca da natureza ideológica do PLN. Embora muitas vezes criticado, o personalismo está presente na política costarriquenha, e a realidade indica que no PLN a liderança forte sempre foi fundamental para o sucesso eleitoral. Neste sentido, pode-se dizer que a verticalidade do partido pesou mais com seus líderes - típico do caudilhismo latino americano - que sua própria ideologia. Do mesmo modo, a disciplina partidária também esteve fortemente ligada aos líderes e seus mandatos, ultrapassando as disposições estatutárias (SOLÍS, 2003). No período 1990-2010, no qual a conformação da coalizão dominante muda e evidencia anomalias na sua estabilidade, apresentou expressões de indisciplina que são o resultado da ausência de uma liderança forte; principalmente na primeira parte do período (1990-2002).

O personalismo pesou tão significativamente na consolidação dos partidos políticos na Costa Rica que Sánchez (2007a), quando se refere aos fatores que incidem na erosão das lealdades partidárias, identifica a morte o desaparecimento dos líderes históricos como um elemento a considerar³². Ele indica que:

[...] en Costa Rica la lealtad hacia los partidos políticos ha tendido a depender más del acercamiento, aprecio o lealtad hacia figuras o personajes, que de un sentimiento común de pertenencia o afinidad a un grupo político específico” y agrega: “igualmente ilustrativo es que el regreso de un líder fuerte (Oscar Arias) a un partido como el PLN produjera un súbito repunte de la lealtad hacia dicha bandera (SÁNCHEZ, 2007a, p.165-166).

O comentário de Sánchez pode ser analisado em dois sentidos: o primeiro resgata a importância do carisma dos políticos no estabelecimento de redes e alianças com as bases e outros dirigentes; o segundo sentido permite compreender a relação que estes líderes criam com o partido como uma coletividade. Em outras palavras, o personalismo³³ é importante para mobilizar recursos de poder

³² Sanchez indica que existem quatro fatores na oferta política que incidem na erosão das lealdades partidárias na Costa Rica: primeiro, o desempenho dos partidos quando estão no governo, os quais confrontam críticas na gestão e na tomada de decisões; segundo, a magnitude dos escândalos de corrupção que afetam de modo geral a imagem do político e os partidos políticos; terceiro, o desaparecimento de líderes históricos, seja por morte, afastamento ou seu “decaimento ou desgraça” política; e, finalmente, a mecânica de vida interna dos partidos, que afetam a percepção do eleitor. (SÁNCHEZ, 2002).

³³ Na América Latina, o termo personalismo ou caudilhismo ainda continua a ser usado, como o de cacique, para designar chefes de partido local com características demagógicas. Pasquino et al. (1986: 156) indicam: “Valiam-se do seu magnetismo pessoal na condução das tropas que haviam recrutado geralmente nas áreas rurais e mantinham como reses requisitadas, em ações guerreiras, seja contra o ainda mal consolidado poder central, seja contra os seus iguais, com o apoio

verticais entre seus seguidores, mas, também, os próprios políticos se convertem na cara do partido político, sendo que o partido é identificado com eles; e, ao mesmo tempo, as pessoas se identificam com o partido. Portanto, a manipulação da liderança organizativa com os seguidores se fortalece através do personalismo exercido dentro do PLN e outras agrupações partidárias.

Quanto maior foi a liberdade de manobra dos líderes no PLN, mais amplos foram suas chances de manter estável a ordem organizativa do partido. No período da *troika* (antes de 1990), em que as decisões de ação política se concentravam nos líderes, o poder era exercido com liberdade e segundo os jogos de poder horizontais. No entanto, após a morte dos líderes fundadores, as parcelas de poder ficaram desprotegidas, o controle dos recursos³⁴ verticais se dispersou, e um novo eixo de poder se formou no partido. Não foi possível para as elites minoritárias controlar a organização, e em muitos casos foram cooptadas (PANEBIANCO, 2005).

Assim, os líderes, se converteram em detentores do poder legítimo dentro do partido, representando o sinal visível e tangível da identidade organizativa. Esse personalismo exacerbado na liderança, principalmente no período 1990-2002, evidenciou o caráter praticamente endêmico dos conflitos intrapartidários. Os carreiristas procuravam mais recursos, e com a falta de recursos, se fortaleceram as facções. A ausência de um centro forte gerou a desconcentração da distribuição de recursos e fortaleceu em muitos casos os indivíduos perante a organização (PANEBIANCO, 2005).

Estes indivíduos fortaleceram seus próprios grupos; a dinâmica personalista facilitou a prática de identificar os grupos, fossem facções ou tendências, com base no seu líder. Por isso não é surpreendente que os grupos sejam denominados com o sobrenome dos candidatos: qualquer um que ganhasse importância em conjunturas específicas ganhava seguidores, e estes “grupos” eram denominados em referência a seu líder. Assim, no período de estudo se pode identificar o *mogismo* (Luis Alberto Monge), o *arismo* (Oscar Arias), o *castillismo* (Carlos Manuel Castillo), o *figuerismo* (José María Figueres Olsen), o *corralismo* (José Miguel Corrales), o *arayismo* (Rolando Araya), etc. No entanto, estes grupos não necessariamente tinham divisões agudas; em outras palavras, não

dos senhores locais”. No estudo do personalismo em América Latina, inclusive se indica que o personalismo poderia ter três variantes como prática política: o Caudilhismo, o Bolivarianismo e o Populismo (TAVARES, 2011).

³⁴ Os recursos do poder estão relacionados ao controle de áreas de incerteza; para controlar estas áreas, os líderes precisam distribuir recursos nas suas estruturas verticais. Esses recursos estão relacionados com o tipo de incentivos seletivos ou coletivos que se distribuam. No caso dos incentivos seletivos, geralmente são status e materiais; os incentivos coletivos são ideológicos e de identificação. Panebianco (2005, pg. 46) explica: “De um lado, são oferecidos benefícios ou promessas de benefícios futuros, nos quais se substanciam os incentivos organizativos; de outro, é dada em troca uma participação necessária ao funcionamento da organização”.

apresentavam grandes diferenças devido, principalmente, ao poder e a capacidade destes grupos dependerem da distribuição dos recursos verticais³⁵.

Tanto assim, que a "transferência" de estruturas eleitorais é uma prática que aponta que os antagonismos entre os grupos internos não é tão forte. A estrutura está à mercê do que acontece na hierarquia da organização. Então, é na liderança, nos jogos de poder horizontais em que ressaltam esses grupos; mas esses grupos se diferenciam pelos altos dirigentes de confiança, pelas redes de profissionais políticos entre outros.

Um exemplo de como operam estes grupos e dos jogos de poder horizontais pode ser observado nas prévias ou Convenção Nacional. As prévias como mecanismo de eleição podem significar, também, um teste de lealdade e compromisso. As repercussões das decisões e os apoios podem chegar a pontos de conflito e rejeição dentro do partido. Um exemplo desta situação se extrai das memórias de Coto Molina - secretário do PLN no período 1988-1996 e pré-candidato em 1997 - quem indicaria em 1986:

[...] José Miguel Corrales, el Presidente del Tribunal de Ética del Partido, me decía 24 horas antes de la Asamblea, en mi oficina, que para ser diputado había que ser esencialmente amigo del candidato (...) en esas circunstancias la "meritocracia" no se aplicaba a mi caso porque yo había sido *castillista*, y dentro de la tesis del "*arismo* puro" que se perfiló como una realidad política al interior del partido, yo no era obviamente amigo del candidato (COTO, 1986, pg. 122).

Basicamente, esta situação descreve os jogos de poder horizontais, um profissional jovem, formado no exterior e com fortes aspirações no partido, compromete seu futuro político por apoiar outro grupo político. Quando Coto Molina deu o apoio público nas prévias de 1986 à candidatura de Carlos Manuel Castillo, ele dava este apoio como uma amostra de confiança numa pessoa com experiência no partido. No entanto, depois da derrota de Castillo, as possibilidades de aspirar por uma candidatura como deputado praticamente se encerraram para ele. O fato de Coto Molina apoiar o *castillismo* contra Arias em 1986 significou um afastamento dos dois políticos (Coto e Arias), tanto

³⁵ Em palavras de Sartori (1981), qualquer que seja a disposição organizacional, um partido é um agregado de pessoas que formam constelações de grupos rivais. Assim, Sartori explicaria que um partido político não é igual a uma facção. Para Sartori, facção aplica-se a um grupo concreto, mas os partidos políticos são instrumentos funcionais que servem a objetivos e desempenham diversos papéis de representação, expressão, mobilização, etc. Nesse sentido, para Sartori os grupos que formam divisões dentro do partido poderiam ser facções que representam subunidades partidárias. No entanto, esta pesquisa usa a definição de facção como Panebianco (2005; 75) descreve; "basicamente, como grupos com forte organização que cruzam verticalmente todo o partido. Também Panebianco se refere aos grupos com organização fraca como tendências. Num partido cujos grupos internos são facções, o controle sobre as zonas de incerteza é disperso e a coalizão dominante é pouco coesa".

que, no período de 1988, na eleição do Secretario Geral do PLN, Arias sendo presidente da República não apoiou a candidatura de Coto Molina. Mesmo assim, Coto Molina conseguiu chegar à secretária, segundo ele, graças a seu trabalho com os delegados no partido, e não porque tivesse apoio ou alguém apadrinhasse sua candidatura. Coto Molina seria reeleito secretário geral do PLN em 1992, e conseguiria chegar à Assembleia Legislativa no período 1994-1998. Depois de perder as prévias de 1997 contra Corrales, a dinâmica interna de poder não abriu mais espaços no partido e, alegando diferenças éticas e ideológicas, sairia do PLN em 2000 (Ver Anexo nº3).

Porém, aqueles dirigentes de grupos com estrutura organizacional hierárquica mais complexa, procuraram manter a estabilidade para assegurar sua própria autoridade e controle. O caso anterior demonstra como age um grupo com poder na frente de líderes que não se deixam cooptar. Segundo esta pesquisa, depois de 1991, o partido tentou fazer arranjos na sua organização, o que significou uma passagem que foi de uma coalizão dominante coesa e estável (no período da *troika*), até um ponto clímax em que a coalizão dominante estava dividida e instável (depois da derrota eleitoral de 2002). Este estudo confirma que depois de 2003, o *arismo* consolida seu poder interno e novamente consegue formar uma coalizão dominante coesa e estável, mas que, depois do ano 2010, viu como a organização dos grupos opositores levou a coalizão a um cenário de coalizão dominante dividida e estável.

Portanto, a partir das prévias de 1993, se destaca no partido a divisão de grupos e instabilidade; facções que agem por conta própria, em um espaço em que os acordos entre elas são extremamente precários. Sem possibilidades reais de coligações duradouras, cada facção deve procurar sua expansão e fortalecimento para seu próprio benefício e com suas próprias estratégias e recursos. Nesse caso, a participação interna tende a crescer, porque cada um tem os seus próprios “simpatizantes”, a fim de controlar as outras facções. Este comportamento indica o porquê de a militância no partido praticamente ter se perdido: o partido deixou a função de recrutamento e cada uma das facções em luta recruta seus próprios simpatizantes, dando maior importância à personalidade que ao partido. Já com o período *arista*, em 2003, se consolida uma nova coalizão dominante que procura validar sua proposta política e recrutar seus quadros mais próximos.

No final de 2010, e com o antecedente das prévias em 2009, a coalizão permanece estável, mas com traços de divisão, principalmente por parte dos grupos *liberacionistas* “não aristas”, que se agruparam na figura de Johnny Araya (*johnismo* ou *arayismo*), irmão de Rolando Araya (antigo “*arayismo*”) e sobrinho de Luis Alberto Monge (*mongismo*). Para o melhor entendimento do personalismo costarricense, supõe-se que o grupo “não arista” e *liberacionista* se identifica hoje

como o “*johnismo*”. Johnny Araya participa nas prévias de 2009 contra a candidata *arista* Laura Chinchilla (quem vai ganhar as prévias com 58% e as eleições nacionais, com 47%). O elemento interessante é que, logo depois da eleição de Chinchilla como presidenta da República, Rodrigo Arias Sánchez publicamente comentou suas aspirações à presidência da república para o período 2014. Irmão de Oscar Arias, Rodrigo Arias herdou a estrutura e contava com a aprovação da coalizão dominante até que, em janeiro de 2013 anunciou que renunciava as pretensões de ser candidato pelo PLN. Isto deixa o caminho livre para que Johnny Araya Monge - apoiado publicamente pelo seu tio Luis Alberto Monge e seu irmão Rolando Araya - seja o único candidato pelo PLN para as eleições de 2014. A nosso entender, esta nova coalizão procura frear uma possível expansão do partido e prefere escolher a preservação do *status quo* e evitar estratégias de domínio do ambiente. Basicamente, uma estratégia de prudência para manter os acordos e não perturbar o clima político, procurando a adaptação, conforme as categorias analíticas de Panebianco (2005).

Estas categorias apresentam três possibilidades: uma coalizão dominante coesa estável que tende a se associar com uma estratégia expansiva de organização, que pratica uma forte e continua mobilização dos filiados; uma coalizão dominante dividida estável, a qual está invariavelmente associada a uma estratégia adaptável/instável em relação ao ambiente, com baixos índices de participação interna; e, por último, a coalizão dominante dividida instável, na qual o impulso à expansão e ao fortalecimento é menos o fruto de uma estratégia central deliberada do que cada uma das estratégias dos grupos internos em disputa recíproca. Os grupos lutando fazem uma participação rotativa conforme o momento político. Estas categorias analíticas, logicamente, não são totalitárias; existem graus e estas três possibilidades são mais para explicar as diversas probabilidades (PANEBIANCO, 2005; pg. 327-333).

3. Os líderes no PLN: o novo eixo de poder 1990-2010

Os líderes fundadores destacam-se como as principais figuras do partido. A conjuntura política de 1940-1949 traçou as principais características do sistema político costarricense moderno, conforme apresentado no capítulo I. As garantias sociais, as alianças ideologicamente contrárias, o emergir de caudilhos, o desaparecimento forçoso do Partido Comunista, a Guerra Civil e a polarização das posições políticas são só algumas das consequências daquela época. A Guerra de 1948 evidenciou

como um “exército” se convertia em partido político, o qual marcaria uma grande parte da história da segunda metade do século XX.

Os líderes fundadores do PLN controlariam a estrutura organizativa³⁶ desde sua fundação até meados de 1980, quando se acelera o desgaste das figuras de Pepe Figueres e Daniel Oduber, os últimos líderes fundadores com participação interna. Embora Luis Alberto Monge, ex-presidente 1982-1986, possuísse importantes parcelas de poder, seu afastamento voluntário da vida política significou também um afastamento da vida interna do partido. No entanto, o segmento dos acontecimentos internos foi exercido pelo seu sobrinho, Rolando Araya Monge. Porém, o início da década de 1990 mostra o seguinte panorama: Figueres e Oduber como líderes corroídos, a ascensão de um líder jovem como Arias Sánchez, e o último candidato presidencial “abençoado” pelos líderes fundadores, Carlos Manuel Castillo - quem perderia as eleições nacionais contra Rafael Angel Calderón, filho do outro caudilho na história política costarriquenha, Rafael Angel Calderón Guardia.

A vida interna e os aspectos organizacionais do partido até 1990 eram controlados por Oduber. Os agentes entrevistados³⁷ concordam que a liderança real dentro do partido era assumida por Oduber. Destacam que Figueres, pela sua avançada idade, era mais uma imagem carismática e referente, e que sua influência no partido cada vez se desvanecia mais frente outros atores. A morte prematura de Figueres (1990) e Oduber (1991), juntamente com o afastamento de Luis Alberto Monge, abriu um grande espaço de poder para líderes emergentes. Entre os líderes emergentes estavam os anteriormente mencionados Arias Sánchez, presidente no período 1986-1990, ganhador do premio Nobel da Paz em 1987 pelo seu esforço para ajudar a resolver a guerra em América Central; o candidato perdedor das eleições nacionais de 1990, Carlos Manuel Castillo, quem contava com o apoio de Figueres e Oduber; e por último, longe dessa disputa, Rolando Araya Monge, um jovem político, sobrinho de Luis Alberto

³⁶ Sánchez (2007) indica que, na história do PLN, somente três personalidades desafiaram a cúpula e obtiveram sucesso. Jorge Rossi, em 1958, se afasta do PLN por problemas com José Figueres e funda seu próprio partido. Não ganha as eleições, mas, o PLN também perdeu, o que significou que o partido de Rossi impactou na base eleitoral do PLN. Depois Rossi voltaria novamente ao PLN. Também, Rodrigo Carazo Odio reclamou espaços de poder, e em 1974 desafia a *troika* e sai do PLN. Em 1978 se integra à oposição ao PLN e ganha as eleições nacionais contra Luis Alberto Monge. Carazo Odio nunca voltaria ao PLN. Por último, apesar de estar envolvido no gabinete de Arias Sánchez em 1986 e ser deputado em 1994 com o governo de Figueres, Ottón Solís Fallas apontou incongruências na visão ética e ideológica do partido e saiu do PLN em 1998. Fundou o *Partido Acción Ciudadana* (PAC) em 2001, e na sua primeira participação em 2002, conseguiu um terceiro lugar com mais de 20% dos votos, forçando pela primeira vez na história da Costa Rica um segundo turno. O PAC se consolidaria como a segunda força partidária do país, atrás do PLN.

³⁷ Este ponto pretende se consolidar como uma análise das conclusões obtidas com informantes-chaves. O trabalho de campo realizado na Costa Rica no mês de novembro/2012 significou a oportunidade de entrevistar ex-deputados, pessoas da organização partidária, ex-pré-candidatos, ex-candidatos nacionais e outras importantes figuras que exerceram cargos no Comitê Executivo Nacional. A lista completa com os nomes e cargos pode ser verificada no anexo 02.

Monge, que esteve em cargos internos de importância e disputou a pré-candidatura com Castillo nas prévias de 1989.

Arias Sánchez foi o primeiro que tentou aproveitar a oportunidade de preencher esse espaço de poder. No entanto, quem realmente assume uma posição de legitimidade interna após a morte de Figueres e Oduber é Carlos Manuel Castillo. Este fato é de vital importância porque Castillo foi reconhecido pelo partido como o líder que devia levar a autoridade do partido. Assim, ao morrer Figueres e Oduber a presidência do partido é exercida pelo ex-candidato perdedor das eleições nacionais de 1990, Carlos Manuel Castillo. Isto representou um gesto de respeito e legitimidade do partido, porque até esses dias, a presidência do partido era exercida pelo líder José Figueres, e, portanto representava no imaginário coletivo dos *liberacionistas* uma posição de confiança e identidade. Porém, essa liderança devia se fortalecer, principalmente porque a presidência era mais uma oportunidade para mostrar que ele tinha capital político e oportunidades de crescimento, mesmo depois de perder as eleições passadas e não ter o apoio explícito do ex-presidente Arias Sánchez. Contudo, frente ao desafio das eleições nacionais de 1994, Castillo decide não participar como pré-candidato nas prévias de 1993. Ele transfere o seu poder dentro do partido para quem seria um novo líder que preencheria o espaço deixado pelos líderes fundadores: José María Figueres Olsen.

José María Figueres, filho do líder indiscutível do PLN, José Figueres, era apenas um jovem com pouquíssima experiência política, que estudava no exterior quando dirigentes do partido o procuraram para assumir a pré-candidatura presidencial no PLN. Figueres herdaria a estrutura de poder e venceria nas prévias contra rivais importantes que também procuravam assumir a liderança do partido. Arias Sánchez procuraria esse controle com a pré-candidatura, em 1993, de Margarita Penón, então esposa de Arias Sánchez. No caso de Luis Alberto Monge, apoiaria o seu sobrinho Rolando Araya Monge. As prévias de 1993 apresentariam seis pré-candidatos, o qual dava um panorama de divisão e de instabilidade nos jogos horizontais de poder.

Também as prévias de 1993 faz supor que o PLN sofreu uma crise na sua “institucionalização”. Uma crise institucional que ameaçou as bases do seu próprio modelo originário. Isto poderia indicar que, depois da morte dos líderes fundadores, se apresenta uma coalizão dominante privada de um centro forte. Esta falta de um centro forte provocou a não monopolização das zonas de incerteza e fortaleceu uma coalizão dominante dividida (e, portanto, instável). No entanto, essa instabilidade conseguiu atenuar sua fragilidade com o decorrer do tempo (segundo esta pesquisa, em 2003 quando

assume uma nova liderança). De acordo com a teoria de Panebianco (2005) insistem duas perspectivas analíticas para buscarmos compreender essa crise institucional do PLN:

1. A presença de uma estrutura intermediária forte, associada a uma liderança nacional dotada de carisma situacional ou uma ordem organizativa institucional externa que favoreça a estabilidade e a preeminência de um líder nacional, ou uma combinação de ambos os fatores. Nesses casos, a estabilidade da coalizão dominante é realizada por meio de um acordo e de uma repartição de esferas de influência entre o líder nacional e os líderes intermediários. As facções são predominantemente subcoalizões (grupos fortemente organizados, mas em base mais regional do que nacional), e o acordo líder nacional/líderes regionais é (relativamente) fácil.

2. A presença de uma ordem institucional que premia a estabilidade e a preeminência do líder, mas apenas nos casos em que se tratar de um partido governista. Um executivo forte tende a tornar relativamente estável a coalizão dominante do partido governista, qualquer que seja o grau de organização dos seus grupos internos. As facções que se aliaram contra outras facções, gerando a coalizão dominante no momento da escolha do premier, são geralmente induzidas a cooperar entre si até a próxima crise de sucessão”. (PANEBIANCO, 2005, p. 326-327)

Com certeza, a segunda teoria que expõe Panebianco delinea o perfil que teve o PLN depois das eleições nacionais de 1994. Como foi mencionado no capítulo anterior, as prévias de 1993 criaram uma grande disputa e divisão no centro da coalizão dominante. Muitos líderes queriam tomar a hegemonia do partido, e o comportamento de facções se evidenciou fortemente neste período. No entanto, apesar das grandes diferenças, e dos muitos rivais na competição, a presidência de Figueres torna muito mais “fácil” a tomada de decisões e a coesão na coalizão dominante. Assim como explica Panebianco, na verdade é só um momento em que se ocultam as diferenças (1994-1998), mas que, novamente com a oportunidade de tomar poder no partido (as prévias de 1997) as facções se fortalecem e revelam uma coalizão dominante dividida e instável.

O triunfo de Figueres em 1994 seria o último da década de 90; em 1998 o partido rival PUSC ganharia as eleições, e novamente em 2002. Assim, uma das conclusões mais importantes deste trabalho foi identificar o novo eixo de poder que teria o partido: entre Luis Alberto Monge, Oscar Arias Sánchez e José María Figueres giraria a liderança da coalizão dominante. Esta pesquisa acredita que esse eixo de poder se estende até o final do período de estudo.

3.1 A luta de facções

A identificação de um novo eixo de poder não descarta outros personagens que participaram da disputa e lutaram para alcançar posições de poder num período problemático em que a coalizão dominante se mostrava dividida e instável. Após as prévias de 1993, os grupos liderados pelos pré-candidatos conquistaram importantes parcelas de poder para confrontar a luta de facções. No entanto, o desgaste na luta pela hierarquia do partido, gerou descontrole do ambiente por parte da coalizão dominante, o que significou um enfraquecimento da estrutura de poder.

Com Castillo fora da competição, e o afastamento de Arias Sánchez e Luis Alberto Monge no governo de Figueres (1994-1998), novamente a divisão e instabilidade na cúpula oferecia um panorama propício para novos atores. Um dado interessante deste período é que o ex-presidente Arias não promoveu outro candidato para liderar os seus interesses dentro do partido. Desde a década de 70 a reeleição presidencial estava proibida e isso significava que se um ex-presidente queria seguir com influência na vida interna, devia nomear ou selecionar algum outro ator para permanecer vigente na luta de facções. Arias Sánchez tentou dar continuidade à sua influência com a pré-candidatura de Margarita Penón em 1993, no entanto, foi a única tentativa de estender sua rede de poder.

Em 1994-1995 Aguilar Bonilla deixa a presidência do partido depois de um breve período e Rolando Araya Monge ganha a presidência. Araya Monge integra o Comitê Executivo Nacional (CEN) sem o apoio do presidente da República José María Figueres. Segundo Araya Monge, sua eleição foi basicamente pela trajetória interna, devido ao fato de que Figueres, e vários de seus seguidores, não se sentiam satisfeitos com sua presença no CEN. Segundo seus adversários, Araya podia usar a presidência do partido como plataforma política para sua candidatura em 1997. Isto significou uma presidência condicionada para Araya Monge: ele devia desistir de usar seu cargo como presidente do partido como instrumento para uma eventual pré-candidatura em 1997. Esta situação demonstra como Araya Monge já era considerado líder do *arayoismo* (com um forte apoio do ex-presidente Luis Alberto Monge) com possibilidades reais de assumir o controle do partido. Araya Monge não se candidataria nas prévias de 1997, mas sim nas prévias de 2001. Esta disposição de negociar, dadas as problemáticas condições do período, indicam que mesmo na precariedade dos acordos numa coalizão dominante dividida e instável, era possível ainda manter certa estabilidade³⁸.

³⁸ Embora José María Figueres não apoiasse a candidatura de Araya Monge na presidência do partido, um ano depois, em 1996, apoiaria a candidatura de Rolando González na secretaria geral do partido. Isto significou um equilíbrio de poder num

Quem se candidataria nas prévias de 1997, e resultaria ganhador dessa Convenção Nacional seria José Miguel Corrales. Corrales, ex-deputado e claramente defensor da socialdemocracia mais tradicional, ganhou relevância dentro do partido com um discurso ético que desafiava as linhas tradicionais de disciplina partidária (OCONITRILLO, 2005). Sua participação nas prévias de 1993 significou um espaço para dar-se a conhecer nacionalmente, e ao mesmo tempo colocar esse discurso de questionamento dos políticos tradicionais como indicação da sua integridade. Rapidamente, adquiriu importância ao publicamente anunciar que não apoiaria a candidatura de Figueres em 1994, e que inclusive sairia do partido (OBREGÓN, 2000).

O caráter crítico ao estilo de governar de Figueres permitiu que Corrales se fortalecesse principalmente no nível nacional, sendo o governo de Figueres catalogado como polemico e controvertido (SÁNCHEZ, 2007b). No entanto, internamente ao PLN ainda existia certa confrontação com Corrales: o eixo de poder (Luis Alberto Monge, Oscar Arias e José Figueres) nunca manifestou publicamente o apoio para Corrales, e o estilo fiscalizador gerava dúvidas da fidelidade partidária de Corrales. Existia o temor que Corrales pudesse desestabilizar a sobrevivência do partido com questionamentos sobre a ética e a ideologia. No entanto, Corrales ganharia as prévias contra o ex secretário geral do PLN (1988-1996) Walter Coto Molina, quem sairia do partido em 1998, depois de ser comprovada a fraude na Convenção Nacional de 1997³⁹. Corrales perderia a eleição nacional de 1998, e pouco tempo depois ainda se perfilava como pré-candidato para as prévias de 2001.

3.1.1 A neutralização de forças e a reaparição do arismo

Araya e Corrales seriam protagonistas na década de 90, coincidindo pré-candidaturas em 1993 e em 2001. A derrota de Corrales em 1998 não impediu que novamente procurasse uma pré-candidatura, mas deveria confrontar a pré-candidatura de Araya, “protegido” de Luis Alberto Monge. As prévias de 2001 contariam também com a presença do jovem Alvarez Desanti, quem participaria pela primeira vez como pré-candidato no PLN, obtendo pouco sucesso eleitoral.

A consolidação de Corrales no topo da coalizão dominante parecia forte, mas com o decorrer do tempo sua presença se desgastou. Rolando Araya, com uma ampla experiência partidária, acrescentava

órgão interno que mudava rapidamente seu papel preponderante na década de 70 e 80 (Ver Capítulo IV sobre as mudanças o papel do CEN na estrutura partidária do PLN).

³⁹ Sobre o fraude na Convenção do PLN em 1997: “Fraude con 8.344 votos” em: (La Nación, 1997. Em http://www.nacion.com/ln_ee/1997/julio/23/pais2.html)

capital político para lutar pela candidatura nas prévias de 2001. A coalizão dominante seguia ainda dividida e instável; os ex-presidentes estavam afastados e sua influência não era direta; também nesse período, mudanças no estatuto procuravam transformações internas que dividiam ainda mais o equilíbrio de poder, provocando uma dispersão do poder, principalmente com os candidatos a deputado (no Capítulo IV será analisado amplamente estas modificações). Com esse panorama, Arias, que havia mantido um perfil fraco após a eleição de 1994, mais uma vez aproveitava para influenciar a estrutura, e se promover nacionalmente como uma opção para a presidência da República.

Apesar da confrontação entre as facções, surgiu no ano 2000 um acontecimento fundamental para a análise da década posterior: o *arismo* apresentaria um recurso na Sala Constitucional para declarar inconstitucional a reeleição presidencial. A possibilidade de Arias Sánchez participar novamente como candidato era a chave fundamental para reativar o *arismo* dentro do partido. A Sala Constitucional não aprovou o recurso, e a reeleição seguiria proibida até 2003. O controle de Araya e Corrales no interno fortalecia suas facções, e fechava a possibilidade de Arias assegurar parcelas de poder para a eleição nas prévias de 2001. O eventual fortalecimento destas duas facções, porém, gerou o que neste trabalho se denomina a “neutralização de forças”.

Nesse sentido, a confrontação de ambos os grupos causou uma virtual neutralização que não deixou que nenhum deles controlasse a estrutura de poder amplamente. Assim, nenhuma das duas facções concretiza o controle do partido, nem conquista o apoio vigoroso dos ex-presidentes (apenas Rolando Araya consegue o apoio de seu tio Luis Alberto Monge). Araya Monge sairia com a vitória nas prévias de 2001, mas, o partido estava dividido e na frente dele, os líderes provocaram tanto dano a si mesmos, que não inspiravam mais a confiança que o PLN teve em épocas anteriores. A neutralização de forças, somado com o vazio de poder foi reforçado com a segunda derrota consecutiva do PLN em 2002. A derrota provocou a crise interna e abriu o espaço para que novos atores liderassem o partido.

Este panorama permitiu que Arias pudesse fortalecer sua liderança e tomasse o controle da coalizão dominante, provocando uma mudança organizativa e gerando uma sensação de estabilidade interna e externa. Esse controle é conseguido à custa da auto eliminação de Corrales e Araya, o afastamento tácito e tradicional de Luis Alberto Monge e a ausência de José María Figueres por causa do seu trabalho fora do país, e posteriormente por assuntos judiciais – em 2004 Figueres foi acusado de receber dinheiro, provindos de assessorias em telecomunicações que, segundo a acusação, tinham interesse com o Estado costarricense (La Nación, 2004). A intervenção de Arias Sánchez projetava

um novo rearranjo de forças e cargos, mas, para sua vinculação formal, precisava de um elemento institucional que mudaria totalmente o panorama político: a reeleição presidencial.

3.2 A reeleição presidencial na Costa Rica

Anteriormente se indicou que no ano 2000, o *arismo* fracassou na sua primeira tentativa de mudar a Constituição Política. No entanto, a Sala Constitucional mudou seu critério em 2003 e, baseado em premissas legais, aprovou novamente a reeleição presidencial. A mesma não poderia ser consecutiva, devia esperar um mínimo de 8 anos (2 períodos) para participar novamente. No entanto, este instrumento político já fora utilizado no passado.

A reeleição presidencial foi estabelecida pela primeira vez em 1824. A Constituição autorizava a reeleição⁴⁰ consecutiva, respeitando-se este mandato nas constituições de 1844, 1847 e 1848. No entanto, em 1859 a reeleição sucessiva foi proibida, devendo passar-se no mínimo a um período de quatro anos para participar novamente. A norma seguiu assim em 1869, 1871 e 1917. Em 1949, depois da conjuntura política de guerra civil, o prazo de espera passou de 4 a 8 anos. Em 1953, um plebiscito aprovou a reforma da reeleição para voltar para o prazo de 4 anos para poder ser presidente novamente; porém, a Assembleia Legislativa não ratificou esse mandato e o prazo seguiu em 8 anos (HERNÁNDEZ VALLE, 2003).

Na eleição nacional de 1966, o presidente eleito José Joaquín Trejos ganhou contra seu contendor Daniel Oduber, por uma diferença muito pequena de votos. Inclusive o PLN controlou a Assembleia Legislativa, e isso significou uma grande vantagem para Oduber e seus interesses presidenciais num futuro. Oduber queria ascender à presidência em 1970, no entanto seria difícil convencer o líder do partido, José Figueres, em declinar sua participação nessa eleição. Assim, Oduber conseguiu convencer a fração parlamentar para que a reeleição presidencial fosse proibida. Se a reeleição era proibida, Figueres não poderia participar, já que havia sido presidente em 1953. No entanto, Oduber precisava de alguns votos da oposição para aprovar a lei. O presidente Trejos concordou com a reforma constitucional, mas pediu que na reforma se autorizasse que os ex-presidentes vivos naquele momento pudessem desfrutar do benefício da reeleição pelo menos uma vez

⁴⁰ Esta informação é apenas sobre reeleição presidencial. Sobre a reeleição dos parlamentares, é interessante que na América Latina, os únicos dos países que proíbem a reeleição direta dos deputados são Costa Rica e México. Na Costa Rica não há reeleição imediata dos deputados, porém, depois de cumprir um mandato (quatro anos) podem ser candidatos novamente (NOHLEN, 2007; em http://www.idea.int/publications/electoral_law_la/upload/XV.pdf)

mais. Embora a reforma fosse aprovada, Oduber não conseguiu frear as aspirações de José Figueres quem novamente foi candidato em 1970, e ganhou as eleições (HERNÁNDEZ VALLE, 2003). Esta breve história da reeleição na Costa Rica indica que seu uso já causou impacto no passado. Passaram quase 35 anos para que novamente se agitasse o debate em torno à reeleição presidencial.

No ano 2000, a luta de facções internas ao PLN, a decepção com os últimos dois governos e a sensação de “imobilidade” na tomada de decisões constituíram um cenário ideal para Arias Sánchez. Assim, ele começou a emergir como o líder que poderia realizar as mudanças que os políticos anteriores não conseguiram. Contudo, a reeleição devia confrontar obstáculos políticos devido aos interesses que batiam diretamente com os dois partidos tradicionais. Nesse sentido, os aspirantes *liberacionistas* que pretendiam a candidatura presidencial em 2001 - aqueles pré-candidatos imediatamente afetados, conseguiram parar a reeleição usando uma estratégia jurídica que envolvia a Sala Constitucional (ROJAS, 2009). Este órgão rejeitou a alegação de inconstitucionalidade e seguiu proibindo a reeleição, depois que a Assembleia Legislativa também votasse negativamente a possibilidade de reeleição. Arias teria que esperar uma nova oportunidade para tentar que se aprovasse a reeleição presidencial (SOLÍS, 2006).

Essa nova oportunidade se apresentou com a segunda derrota consecutiva do PLN em 2002, junto com o crescimento acelerado do *Partido Acción Ciudadana* PAC, fundado pelo ex *liberacionista* Ottón Solís Fallas (conforme veremos no Capítulo IV). Com o PLN em crise, o ambiente geral de decepção e ceticismo, agravado por escândalos de corrupção em que os ex-presidentes estavam envolvidos, Arias se tornou uma opção que poderia unir tanto forças dispersas do PLN, assim como outros setores que apoiariam um líder forte que demonstrou capacidade quando presidente (ROJAS, 2009).

Em abril de 2003, a Sala Constitucional declarou inconstitucional o artigo 132 da Constituição. A aprovação da reeleição permitiu observar um PLN constituído por um frágil conglomerado de facções sem um centro, o qual, depois da mudança organizativa, foi reduzido a tendências fracas que se agruparam em torno de Arias Sánchez (SOLÍS, 2006). Assim, a Sala Constitucional anulou sua própria decisão tomada em 2000 sobre a reeleição presidencial. A Sala restaurou a possibilidade de que ex-presidentes optassem por um segundo mandato, passados oito anos de seu período no poder. Isso permitiu que Arias Sánchez, que contava com uma sólida imagem pública, pudesse se candidatar e resultar eleito nas eleições de 2006. Rojas (2009) indica:

Para los sectores empresariales, Arias era el único líder con posibilidades de empujar la modernización inconclusa de las instituciones del Estado Costarricense y consumir el ciclo de apertura comercial, incluyendo la aprobación del TLC... Por estas razones las cámaras empresariales y los medios de comunicación desempeñaron un importante papel en la construcción de la candidatura... los nuevos sectores medios profesionales e intelectuales, que habían crecido amparados a la modernización económica del país, veían en Arias la continuidad de su bienestar y el alejamiento del fantasma de la ingobernabilidad, ante el crecimiento de las demandas y protestas de los sectores populares (ROJAS, 2009; pg. 16).

4. Ambiente: hostilidade ou complexidade?

Anteriormente se indicou que o clima geral no PLN, depois de perder a eleição presidencial de 2002, foi de crise. O partido perdia duas eleições presidenciais consecutivas pela primeira vez na história. Os quadros dirigentes estavam órfãos, devido ao fracasso da cúpula em sua tentativa eleitoral. A coalizão dominante estava cada vez mais dividida e instável. As mudanças internas não conseguiram produzir resultados que ajudassem o partido; muito pelo contrário, a fração parlamentar agiria com independência de um centro de dirigentes praticamente inexistente. O Diretório Político e o CEN mudaram totalmente, e este novo grupo de transição precisava de uma estratégia ante o futuro imediato, devido a que nove meses depois da eleição de fevereiro de 2002, o PLN devia confrontar as eleições municipais (prefeitos a eleger pelo voto direto), o que representava um desafio organizativo e político. Uma pesquisa interna ao PLN indicava que o 90% dos *liberacionistas* afirmavam que existia uma crise; aceitavam a responsabilidade do que aconteceu no partido e compreendiam que foi a individualização dos membros em procura de parcelas de poder que provocou um colapso que ameaçava a sobrevivência do partido (SOLÍS, 2003).

Segundo Panebianco, o grau de adaptação do partido aos ambientes depende de dois fatores: primeiro, das características ambientais, e segundo, do nível de institucionalização partidária. Insiste-se em que certos ambientes impõem à organização a adaptação, porém, outros lhe permitem amplas possibilidades de manipulação. O sucesso da organização depende de como consiga manejar essas situações ambientais ao longo do seu processo de institucionalização. O autor destaca que “as relações organização-ambiente devem ser consideradas como relações de interdependência, nas quais o partido e os “ambientes” em que atua se influenciam reciprocamente, mesmo que de formas diferentes, conforme o tipo de partido e o tipo de ambiente” (PANEBIANCO, 2005, pg. 397). Nesse sentido, Panebianco estabelece que o ambiente (externo) terá um reflexo no ambiente intrapartidário, e, portanto o estudo deve focar nas diversas razões da previsibilidade ou imprevisibilidade. Sobre isto, o autor

apresenta três dimensões do ambiente ligadas ao grau de incerteza (dimensão mais sistematicamente explorada pela teoria organizativa): a complexidade, a instabilidade e a hostilidade ambiental. Os dois primeiros envolvem um alto grau de conflitualidade e imprevisibilidade dentro da organização. O último, a hostilidade ambiental, representa uma ameaça real à sobrevivência da organização.

Segundo esta pesquisa, nesse problemático período do PLN, ocorreu uma complexidade ambiental, e não uma hostilidade ambiental. Segundo a investigação, de fato existiu uma ameaça à estabilidade organizativa, questionando as linhas de autoridade da organização, representando um risco para a conformação da coalizão dominante. Em outras palavras, existia risco real que a cúpula do PLN fosse removida (como eventualmente aconteceu).

A nosso entender, a “turbulência” aumentou os fluxos para a difusão do poder dentro do partido; por conseguinte, se tornou muito alto o número de agentes que reivindicavam para si a capacidade de enfrentar a incerteza ambiental (lembrando da neutralização de poder entre Araya e Corrales). Com um ambiente turbulento, a coalizão dominante do partido fortaleceu sua divisão e instabilidade, observando-se o que diz PANEBIANCO (2005) em termos teóricos.

Para entender melhor como se comportou a organização em relação ao ambiente, se pode mencionar que o partido tentou uma adaptação no ambiente, no entanto, as variações na fisionomia do partido (mudanças do estatuto que transformaram órgãos internos e processos de seleção de candidatos, requisitos, etc.) revelam mudanças na conformação da coalizão dominante. Depois da morte dos líderes fundadores, conforme apontado no Capítulo II, as modificações no estatuto iniciaram em 1997, data em que Corrales ganha as prévias e por conseguinte o início da divisão e instabilidade da coalizão dominante, que existia desde 1994, mas que não foi aprofundada pelo fato de o PLN estar no governo entre 1994-1998. Também, outra prova da mudança na coalizão dominante – que de fato se adaptou ao ambiente, sem conseguir dominar as zonas de incerteza - é a confusão ideológica que inicia desde muito antes do período de estudo, o qual impactou na identidade partidária (como detalharemos no Capítulo IV).

A complexidade e as derrotas na arena eleitoral produziram divisões no interior do partido. Assim, com uma fraca presença do eixo de poder depois da morte dos líderes fundadores (lembrar que o eixo de poder depois da morte dos líderes fundadores foi Monge, Arias e Figueres), a conformação da coalizão dominante teve fortes deslocamentos e a imprevisibilidade dos grupos de controlar a incerteza ambiental, aumentando as tensões internas, o que redundou no fortalecimento das divisões internas.

No entanto, essa complexidade ambiental intrapartidária não chegou ao ponto de se converter em hostilidade. O grupo que integrou o CEN confrontou a crise e inclusive organizou e obteve resultados importantes nas eleições municipais de dezembro de 2002. Nove meses após as eleições nacionais foram realizadas, pela primeira vez, eleições municipais para eleger - eleição popular com registro nacional, segundo cada *cantón* - o prefeito dos 81 *cantones*. Apesar do revés que viveu o PLN em fevereiro de 2002, o partido conseguiu ganhar 27 municípios. Isso representou 33,3% do total de municípios, sendo que das sete capitais provinciais, o PLN ganhou três, incluindo a capital San José (ALFARO, 2002). Também, embora o partido tivesse uma queda importante no Parlamento no período 1998-2002 e 2002-2006, na verdade, sempre se conseguiu assegurar como a segunda força política na Assembleia Legislativa (Ver Anexo nº1).

Esta pesquisa aponta que a sobrevivência do partido não estava em perigo, porém, o questionamento às linhas de autoridade evidenciaram um ambiente de instabilidade e complexidade ambiental que exigia a mudança da coalizão dominante. Essa mudança se apresentaria em 2003, com a dominação da organização partidária por parte do *arismo*.

5. Conclusões

Se os representantes eleitos sentem que seu sucesso se deve mais a sua capacidade eleitoral própria (personalismo, carisma) que ao apoio do partido, maior será o seu nível de independência da organização partidária (PANEBIANCO, 2005). Isso, acrescentado com as possíveis divisões dentro do partido, pode gerar problemas de estabilidade. No entanto, em geral, os políticos tem demonstrado uma maior lealdade aos centros de poder que podem determinar sua eleição futura e, mesmo sua permanência daquele partido. Portanto, a coesão partidária está intimamente ligada à questão de quem seleciona os candidatos. No desenho institucional do PLN, se apresenta o personalismo como variável fundamental no período 1990-2010.

Compreender a dinâmica de poder interna no PLN implica conhecer os padrões culturais do sistema político costarricense. Existem traços importantes na configuração das lideranças partidárias que correspondem com o estilo de desenvolvimento, e com a projeção de um modelo que privilegia as individualidades. Na história da Costa Rica é impossível não fazer a relação de grandes ações que são identificadas com líderes, com indivíduos. Por isso que persistem grupos internos que são reconhecidos mediante o sobrenome; *arismo*, *figuerismo*, *mongismo*, e assim por diante.

O caso do *arismo* confrontava desafios que se concentraram em se Oscar Arias seria capaz de concretizar um bom governo ou não. O processo eleitoral de 2006 apresentou um cenário político com os seguintes antecedentes: primeiro, o descrédito que sentia a sociedade pelos políticos e os partidos políticos, agravado pelas denúncias sobre corrupção dos três ex-presidentes da República e outros destacados políticos desde o segundo semestre de 2004; segundo, um pessimismo geral sobre a situação econômica do país que gerava na percepção das pessoas uma sensação de “imobilidade”; terceiro, uma sociedade dividida sobre a aprovação do Tratado de Livre Comércio (CAFTA em inglês; TLC em espanhol) com os Estados Unidos - projeto que se tratou como fundamental para saber sobre o futuro do modelo de desenvolvimento costarricense, e por último, se assinala uma maioria da sociedade indiferente, que não queria expressar claramente suas preferências políticas ou intenções de voto nas pesquisas de opinião (ROJAS, 2009).

Com a consolidação do *arismo*, os outros grupos que participaram na luta de facções foram se desgastando, e como já comentado, os líderes foram cooptados ou expulsos, e as redes sociais absorvidas por outros grupos. A distribuição dos recursos seletivos nas redes verticais significava um recurso de poder muito forte para apresentar nas negociações com os outros grupos.

Como reflexão final, o instrumento da reeleição abriu a possibilidade para que o *arismo* pudesse transformar o partido. Nesse sentido, a possibilidade de reeleição deve ter uma visão mais ampla: a reeleição presidencial permitiu que ex-presidentes do PUSC inclusive pudessem optar por uma candidatura. Nesse sentido, ainda não estão claras as repercussões para o sistema partidário, o qual poderia voltar novamente a exibir um comportamento de sistema bipartidário imperfeito.

Também, em termos de organização partidária, especificamente no PLN, a reeleição presidencial oferece a oportunidade de observar um cenário interessante nas prévias de 2018: segundo a regulação atual, seria possível ver uma confrontação eleitoral entre José María Figueres e Oscar Arias Sánchez. O novo eixo de poder –assim identificado nesta pesquisa- poderia se confrontar nas eleições internas de 2017, contando também com a possibilidade de ter um representante do “*johnismo-arayismo-mongismo*”. Observar como se comporta esse processo vai depender dos arranjos na coalizão dominante. Por enquanto, o *arismo* conheceu sua primeira derrota em frente da única candidatura de Johnny Araya na eleição de 2014 (Ver Tabela 8).

Capítulo IV

DINÂMICA INTERNA DE PODER: ESTRATEGIAS, NEGOCIAÇÃO E CONFLITO

1. Introdução

O último capítulo desta dissertação estabelece os elementos usados pela coalizão dominante do PLN para controlar o poder na organização partidária e na estrutura de poder. Assim, o capítulo se divide em duas partes: a primeira foca a estratégia do *arismo* para dominar a estrutura de poder, e a segunda identifica o avanço progressivo das transformações no partido, as quais foram características que implementaram as coalizões dominantes para assegurar sua própria estabilidade e manter a sobrevivência do partido.

A primeira parte indica como o papel do candidato presidencial assegura uma presença maior na organização partidária, principalmente na seleção de candidatos para cargos populares. A segunda parte apresenta os elementos permanentes do controle da coalizão dominante no período 1990-2010. A pesquisa aponta para três temas que poderiam se constituir como transcendentais para o controle da estrutura de poder, e também como constante da cultura política *liberacionista*. São temas identificadores do PLN e que, neste período de estudo, se consolidam. Esses temas são: o novo papel que ocupa o Secretário Geral do PLN; que passou de uma posição de prestígio politicamente, para uma posição de apoio organizativo. Também se pode entender a gradual transformação na integração do Congresso Nacional, que se expõe como um elemento a mais no debate em torno à prática ou segmento da doutrina socialdemocrata no PLN. Esta reflexão expõe alguns pontos para ser considerados – embora esta pesquisa não pretenda determinar a ideologia do PLN. Por último, apresenta-se neste capítulo o mecanismo de seleção do candidato presidencial: a Convenção Nacional, e o que significa a aplicação destas eleições na organização partidária.

Em síntese, este capítulo apresenta numa primeira parte, as técnicas do *arismo* para controlar a estrutura de poder. Na segunda parte, são identificados os elementos que as coalizões dominantes que conquistaram o período usaram para estender seu controle na organização partidária. Esta segunda parte permite enxergar com precisão quais foram os aspectos mais importantes para delinear a autoridade da cúpula e os principais líderes.

2. Como o *arismo* dominou a estrutura de poder? Instrumentos da coalizão dominante: características e análise

A resposta para o título deste tópico significaria aprofundar a compreensão das relações formais e extraformais dos líderes vinculados a este grupo. Seria preciso um estudo macro e micro das redes; suas conexões poderiam inclusive revelar temáticas de mais valia, e também poderia se conhecer exatamente os recursos em troca e as futuras expectativas de negociação. Uma pesquisa desse tipo, porém, ultrapassa os limites metodológicos desta dissertação e, inclusive, usa técnicas que poderiam provocar uma inclinação fora da abordagem em ciência política que este autor não supõe necessárias.

O exercício do poder contém elementos que podem ser caracterizados, e para isso, a identificação dos instrumentos para exercê-lo são apontados neste tópico. Obviamente, cada grupo vai analisar de forma diferente seus recursos, e a contextualização do ambiente equivale a diferentes estratégias segundo cada um dos grupos no topo da hierarquia. Nesse sentido, este espaço se refere exclusivamente às técnicas que utilizou o *arismo* para manter o controle da autoridade na organização no período 2003-2010.

Nesse sentido, é de vital importância reconhecer que o elemento de destaque no controle da organização partidária é o fortalecimento do candidato a cargos eletivos em relação aos outros agentes. De fato, o candidato em qualquer partido já desempenha uma posição de poder, mas o *arismo* preencheu algumas “lacunas” que possibilitaram maior controle da organização, por meio principalmente da Assembleia Nacional e da Assembleia Plenária. Estes dois organismos sofreram modificações que concentraram o poder e modificaram temas sensíveis como o mecanismo de eleição de candidatos para deputados e a conformação de órgãos estratégicos dentro do partido.

Maior concentração do poder em torno do candidato supõe um risco por ser considerada uma estratégia que não fomenta o pluralismo interno, centralizando e adotando posições autoritárias na tomada de decisões, enfraquecendo as minorias e representando os interesses só da maioria (SARTORI, 1981). Nesse sentido, o *arismo* aplicou a mudança da ordem organizativa para expulsar e cooptar aqueles que não gostavam das transformações internas: o *arismo* provocou uma alteração da estrutura de autoridade da organização, conforme iremos discutir mais adiante neste capítulo.

2.1 Fortalecimento da influência do candidato na Assembleia Nacional e Assembleia Plenária

2.1.1 A centralização do poder na Assembleia Nacional

O Código Eleitoral (CE) no artigo 60 determina que todos os partidos políticos devem ter, obrigatoriamente, uma estrutura mínima interna inspirada num sistema de representação que preserve a relação entre a base e a liderança do partido. O sistema foi denominado como *Sistema de Assembleias* e produz, de forma piramidal, reuniões que vão desde o nível distrital, *cantonal* e provincial para finalmente completar uma Assembleia Nacional (legalmente estabelecida como o órgão máximo da hierarquia no partido político). Este sistema fortemente territorial (por ser baseado estritamente em critérios de divisão político-administrativo) é obrigatório, mas não exclusivo. Isso quer dizer que o partido político pode aumentar a conformação da Assembleia Nacional, sempre que cumpra com o sistema que indica o artigo 60 do CE. De tal modo, o aumento da estrutura básica do *Sistema de Assembleias* se usa como estratégia para mudar o panorama eleitoral na Assembleia Nacional (AN).

Segundo o estatuto do PLN em 1994, a integração da AN apresentava uma estrutura exatamente igual do que o Código estabelecia. No entanto, desde 1997, o PLN aumenta a estrutura da Assembleia Nacional; incorporou ao Diretório Político, sete delegados dos movimentos e seus respectivos presidentes, e cinco deputados da fração parlamentar. Esta conformação não teve mudanças até 2005, quando se incluiu o CEN e as delegadas supranumerárias. O fato de ter aumentado a estrutura básica da AN indica que a coalizão dominante procura controlar este órgão agregando membros de órgãos internos do partido, tentando provocar um equilíbrio e eventualmente a dominação da Assembleia Nacional. Nesse sentido, o *arismo* muda o estatuto em 2005 e incorpora dois agentes de exclusivo controle do candidato. No caso da incorporação do CEN, anteriormente se indicou que o presidente e o secretário geral do partido foram deputados no período 2006-2010, quando Arias Sánchez foi presidente. Inclusive Francisco Antonio Pacheco (FAP) foi presidente do PLN no período 2003-2010, foi deputado nacional no primeiro lugar (escolha exclusiva do candidato presidencial) e chefe de fração durante os 4 anos que esteve no Congresso.

Sobre as delegadas supranumerárias, esta incorporação responde ao compromisso de cumprir sempre com o mínimo de 40% de participação das mulheres. Basicamente, esta estratégia pode ser definida como a possibilidade que tem o candidato presidencial de aumentar em até cinco (5) delegadas –denominadas supranumerárias– para completar a cota de 40% de participação das mulheres na Assembleia Nacional. Caso a conformação não complete o 40%, o candidato deve nomear diretamente

estas delegadas. Isto aumenta a quantidade de votos a favor dos interesses do candidato na Assembleia Nacional. Estas duas incorporações em 2005 comprovam a intenção do *arismo* em controlar - diretamente na figura do candidato- o órgão de máxima hierarquia no partido: a Assembleia Nacional.

A necessidade de controlar a Assembleia Nacional se refere indubitavelmente às funções desse órgão; neste caso particular, esse é um tema transcendental no PLN: a nomeação, ratificação ou substituição das candidaturas para órgãos internos e para cargos populares/eletivos. A modificação em 2005 indica:

[...] e) Podrá la Asamblea Nacional nombrar, ratificar, o sustituir, según sea el caso, las candidaturas a cargos de elección interna, o las candidaturas a puestos de elección popular realizadas por los órganos consultivos cantonales, provinciales, o por el órgano consultivo nacional o asamblea plenaria, cuando habiéndose convocado al menos en dos oportunidades las asambleas de dichos órganos para realizar las designaciones pertinentes, éstas, por inopia, error u otra circunstancia, no hayan nombrado, no hayan ratificado, o hayan incurrido en errores conforme a la legislación vigente al efectuar los nombramientos correspondientes. Igual disposición se aplicará en el caso de que los cargos o candidaturas queden vacantes por muerte, incapacidad u otra razón;" (Resolução 254-05; artigo 73, Estatuto do PLN).

Esta modificação autoriza à Assembleia a ratificar as candidaturas, mas deve ser entendida no contexto do período 1999-2001, quando se implementaram mudanças na seleção dos cargos de eleição popular no nível parlamentar e municipal, procurando maior participação e proporcionalidade nas eleições. Antes desse período, as candidaturas para os cargos de eleição popular eram ratificadas na Assembleia Nacional, ou seja, legitimadas por um órgão interno de representação partidária. No entanto, a modificação no período 1999-2001 abriu totalmente a eleição dos candidatos. Basicamente, as medidas consideravam a ampliação dos direitos de participação dos votantes nos processos internos, enquanto aumentava as exigências para a participação dos candidatos nos diferentes cargos.

A ampliação da participação foi entendida como um direito que todas as pessoas deveriam ter no registro nacional, o de votar nos processos eleitorais para escolher os candidatos do PLN. No caso do aumento dos requisitos para ser candidato, a ampliação da participação procurava fazer com que os candidatos contassem com maior militância e formação comprovada no partido. No entanto, essa exigência era direcionada apenas para o candidato, não para o eleitor. Isto gerou limitadas oportunidades para a candidatura, e grandes oportunidades para o voto, indistintamente da simpatia política do votante.

Especificamente sobre os requisitos, se solicitava que os candidatos cumprissem o seguinte: para ser candidato presidencial ou vice-presidente era necessário acumular um total de 12 anos de militância; essa mesma quantidade de anos era solicitada para que se pudesse fazer parte do Comitê Executivo Nacional (CEN); 9 anos para deputado e os demais órgãos internos do PLN; finalmente 7 anos para prefeito ou vereador (Resolução 045-99, artigo 14, Estatuto PLN). A mudança é impactante nas possibilidades dos *liberacionistas*, principalmente porque a medida original exigia dois anos de adesão contínua. Embora a condição de 2 anos favoreça a possibilidade de maior concorrência nos cargos eletivos, também se acrescenta o risco de beneficiar *outsiders* em detrimento de membros com mais anos dentro do partido. Porém, a medida tomada no período 1999-2001 apontava diretamente a personalidades dentro do partido que estavam esperando uma oportunidade faz muito tempo para se candidatar como presidente e deputado principalmente.

Com o posicionamento de uma nova coalizão dominante, em 2004-2005, o *arismo* acaba com o experimento da coalizão anterior e volta para as condições originais na seleção de candidatos: especificamente o tradicional método de eleição com voto nominal de maioria absoluta na Assembleia Nacional para ratificar as candidaturas para deputado. Também mudou o relativo com os requisitos; para aspirar uma candidatura, seja de órgãos internos ou para cargos eletivos, se precisariam dois anos de adesão contínua no partido (Resolução 032-04 e Resolução 254-05, Estatuto PLN). Esta característica dos requisitos destaca que não se presta muita atenção às diferenças entre cargos populares e cargos internos.

2.1.2 A centralização do poder na Assembleia Plenária ou Órgão Consultivo Nacional

Existe um fortalecimento da "presença" ou influência do candidato presidencial na definição e conformação da Assembleia Plenária ou Órgão Consultivo Nacional. A primeira mudança⁴¹ em favor do candidato se apresentou em 2001, quando se modificou a conformação deste órgão, adicionando seis delegados diretamente propostos pelo candidato presidencial (Resolução 210-01). Também, igualmente como aconteceu com a Assembleia Nacional, as delegadas supranumerárias, em 2009, integraram a Assembleia Plenária. Isto significou o aumento da quantidade de votos a favor dos interesses do candidato presidencial na AP/OCN.

⁴¹ Em 1999 aumentaram de 5 para 10 os representantes dos setores para a Assembleia Plenária. Estes setores são do magistério, o empresarial e profissional.

Assim como o caso da Assembleia Nacional, a importância que recebe a AP/OCN deve ser relacionada às novas funções desenvolvidas no período *arista*. A primeira foi em 2005, quando a AP/OCN desempenha a nova responsabilidade de nomear onze membros para o Diretório Político (o órgão superior de ação política). A segunda função identificada como vital na estratégia da coalizão dominante foi em 2008, quando também recebe a responsabilidade de definir os membros do Tribunal de Eleições Internas (TEI). Segundo estas modificações, a coalizão dominante buscou controlar quem ficaria nestes órgãos; fortalecendo sua incidência na AP/OCN conseguiriam ter controle das candidaturas e da seleção.

Sobre a primeira função, uma análise mais detalhada ressalta que é necessário ver a relação dos três Tribunais que integram o PLN: O TEI, anteriormente mencionado, e também o *Tribunal de Alzada (TA)* (basicamente encarregado de resolver apelações) e o Tribunal de Ética e Disciplina. Sobre a eleição dos membros dos Tribunais de *Alzada* (TA), Eleições Internas (TEI) e Ética e Disciplina, se observa que em 2000 existiu um grande interesse de regular esses três órgãos. Portanto, os requisitos foram depurados (ver artigo 14) e se ampliou o número de suplentes (Resolução 045-99). No entanto, o foco das mudanças em 2008 (período *arista*) se centrou na responsabilidade de quem escolheria os integrantes de cada um dos Tribunais. No caso do TA e do TEI, deixa de ser a Assembleia Plenária, e recebe esse encargo o Diretório Político. No caso do TEI, o órgão encarregado seria ainda a Assembleia Plenária.

A segunda função esta relacionada com o órgão mais importante da ação política: o Diretório Político. Neste órgão se estabelecem as transferências ou trocas horizontais entre os diferentes grupos de poder (sejam facções ou tendências). Sendo assim, destaca-se que a grande variação na prática foi a designação dos membros do TA e do Tribunal de Ética, função assumida em 2008.

No entanto, esta investigação destaca que o fato deste órgão ter mudanças mínimas responde à importância de mantê-lo como um espaço de negociação, e principalmente de hierarquia na prática real do poder dentro do partido. Tanto assim, que as mudanças ocorridas no período de estudo respondem à possibilidade de inclusive manter uma conformação -número de membros- estável. Um exemplo desta situação foi a reforma de 1997, que permitiu que os ex-candidatos presidências pudessem ter um representante no Diretório, em caso de ausência (Resolução 033-97).

Como se mencionou anteriormente, o Diretório reúne as diferentes forças dentro do partido. Essencialmente, facções e tendências disputam entre elas o controle das parcelas de poder; segundo as

conjunturas políticas alguns grupos vão ter melhores resultados que outros nas negociações. O Diretório é o espaço em que se testam e demonstram as capacidades dos líderes, os recursos de poder, as expectativas de luta intrapartidária e se identificam as possibilidades dos grupos que disputam domínio sobre os outros. No entanto, existe outro processo paralelo que ocorre dentro do Diretório, principalmente com a presença dos deputados⁴².

Antes é necessário mencionar que o deputado é, na sua essência política, uma mistura de compromissos, tanto internos (com delegados, com a hierarquia e apoios variados dentro do partido político) como externos (dirigentes locais, grupos organizados da província, influência regional, etc.). O sucesso do deputado será conservar essa influência na sua rede interna e externa, distribuindo seus incentivos seletivos e coletivos de maneira que se reconheça seu trabalho individual como deputado do partido. Em outras palavras, ele deve demonstrar o valor da sua presença presente e futura, como conexão ideal para sua região e o Congresso. No entanto, esse equilíbrio é delicado, e podem existir momentos e situações que comprometam negativamente ou insatisfatoriamente alguns dos extremos. Assim, certa tomada de decisões pode ser benéfica na rede interna do partido, porém fora dele pode prejudicar sua área de influência regional (ou vice-versa).

Nesse sentido, quando acontecem esses tipos de contradições, o deputado deve estudar o ambiente e pensar na sua posição de vulnerabilidade, mas também nas oportunidades que representa seu cargo. O deputado sabe que o partido (fator endógeno) é a plataforma política, ideológica e organizativa que se converte no mecanismo ideal para chegar ao cargo de deputado. Mas, também sabe que sua área regional de influência (fator exógeno) é pretendida por outros membros do próprio partido (porém, de outras facções ou tendências), e isso faz com que deva assegurar ambos os fatores. Se ele concentra todos seus esforços em assegurar com incentivos seletivos sua rede local, o partido pode questionar sua posição num futuro e ser substituído; se, ao contrário, concentra seus esforços em se posicionar dentro do partido, sua rede local pode ser colonizada por outro membro do partido e ficaria fraca sua posição local.

Em situação de complexidade ambiental, é mais difícil para o partido político controlar os fatores endógenos e exógenos. Nesse sentido, a posição estratégica do deputado na conformação do Diretório Político possibilita o processo paralelo aqui mencionado anteriormente: dependendo da

⁴² A conformação atual do Diretório Político é: O Comitê Executivo Nacional e seus suplentes; os ex candidatos presidências ou seus representantes; um representante de cada um dos quatro movimentos –Juventude, Mulheres, Cooperativo e Trabalhadores-; o chefe da fração parlamentar e outro deputado eleito pela fração; e por último onze dirigentes nomeados pela AP; dos quais 4 vão ser nacionais e dos outros sete, um por cada província.

conjuntura, a volatilidade destes grupos (descritos no capítulo III) faz que os deputados controlem o Diretório Político para seus interesses individuais (fortalecimento das redes locais) ignorando sua “simpatia” política interna. Em outras palavras, a luta de facções e tendências no Diretório Político se focaliza no debate das parcelas de poder que deve controlar a fração parlamentar.

Assim, a luta entre facções e tendências sofre o processo paralelo de confrontar os dirigentes internos contra o grupo parlamentar. Na conformação da coalizão dominante, é fundamental identificar se existe dominação ou subordinação entre os diferentes setores da organização. A configuração das relações entre os dirigentes do partido e o grupo parlamentar mostra um típico comportamento de um partido com institucionalização forte: o predomínio dos dirigentes internos ou o predomínio dos parlamentares, dependendo da conjuntura política (PANEBIANCO, 2005).

Como explica Panebianco (2005), a estabilidade organizativa é uma tarefa exclusiva da coalizão dominante e, no caso do PLN, no período *arista*, a influência do candidato presidencial na Assembleia Plenária contribuía positivamente na direção do Diretório Político. Assim, a estabilidade organizativa dependerá das características dos equilíbrios de poder internos (a conformação da coalizão dominante) e das relações da organização com os seus ambientes externos.

2.2 A distribuição dos recursos para formação

No capítulo II foi apontado que foram efetuadas diversas reformas sobre o tema do financiamento político. Nesse sentido, se indicou que estas medidas tomadas ao longo do período de estudo foram lideradas pela iniciativa do organismo eleitoral: o Tribunal Supremo Eleitoral. Por meio de mudanças na legislação nacional, todos os partidos tiveram que fazer mudanças relacionadas à fiscalização e transparência de fundos. No caso particular do PLN, um assunto exclusivo deste partido foi a distribuição dos fundos no período 2000-2005. Antes do ano 2000, o estatuto não indicava como se realizaria a distribuição dos recursos. No entanto, nesse ano se depurou o estatuto e foram incluídas as porcentagens para organização e para formação. Estabeleceu-se um mínimo de 10% para a organização e um mínimo de 10% para a formação (Resolução 219-00). Por meio da definição estatutária, era a primeira vez em que se definia uma quantidade ou valor para investir na organização e na formação.

No entanto, esta medida é alterada em 2005 e se define, em primeira instância, 10% para a organização (é removida a palavra "mínimo") e indica que se devem distribuir "recursos suficientes" para formação (Resolução 079-05). Junto com essa indefinição econômica sobre os fundos para formação, se criou também um instituto para a formação e capacitação de *liberacionistas*. Esta contraditória medida impossibilitava o partido de saber quanto investir em formação, mas, ao mesmo tempo, criava um órgão de autonomia administrativa e curricular, que seria o encarregado de formação política para militantes e simpatizantes. Decorridos alguns meses nesse mesmo ano de 2005, uma nova reforma foi apresentada para a distribuição dos recursos para formação e fixou um valor não inferior a 1% (Resolução 237-05-PPDG).

O *arismo*, por um lado, reduziu consideravelmente os recursos para formação política (passando de 10% a 1%), mas por outro, criou uma instituição interna dirigida aos *liberacionistas*, procurando um melhor desenvolvimento da investigação doutrinária e da divulgação de ideais socialdemocratas e programáticos.

2.3 O candidato presidencial e sua independência com os movimentos

Os movimentos de Mulheres e da Juventude sofreram uma grande modificação em 2005 quando se eliminou o direito dos presidentes de ambos os movimentos para fazer parte dos primeiros quatro lugares da lista de deputados nacionais (Resolução 079-05). Antes dessa data, os presidentes tinham assegurada uma vaga que praticamente garantia sua presença como deputados na Assembleia Legislativa⁴³. O *arismo* elimina este obstáculo procurando maior liberdade para nomear seus candidatos para deputado.

O candidato presidencial tem o direito de nomear os primeiros quatro lugares da lista de deputados –a qual é fechada e pré ordenada-. Conhecidos tradicionalmente como os deputados “nacionais”, estes quatro candidatos são uma eleição exclusiva do candidato presidencial, que procura ter pessoas de confiança no Congresso. No entanto, antes da reforma, o presidente deveria escolher quatro candidatos, mas dois deles teriam que ser necessariamente o presidente do movimento da Juventude e de Mulheres. Segundo o estatuto, não importava o lugar que estivessem na lista, contanto

⁴³ Uma pesquisa interessante poderia ser conhecer a posição e desenvolvimento dos quatro movimentos dentro do partido. Isto porque chama a atenção que fossem os movimentos de Juventude e Mulheres os que conseguiram vaga direta no Congresso, mas não foi assim para os movimentos de Trabalhadores e Cooperativistas. Nesse sentido, é necessário precisar com detalhe a conquista de parcelas de poder dos movimentos dentro do partido; seja de forma individual (os movimentos atuando para sua própria conveniência) ou coletiva (os movimentos procurando reivindicações sociais para todos eles).

que estivessem entre os primeiros quatro lugares. Essa conquista dos movimentos se perde e, depois da Resolução 079-05, o presidente não tem mais a obrigação de colocar os presidentes destes movimentos. Esta modificação *arista* outorga mais independência de critério para o candidato presidencial na hora de selecionar seus quatro deputados, mas também afasta o presidente de dois movimentos fundamentais da estrutura partidária do PLN.

3. Elementos permanentes do controle da coalizão dominante no período 1990-2010

Quais são os critérios para a escolha de instrumentos fortalecedores da coalizão dominante perante os desafios organizativos de um partido político? Todas as coalizões dominantes usam as mesmas estratégias? Até que ponto uma posição ideológica, ética ou constitutiva pode frear ou garantir o futuro de determinada coalizão dominante? Estas perguntas servem para introduzir a reflexão sobre as técnicas e motivos pelos quais as coalizões dominantes usam determinados elementos em procura da estabilidade organizativa dos seus partidos. A manutenção do partido, a sua sobrevivência, é vital para o exercício de poder da coalizão, mas esta não pode perder seu objetivo central, que é controlar as parcelas de poder e provocar assim sua própria conservação. Em síntese, a sustentação das suas condições internas em equilíbrio com o ambiente externo.

Mas, uma leitura como a anterior, que procura teorizar sobre as possibilidades da coalizão dominante, precisa de uma explicação que se demonstre na prática. Em outras palavras, a teoria não deve ser testada, deve ser analisada com casos reais que envolvem uma grande quantidade de fatores, os quais vão ser valorizados pela própria coalizão. Conhecer esses fatores permite explicar o comportamento da coalizão dominante, mas, também, significa uma análise da organização como receptáculo de diversas forças que operam dentro dela. A diferença em relação ao ponto anterior, que se concentrou nos elementos exclusivos da estratégia *arista* para o controle da estrutura, este tópico apresenta para o período 1990-2010, os elementos *permanentes* controlados pela coalizão dominante, independentemente de quem estivesse na liderança deste grupo. Basicamente são características constantes e progressivas (graduais) existentes em todo o período analisado.

3.1 A Secretaria Geral: a queda de um “pódio”

Tradicionalmente, o pódio foi reconhecido na arquitetura ocidental como um lugar de privilégio. O pódio eleva aquilo que se apresenta como importante, como exclusivo e de grande magnitude. Segundo a Tabela 3 do capítulo II, até meados dos anos 80, os secretários do PLN mantiveram sempre um status de tamanha importância dentro do partido que seus nomes significavam a candidatura e - eventualmente - presidência da República. Além da função executiva que cumpre o Secretário, o fato é que, desde o órgão de direção política se “selecionava” o secretário geral da organização, expondo ele no pódio como uma amostra de legitimidade da cúpula para ocupar a presidência.

No entanto, com a decadência e morte dos líderes fundadores, esse padrão de apresentar o Secretário Geral como uma escolha legítima da cúpula terminou. Na verdade - seguindo com as metáforas - o cargo de Secretário Geral virou mais uma “vitrine” na qual, os secretários aspiram pela candidatura presidencial, sem que a seleção ou execução desse cargo significasse realmente uma garantia de apoio dentro do partido. Inclusive, esta característica do Secretário Geral pode ser ampliada ao cargo do presidente da organização.

Como foi explicado anteriormente, no período anterior a 1990 - época em que a *troika* tomava as decisões, estes cargos representavam o equilíbrio de forças na coalizão dominante, além de potencializar os futuros pré-candidatos do partido. Nesse sentido, no período anterior a 1990, formar carreira dentro do partido era uma boa referência para tornar-se relevante na estrutura interna. Em outras palavras, formando parte do CEN, se podia coletar capital político fortalecendo a posição de poder na organização partidária. Depois de 1990, este estudo demonstra que os cargos no CEN deixam de representar necessariamente um cargo de poder ou liderança dentro do partido. Na verdade, se confirma que o CEN é concebido apenas como um órgão formal e só representa a cara pública do partido, podendo ser sim uma extensão do poder da coalizão dominante no período 2003-2010⁴⁴.

⁴⁴ No período 2003-2010, o PLN teve como presidente o senhor Francisco Antonio Pacheco (deputado no período 2006-2010). Sobre os secretários, segundo as atas do partido, o PLN teve 5 secretários diferentes; duas das vezes as secretárias foram exercidas só por seis meses. Nesse sentido, o secretário que teve maior tempo nas suas funções no período citado foi o senhor Oscar Núñez, quem esteve desde o segundo semestre de 2003, até o início de 2006; repetindo o cargo no primeiro semestre de 2007. Além de Núñez, Antonio Calderón foi secretário desde 2008 e ainda permanece nesse cargo. No caso de Núñez, ele foi deputado arista no período 2006-2010, e Antonio Calderón entrou na Assembleia Legislativa no período 2010-2014 (no caso de Calderón, ele entrou só em 2011 pela renúncia de um deputado do PLN).

Outro fato que este trabalho destaca é que depois do período 1990-2002, os líderes não foram cuidadosos com a formação do CEN; apenas um dos entrevistados afirmou ter apoio do líder e presidente da República para chegar nessa posição (Mais detalhe no Anexo nº2). Pelo contrário, os demais entrevistados afirmaram que conseguiram chegar aos cargos no CEN, justamente pelo trabalho individual que tiveram com as bases do partido.

Isto não significa que o CEN tenha se tornado um órgão sem importância; muito pelo contrário, sendo um órgão executivo, diretamente eleito pelo Diretório Político, deve se compreender o novo papel que adquire o organismo. Inclusive, pode-se afirmar que no período *arista*, tal órgão reafirma a extensão da liderança de uma coalizão dominante coesa. Na década de 90, parecia mais um remanescente da organização, sendo que cada vez mais pesava menos na construção de grupos de poder - sinal de uma coalizão dominante instável e dividida.

Em síntese, a perda de relevância interna da Secretaria Geral na organização, deve ser entendida como uma consecução de eventos que mudou o papel que desenvolveu o CEN no período de estudo: num primeiro cenário, antes de 1990, representava um pódio em que se apresentavam os líderes que a cúpula legitimava para aspirar pelo cargo de presidente da República. Em um segundo cenário, depois da morte dos líderes fundadores, o CEN tenta equilibrar suas funções executivas, com o desgaste e deslegitimação progressiva do secretário geral como pretendente à Presidência da República. Por último, já no período *arista*, o CEN desenvolve seu papel de extensão da liderança, o secretário geral perde o pódio, e assume uma tarefa transcendental para as autoridades do partido: segundo a integração do CEN no período *arista*, faz um vínculo direto que procura o controle na fração legislativa.

Uma última reflexão sobre este tema do CEN e da Secretaria Geral, aponta que a mudança no papel real e não formal⁴⁵ do CEN, evidencia o que Coppedge (2001) chamou de *darwinismo* partidário. Coppedge entende que os partidos políticos são organizações que tendem a mudar com o tempo. Estas mudanças geralmente são adaptações ao ambiente que implicam transformações para seguir competindo. Nesse sentido, o sistema político impõe desafios que o partido deve confrontar em busca de seu próprio sucesso. Essas mudanças podem ser diversas e devem considerar a história recente, os princípios da fundação do partido e a configuração do sistema político, entre outros. A resposta da

⁴⁵ O estudo dos estatutos do PLN indicam que o artigo 79, referente à integração e funções do CEN, mudou seis vezes desde 1994. No entanto, essas modificações respondem ao modelo de regionalização que se pretendeu aplicar desde 1997, mas que foi descartado em 2005. Essas modificações respondiam mais a questões metodológicas sobre a regionalização, e não sobre a conformação ou funções que desempenharia o CEN. Em síntese, formalmente não mudou radicalmente o CEN; a modificação mais importante foi a incorporação de suplentes em caso de ausência dos proprietários.

sociedade esta influenciada multifatorialmente, o que significa que os políticos devem traduzir estas respostas em melhora de seus instrumentos e estratégias.

Desta forma, uma característica de “oscilação” que experimentava o PLN na primeira parte do período de estudo (1990-2002), sugere uma potenciação da independência dos seus parlamentares com a estrutura partidária. Uma breve recapitulação de eventos internos desenvolvidos neste capítulo indicam que:

- a) existiram modificações no período 1999-2001 que procuravam mudar o sistema de seleção de candidatos para o Congresso, gerando maior independência dos candidatos frente ao partido;
- b) também neste período se modificaram os requisitos dos candidatos para deputado, aumentando os anos consecutivos de filiação, e, portanto, fechando as oportunidades para novos candidatos;
- c) com a segunda derrota consecutiva, as opções de incidência política do partido como oposição se concentravam no Congresso;
- d) a independência relativa dos deputados com o partido poderia provocar problemas de disciplina partidária;
- e) as lideranças particulares no congresso enfraqueceriam a estrutura partidária.

O *arismo* acabou com esta situação em 2005, reformando os requisitos e voltando para o tradicional sistema de seleção pela Assembleia Nacional. Órgão que, como se apontou neste capítulo, foi fortalecido com a maior influência do candidato. A última peça para que a estrutura partidária controlasse a fração parlamentar foi por meio do CEN; nomeando pessoas de confiança do candidato/presidente na Assembleia Legislativa e ao mesmo tempo ostentando o cargo no CEN. O fato do CEN tenha adotado a função de controlar a fração parlamentar no período *arista*, confirma uma característica dos partidos institucionalizados: o predomínio dos dirigentes internos sobre os parlamentares; e para a coalizão dominante, a conquista da areia legislativa por meio da liderança exercida desde o Comitê Executivo Nacional (CEN).

3.2 A ampliação do Congresso Nacional: um elemento do debate da abertura socialdemocrata no PLN

Na introdução desta dissertação foi mencionado que o PLN nasceu com uma intenção de reforma mediante um projeto socialdemocrata. Este projeto viu suas primeiras grandes obras na década de 60 e 70, principalmente. No entanto, a crise dos 80 levantou grandes desafios para esse projeto socialdemocrata, em vista de exigências de organismos internacionais e novas tendências que levavam as nações a reconhecer o neoliberalismo como uma chave para os modelos de desenvolvimento. Nesse contexto, a prática e ação de projetos socialdemocratas foram alvo de críticas e de debate: ainda era o PLN socialdemocrata? Honrava os princípios dos seus fundadores, cumprindo com a reforma social? Embora não seja parte desta pesquisa determinar ou debater se o PLN realmente desenvolve ainda um projeto socialdemocrata⁴⁶ interessa analisar um elemento a mais que serve para acrescentar a disputa.

Sobre o Congresso Nacional, é importante destacar que suas funções não mudam desde 1994, mas sim a sua integração. O órgão superior em matéria ideológica e programática - segundo o estatuto do PLN - teve uma grande abertura na sua conformação, aumentando progressivamente desde 1997, mostrando um grande acréscimo de diversos membros em 2004. O único filtro estabelecido para a participação no Congresso é o registro prévio e o credenciamento com o CEN. Sobre a integração do Congresso, a Tabela 9 amostra sua evolução desde 1994.

Tabela 9

Mudanças da conformação do Congresso Nacional

Resolução e redação do artigo 67	
076-94	El Congreso Nacional estará integrado por los siguientes miembros: a) los miembros de la asamblea plenaria; b) los miembros del tribunal de ética y disciplina; c) los miembros del directorio de cada una de las secretarías; d) los miembros del comité directivo de los foros del partido; e) Los miembros del Tribunal de Elecciones Internas del Partido; f) los miembros de las comisiones de estudio de las secretarías de planes y programas y educación política; g) los miembros del organismo ejecutivo superior de los movimientos juveniles y femenino; h) la fracción parlamentaria; i) 3 delegados de los comités político cantonales.

⁴⁶ Sobre mudanças na concepção e doutrina socialdemocrata do Partido Liberación Nacional, se recomenda as leituras de Alberto Salom, *Los orígenes del Partido Liberación Nacional y la socialdemocracia* (1991); Manuel Solís, *El PLN y el ascenso de una ideología productivista* (1990) y *La Institucionalidad Ajena* (2001); Luis Guillermo Solís, *El Partido Liberación Nacional: reflexiones en torno a su reforma en un sistema político en transición* (2003); Enrique Obregón, *ABC de la socialdemocracia. Pensamiento mínimo dosificado* (2005) y *Semblanzas: Dirigentes históricos del Partido Liberación Nacional* (2008). Estes textos tem a vantagem que são relativamente novos, e permitem conhecer sobre o debate em torno à posição ideológica do partido e suas implicações externas, principalmente. Esta pesquisa não tem como objetivo entrar numa discussão sobre a permanência do pensamento e ação socialdemocrata. No entanto, é importante mencionar que as posições giram em torno à decadência da socialdemocracia por parte do PLN, e a oposição indica que as ações do PLN concordam com as exigências internacionais e as próprias mudanças que teve a socialdemocracia em geral.

013-97	... g) Los miembros de los comités nacionales de los movimientos: Femenino, Juventud, Cooperativo y Trabajadores liberacionistas; i) la fracción parl... j) 25 liberacionistas prominentes nombrados por el Directorio Político Nacional.
113-98	Transitorio al inciso i): por única vez y para el Congreso José Figueres Ferrer, cada comité ejecutivo nacional nombrará los 3 representantes del cantón ante el congreso de acuerdo con reglamento que dictará el Directorio Político Nacional.
021-04	... a) los miembros de la asamblea plenaria y del Directorio Político Nacional; b) Los miembros de los Tribunales de ética y disciplina, elecciones internas y de Alzada del Partido; c) los diputados electos por el PLN; d) los alcaldes, regidores y síndicos, concejales de distrito, intendentes, propietarios y suplentes elegidos por el PLN; e) los miembros del Directorio de cada una de las secretarías; f) Los miembros de los comités nacionales de los Movimientos y Sectores de Partido; g) Los miembros de los Comités Directivos de los Foros del Partido, debidamente inscritos a la fecha de convocatoria del Congreso; h) Diez (10) representantes de cada una de las Comisiones del Congreso; i) Los miembros de las Asambleas Cantonales, los Comités Ejecutivos Cantonales, los Comités Distritales de acción política de cada cantón, los Comités Políticos Cantonales de la Juventud Liberacionista y del Movimiento de mujeres, quienes a su vez, nombrarán un delegado por cada distrito; j) Los liberacionistas que hayan ejercido cargos públicos como miembros de los Supremos Poderes: Diputados, Presidente y Vicepresidente de la República, Ministros y Viceministros, Magistrados de la Corte Suprema de Justicia y del Tribunal Supremo de Elecciones, de los órganos adscritos como la Contraloría General de la República, la Procuraduría y la Defensoría de los Habitantes; y los Presidentes y miembros de las Juntas Directivas de las Instituciones Autónomas y descentralizadas y empresas del Estado; k) Los ex precandidatos presidenciales del Partido Liberación Nacional; l) Liberacionistas que hayan obtenido reconocimiento a su labor cultural, artística o científica por medio de los Premios Nacionales; m) Diez representantes liberacionistas de cada uno de los siguientes sectores sociales no incorporados orgánicamente dentro del Partido: solidarista, comunista, ambientalistas, académicos, etnias, personas con discapacidad y jubilados, los cuales serán electos por el Directorio Político Nacional, de acuerdo con lo que establezca el Reglamento que para los efectos del Congreso debe elaborarse; n) 50 empresarios de los distintos sectores económicos y 50 trabajadores: agropecuario, artesanos e industriales, servicios, comercio, de los cuales al menos una tercera parte serán pequeños y medianos, los cuales serán electos por el Directorio Político Nacional, de acuerdo con lo que establezca el Reglamento que para los efectos del Congreso debe elaborarse; o) Veinticinco liberacionistas prominentes nombrados por el Directorio Político Nacional; p) Liberacionistas líderes de las Universidades como son rectores, exrectores, miembros de los Consejos Universitarios de todas las universidades autorizadas. Miembros (profesores y estudiantes) de las asambleas de escuela de las universidades públicas, directorio de las federaciones y asociaciones estudiantiles de todas las universidades; q) Los jóvenes liberacionistas que forman parte de los Comités Cantonales de la Persona Joven así como de la Asamblea Nacional de la Persona Joven, constituidos por la "Ley General de la Persona Joven; r) Diez miembros representantes de los grupos de la Juventud Liberacionista, inscritos formalmente dentro del Partido, electos por el Directorio Político Nacional, de acuerdo con lo que establezca el Reglamento que para los efectos del Congreso debe elaborarse.
079-05	Nuevo párrafo al final: “No obstante, los miembros señalados en este artículo, para participar deberán proceder acreditarse de acuerdo con las formalidades y fechas que establezca el Comité Ejecutivo Nacional”.

O sublinhado não é original. Fonte: Com base em Estatutos PLN. Registro Nacional de Partidos Políticos, Tribunal Supremo de Eleições, Costa Rica.

Note-se que o ano de 2004 apresentou uma grande modificação, incorporando novos membros ao Congresso. No entanto, é interessante assinalar que, entre os muitos novos membros, vários daqueles que não são parte da estrutura interna do PLN, são diretamente escolhidos pelo Diretório

Político (incisos destacados em preto). Esta situação claramente mostra a importância do Diretório Político para poder aplicar o “filtro” daqueles que pretendessem participar no congresso ideológico.

Embora o Congresso se reúna ordinariamente a cada dois anos, para pesquisas futuras é fundamental investigar se a abertura na composição do Congresso afetou as definições ideológicas e programáticas do partido; também é necessário determinar o grau de vinculação entre as orientações que procedem do Congresso, e o programa de governo do candidato vencedor das prévias. Só desta forma se poderia concluir o impacto desta nova integração na confecção e aplicação dos programas socialdemocratas do PLN. Muito mais importante seria saber até que ponto os líderes do partido reconhecem a legitimidade do Congresso como direcionador das definições doutrinárias do partido e sua prática na Costa Rica⁴⁷.

Sendo o tema ideológico vital para os partidos políticos, a ideologia da socialdemocracia não pode ser omitida desta dissertação. Principalmente porque o período de estudo ressalta a saída de vários líderes do PLN, justamente devido a perda ou transformação da socialdemocracia no PLN. A história dos líderes e da socialdemocracia é fundamental para entender como os próprios líderes agiram na organização, e como isso influenciou no futuro do PLN. Também, desde o ponto de vista da organização, o Congresso Nacional é o órgão superior em matéria ideológica e programática, portanto é desde este órgão em que, segundo o estatuto -artigo 67-, se estipula o pensamento doutrinário que praticará o partido.

A respeito deste tema da ideologia, o sociólogo costarricense Solís Avendaño (1990) explica que, no período das décadas de 70 e 80, as condições econômicas mudaram o país de modo que as contradições acumuladas com o modelo de desenvolvimento levaram à crise dos anos 1981-1982 (no capítulo I esse panorama foi amplamente explicado). Indica, também, que não é possível entender que o PLN, apresentando um marcado “deslizamento ideológico conservador”, não sofresse conflitos internos, desdobramentos, ou confrontações ideológicas entre seus líderes. Este argumento de Solís Avendaño permite observar que existiam diversos pensamentos internamente ao PLN, que se manifestaram com a crise de 80. O autor comenta que ainda em 1982 houve algumas expectativas em relação a transformação que poderia acontecer na Costa Rica com a ascensão política de personalidades

⁴⁷ Nesse sentido, não existem pesquisas que estudem as relações líderes- organização- ideologia. Porém, alguns estudos recentes sobre a ideologia e o PLN podem ser encontrados em: Obregón, Enrique. 2005. “ABC de la socialdemocracia: pensamiento mínimo dosificado (1. edición)”; e Gómez, Steffan. 2003. “La posición de la fracción legislativa del Partido Liberación Nacional (PLN) durante la administración Figueres Olsen : análisis sobre los discursos pronunciados por el PLN alrededor de las reformas al Sistema Financiero y Bancario Nacional (1994-1995)”.

do PLN qualificadas como representantes de uma genuína tradição socialdemocrata. O fato de que a crise nacional fosse confrontada com representantes da ala reformadora apareceu como uma possibilidade de fortalecer os princípios e valores socialdemocratas no desenvolvimento econômico e social.

Líderes como Daniel Oduber e Luis Alberto Monge foram identificados por longo tempo como representantes de uma socialdemocracia mais esquerdista e muitas vezes alegaram a necessidade de retornar as ideais socialdemocratas originais, as quais, segundo eles, foram apenas parcialmente realizadas nas reformas de 1948-1949. Esperava-se deles uma eventual renovação na linha política do PLN, no entanto, o que aconteceu depois de 1982 é a continuação do aprofundamento do processo de redefinição do modelo de liberalização econômica (SOLÍS, 1990).

O mecanismo que propiciou a transformação do modelo de desenvolvimento foram os denominados “PAES” (Programas de Ajuste Estrutural; proposto pelo FMI e Banco Mundial). A partir deste ponto, o modelo de desenvolvimento de Costa Rica mudou significativamente⁴⁸. A aplicação do primeiro PAE foi negociado durante a administração Monge Álvarez (1982-1986); o segundo, durante a administração Arias Sánchez (1986-1990); e o terceiro (o qual não foi concluído) durante a administração de Figueres Olsen (1994 - 1998). O fato de que todos os PAES foram negociados durante as administrações do PLN é bastante significativo, já que desde a sua implantação representou um enfraquecimento do modelo socialdemocrata. Este modelo tem sido progressivamente substituído por uma orientação mais neoliberal (SANCHEZ, 2007b). Inclusive, a autora Deborah Yashar (1995) aponta que um acontecimento marcante desta situação foi a eleição do presidente Arias Sánchez em 1986, o qual representou a ascensão dos jovens neoliberais no partido.

A ascensão de uma nova geração de políticos introduz a prática denominada “meritocracia”, a qual basicamente consiste em convocar diversos conselheiros ou assessores na campanha para formar parte dos altos cargos de governo, sem que fossem membros do partido (Arias Sánchez foi quem mais aplicou esta prática, a qual lembra a tecnocracia tradicional). Esta profissionalização da política em termos de Panebianco vislumbra que já existia uma diferenciação entre os dirigentes que poderia mudar

⁴⁸ De acordo com John Booth, "Os PAES começaram um ataque com o modelo de desenvolvimento, procurando um projeto neoliberal, principalmente definido por poderosos atores econômicos, com a ajuda de influentes interesses econômicos nacionais. Os neoliberais queriam reduzir o tamanho do governo e do seu papel econômico; procuravam um Estado empregador e provedor de serviços, que estimulasse novas exportações para Costa Rica e se abrisse ao capital estrangeiro, reduzindo as importações e atraindo investimentos através da redução do custo de trabalho, e através de desvalorização cambial" (SÁNCHEZ, 2007, pg. 43)

por recurso, estilo político e seu grau de profissionalismo⁴⁹. O apoio às políticas neoliberais que contradizem as crenças socialdemocratas influenciou negativamente o partido, o que acabou dividindo-o em dois grupos: um setor socialdemocrata, muito mais tradicional, integrado principalmente por membros mais antigos, e outro grupo composto por líderes mais jovens, que defendiam a renovação ideológica do partido. Este último grupo parece ter prevalecido, tanto na programação ideológica, como nas lutas pelas posições centrais na estrutura partidária e seus governos (SÁNCHEZ, 2007b).

A outra jovem liderança a qual Sánchez se refere é o caso do ex-presidente Figueres Olsen (1994-1998). Os simpatizantes do PLN apoiaram as duas primeiras administrações *liberacionistas* em que se aplicaram os PAES, porém, não foi assim durante a administração Figueres Olsen. Na verdade, foi durante esta administração que partidários do PLN pela primeira vez deram uma avaliação negativa a um presidente eleito pelo seu próprio partido. Sánchez identifica o período 1994-1996, como o período mais significativo em termos de decadência na identificação partidária. No entanto, é importante destacar que, embora as políticas ideológicas do PLN tenham começado sua mudança desde 1982, não foi até o período de 1994 (terceiro mandato) que os *liberacionistas* manifestarem seu descontentamento⁵⁰.

Esse descontentamento foi se tornar visível na campanha política de José Miguel Corrales, candidato pelo PLN que perderia a eleição contra Rodríguez Echeverría do *Partido Unidad Social Cristiana* (PUSC). Corrales manifestou em várias ocasiões que não queria usar na sua plataforma política as conquistas do governo de Figueres; ele sempre mostrou resistência com vários projetos realizados no governo *figuerista*, mesmo que o ex vice-presidente Rossi e os irmãos Arias Sánchez tenham tentado convencê-lo da importância de subscrever certas ideias (ROSSI, 2002).

Os problemas entre Figueres e Corrales não eram novos. Desde meados de 1991 Corrales reclamou espaços no partido. Portanto, conseguiu formar parte do Tribunal de Ética, e isso ajudou a formar uma imagem e certo carisma dentro do PLN. Ainda que a participação de Corrales nas prévias de 1993 não tivesse sucesso eleitoral, seu discurso de afastamento dos políticos tradicionais dentro do PLN serviu para fortalecer sua candidatura nas prévias de 1997 (OBREGÓN, 2000).

⁴⁹Panebianco indica que "...a substituição na estrutura de funcionários tende a favorecer uma relativa desinstitucionalização da organização e uma tendência à perda de coesão e de estabilidade da coalizão dominante". Em consequência "A tendência à substituição de burocratas por profissionais deveria, portanto, reduzir o grau de centralização da autoridade e dar lugar a processos de fragmentação das coalizões dominantes" (Panebianco, 2005; pg. 451; 457-458)

⁵⁰ Sánchez reconhece que os "erros" na gestão econômica e as mudanças programáticas não são, necessariamente, a origem para o descontentamento dos adeptos do PLN com o Governo de 1994-1998.

Depois de perder a candidatura do PLN nas prévias de 1993, Corrales pensou em sair do partido, mas não saiu. Logo depois declararia que não apoiaria a candidatura de Figueres (OBREGON, 2000), o que significou que os outros pré-candidatos acusaram a Corrales de chantagem política e falta de moralidade e ética. O principal argumento dos pré-candidatos sobre a posição de Corrales era de que aquele não era o momento para desqualificar outro pré-candidato, alegando a importância da unidade do partido. (OCONTRILLO, 2005). Sobre estes argumentos, Corrales respondeu:

Lo que sucede es que estamos haciendo política de una forma distinta, para nosotros lo más importante no es el triunfo sino Costa Rica. Debemos luchar por la unidad del PLN sobre la base de sus principios (...) así es que yo no soy quien está descalabrando a Liberación; son otros con sus negativas y actos de ayer. (OCONTRILLO, 2005).

Recapitulando, a progressiva ruptura ideológica do partido ocorre com a aplicação de projetos e planos de transformação do modelo de desenvolvimento socioeconômico por meio dos PAES aprovados em 1983, 1987 e 1994. A abertura do partido se reflete gradualmente e alcança sua máxima expressão no governo de Figueres Olsen. Justamente uma das principais causas de conflito depois do governo de Figueres foi o confronto ideológico entre Corrales e Figueres. Nesse sentido, a ruptura ideológica progressiva como esta que sofre o PLN, provocava uma divisão na coalizão dominante⁵¹. Para 1998, um ano antes da sua morte, o ex-candidato presidencial Carlos Ml. Castillo afirmava que a crise de identidade *liberacionista* surge do lamentável atraso dos programas e propostas que não se ajustavam com a nova realidade costarriquenha. O ex pré-candidato afirmaria que a tarefa essencial e

⁵¹ Sobre este ponto, na defesa da dissertação, a Banca Examinadora levantou uma questão importante: se a pesquisa indica que o partido se influencia principalmente pelos personalismos para formar seus grupos internos, apontar que o confronto ideológico entre os líderes também foi uma causa de divisão e separações no partido, poderia criar a ideia de contradição na construção desses grupos. No final, qual seria o fator determinante destas divisões? Isto porque a ideia geral que apresenta este trabalho privilegia o personalismo ao interior do partido. Nesse sentido, e procurando esclarecer a posição sobre este ponto específico, me remito a Sánchez 2007b, pg88. , quem indica: “*A pesar del hecho que sus dos últimas administraciones (1986-1990 y 1994-1998) han sido más receptivas a las reformas neoliberales, el PLN ha incorporado con éxito a miembros de orígenes ideológicos diversos. Una amalgama de posiciones ideológicas que van desde los socialdemócratas “duros” a los neoliberales no doctrinarios, están representados en un partido que ha demostrado flexibilidad ideológica notable*”. O mesmo autor, quem aponta que o partido se caracteriza pela notória “flexibilidade” ideológica dos membros, também assinala que o sistema partidário costarriquenho se caracteriza -depois da década de 80- pela sua “moderação ideológica” (SÁNCHEZ, 2007b, pg. 93). Segundo esta informação, e confirmando a relativa moderação ideológica no início do período bipartidário (Ver Capítulo I), se conclui o seguinte: Assim como se explicou no capítulo I, a Guerra Civil é um elemento que indica o tácito fortalecimento dos personalismos na construção da cultura política costarriquenha. Inclusive, serviu como componente vital para a institucionalização do sistema de partidos na segunda metade do século XX. Assim, explicado que o personalismo é uma característica da política costarriquenha, se infere que a fragmentação interna no PLN responde a divisões político-personalistas, que podem sim, estar marcadas por questões ideológicas, principalmente entre seus líderes. No entanto, só uma aprofunda pesquisa sobre este tema poderia identificar as razões pelas quais se criam, organizam e se fortalecem estes grupos internos – e também o porque se diluem com o decorrer do tempo. Inclusive, o estudo das bases destes grupos, das pessoas que conformam estes grupos, poderia oferecer resultados que poderiam responder a temas de divisão política (personalismos), confronto ideológico (posições dentro da clivagem direita-esquerda) e inclusive conflitos de classe, entre outros.

impostergável no PLN era frear o enfraquecimento moral, ideológico, programático e eleitoral do partido (OBREGON, 2008).

Portanto, para que a coalizão dominante se recomponha novamente, se deveriam “expulsar” agentes que causem problemas na estabilidade organizativa. Assim, todos aqueles que procurassem espaços de poder com posições ideológicas diferentes à abertura ideológica progressiva do partido, deveriam ser marginalizados na estrutura de poder do PLN.

Um exemplo dessa marginalidade é o caso de dois importantes políticos que pertenceram ao PLN, e que, alegando conflitos ideológicos e éticos, saem do partido: Ottón Solís Fallas e Luis Guillermo Solís. Ottón Solís foi *liberacionista* de base, economista de formação, Ministro de Planejamento no governo de Arias Sánchez em 1986, e deputado no período 1994-1998, quando Figueres Olsen foi presidente. Todavia no período como deputado, sempre manifestou afastamento na aprovação de projetos que não eram próprios da socialdemocracia que o PLN deveria projetar. No ano de 1998, depois de acabar seu período como deputado, sai formalmente do PLN. No caso de Luis Guillermo Solís, foi chefe de gabinete do Ministro de Relações Exteriores no governo de Arias Sánchez em 1986. Também no governo de Figueres Olsen foi embaixador de assuntos centro-americanos e Diretor de Política Exterior no Ministério de Relações Exteriores. Abandonou o PLN em 2005 junto com vários *liberacionistas*, entre eles, o irmão do ex-presidente Figueres Olsen, Mariano Figueres. O interessante sobre estes dois políticos é a história política posterior a sua saída do PLN: Ottón Solís em 2001 funda o *Partido Acción Ciudadana* (PAC) e participa como candidato à presidência da república, obtendo nessa eleição 26% dos votos e se convertendo na terceira força política, com um resultado histórico para uma organização que participava por primeira vez. Com o decorrer dos anos, o PAC se converteu na segunda força política do país⁵², perdendo a eleição presidencial de 2006 por 0,9%. Ottón Solís foi candidato presidencial nos períodos de 2002, 2006 e 2010, e, no caso de Luis Guillermo Solís (não tem parentesco nenhum) ingressou no PAC em 2007, e já anunciou sua pré-candidatura nas prévias do PAC em 2013 para concorrer nas eleições presidências de 2014.

⁵² O PAC participou por primeira vez nas eleições de 2002. Nesse ano obteve 26% dos votos no nível presidencial, e 22% no nível legislativo. Na sua segunda apresentação em 2006, consolidou-se como a segunda força política da Costa Rica, conseguindo pouco menos de 40% no nível presidencial, e 25% no legislativo. Já em 2010, mesmo que teve um descenso, permanecem seus números por cima de 20%; nas eleições de 2010, obteve 25% no nível presidencial, e 21% no legislativo (Dados no sitio oficial do TSE).

3.3 A Convenção Nacional: mecanismo para a convergência e resolução de conflitos

No período de estudo desta pesquisa ressaltam duas características estáveis sobre a Convenção Nacional como mecanismo de eleição: o voto direto usando o registro nacional eleitoral para escolher o candidato presidencial, e o compromisso de adesão partidária. Este último ponto é realmente interessante porque não existe uma lei suprapartidária que obrigue ou comprometa legalmente a adesão partidária. A seguir, vamos detalhar um pouco sobre a Convenção e as duas características anteriormente mencionadas.

3.3.1 A Convenção Nacional: prévias “abertas” com voto direto

Como se mencionou anteriormente nesta pesquisa (Capítulo II), antes das prévias de 1985 o candidato presidencial era eleito pelo PLN e ratificado na Assembleia Nacional. No entanto, esta eleição do candidato, na realidade, era negociada pela *troika*: os líderes fundadores em conjunto decidiam quem seria o candidato presidencial, e a Assembleia só aprovaria legalmente essa nomeação (OBREGÓN, 2000; SÁNCHEZ, 2007). No entanto, em 1985 muda radicalmente o mecanismo de eleição, passando de um modelo de Assembleia, fechado para os delegados eleitos no Sistema de Assembleias, para um modelo aberto, usando o registro nacional. Isto automaticamente dava o direito de participação nas prévias do PLN para que qualquer pessoa no registro nacional de eleitores pudesse votar.

Esta inovação do partido virou prática e, desde 1985 até hoje, se usa o mecanismo de Convenção Nacional usando o Registro Nacional Eleitoral como requisito fundamental para identificar os votantes⁵³. A única exceção foi em 2005, quando se apresentou só um nome para concorrer pela vaga de candidato presidencial: Oscar Arias Sánchez. Nessa ocasião, se usou a Assembleia Nacional para ratificar o candidato do PLN.

No consenso geral, se entende que a utilização de prévias abertas aponta o discurso democratizante de inclusão da população votante. Assim, é uma maioria com possibilidade de votar que finalmente concorda com a eleição de seu candidato presidencial (ROSALES, 2008 e HERNANDEZ, 2009). Sobre as vantagens da Convenção Nacional, Rovira Mas (2001) explica que

⁵³ Segundo Freidenberg, “En Uruguay y Costa Rica se utiliza el Censo Electoral Nacional, donde cualquiera que se encuentre inscrito en él puede participar, llenando sólo una boleta de adhesión al momento de emitir su voto. De este modo, los partidos también pueden ampliar su base de simpatizantes y/o militantes en cada convocatoria interna y disminuye la relevancia del padrón electoral como instrumento de inequidad en la competencia” (Freidenberg, 2006).

são mais os benefícios que as desvantagens que trouxe este mecanismo na experiência costarriquenha. O autor aponta que esses benefícios são:

- 1) Resolvem de maneira competitiva e mais aberta a luta pela candidatura mais importante do país.
- 2) Ordenam -em certa medida- as aspirações presidenciais.
- 3) Constituem espaços para realizar demonstrações de força ou perceber fraqueza dos diversos agentes, tanto partidários como as facções e tendências, e os líderes destes grupos;
- 4) Cria condições que conduzem a negociações após o resultado final, significando um momento fundamental para curar as feridas e reunir as partes que ficarem em desvantagem, podendo resultar na distribuição de benefícios horizontais entre os principais contendores políticos, e benefícios verticais para os dirigentes locais.
- 5) Demonstram publicamente os candidatos e os grupos que lutam por um espaço dentro do partido político, fomentando a transparência sobre posições ideológicas, capacidade organizativa, grupos de trabalho e trajetória política dos candidatos.

No entanto, também existem críticas ou consequências negativas que derivaram da experiência de usar estes mecanismos. Em síntese, o alto custo das prévias, combinado com a pouca disciplina partidária que pode desestabilizar o partido, são os grandes riscos de “abrir” as eleições internas para toda a população. Sobre as desvantagens, Picado (2007) indica que são três os principais problemas que confrontam os partidos:

- 1) Fortalecimento das divisões e fragmentação partidária: principalmente na eleição dos delegados nas diversas regiões - *cantones* e distritos - a luta intrapartidária pode intensificar a tensão entre os aspirantes.
- 2) O alto custo econômico que investe o partido e os candidatos: os altos custos, incluem os gastos de logística, recrutamento de pessoal para integrar as “mesas de votação”, formação de funcionários para essas mesas, propaganda e mobilização de votantes entre outros. O oneroso do processo supõe um risco maior que compete o tema dos controles de financiamento político: na necessidade pela procura de fundos dos grupos intrapartidários, poderia derivar na participação de recursos “de duvidosa procedência”, ou capital indesejável (narcotráfico, doações de capital ilegal, etc.).

3) Participação de pessoas fora do partido: o fato das eleições internas serem processos abertos, gera o risco de participação de pessoas não vinculadas com o partido, nem comprometidas com as aspirações reais dos candidatos. Nesse sentido, caso seja fraca a estrutura do partido, permite a presença de *outsiders* nos cargos de eleição popular.

Em síntese, a Convenção Nacional se consolida como mecanismo de eleição do candidato presidencial no PLN, apesar de supor riscos importantes que podem afetar a organização partidária e também a legitimidade do candidato, caso ser envolvido com financiamento ilegal.

3.3.2 A adesão partidária no PLN: sintoma da militância em decadência

O processo eleitoral denominado Convenção Nacional, em que se elege o candidato do PLN, tem um único requisito para o voto: assinar a adesão ao partido. Depois de ser registrado, a pessoa (que esta inscrita no registro nacional eleitoral) pode votar em qualquer dos candidatos que esteja participando nas prévias. O estatuto do PLN destaca no artigo 13:

Son miembros del Partido Liberación Nacional, todos los ciudadanos de filiación democrática que den su adhesión escrita al Partido y que tengan credenciales personales congruentes con los fundamentos y propósitos del Partido, que acojan los principios y programas que establecen la Carta Fundamental, las Proclamas y este Estatuto. [*El ser miembro del Partido, implica un compromiso personal y moral indisoluble*], que se debe reflejar en todas sus actuaciones, especialmente en aquellas que tienen relación con la actividad política y contribuyan económicamente de acuerdo con los Reglamentos (Estatuto atual do PLN).

No entanto, esta adesão escrita para os fins suprapartidários não tem vinculação ou compromisso. Isto porque não existem leis que possam assegurar a filiação partidária. Em outras palavras, a adesão significa um compromisso pessoal com o partido, e isto não representa responsabilidade legal no sistema político costarriquenho.

Para Picado (2007), a assinatura de adesão com determinado partido político não tem validade. Esse compromisso, de fato, não gera direitos ou obrigações, além de permitir a votação para quem preencher essa filiação. Essa adesão não implica que o cidadão estabelece a condição de membro do partido. Por esses motivos, qualquer pessoa pode participar nas prévias de quaisquer partidos na Costa Rica sem obstáculo nenhum.

Segundo esta pesquisa, o chamado “*Padrón Verde*” é um registro que pretende ser um filtro de uso exclusivo de verificação caso alguém pretenda participar como candidato em cargos no PLN; serve

fundamentalmente para verificar se esse *liberacionista* cumpre com os requisitos para ser candidato. Se o “membro” nunca participa como candidato ou delegado de alguma das assembleias nos níveis regionais, realmente sua militância é uma “simpatia moral”.

Este tipo de adesão partidária é identificado nesta pesquisa como um sintoma geral da decadência da militância partidária nos partidos políticos na Costa Rica⁵⁴. Segundo Rosales (2008), os partidos políticos na Costa Rica experimentam problemas na manutenção de uma militância permanente, registrada e atualizada. Esta situação é um reflexo da fraqueza dos processos de recrutamento - que afetam diretamente a identidade partidária - conforme foi indicado no capítulo III, no qual se aponta que uma característica do PLN é que cada um dos grupos recruta seus simpatizantes baseados mais no candidato que no partido.

O tema da militância política exige uma análise que procure entender porque no PLN este período mostra um comportamento ambíguo e instável do registro de militantes, e, de fato, da militância e do recrutamento como função da organização. No capítulo anterior se comentou sobre o recrutamento e sua vinculação com os grupos internos de poder. No entanto, o fenômeno da escassez militância poderia remeter a Kirchheimer que introduz este tema como fator fundamental para a formulação da vontade política e da transformação dos partidos (KIRCHHEIMER, 1965); e que se vincula também com a nova onda de democratização interna dos partidos (FREINDENBERG, 2006).

Segundo a investigação proposta nesta pesquisa, pode-se concluir que a fraqueza da militância política resulta principalmente do desconforto e desconfiança da sociedade com os partidos políticos em geral: existe um crescente desencanto popular com os partidos políticos e as instituições políticas⁵⁵.

⁵⁴ O fenômeno da decadência da militância é comum no mundo ocidental. Existe muita literatura que explica as causas e apresenta diversas explicações para este comportamento. Com certeza, este não é um elemento restrito à Costa Rica; porém, os fatores que levam a isso são específicos da militância no PLN. Algumas leituras recomendadas sobre o tema da militância partidária são: Katz, Richard e Mair, Peter. 1995. “Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party.”; Mainwaring, Scott; Scully, Timothy E. (eds). 1995. Building Democratic Institutions. Party Systems in Latin America; Levitsky, Steven. 2001. Inside the Black Box: Recent Studies of Latin American Party Organizations.

⁵⁵ Segundo o *Barómetro de las Américas-LAPOP*, em 2012 se registra o valor mais baixo de apoio ao sistema democrático desde a primeira medição realizada em 1978: 56%. Nunca antes se obteve um índice menor de 60%. Esta redução confirma a tendência de declive do apoio ao sistema político costarricense, o qual coincide com um período de deterioro do sistema de partidos, junto com a volatilidade nas preferências eleitorais, casos de corrupção e uma queda na participação política (Seligson e Alfaro, 2012, pg. 11). Esta pesquisa confirma que a Igreja e os meios de comunicação são as instituições que maior confiança geram na população, com valores maiores aos 60 pontos. Do outro lado, os partidos políticos, a Assembleia Legislativa (Congresso), e a Presidência da República são as instituições com os menores valores, inferior a 45 pontos. Para obter mais dados sobre o desencanto popular com a política geral na Costa Rica, se recomenda: Rojas, Manuel e Sojo, Carlos, “Malestar com la Política”. 1995; Fournier et al, 2005, “Abstencionistas em Costa Rica” ¿quiénes son y por qué no votan?; Seligson, Mitchel. ¿Problemas en el paraíso? La erosión en el apoyo al sistema político y la

A evidência é consistente em mostrar o pouco vínculo e identificação com os partidos. Isso, somado à queda da militância, à redução dos índices de participação eleitoral e ao crescimento de pequenos partidos “anti-partidos”, acabam por demonstrar como cada vez mais, a função de representação dos partidos políticos se desgasta com muito mais força (BARTOLINI e MAIR, 2001).

4. Conclusões

O presente capítulo ressalta que no período *arista* houve uma concentração de poder no candidato presidencial. Desde qualquer ponto de vista, se deve entender que a coalizão dominante é uma rede que apresenta diversos interesses, em que os grupos procuram um espaço para controlar parcelas de poder, e, por conseguinte impõe seus interesses. Não obstante, o grupo hegemônico deve assegurar disciplina e sua posição, procurando a estabilidade para sua própria conservação.

A análise deste capítulo indica que o PLN antes do período *arista*, mostrava uma dispersão do controle das parcelas de poder, mas inclinava a balança de poder, principalmente com os deputados ou candidatos à Assembleia Legislativa. Este dado concorda com Panebianco (2005), quando indica que partidos institucionalizados tendem a ser controlados pelos dirigentes ou pela fração parlamentar. Nos anos seguintes depois de perder a eleição de 1998, o PLN decidiu fazer uma grande mudança acerca da seleção dos candidatos a deputado, modificando requisitos, mecanismos de votação e integrações de órgãos diretamente relacionados com as eleições internas.

Pode-se dizer que a derrota eleitoral de 1998 apresentava um partido que, desde muito antes, revelou uma progressiva desestabilização; possivelmente acrescentada depois da morte dos líderes fundadores. A coalizão dominante se apresentava dividida e instável e, nessas condições, a fração parlamentar se aproveitava da desorganização e da “pluralidade” de forças, tanto internas como externas. A fraqueza identificada, principalmente no período em que foi oposição (1998-2002) serviu para fortalecer a tese *arista* que procurava maior controle do candidato sobre a estrutura organizativa.

As mudanças na estrutura organizativa respondem à necessidade de contar com um poder executivo forte, que possa controlar sua fração legislativa. Esse fato é significativo porque entre os elementos que mudaram no período *arista* está a transformação do mecanismo de seleção de candidatos a deputado, e também a conformação dos órgãos que selecionariam esses candidatos. A incorporação

centroamericanización de Costa Rica; en La Democracia en Costa Rica ante el siglo XXI. 2001; Rosero et. al, La cultura política de la democracia en Costa Rica, 2004.

das delegadas supranumerárias, tanto na Assembleia Nacional, como na Assembleia Plenária, significou um movimento básico para controlar ambos os órgãos, os quais são encarregados de nomear e ratificar cargos populares e internos.

Nesse sentido, a obrigação de cumprir com a representação mínima de 40% das mulheres serviu também como um elemento para “filtrar” candidaturas: o *arismo* conseguiu que a Assembleia Nacional (já controlada pelo candidato presidencial) ratificasse o direito do candidato presidencial em selecionar os primeiros 10 candidatos da lista de deputados no nível nacional -segundo o artigo 70 do estatuto do PLN, o candidato presidencial pode selecionar os primeiros 4 lugares da lista de deputados. Portanto, Arias Sánchez poderia selecionar 10 pessoas de confiança para integrar a Assembleia Legislativa - Congresso. No entanto, também se deveria respeitar o direito da paridade, o que significa que, em caso de nomeação de um candidato homem em primeiro lugar, em segundo lugar, obrigatoriamente, deveria estar uma mulher. No *arismo*, conscientes desta regra, convenceram os candidatos que obteriam o segundo lugar de cada lista de deputados (em total são 7 listas, pelas 7 *provincias* –divisão político administrativa- da Costa Rica) para obter assim uma fração legislativa praticamente *arista* (ALFARO, 2004). Assim, centralizado o poder na figura do candidato, o controle da fração legislativa também estava assegurado. Em síntese, o *arismo* eliminou as reformas que fortaleciam a fração parlamentar e concentrou muito mais o poder sobre o candidato presidencial.

Em conclusão, e a modo de reflexão, se deve entender que o PLN sofre mudanças que ultrapassam o estatuto, e que não podem ser reduzidas a sua estrutura organizativa. Para efeitos deste trabalho, é imperativo indicar estas mudanças, mas é fundamental compreender que o PLN é parte de um sistema partidário, que deve assimilar constantes mudanças ambientais. Também, deve-se compreender que o *arismo* não é a única força dentro da coalizão dominante. É preciso estudar as ações dos outros grupos, e explicar sua vinculação com o PLN, e inclusive fora do PLN. A combinação do sistema político numa sociedade com uma experiência democrática estável permite criar novos cenários que podem fortalecer ou enfraquecer o PLN. No entanto, neste trabalho adotamos a tese de Panebianco e confirmamos que a sobrevivência do PLN reside principalmente em elementos internos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação iniciou explicando que a crise dos partidos políticos, na verdade, é meramente uma mudança de vários aspectos, tanto exógenos como endógenos, na relação partido-Estado-sociedade. Seguindo a linha de pensamento de autores como Mair (1994) e Coppedge (2001), acredita-se que dentre as mudanças que os partidos têm sofrido, estão inclusas suas funções, representação, transparência, mobilização, entre outras. Particularmente, esta pesquisa estudou as mudanças na estrutura organizativa como elemento fundamental que explica o comportamento da organização e sua relação com o ambiente. No entanto, o desafio de afrontar os processos eleitorais faz com que as reformas organizativas fiquem em segundo plano, destacando a importância de estudar a reforma organizativa para entender melhor a complexidade da vida interna partidária. Esta vida interna nos partidos, rica e complexa, dá grande poder às lideranças frente aos destinos da organização.

Com esse preâmbulo, se estabeleceu que na Costa Rica foi o PLN quem delineou grande parte da política partidária moderna, fortalecendo sua organização com o decorrer dos anos. No entanto, na década de 90,

(...) a luta intrapartidária pelo controle das linhas de autoridade significou um desafio para a estrutura de poder e para as aspirações eleitorais do partido. Porém, a reconfiguração interna de forças que acontece entre 2002 e 2003 permite que o partido ganhasse os processos eleitorais de 2006 a 2010, constituindo um reposicionamento da sua predominância político-partidária. (Elaboração própria; ver Introdução, pg 09).

Assim, argumentou-se que a coalizão dominante que tomou o controle do partido em 2003 conseguiu adaptar o partido às condições ambientais, controlando as zonas de incerteza, derrotando e cooptando os grupos intrapartidários que confrontou na luta interna, conduzindo o PLN à estabilidade política. Portanto, esse grupo - o *arismo* - predomina na dinâmica interna do poder organizativo no PLN, provendo o fortalecimento da sua organização partidária, o que foi fundamental para garantir sua sobrevivência e estabilidade organizativa.

O presente estudo ao ressaltar alguns aspectos pouco conhecidos da coalizão dominante no PLN, permite entender melhor seu funcionamento. O exercício do poder começa no interior do partido, nas disputas pelo controle da organização partidária e definição do candidato presidencial. Nesse sentido, a pré-candidatura significa poder e representação de uma facção ou tendência. Em alguns períodos a disputa é mais ferrenha, os grupos viram facções e a luta pela autoridade no partido se torna

mais intensa. Em outros momentos, o domínio das lideranças que se formaram no partido é inconteste; as tendências são dominadas e quem não aceita a cooptação é expulso.

Todas as facções e tendências no período de estudo foram representadas por um pré-candidato, mobilizando recursos de poder seletivos e coletivos para resguardar sua estrutura vertical, a qual se converteu no conteúdo principal para os jogos de poder horizontais na cúpula do partido. A estabilidade da coalizão dominante foi marcada por essas pré-candidaturas: quando no partido se apresentam menos pré-candidaturas, a coalizão dominante goza de maior estabilidade; ao contrário, quando se apresentam mais pré-candidaturas, significa que não se conseguiram resolver assuntos internos, e a coalizão dominante se torna mais instável. A prolongação dessa instabilidade afeta diretamente a institucionalização do partido, o que acaba por enfraquecê-lo e ameaça sua sobrevivência.

No caso do PLN, a crise política que surge depois de perder a segunda eleição nacional consecutiva não significava realmente uma ameaça real para sua sobrevivência; de fato não existiu uma hostilidade ambiental. No ano de 2002, apesar de perder a eleição nacional e também afrontar um partido – PAC, formado a partir de *ex-liberacionistas* e que iniciava com ampla popularidade - o PLN conseguiu 17 deputados, só dois a menos que o partido que ganhou as eleições. Novamente, teria conquistas importantes nas eleições municipais no final desse ano, assegurando a capital San José (hoje, esse prefeito eleito é o único pré-candidato para as prévias de abril de 2013, portanto, candidato à presidência da Costa Rica em 2014, com pesquisas que indicam que é o favorito à Presidência da República⁵⁶). Em síntese, a forte luta de facções estava desgastando o partido, o qual passava por transformações na sua doutrina e na sua organização. O sistema político apresentava cenários difíceis para os partidos, desafiando sua legitimidade e credibilidade. O sistema partidário também mudava, e esses desafios constituírem uma mudança no ambiente que a coalizão dominante não conseguiu resolver. Nesse ambiente complexo (e não hostil), o *arismo* conseguiu criar uma estratégia que incluía mudanças suprapartidárias, a nomeação de agentes chaves do *arismo* em cargos executivos na organização e a mudança organizativa que expulsou os líderes das facções, se apropriando das estruturas verticais órfãs, e reduzindo à tendências todos aqueles grupos que permaneceram no partido (Ver Capítulo II). Para consolidar sua hierarquia, mudou as regras internas. Essas modificações

⁵⁶ “Alcalde Johnny Araya preferido por costarricenses para elecciones presidenciales” em http://www.sinart.go.cr/index.php?option=com_content&view=article&id=4663:alcalde-jhonny-araya-preferido-por-costarricenses-para-elecciones-presidenciales&catid=48:nacionales&Itemid=289 (outubro, 2012)

“Si las elecciones fueran hoy Johnny Araya ganaría con más del 63% de los votos” em <http://www.poder.cr/inicio/2013/03/si-las-elecciones-fueran-hoy-johnny-araya-ganaria-con-mas-del-63-de-los-votos/> (fevereiro 2013).

fortaleceram órgãos de decisão e ratificação de candidatos que respondiam ao candidato presidencial. Centralizando o poder, a coalizão dominante teve amplas oportunidades e liberdade para estabelecer um tipo de organização que respondia verticalmente: a disciplina partidária obedecia às novas linhas de autoridade dominadas pelo *arismo*.

Desde seus inícios no PLN, Arias sempre esteve em procura da dominação da coalizão dominante. Ele entrou na rede de confiança de Pepe Figueres quando foi Ministro de Planejamento em 1970, e Secretário Geral do Partido no período 1979-1983. Em 1985, desafiou a *troika* e conseguiu (com a mudança de mecanismo de seleção do candidato presidencial) ganhar a pré-candidatura e depois ganhar a Presidência da República. A eleição de Arias nas prévias do PLN significou pela primeira vez sinais de mudança e desgaste na coalizão que foi dominada durante um longo período pela *troika*. Assim, o PLN mostrava uma coalizão dominante coesa e estável (1953-1985) que iniciava um processo de separação ou divisão, porém, estável. No entanto, a morte dos líderes fundadores, no início da década de 90, permitiu que rapidamente as tendências se convertessem em facções, iniciando a luta pelo preenchimento do vazio de poder deixado por José Figueres e Daniel Oduber. Arias não contava com muito apoio depois do seu período, mas procurando seguir incidindo na estrutura, a pré-candidatura de Margarita Penón (sua esposa nesse momento) em 1993 aparecia como sua ferramenta para seguir no poder. Nessa luta de facções, as prévias de 1993 evidenciaram a liderança do filho de José Figueres: José María Figueres. Esta liderança representou o controle dos *figueristas*, apoiados pelo poder herdado da *troika* em Castillo, quem depositou em Figueres. Com a derrota de Penón e a ascensão de Figueres, se diluiu um pouco a fortaleza do *arismo*, sem deixar definitivamente a luta pelo controle das linhas de autoridade. Manteve-se como referência do partido e esteve sempre perto da luta de facções, a qual se conseguiu resolver só no ano 2003, com o controle das linhas de autoridade por parte do *arismo* até o 2010.

Esta síntese destaca três elementos fundamentais da presença arista no período de estudo:

a) A Convenção Nacional, mecanismo de seleção do candidato presidencial no PLN e fundamental hoje na cultura política do *liberacionista*, foi o instrumento que pela primeira vez se usou na eleição de Arias Sánchez como candidato do PLN. Este instrumento abriu as possibilidades para que pessoas fora do registro ou da militância no PLN pudessem votar, portanto deu uma grande oportunidade para que Arias pudesse convencer pessoas que não necessariamente fossem *liberacionistas*, em frente de um candidato que foi tradicionalmente identificado com o pensamento mais conservador do *liberacionismo*. Assim, Arias pode traçar uma estratégia que estivesse dirigida para um público amplo,

que não respondesse exclusivamente aos tradicionais padrões do *liberacionista*, e que facilmente podiam ser seduzidos pelo carisma de Arias.

b) Destaca-se outro instrumento que permitiu o vigoroso retorno do *arismo* na década de 2000: a reeleição presidencial. Nesse ano, como se apresentou no Capítulo III, a primeira tentativa encontrou forte resistência. Arias procurou de vários modos a aplicação da reeleição, mas esse ano não foi possível. O resultado final da votação da Sala Constitucional, que decidiria o futuro da reeleição, foi de quatro contra a reeleição e três a favor. Como anedota interessante, o célebre escritor costarricense - próximo a Arias Sánchez - Guido Sáenz, indicou no seu livro "*Piedra Azul*" que depois da notícia da Sala Constitucional que rejeitava a reeleição, ligou para o ex-presidente, que respondeu da seguinte forma: "Guido, yo estaba ciento por ciento seguro de que me pasaban la reforma. Tenía la promesa de cuatro magistrados. Uno me traicionó" (SÁENZ, 2003; pg. 361).

Apesar de sua primeira tentativa ter sido rejeitada (tanto legal como politicamente), em 2003 a mesma Sala Constitucional reverte sua decisão e aprova a reeleição presidencial. Esse cenário possibilitou a entrada de Arias em um partido que aparentava ambiente de crise, escassa capacidade de reação das autoridades, e um vazio de poder, o que criou o entorno perfeito para a pré-candidatura e posterior Presidência da República em 2006. Também é importante lembrar que da presença de Arias inclusive no governo socialcristão de Abel Pacheco, no qual os irmãos Arias foram assessores ad honorem. Surpreende este fato porque Pacheco era do partido rival, PUSC, e a assessoria de duas personalidades tão reconhecidas no PLN poderia sugerir "afinidade" entre os políticos. Na verdade, Arias, com sua presença, confirmava suas claras intenções de criar um espaço adequado para voltar presencialmente na política.

c) O último elemento enfatiza a extensão do poder do *arismo*⁵⁷, identificando os agentes em quem se depositou a confiança para a continuação ou consolidação do projeto *arista*. Pode-se identificar quatro momentos como exemplos: em 1993, com sua hoje ex-esposa, Margarita Penón; em 2005, com a segunda presidência de Arias no período 2006-2010; em 2010, com sua vice-presidenta, Laura Chinchilla, que ganharia as eleições nacionais de 2010; e a sua última tentativa com seu irmão Rodrigo

⁵⁷ Certamente esta extensão do poder procura identificar os agentes mais próximos e com maior capacidade de dominar as estruturas de poder. Segundo esta pesquisa, se comentou que a pré-candidatura é um indicador dessa posição de prestígio e capacidade para dominar o poder. No entanto, isto não significa que existam outras pessoas chave na prolongação ou consolidação do projeto *arista*. Um ator importante de destacar, pela proximidade no governo *arista* e no partido é o ex presidente do PLN, Francisco Antonio Pacheco, quem fosse o presidente do partido no período *arista*, e também presidente do Congresso os 4 anos que Arias foi presidente. Inclusive, depois do anuncio da renúncia à pré-candidatura de Rodrigo Arias em 2013, se comentou da possibilidade de colocar o Francisco Antonio como pré-candidato (<http://www.diarioextra.com/2013/enero/08/nacionales5.php>)

Arias, quem renunciou à pré-candidatura 04 meses antes das prévias. Destaca-se que no caso da candidatura de Rodrigo Arias não existiu uma robusta presença ou apoio do ex-presidente, o que poderia sugerir duas situações: que existiam diferenças internamente à cúpula *arista*, mas também que na negociação nos jogos de poder horizontais, o grupo opositor conseguiu uma melhor representação dos interesses do *liberacionismo*, havendo uma super posição deste grupo sobre o *arismo*, o que indicaria mudanças novamente na conformação da coalizão dominante. Contudo, um dado que sobressai desta progressiva extensão da influência *arista*, é que duas mulheres sejam a escolha do *arismo* para herdar a estrutura de poder⁵⁸.

Curiosamente, com estes três elementos pode se pensar em um cenário político muito próximo para a política costarriquenha: a habilitação de um mecanismo como a reeleição presidencial potencializa outro candidato para 2018, José María Figueres. Identificado nesta pesquisa como parte do eixo de poder da atual coalizão dominante dividida e instável, Figueres voltou do exterior em 2012 e manifestou suas intenções de participar na Convenção Nacional de 2013. No entanto, decidiu apoiar “moralmente” o candidato Johnny Araya, sobrinho do ex-presidente Luis Alberto Monge. Meses depois, o candidato *arista*, Rodrigo Arias renunciaria à pré-candidatura, permanecendo como único candidato do PLN Johnny Araya. Este cenário em 2013 mostra como se confirma o novo eixo de poder, e como a presença do *arismo*, *figuerismo* e o herdeiro do *mongismo*, o “*johnnismo*” segue vigente em todo o período de estudo. Embora seja cedo para criar expectativas, mas em 2018 poderia haver o confronto na Convenção Nacional entre os líderes do *figuerismo* e do *arismo*: José María Figueres e Oscar Arias Sánchez.

Este novo eixo de poder identificado no período 1990-2010 também identificou o rosto da mudança organizativa. Políticos de importância no período, reconhecidos pelo seu papel no congresso ou como pré-candidatos, foram expulsos ou tiveram que sair do partido pelo forte domínio *arista*. Alegando diferenças irreconciliáveis em temas éticos e ideológicos no partido, esses políticos não conseguiram uma presença duradoura no controle das parcelas de poder. Embora estes políticos são importantes no período de estudo, de fato o estudo ressalta o predomínio dos ex-presidentes por sobre esses políticos que em alguns casos foram derrotados nas eleições nacionais. Se confirma uma das frases comentadas por um dos ex pré-candidatos entrevistados:

⁵⁸ É importante mencionar que não se devem omitir alguns questionamentos sobre a participação da mulher em política e a presidência de Laura Chinchilla. Florez-Estrada (2012) destaca que o modelo ou tipo de “mulher” que representa a presidenta Chinchilla responde a padrões muito conservadores que normativamente potenciam a participação da mulher. Em outras palavras, se procura que só certo tipo de mulher, com certas características e certas qualidades possam participar em política; Laura Chinchilla responderia a essas qualidades.

“La política es oportunismo, y el PLN no es un partido ideológico, en el fondo somos una maquinaria electoral... la gente huele quien va a ganar y ahí se acomoda; porque las facturas en las luchas de tendencias son demasiado gruesas. Y el que pierde en la lucha de tendencias, queda prácticamente excluido”. (Entrevista ex pré-candidato e ex-deputado nacional).

Nesse sentido, o entrevistado se refere ao alto custo político que significa a derrota no PLN. Conseguir a confiança de um grupo, assegurar a estrutura nos jogos de poder verticais, e depois ter que manter esse apoio depois da derrota, tende a deslegitimar os candidatos. Isto acontece principalmente porque, assim como se comentou neste trabalho, os grupos são muito voláteis e a lealdade das estruturas (omitindo os agentes próximos aos líderes) bastante flexíveis. Isto permite que outros líderes possam obter o controle dessas estruturas facilmente. Teoricamente, e segundo as características do PLN expostas neste trabalho, indicariam que líderes intermediários (estrutura intermediária, segundo Panebianco) mantêm importância no partido, principalmente no período 1990-2003.

Assim, os candidatos derrotados nas eleições presidenciais de 1998 e 2002, José Miguel Corrales e Rolando Araya, representam a ascensão, o progresso e o declínio no PLN: ser parte da estrutura de poder, ingressando como carreirista, conseguindo conquistas até liderar uma facção e se converter em candidato presidencial. No auge dessa experiência, e com uma posição desde o alto da cúpula, a conservação das linhas de autoridade na luta de facções provoca que estes dois líderes se enfrentem em 2001, suscitando a neutralização de forças entre facções. Duas facções fortes, que politicamente impediram a participação do *arismo* em 2000-2001, mas que não conseguiram assegurar suas próprias estruturas, e no momento de criar alianças douradoras para repelir o *arismo*, o clima político, e a fraqueza da estratégia acabou por diminuir ambas as facções e já depois foram vítimas da mudança de poder organizativo⁵⁹.

Um dos resultados relevantes que esta pesquisa revelou foi a importância e ainda permanência da influência do ex-presidente Luis Alberto Monge no PLN. Comentou-se nesta pesquisa que depois da presidência de Monge (1982-1986), o mesmo permaneceu afastado da política. No entanto, esse afastamento “presencial” da vida organizativa do partido se traduz como um tipo de “descentralização”

⁵⁹ Indicou-se anteriormente neste trabalho que outros políticos *liberacionistas* importantes foram vítimas dessa mudança organizativa. No entanto, para os fins deste trabalho –que outorga um peso importante à candidatura presidencial- Rolando Araya e José Miguel Corrales são os mais representativos; junto com Carlos Ml. Castillo, são os três candidatos presidenciais perdedores no período de estudo. Castillo morreu em 1999; Corrales saiu do PLN e participou em partidos pequenos sem sucesso eleitoral, porém, hoje reconhecido como um agente da oposição à política tradicional; e Araya, que permaneceu afastado do PLN desde sua derrota, criou um partido pequeno sem sucesso eleitoral em 2010, e hoje ajuda na candidatura de seu irmão no PLN.

do seu poder. Esta descentralização ou delegação do poder se apresenta com a incorporação e apoio dos seus dois sobrinhos; Rolando e Johnny Araya Monge. O fato de não existir a reeleição, somado à posição distante do ex-mandatário, fez que seus sobrinhos representassem a extensão do poder de Monge. Em outras palavras, se poderia afirmar que Rolando Araya herda a estrutura do *mongismo*, que depois herdaria seu irmão Johnny, cumprindo uma das características de volatilidade das estruturas eleitorais dos grupos, comentada no capítulo III desta pesquisa. A forte base social *liberacionista* que adquirida por Monge, com a renovação que ocorrida na década de noventa com Rolando Araya, e na década de 2000 com Johnny Araya, favoreceu que continuasse forte o grupo *mongista/arayista*.

A relevância de Monge fez que o ex-candidato presidencial Carlos Ml. Castillo descrevesse o ex-presidente Monge como: “campesino jornalero que, al alcanzar la Jefatura de la Nación en momentos muy difíciles, supo hacer una Presidencia con rostro humano, Luis Alberto Monge;” (OBREGÓN VALVERDE, 1998; pg. 6)

Castillo, que não conseguiu o apoio de Monge na candidatura de Castillo em 1990, ressalta parte importante da identidade do *liberacionista* nesta frase: nas entrevistas para esta pesquisa, o consenso indica que Luis Alberto Monge foi o último presidente “realmente socialdemocrata”. Um dos entrevistados se refere a ele como o representante da socialdemocracia “a pé”; ou seja, a socialdemocracia mais humana. Poderia-se inferir que esse reconhecimento como o último ex-presidente verdadeiramente socialdemocrata coincide com a vigência da sua postura ideológica de procurar um partido que conservasse e praticasse mais o pensamento original que deu origem ao partido. Este tipo de posição fornece o debate apresentado no capítulo IV desta dissertação sobre o a socialdemocracia no PLN. E, justamente este tipo de debate pode ser acrescentado com outras características que surgem do modelo originário, e que são vitais para compreender o PLN e seu desenvolvimento.

Nesse sentido, é imprescindível estudar os detalhes da origem da institucionalização do PLN. Como foi o processo, quais são as características que consolidaram a institucionalização, e quais são as áreas de fraca institucionalização, é um trabalho impossível de omitir. Mas nesta dissertação buscou-se contribuir com esse debate, levantando os elementos organizacionais cruciais para analisar a trajetória do PLN. Este tema deve ser mais aprofundado em reflexão que poderá derivar em um trabalho futuro, e, assim conhecer mais detidamente o nível de institucionalização do PLN. A grande contribuição do trabalho de Panebianco (2005) foi criar categorias analíticas para classificar vários aspectos sobre a organização dos partidos políticos modernos. Certamente, a possibilidade de identificar características

e criar categorias para determinados comportamentos facilita enormemente a compreensão da organização partidária. As categorias analíticas não pretendem ser uma condição que reduza o detalhe das características da vida interna da organização; muito pelo contrário, as categorias permitem classificar, mas também explorar outros pontos de vista. Neste sentido, e especificamente no caso da institucionalização, a institucionalização fraca ou forte exige um análise de todos os elementos que criam a categoria. Em outras palavras, analisando todos os elementos, é possível determinar o nível de fraqueza ou fortaleza.

Esta reflexão é importante para o PLN devido ao elemento que esta pesquisa identificou no sentido de está havendo certa des-institucionalização desse partido no período 1990-2003.

O fato de um partido ter experimentado um processo de forte institucionalização não garante, em razão de profundas mudanças no seu ambiente, que não possa haver processos de des-institucionalização⁶⁰, de perda de autonomia e relação ao ambiente e de enfraquecimento do grau de sistemicidade organizativa (PANEBIANCO, 2005; pg 117).

No entanto, essa presunção só poderia ser realmente mensurada com uma pesquisa que detalhe a institucionalização do PLN, o que necessitaria de um estudo do modelo originário. Também parece necessário que, na identificação desses elementos que fortalecem ou enfraquecem a institucionalização, seria importante traçar antecedentes históricos do sistema político para entender esses elementos organizativos e seu contexto.

Este trabalho foca nas estratégias da coalizão dominante, e nas mudanças organizativas no PLN. Este estudo fornece informação importante que funciona como ponto de partida para uma análise que se centre na evolução dos partidos políticos. Sem querer iniciar um debate que fuja dos limites metodológicos desta pesquisa, o PLN apresenta, principalmente no período arista, características que sugerem que este partido tende ao que Panebianco (2005) chama de partido profissional eleitoral. O partido profissional eleitoral remete à clássica denominação de partido *catch all* de Kirchheimer, mas, com uma importante característica: Panebianco destaca o aspecto profissional com ênfase na organização, mais que na representação social.

⁶⁰ Alguns dos aspectos que indicam o enfraquecimento de um partido político são: uma coalizão dominante pouco coesa e dividida, dispersão do controle sobre as zonas de incerteza, ausência de um centro que monopolize a distribuição dos incentivos, organização forte dos grupos internos (facções), o recrutamento das elites se realiza de forma centrífuga, menor autonomia em relação ao ambiente, integração horizontal das elites: entra-se no partido em níveis altos por âmbitos externos, não se desenvolve uma forte sub cultura de partido, preeminência dos parlamentares ou equilíbrio instável entre dirigentes internos e parlamentares (PANEBIANCO, 2005).

Nesse sentido, se aceitamos as novas disposições sobre os partidos políticos, teríamos que as eleições são centradas no candidato, voltando-se sobre a personalidade e a imagem. As plataformas do partido são pouco mais do que a primeira ordem de negócios em convenções nacionais, e, os líderes partidários esperam que aconteçam as prévias, sem controvérsia e com certa facilidade. Como resultado, aqueles que acreditam no declínio dos partidos argumentam que o veículo histórico para agregar os interesses das repúblicas não conseguiria articular os planos coerentes de ação política e fornecem um meio de manter funcionários eleitos responsáveis pelo sucesso ou fracasso de seus programas (ALDRICH, 1995).

Assim, esta pesquisa estabelece elementos que apoiam o estudo da organização partidária e seus graus ou níveis nas relações entre os partidos e o Estado. Katz e Mair (1997) indicariam que essa relação partido-Estado ultrapassa a típica visão que une os partidos políticos com a sociedade civil. Estes autores rejeitam o processo linear de desenvolvimento partidário que sugere um horizonte limitado: a estabilidade ou a decadência. Esta ideia omite a possibilidade do partido evoluir nos diferentes contextos e períodos da história.

Portanto, este trabalho oferece importantes conclusões, que poderiam se relacionar com a terceira fase da evolução exposta por Katz e Mair; partidos (de esquerda ou direita) mudando para uma posição tipo organizações “*catch all*”. Nesta fase o partido não enfatiza a homogeneidade social, abastece-se de membros segundo acordos contingenciais na política e procura ampla audiência para conseguir objetivos eleitorais, mesmo que as ideologias dos seus apoiantes/simpatizantes sejam divergentes. Os partidos são menos agentes da sociedade civil, e atuam mais como *brokers* entre a sociedade e o Estado. Por um lado, os partidos apresentam demandas da sociedade civil para o Estado, mas, pelo outro lado, eles são conectores que apoiam ou defendem políticas públicas que formulam à burocracia estatal.

No entanto, surge também o paradoxo sobre a abertura das prévias na seleção de candidatos presidenciais, já que esta característica pode gerar padrões de *cartelização* no partido (KATZ e MAIR, 1997). Na medida em que os candidatos se colocam em uma posição de maior independência em relação ao partido e sua liderança, as eleições internas enfraquecem a fidelidade dos candidatos às políticas partidárias e reduzem o nível de coesão. Esta breve caracterização coincide com analistas costarriquenhos (ROSALES, 2008; ROJAS, 2009) que assinalam que o PLN apresentava características de partido “*catch all*” no período do sistema bipartidário, mas que está se movimentando aceleradamente - na metade da década de 90 principalmente - para partido cartel (ROJAS, 2009).

Por conseguinte este trabalho, que analisa os detalhes da coalizão dominante, das suas lideranças e das estratégias no período 1990-2010, examina a distribuição de poder, e como os diferentes agentes agem em ambientes políticos que criam complexidade para o controle das zonas de incerteza. Na dinâmica interna do partido, se estrutura uma rede de poder na qual se identifica um novo eixo, e se impõem conclusões e reflexões sobre a vida organizativa no PLN. Estes resultados certamente se convertem em argumentos para conhecer um pouco mais do comportamento dos partidos políticos na Costa Rica, e inclusive é um aporte para focar nos partidos políticos na América Latina.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALDRICH, John. *Why parties? The origin and transformation of party politics in America*. Chicago: University of Chicago Press. 1995.
- ALFARO, Ronald. Elecciones municipales y debilitamiento del respaldo electoral bipartidista en Costa Rica, periodo 1986-2002. *Anuario de estudios centroamericanos*, Vol.28, n°.1-2. Universidad de Costa Rica, Instituto de Investigaciones Sociales. 2002
- ALFARO, Sergio. Sistema electoral y cambio organizativo en los partidos políticos: el caso de Costa Rica 1950-1998. *Revista América Latina Hoy*, Salamanca, vol. 27, p. 67-87, abril, 2001.
- _____. Informe sobre Costa Rica. *Democratización interna de partidos políticos en Centroamérica*. San José: Instituto Interamericano de Derechos Humanos. 2004. p. 63-147.
- BARTOLINI, Stefano e MAIR, Peter. Challenges to Contemporary Political Parties. Em DIAMOND, L. & GUNTHER, R. (eds.) *Political Parties and Democracy*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2001.
- BOOTH, John e WALKER, Thomas. *Understanding Central America*. Boulder, Colo. Oxford: Westview Press 1999.
- BRAGA, Maria Socorro e BORGES, Thiago. Organização e Poder nos Partidos Políticos Brasileiros. Trabalho. Em 6º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIENCIA POLITICA, Unicamp, Campinas (SP). 2008.
- BRENES, Luis Diego. ¡Muerto el bipartidismo, viva el bipartidismo! Transformaciones inconclusas del sistema de partidos de Costa Rica. SEMINARIO "CIUDADANOS VS. PARTIDOS EN AMERICA LATINA, Proyecto OIR, Instituto de Iberoamérica, Salamanca. 2009
- _____. Cambios sin reforma: Sistema de Partidos y Barrera Electoral en Costa Rica (1953-2010). *Revista Centroamericana de Ciencias Sociales*. Vol. VIII, n° 1. Universidad de Costa Rica. 2011.
- CASAS, Kevin. *Contribución estatal a los partidos políticos en Costa Rica: apuntes sobre sus efectos en la dinámica del sistema de partidos*. Santiago: CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. 2003.

- CERDAS, Rodolfo. *Formación Del Estado de Costa Rica*. San José: Universidad de Costa Rica. 1969.
- COTO MOLINA, Walter. *Páginas diversas y dispersas*. San José, Impresos Tormo. 1986.
- COPPEDGE, Michael. Political Darwinism in Latin America's Lost Decade. Em DIAMOND, L. & GUNTHER, R. (eds.) *Political Parties and Democracy*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2001.
- DEMUCA. *Partidos y territorio: institucionalización del sistema de partidos políticos en Costa Rica*. San José: Fundación DEMUCA y AECID, 2012.
- DIAMOND, L. & GUNTHER, R. (eds.) *Political Parties and Democracy*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2001.
- DUVERGER, Maurice. *Los partidos políticos*. (5ta. Reimpresión). México D.F: Fondo de Cultura Económica, 1974.
- FLOREZ-ESTRADA, MARIA. La campaña de Laura Chinchilla y las mujeres: ¿oportunismo o compromiso con un nuevo pacto sexual?, en *Revista de Ciencias Sociales*, N° 130. Pg 85-99. Universidad de Costa Rica, 2012.
- FOURNIER, Marco Vinicio et al. *Abstencionistas en Costa Rica: ¿quiénes son y por qué no votan?'*. Universidad de Costa Rica, Editorial UCR. 2005
- FREIDENBERG, Flavia. *La democratización de los partidos políticos en América Latina: entre la ilusión y el desencanto*, en José Thompson y Fernando Sánchez. *Fortalecimiento de los partidos políticos en América Latina: institucionalización, democratización y transparencia*. San José de Costa Rica: IIDH, 2006
- _____ *Selección de candidatos y democracia interna en América Latina*. Lima: Transparência Internacional e Internacional IDEA, 2004.
- FREIDENBERG, Flavia e ALCÁNTARA, Manuel -editores-. *Partidos Políticos de América Latina, Centroamérica, México y República Dominicana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2001.

- GUARNIERI, Fernando. A força dos “partidos fracos” –um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). 2009
- HERNANDEZ, Gerardo. El sistema de partidos de Costa Rica, 1953-2006. *Atlas Electoral de Costa Rica*. San José: Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad de Costa Rica, 2009.
- HERNANDEZ VALLE, Rubén. Reforma constitucional y control de constitucionalidad. En <http://www.idpc.es/archivo/1212589105a1RHV.pdf> (2003)
- KATZ, Richard e MAIR, Peter. *Three faces of party organization: adaption and change*. Madrid: World Congress of Sociology, 1990.
- _____ . Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics Review*, Londres, No. 1, Vol. 1, p. 5 – 28. 1995.
- _____ . Party organization, party democracy, and the emergence of the cartel party. *Party System Change -Approaches and Interpretations-*. Oxford: Clarendon Press, 1997.
- KIRCHHEIMER, Otto. The transformation of the western European party systems. *Political Parties and Political Development*. Princeton: Princeton University Press, 1966.
- KRUGMAN, Paul. *Development, Geography, and Economic Theory*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- LIJPHART, Arend. *As democracias contemporáneas* (4ª Edición). Barcelona: Ariel Ciencia Política, 1999.
- MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy E. (eds). Building Democratic Institutions. *Party Systems in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1995.
- MAIR, Peter. *Party System Change: Approaches and Interpretations*. Oxford, Clarendon Press.1997
- MIRANDA, Guillermo. 2010. La fundación del Partido Liberación Nacional y el origen del proyecto político educativo socialdemócrata en Costa Rica -una aproximación hermenéutica crítica-. *Revista de Ciencias Sociales*, San José, vol. 130, p. 185-213. 2010.

- MONTERO, José Ramón; GUNTHER, Richard. The Literature on Political Parties: a Critical Reassessment. *Working Paper* -Institut de Ciències Polítiques i Socials (ICPS)-, Barcelona, N° 219, 2003.
- NOHLEN, Dieter. *Enciclopedia electoral latinoamericana y del Caribe*. San José: IIDH, 1993.
- _____. Tratado de derecho electoral comparado de América Latina. 2. Edición. México: Instituto Interamericano de Derechos Humanos. 2007.
- _____; “La Reelección”. *Treatise on Compared Electoral Law of Latin America* em http://www.idea.int/publications/electoral_law_la/upload/XV.pdf (2007)
- OCONTRILLO, Eduardo. *Cien años de política costarricense*. San José, UNED. 2005.
- OBREGÓN, Clotilde. *El proceso electoral y el Poder ejecutivo en Costa Rica*. San José: Editorial Universidad de Costa Rica, 2000.
- OBREGÓN VALVERDE, Enrique. *Semblanzas: Dirigentes históricos del PLN*. San José, Editorial UNED, 1998.
- O’DONNELL, Guillermo. *Polyarchies and the (Un) Rule of Law in Latin America*. University of Notre Dame Press. 1998
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martin Fontes, 2005.
- PASQUINO, G. BOBBIO, N. e MATTEUCI N. Caudilhismo. *Dicionário de Política*, Brasília, 2ª ed., Ed. Universidade de Brasília. 1986.
- PAYNE, Mark, Zovatto, Daniel; Carrillo, Fernando; Allamand, Andrés. *La Política importa. Democracia y desarrollo en América Latina*. Washington, DC: Banco Interamericano de Desarrollo (BID).2003.
- PICADO, Hugo. La negociación de la Reforma al Código Electoral costarricense. *Revista de Derecho Electoral*, San José, N° 5, 2007.

- _____ . El proceso de selección de candidatos a presidente y diputados en el PLN y el PUSC (1990-2006). Salamanca: Universidad de Salamanca, 2008.
- Programa Estado de la Región. *Resumen Político del Tercer Estado de la Región*. San José: Programa Estado de la Región, 2011
- ROJAS, Manuel. Costa Rica: un sistema de partidos en recomposición. Em: II CONGRESO CENTROAMERICANO DE CIENCIA POLÍTICA, San José: agosto, 2003.
- _____ . Elecciones 2006 y Referéndum: un balance general. San José, FLACSO. 2009
- ROSALES, Rotsay. *La institucionalización, democratización y transparencia interna de los partidos políticos en Costa Rica*. San José: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales FLACSO, 2008
- ROSSI, Jorge. *La Traición de los leales*. San José, EUNED. 2002.
- ROVIRA, Jorge. ¿Se debilita el bipartidismo? *La democracia de Costa Rica ante el siglo XXI*. San José: Instituto e Investigaciones Sociales, Universidad de Costa Rica. 2001.
- _____ . El sistema de partidos en devenir. En *Desafíos de la Costa Rica actual*. San José: Editorial Universidad de Costa Rica, Instituto de Investigaciones Sociales, 2007.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. II edição. Rio de Janeiro: Zahar. 1981
- SAUMA, Pablo; TREJOS, Juan Diego. Costa Rica. *Gasto público en servicios sociales básicos en América Latina y el Caribe*. Santiago de Chile: PNUD, CEPAL, UNICEF, 1999.
- SACHS, Jeffrey. *Macroeconomics in the Global Economy*. New York: Prentice Hall, 1993.
- SÁENZ, Guido. 2003. *Piedra Azul: Atisbos en mi vida*. San José, Editorial Costa Rica
- SÁNCHEZ, Fernando. Partidos políticos y lealtades partidarias en Costa Rica: erosión y cambio; en *Desafíos políticos de la Costa Rica actual*. San José: Editorial Universidad de Costa Rica, Instituto de Investigaciones Sociales. 2007a.

- _____ . *Partidos políticos, elecciones y lealtades partidarias en Costa Rica: erosión y cambio*. Salamanca: Editorial Universidad de Salamanca, 2007b.
- SALAZAR, Jorge; SALAZAR, Orlando. *Los partidos políticos en Costa Rica*. San José: EUNED, 1991.
- SCHIFTER, Jacobo. *La Fase oculta de la guerra civil en Costa Rica*. San José: Editorial Universidad de Costa Rica, 1979.
- SCHMITTER, Philippe C. Parties Are Not What They Once Where. Em DIAMOND, L. & GUNTHER, R. (eds.) *Political Parties and Democracy*. Baltimore and London: Johns Hopkins University Press, 2001.
- SELIGSON, Mitchel. ¿Problemas en el paraíso? La erosión en el apoyo al sistema político y la centroamericanización de Costa Rica; en *La Democracia en Costa Rica ante el siglo XXI*. San José, Editorial Universidad de Costa Rica. 2001
- SELIGSON, Mitchel e ALFARO, Ronald. *Cultura política de la democracia en Costa Rica: La erosión de los pilares de la estabilidad política*. San José, Programa Estado de la Nación. 2012.
- SEN, Amartya. *Development as freedom*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- SOLÍS, Luis Guillermo. El Partido Liberación Nacional: reflexiones en torno a su reforma en un sistema político en transición. San José, CEDAL, 2003
- SOLÍS AVENDAÑO, Manuel. *La institucionalidad ajena: los años cuarenta y el fin de siglo*. San José: Editorial UCR, 2006.
- _____ . *El PLN y el ascenso de una ideología productivista*. Berlín. 1990
- TAVARES, FRANCISCO. *Três Variantes do Personalismo na Política da América Hispânica: o Caudilhismo, o Bolivarianismo e o Populismo como Expressões de Afirmação Regional*. Cadernos PROLAM/USP. Ano X Volume I – 2011.
- VARGAS, Nelly. 2004. Cambios en el Sistema Electoral y Sistema de Partidos Políticos. Impactos discernibles en el desempeño legislativo y las relaciones Poder Ejecutivo-Poder Legislativo. *Décimo Informe del Estado de la Nación*. San José: Programa Estado de la Nación, 2004.

- WARE, Alan. *Political Parties and Party Systems*. Oxford, Oxford University Press, 1996.
- YASHAR, Deborah. 1995. Civil war and social welfare: the origins of Costa Rica's competitive party system. *Building Democratic Institutions: Party Systems in Latin America*. California: Stanford University Press, 1995.
- ZOVATTO, Daniel -coordinador-. *Regulación jurídica de los partidos políticos en América Latina*. México D.F: Instituto de Investigaciones Jurídicas, -Universidad Nacional Autónoma de México e IDEA Internacional, 2006.

Artigos em jornais

Diario El País. 2011. “El expresidente Figueres dice que volverá a la vida política de Costa Rica”.
Disponível em http://www.elpais.cr/frontend/noticia_detalle/1/59866

Diario Extra. 2008. “Araya renuncia al PLN por bancarrota moral”. Disponível em
<http://www.diarioextra.com/2008/julio/02/nacionales07.php>

El Financiero. 2000. “Corralismo gana terreno en PLN”. Disponível em
http://www.elfinancierocr.com/ef_archivo/2000/junio/25/economia1.html

El Financiero. 2002. “Divisiones atascan renovación del PLN”. Disponível em
http://www.elfinancierocr.com/ef_archivo/2002/agosto/04/economia3.html

El Financiero. 2005. “Corrales se retira del PLN”. Disponível em
http://www.elfinancierocr.com/ef_archivo/2005/enero/23/lomasreciente260800.html

El Financiero. 2005. “Panorama electoral enfrenta reacomodo”. Disponível em
http://www.elfinancierocr.com/ef_archivo/2005/marzo/06/informe1.html

El Financiero. 2008. “La batalla de los exjefes verdes”. Disponível em
http://www.elfinancierocr.com/ef_archivo/2008/noviembre/02/TMPeconomia1736875.html

La Nación. 1995. “Araya elegido presidente en polémica sesión”. Disponível em
http://www.nacion.com/ln_ee/1995/junio/25/pagina06.html

La Nación. 1995. “Nueva cúpula pretende compartir mando”. Disponível em http://www.nacion.com/ln_ee/1995/noviembre/14/pln.html

La Nación. 1997. “Rechazada acción de Corrales”. Disponível em http://www.nacion.com/ln_ee/1997/septiembre/06/pais8.html

La Nación. 2002. “Renovación del PLN irá a consulta”. Disponível em http://www.nacion.com/ln_ee/2002/mayo/04/pais2.html

La Nación. 2009. “Rolando Araya vuelve a ser candidato presidencial”. Disponível em http://www.nacion.com/ln_ee/2009/agosto/31/pais2074714.html

SINART. 2012. “Alcalde Johnny Araya preferido por costarricenses para elecciones presidenciales” em http://www.sinart.go.cr/index.php?option=com_content&view=article&id=4663:alcalde-jhonny-araya-preferido-por-costarricenses-para-elecciones-presidenciales&catid=48:nacionales&Itemid=289 (outubro, 2012)

PODER. 2013. “Si las elecciones fueran hoy Johnny Araya ganaría con más del 63% de los votos” em <http://www.poder.cr/inicio/2013/03/si-las-elecciones-fueran-hoy-johnny-araya-ganaria-con-mas-del-63-de-los-votos/> (fevereiro 2013).

ANEXOS

Anexo 1

Costa Rica: Resultados presidências (%) e numero de cadeiras por partido político 1953-2010

1953				1958				1962			
Absentismo: 32,8				Absentismo: 35,3				Absentismo: 19,1			
Presidencial		Legislativo		Presidencial		Legislativo		Presidencial		Legislativo	
NEPE	1,8	NEPE	2,1	NEPE	2,4	NEPE	3,6	NEPE	2,5	NEPE	2,7
Partido	%	Partido	Nº de cadeiras	Partido	%	Partido	Nº de cadeiras	Partido	%	Partido	Nº de cadeiras
PLN	64,7	PLN	30	PUN	46,4	PLN	20	PLN	50,3	PLN	29
PD	35,3	PD	11	PLN	42,8	PREP	11	PREP	35,3	PREP	18
		PRNI	3	PI	10,8	PUN	9	PUN	13,5	PUN	9
		PUnif	1			PI	3	PADP	0,9	PADP	1
						UCR	2				
1966				1970				1974			
Absentismo: 18,6				Absentismo: 16,7				Absentismo: 20,1			
Presidencial		Legislativo		Presidencial		Legislativo		Presidencial		Legislativo	
NEPE	2,0	NEPE	2,3	NEPE	2,1	NEPE	2,6	NEPE	3,3	NEPE	4,0
Partido	%	Partido	Nº de cadeiras	Partido	%	Partido	Nº de cadeiras	Partido	%	Partido	Nº de cadeiras
CUN	50,5	PLN	29	PLN	54,8	PLN	32	PLN	43,4	PLN	27
PLN	49,5	CUN	26	CUN	41,2	CUN	22	CUN	30,4	CUN	16
		UCR	2	FN	1,8	AS	2	PNI	10,9	PNI	6
				AS	1,3	DC	1	RD	9,1	PRD	3
				DC	0,9			PD	2,8	AS	2
								AS	2,4	PD	1
								SC	0,5	RN	1
								DC	0,5	PUAC	1
1978				1982				1986			
Absentismo: 18,7				Absentismo: 21,4				Absentismo: 18,2			
Presidencial		Legislativo		Presidencial		Legislativo		Presidencial		Legislativo	
NEPE	2,2	NEPE	2,9	NEPE	2,2	NEPE	2,5	NEPE	2,1	NEPE	2,5
Partido	%	Partido	Nº de cadeiras	Partido	%	Partido	Nº de cadeiras	Partido	%	Partido	Nº de cadeiras
CU	50,5	CU	27	PLN	58,8	PLN	33	PLN	52,3	PLN	29
PLN	43,8	PLN	25	CU	33,6	CU	18	PUSC	45,8	PUSC	25
PPU	2,7	PPU	3	MN	3,8	PPU	4	AP	0,8	AP	1
CUN	1,6	FPC	1	PPU	3,3	PADA	1	PPU	0,6	PPU	1
PI	0,5	PUAC	1	PI	0,2	MN	1	ANC	0,5	PUAC	1
PNI	0,4			PD	0,2			PI	0,1		
OST	0,2										
PD	0,2										

Anexo 2

Histórico do Comitê Executivo Nacional do Partido *Liberación Nacional*: Ex-presidentes e ex-secretários.

Ex-presidentes

1952-1956	1956-1957	1957-1958	1958-1962- 1966-1970	1970-1974- 1979-1983- 1989	1991-1993	1994-1995
Francisco J. Orlich B.	Ma. Teresa Obregón	Rafael París Steffes	José Figueres Ferrer	Daniel Oduber Quirós	Carlos Manuel Castillo	Manuel Aguilar Bonilla
1995-1999	1999-2001	2001-2002	2002 (maio- agosto)	2002-2003	2003-2007- 2011	2011-2015
Rolando Araya Monge	Sonia Picado Sotela	Mireya Hernández Faerrón	Ana Gabriela Ross	Marielos Sancho Barquero	Francisco Antonio Pacheco	Bernal Jiménez

Ex -secretários

1952-1956	1956-1958	1958-1962	1962-1967	1967-1973- 1979	1979-1983- 1984	1984-1988	1988- 1992- 1996
Gonzalo Solórzano G.	Daniel Oduber Quirós	José Fco. Carballo Q.	Carlos L. Jiménez Maffio	Luis Alberto Monge Á.	Oscar Arias Sánchez	Rolando Araya Monge	Walter Coto Molina
1996-1998- 2002	2002-2003	2003 (julio- octubre)	2003-2006 (fev.-junho 2007)	2006 (mayo- setiembre)	2007 (junho- dezembro)	2008-2011- 2015	
Rolando González Ulloa	Luis Guillermo Solís R.	Carmen Ma. Valverde A.	Oscar Núñez Calvo	María L. Sánchez Valverde	René Castro Salazar	Antonio Calderón	

Fonte: Elaboração própria com base em <http://www.plncr.org/>

Anexo 3

Entrevista com atores chave da política costarriquenha

- Coto Molina, Walter. Ex-Secretário Geral do PLN (1988-1996); ex-deputado pelo PLN (1994-1998); pré candidato presidencial pelo PLN (1997) e candidato presidencial pelo partido “Cambio 2000” (2002).
- Solís, Luis Guillermo. Chefe de gabinete do Ministro de Relações Exteriores no governo de Arias Sánchez em 1986. Embaixador de assuntos centro-americanos e Diretor de Política Exterior no Ministério de Relações Exteriores no governo de Figueres Olsen (1994-1998). Ex-Secretário Geral do PLN (2002-2003); e pré-candidato presidencial pelo Partido Acción Ciudadana (PAC) 2013.
- Alvarez Desanti, Antonio. Ex-deputado pelo PLN (1994-1998); ex presidente da Assembleia Legislativa (1994-1995); pré-candidato presidencial pelo PLN (2001), candidato presidencial pelo partido “Unión para el Cambio” (UPC) 2006; e chefe de campanha de Johnny Araya, candidato presidencial pelo PLN (2013).
- Solís Fallas, Ottón. Ex-Ministro de Planejamento no Governo de Oscar Arias Sánchez (1986-1990); ex-deputado pelo PLN (1994-1998); fundador e ex candidato presidencial pelo PAC (2002, 2006 e 2010).
- Rojas Donato, Omar. Secretário de Organização Eleitoral do PLN (2012).
- Araya Monge, Rolando. Ex-Secretário Geral do PLN (1984-1988); ex presidente do PLN (1995-1999); pré candidato presidencial (1989 e 1993); candidato presidencial (2002). Fundador do partido “Alianza Patriótica” (2010). Atualmente trabalha na campanha do seu irmão e candidato pelo PLN para as eleições de 2014, Johnny Araya.
- Gozález Ulloa, Rolando. Ex-Secretário Geral do PLN (1996-2002); ex deputado pelo PLN (1994-1998). Perdeu a eleição interna em 2008 para voltar na secretária geral do PLN. Atualmente trabalha na campanha do candidato pelo PLN para as eleições de 2014, Johnny Araya.

TRANSCRIPCIÓN DE LAS GRABACIONES COSTA RICA, NOVIEMBRE 2012

Entrevista N°1

Walter Coto Molina, ex secretario general 1988-1996; ex diputado 1994-1998 y ex precandidato PLN 1997.

WCM: (sobre su incorporación al PLN)... fue en el año 80. Creo que Oscar (Arias) era secretario general del partido. Entonces... a él le interesó lo que yo conversé ese día ahí... y cuando terminó la charla me preguntó si me interesaría entrar en política... le parecía que yo podía aportar. Yo nunca había pensado meterme en política, yo había hecho mis estudios en Francia y había regresado para ser profesor... entonces empecé ahí en Turrialba a participar en los comités distritales del partido, luego en los cantonales, luego en los comités provinciales, y muy rápidamente comencé a ascender en la estructura del partido. Mi ascenso fue con base en las ideas que fue lo que a mí me distinguió mucho cuando estuve en las estructuras formales del PLN.

Recuerdo que tuve una discusión en una Asamblea General con Alberto Cañas y Fernando Volio (QEPD) sobre temas éticos de Liberación Nacional; y entonces fui entusiasmando a la gente con las ideas y los discursos que daba... entonces cuando se iba a elegir el candidato para secretario general de 1988, estaba participando Danilo Jiménez Vega, esposo de Muni Figueres, hija de Don Pepe... entonces toda la cúpula del partido apoyaba a Danilo Jiménez, que era un hombre de mucha personalidad y muy bien preparado... y yo que era el jovencito... entonces la estructura del partido, tanto Daniel (Oduber), como Don Pepe (Figueres Ferrer) y Oscar Arias, todos estaban en contra mío y a favor de Danilo. Yo sin embargo fui convenciendo a los asambleístas y llegó la elección y entonces gané.

Yo: Quien estaba de presidente en ese entonces?

El presidente era Don Pepe y después fue Daniel Oduber. Y después de Daniel fue Carlos Manuel Castillo.

Cuando yo llegué a la secretaría general, el secretario tenía mucho poder en el partido... era el que se proyectaba siempre como candidato presidencial. Entonces en esa época, los liderazgos de Don Pepe, que ya estaba en el ocaso de su vida, pero de Daniel, que todavía estaba muy bien, de Luis Alberto y de Carlos Manuel Castillo... yo siempre aspiré a sentarlos para que ellos fueran como los consejeros míos en la conducción del partido. Y fue muy difícil porque ahí descubrí que entre ellos habían conflictos: Don Pepe ya casi ni contaba porque estaba muy enfermo; pero Daniel no quería a Oscar Arias, Oscar Arias no quería a Daniel; Oscar Arias no quería a Luis Alberto; Luis Alberto no quería a Oscar Arias; entonces era muy difícil sentarlos a ellos tres (se interpreta, Oduber, Luis Alberto y Arias)... no conocía todos esos intrínsecos de las facciones internas.

En ese momento lo que yo observé es que las luchas eran básicamente por poder, no eran tanto luchas ideológicas. Daniel Oduber representaba la intelectualidad de la socialdemocracia del partido. Luis Alberto representaba la socialdemocracia más de "a pie"; digamos, más obrera, más cotidiana... y Oscar Arias era el que disputaba el espacio de poder en esos momentos con los líderes fundadores del partido... era digamos el liderazgo emergente. Era también liderazgo intelectual; probablemente más fresco, pero no tenía grandes referencias en ese momento desde el punto de vista ideológico. Entonces yo creo que existía una cohesión ideológica en el fondo. Las divisiones y los problemas se suscitaban básicamente por intereses personalistas y de poder de las diferentes facciones... es evidente que en ese momento había oduberismo, había mongismo, y empezaba a haber arismo; y existía también con mucha fuerza el figuerismo, pero el figuerismo, al no haber aparecido todavía José María Figueres, el figuerismo no tenía sucesor en ese momento.

Por mi formación, quería hacer del partido un partido bien estructurado... hice el Instituto de formación política Rodrigo Facio; creamos el Instituto de Investigaciones Políticas José Figueres Ferrer, hice la biblioteca Benjamín Núñez, y empecé a producir pensamiento político por medio de los cuadernos liberacionistas... también puse mucho interés en la capacitación.

En ese momento estaba más claro todo sobre los temas de cambio estructural en el mundo y que CR empezó a asumir: primero en el gobierno de Luis Alberto Monge, y después a través del gobierno de Oscar Arias. Entonces esa moda de cambio estructural... empezó a resquebrajar el pensamiento ideológico dentro del partido... hubo grupos proclives a eso y otros decididos a resistir.

Yo: Y quienes estaban en esos grupos? Los podría identificar?

Eduardo Lizano, del Banco Central; Francisco de Paula Gutiérrez, también Rodrigo Bolaños... empezó a plasmarse también la posición de Comercio Exterior...

Entonces, Oscar Arias empezó a volverse más de derecha; en el partido, bajo la idea de renovación de la socialdemocracia se vio un partido más proclive hacia la derecha; y los sectores de izquierda se vieron quedando más rezagados. Entonces ya empezaron a generarse divisiones, ya no por simple liderazgo, no solamente por personalismos, sino que ya había ideas atrás de las diferentes propuestas.

Don Pepe, una figura respetadísima y querida en el partido, desaparece, y el partido queda huérfano. Muy rápidamente desaparece el hombre fuerte del pensamiento socialdemócrata, Daniel Oduber, y quedó nada más Luis Alberto. LAM se había ganado el cariño de la gente por su sencillez, pero no tenía el fuste intelectual de Oduber; entonces LAM ya se venía replegando y la cancha quedó muy favorable para el proyecto Arias.

Yo: de que año estamos hablando?

Del período 86-90. Con la muerte de Pepe y Daniel, él estaba saliendo de presidente y tenía fuerza. Cuando murió Pepe, a mí se me ocurrió llamar a José María. José María, que casi no se había metido en política... PLN se podía aprovechar de esa imagen del padre. Me arrepiento un poco, estaba demasiado joven él y cometió muchos errores en su administración. José María terminó tirando al partido más hacia la derecha.

PLN ha venido dejando muy de lado las banderas prístinas de la socialdemocracia... y se ha dedicado a navegar en... un proyecto político de Oscar Arias, quien ha sido la figura principal en los últimos 15 años, y ha venido colocando al PLN entre los partidos de derecha moderada de América Latina. Ya no es más un partido preocupado por la gente, es un partido preocupado por resolver los problemas a algunas minorías; han corporativizado el poder. Durante todos estos años el PLN se ha hecho que el poder se privatice, de manera igual que lo hicieron los gobiernos socialcristianos de Rafael Ángel y Miguel Ángel. Empezar a servirle a unos cuantos sectores... De ahí todo el desmembramiento de corrupción interna que tienen a CR con una credibilidad muy baja en sus instituciones y el funcionamiento de la democracia. Los 3 han contribuido que la gente crea menos en el sistema democrático.

Yo: cuando Figueres queda de presidente, vienen las precandidaturas del 97; se podía hablar de corralistas, cotistas, aristas, figueristas... existían esos grupos y como operaban esos grupos?

Yo en esa época era relativamente nuevo en el partido, venía forjando una carrera y sí había cotismo... pero era un liderazgo que, difícilmente podía llegar a la candidatura del partido. Me temían, porque si yo llegaba a gobernar, habría gobernado en función de la socialdemocracia; en función del país.

En esa convención del 97, era interesante porque la figura de José Miguel Corrales era también una figura muy cerca desde el punto de vista ético; muy responsable. Mi mensaje era más fresco, más reflexivo y más profundo, pero el de él era más nacionalista (a nivel del partido y nacional). Sin embargo, él que tuvo más relación con Oduber y con Pepe, era más confiable para el sector empresarial que yo... el fraude que a mí me hacen no es casual; fue diseñado porque en la última etapa de la convención se veía que yo podía darle vuelta a la elección, y también podía ganarle a Miguel Ángel.

Los grupos paralelos, que son los que manejan el partido; que son los que apuestan con su plata... por los candidatos, y por lo programas de gobierno... esos sabían que conmigo no podían confiar. Yo no quería ser embajador de nadie, solo de mi pueblo. Era como un candidato de izquierda dentro del partido socialdemócrata, y eso, La Nación –que me había adversado siempre- cuando aspiraba a la secretaría general, lo tenía muy claro.

Yo: En esa época (cuando usted se lanzaba), existía arismo, existía figuerismo? Como era?

Sí; el arismo estaba más inclinado a apoyar a corrales; el mongismo estaba más cerca de mí; el figuerismo estaba dividido (tuve enfrentamiento con Figueres).

Yo: Y en el caso de los nuevos liderazgos; Antonio Álvarez Desanti iba a ser pre candidato en la próxima elección, también estaba Rolando Araya... existían esos grupos en ese momento?

Sí, digamos que esos grupos... Rolando Araya, después de Carlos Manuel Castillo (incluso antes) parecía el sucesor natural... tenía una buena formación en el partido, había dedicado toda su vida a eso. Formó parte de la Internacional Socialista, tenía buena relación con líderes mundiales, intelectualmente era sólido; él se proyectaba como el candidato. Pero, nunca tuvo el carisma necesario para llegar a la posición que él aspiraba.

Pero esa gente sí se manifestaba; digamos el arayismo –se reflejaba en Rolando-, el corralismo, el cotismo... ahora que llegó Laura, pues, no hay chinchillismo... y el arismo. Digamos esas se manifestaban; unos con más gente, otros con menos gente... en el caso mío era una aspiración ideológica y programática. Era socialdemócrata con ideas muy novedosas.

Yo: usted renuncia al PLN o fue expulsado?

El tema es que yo ingresé al PLN muy ilusionado, y admirando la gesta del PLN por la pureza del sufragio. Y entregué mis mejores años de mi vida al partido... cuando yo participo de la convención, y descubro que hubo el día de las elecciones, instrucciones escritas... para alterar resultados en algunas mesas... cuando yo descubro eso, yo sabía ese mismo domingo que perdía... nunca pensé que en esa primera lucha iba a ganar, le soy honesto... yo tomé la decisión de renunciar al partido... pero no en ese año, yo me esperé a que MA y Corrales se enfrentaran y luego de eso renuncié al partido.

Yo no me fui del partido, el partido se fue de mí. Las ideas se alejaron o se perdieron.

Yo: Como explica usted que todos esos grupos, que tenían cierta posición, renuncian al partido?

Hay 3 elementos claves en eso: uno, el dominio de OAS del partido se hace con base la esterilidad crítica; hay una contradicción muy seria entre lo que dice Oscar de formar, de ser críticos, con respecto de la práctica política: el arismo no permite que usted sea crítico del “emperador” y su grupo. Entonces, el arismo no le interesa tanto tener aliados, le interesa tener subalternos.

Secó mentalmente a la gente OAS en este período (2003 en adelante). Muchos se fueron agregando al proyecto político de Oscar, simplemente agregándose; no con base a ideas, no con base a propuestas... eso esterilizó al

partido. Otra cosa es que al perderse la formación política dentro del partido en este período, empezaron a aflorar más las prácticas de clientelismo político; y el clientelismo lleva a la corrupción... y los sectores más ricos del país se infiltraron en esa meritocracia que llamaba OAS, y empezaron a mover los hilos del poder para ellos... OAS hizo una alianza con los sectores disque modernos, aperturistas, los sectores más de capital del país, sector financiero por ejemplo... y esta gente empezó a participar en representación de Liberación Nacional en posiciones de poder, muchos de los cuales incluso no habían tenido carrera política dentro del partido...

Yo: pesaban los regionalismos, pesaban más los personalismos, o pesaban más las ideologías, o había una combinación...?

Pesaba más el personalismo. Habían dirigentes de casi toda la vida... en el caso de Cartago los Villanueva. Dirigentes que todavía persisten en el partido, pero... ya muy avanzados en edad... pero que todavía tienen alguna incidencia. Yo creo que hoy el PLN está muy carente de juventud...

Los órganos de poder no tienen más un proyecto político... asombra que el PLN no tenga la capacidad de tener un proyecto político... por eso José María está atrás de una vía costarricense... y vuelvo a lo mismo: se han fotocopiado las modas intelectuales que recorren el mundo.

Yo: existía una línea para nombrar, por ejemplo, al secretario general?

Arias no me ayudó para la secretaría, todo lo contrario, me adversó. Cuando fui electo secretario, él puso a toda casa presidencial, por medio de su secretario personal, Dionisio Miranda, a llamar a todo liberacionista para que votara por Danilo Jiménez Vega. .. yo entré a la secretaría por peso propio... para que entrara Rolando González, ahí sí la gente del partido; la dirigencia alta estaba de acuerdo para que él asumiera la secretaría del partido.

Entrevista N°2

Luis Guillermo Solís, ex secretario general 2002; pre candidato a la presidencia por el PAC 2013:

Yo: Panorama general en relación a la identificación de grupos, liderazgos fuertes, etc...

Existe una fase previa de expulsiones para efectos del PLN y del sistema político en general con la salida de Ottón Solís... Solís se va de Liberación en el año 99 (me parece), y en el 2000 funda el PAC. Si bien es cierto, un segundo grupo se sale conmigo, ya desde antes había existido una escisión significativa que incluyó la salida de José Miguel Corrales hay una desorientación de orden ideológico y ético, que se puede identificar ya en el PLN hacia finales de la década. Incluso antes de la segunda derrota y hay un fenómeno que la explica (la derrota del 2002) es una derrota muy curiosa... no solamente es la segunda consecutiva que pierde Liberación, sino que es la elección donde aparece el PAC, y es la primera vez en muchos años que se resuelve en segunda ronda. Entonces eso marca un punto de inflexión importante; las tendencias que se abrieron en los 90 claramente tiene que ver con debates ideológicos... entre un sector un poco más progresista que demandaba mayor rigurosidad ética, y un sector más tradicional que es cruzado por un fenómeno que se nota mucho en la administración Figueres por primera vez, que es el de los tecnócratas... por primera vez en posiciones dominantes... OAS ya los había tenido a mediados de los 80, porque con esta idea que él tenía de la meritocracia había logrado incorporar un sector de jóvenes como Leonardo Garnier, Rebeca Grynspan, Florisabel Rodríguez... pero los había puesto en mandos medios, en mandos subordinados... casi siempre como viceministros... en los 90, estos antiguos viceministros llegan con José María Figueres al poder como ministros. Asumen un rol que empiezo yo a percibir como rupturista en las tradiciones políticas del partido... ya por ejemplo hay un desprecio mucho

mayor a la dirigencia local –estos eran jóvenes jefes que no tenían afiliación partidaria; venían del Frente Popular- muchos de ellos no conocían a la dirigencia tradicional.

Probablemente desde finales de los 80, se empiezan a presentar fenómenos de cambio que tienen que ver con discusiones ideológicas entre los neoliberales y digamos socialdemócratas costarricenses; entre los grupos tradicionales de dirigencia del partido y los tecnócratas; y entre los que insistían más en los temas éticos, y quienes se resistían a los temas éticos, sometiéndolos a la idea de disciplina... que es disciplina partidaria? Silencio ante las equivocaciones y laissez faire laissez passer ante esas desorientaciones.

Yo: cuando usted entró al partido?

Como militante desde los 8 años... me incorporo a las luchas políticas en el 77, en el marco de la primera primaria de Hernán Garrón y Luis Alberto Monge.

Yo: si usted tuviera que identificar el liderazgo del partido, más allá del personalismo, los cargos dentro del partido (por ejemplo el CEN) representaban posiciones de liderazgo?

Sí lo eran en un partido formal y en un sentido político también, dependiendo de quienes ostentasen esos cargos... lo que importó siempre en el PLN eran la secretaría y la presidencia del partido, esos fueron los dos cargos principales. Los assembleístas tenían un espacio privilegiado por ser el órgano máximo de representación partidaria, y por ser allí finalmente donde se tomaban las decisiones. Pero, desde un punto de vista práctico, el Directorio Político... es menos importante... donde se quiebran los coyotes es en la fracción legislativa.

Yo: En relación a esos grupos y tendencias, en los 90, usted podría identificar algunos de los grupos de liderazgo que existían en ese momento?

El castillismo, que fue muy poco exitoso desde el punto de vista electoral, pero que tenía un ascendente muy importante... estuvo el corralismo, que era el sector que reclamaba más fuertemente sobre los temas éticos del partido; el arismo se mantuvo en un muy bajo perfil a lo largo de los 90, principalmente porque OAS se alejó del país, y no dejó heredero... Rodrigo Arias no siguió jugando un papel preponderante en el partido; era un liderazgo importante, sólido, pero no estaba ahí; y claramente que el liderazgo más fuerte fue el de José María Figueres, que fue una reedición un poquito degradada del figuerismo histórico. Pero, la irrupción de José María después de la muerte de don Pepe en el 91 lo convierte en la figura más importante en ese período.

Yo: que pasó con los caudales políticos? Que pasó con los figueristas, con aquellos corralistas, con aquellos castillistas?, adonde se fueron esos simpatizantes?

Un sector importante de esos grupos, especialmente del sector corralista se fue para el PAC.

En el momento que se funda el PAC, Ottón Solís desgarró a Liberación... le da un mordisco a la base electoral muy grande. Yo no sé de cuanto... el primer PAC, el del 2002... la estructura básica es liberacionista. Después, otros se fueron al partido más grande de Costa Rica... la gente sin partido. Me parece que el mayor segmento que abandona Liberación Nacional se va al PAC.

Yo: sobre su período en la secretaría general, usted lo cataloga como transición, sí; o no necesariamente... quien lo apoyo para llegar ahí?

No, no fue una transición porque lo que vino después seguía siendo lo mismo, o peor de lo que era antes. O sea, fue una transición en el liderazgo, porque, ese partido que había quedado amorfo, sin liderazgos claros porque se murió Carlos Manuel, porque Corrales se largó, porque Figueres tuvo que salir del país, etc; lo recupera lo

amaciza OAS, que es la figura que surge en los principios de los años 2000 como la figura que cohesionó Liberación otra vez y le da sentido de triunfo al movimiento. Nosotros no fuimos transición, fuimos un tiro al aire; fuimos un intento vano que demostró que el partido no tenía voluntad, no tenía vocación de reforma, de reformarse... estaban necesitando un respiro para juntarse y seguir con las mismas o peores prácticas anteriores... lo cual lograron concretar con la figura de OAS.

Yo: en el 2003 una de sus investigaciones indicaba que más del 90% del PLN creía que el partido estaba en crisis y que inclusive podía sucumbir. Es eso cierto, podía sucumbir?

No no no, bueno, podía sucumbir, pero estábamos lejos de eso. Tan lejos estábamos, que en las elecciones de alcalde por voto popular, las primeras del año 2002, PLN ganó todas las cabeceras de provincia.

Yo: Porque entonces ese sentimiento de crisis?

Porque nunca habíamos perdido dos veces seguidas. Y porque además, no había una figura emblemática que representara al partido. Esa figura fue la de OAS... pero, en el PLN del 2002, quien "agarraba el churuco"; había un vacío: José María fuera, Rolando derrotado y ya fuera del tinglado porque no podía ser nuevamente candidato, ya había sido...

Yo: en el 90.

Exactamente. Carlos Manuel muerto. Luis Alberto al margen, cansado, muy afuera... entonces, no había gente que asumiera... Corrales afuera, Ottón afuera. O sea, el partido tenía un hueco en el liderazgo nacional.

Un hueco que, literalmente, los que estábamos ahí en las estructuras dirigenciales del partido, no podíamos llenar en ese momento... pero, la capacidad de organización y de movilización de Liberación estaba combativa... me acuerdo la euforia que produjo la victoria de Araya en San José, o de Samper en Liberia... o sea, nosotros ganamos los distritos centrales. Sí había una sensación de derrota y una desmoralización muy grande, pero el partido, estructuralmente estaba bien.

YO: Liberación Nacional sigue siendo el mismo Liberación?

No; no es el mismo porque, desde el punto de vista de su práctica política, y desde el punto de vista de su base social, no es el mismo partido. Pero cuando digo que es el mismo partido, lo digo porque no cambia significativamente la estructura de la dirigencia nacional... toda la gente que estaba dispuesta a hacer un mea culpa, cuando vino mi elección... se acabaron los buenos propósitos... por eso digo que la transición no se da, porque no había voluntad de transformación en un partido que ya para entonces venía mal.

Nuestra renuncia fue por un fraude... en las distritales del 2004. A mí no me afectó eso, yo gané mi cargo en la Asamblea Nacional, pero tuve que denunciarlo.

Yo: Y en cuanto a la ideología? Los liberacionistas cambiaron?

Yo creo que lo que pasó en el 2006 es que Liberación necesitaba ganar... la dirigencia de Liberación quería ganar. Sabía que si Liberación no ganaba en el 2006, probablemente no se iba a recuperar... y había un miedo espantoso a que volviera a ocurrir lo que ocurrió en ... que le ocurriera a Liberación lo que le pasó a la Unidad.

Una tercera derrota de Liberación, los liberacionistas la veían como el peor de todos los escenarios... y por eso estuvieron dispuestos a ceder, lo que tuvieran que ceder en aras de tener una candidatura, y lo que hizo OAS fue que aprovechó su monopolio de liderazgo para imponerle al partido todos los cambios que él quiso...

Yo: antes de la reelección, el papel de los ex presidentes era importante?

Sí, pero el último de los expresidentes relevantes desde el punto de vista de la vida interna del PLN fue Daniel Oduer. Cuando Daniel muere, se acaba con él una dinastía de caudillos, porque Luis Alberto... que sigue siendo una voz respetada en Liberación, no tenía, no tuvo nunca, el ascendiente que tuvieron Don Pepe y Daniel sobre el partido.... Después de Daniel, el que ha seguido incidiendo mucho es OAS.

Entrevista N°3

Antonio Álvarez Desanti, ex diputado 1994-1998 y ex pre candidato 2001 con el PLN; ex candidato presidencial por el UPC 2006.

Yo: ... como se dio su involucramiento en el partido? Quien lo apoyó para entrar; como se dio ese paso?

Yo me vinculo a Liberación Nacional a finales del año 73... básicamente estoy en esa época en el colegio, y me vinculo a una organización que tenía la juventud liberacionista a nivel de enseñanza media que se llamaba JELEM que era Juventud de Estudiantes Liberacionistas de Enseñanza Media. Después de eso paso a formar parte de lo que era la JUL, que era la Juventud Universitaria Liberacionista, y participo con el grupo TODOS... y soy representante del Consejo Universitario y después presidente de la FEUCR. Siendo presidente de la FEUCR, está la precampaña presidencial de Luis Alberto Monge, contra Carlos Manuel Castillo... siendo representante de la FEUCR me acerco a Don Luis Alberto, y empiezo a formar parte del grupo de jóvenes que apoya la campaña presidencial de Luis Alberto Monge; en ese mismo momento Oscar Arias Sánchez es secretario general del partido y Oscar tiene ya... sus intenciones de planes presidenciales, y muy preocupado por ir acercando líderes jóvenes, empieza a hacer una relación de amistad conmigo, él como secretario general del partido y yo como presidente de la FEUCR...

ya después cuando LAM está en el gobierno, me invita a formar parte... en la segunda mitad del gobierno... y me lleva al CNP; y ahí ya inicio mi carrera a nivel de primeras divisiones. Después ya llega OAS, me quedo en el Consejo, OAS me hace Ministro de Agricultura... de ahí ya salimos del Gobierno al perderse las elecciones... me voy a estudiar mi maestría a la Universidad de Harvard, y coincido con José María Figueres ... compartimos un año juntos, vivimos en el mismo edificio... y a partir de ahí yo me vinculo a dirigir... su precampaña primero, y luego su campaña presidencial. Me desempeño luego como diputado y presidente de la Asamblea.

Yo: esa era mi segunda pregunta, quería saber como se había dado su vinculación como diputado y quien lo había apoyado...

Yo con José María empiezo a ayudarlo a él en su campaña presidencial cuando estamos estudiando en Harvard... y ahí yo me vinculo con él y me lleva como diputado nacional.

Yo: ese período fue particularmente interesante, cuando Figueres llega al poder, porque esa convención tuvo varios precandidatos... eso a nivel de diputados, se hablaba de diputados figueristas, corralistas...

No, en ese momento, todo era figuerismo. José María gana las elecciones y ganamos las distritales, por mucha ventaja... éramos 27 diputados, y 26 diputados eran figueristas de origen, y Luis Martínez que había estado con Margarita lo invitamos a que encabece Heredia; no obstante Luis no entra como cuota de Margarita...

Yo: después de la elección de Figueres, como presidente, en el 94, usted podría identificar otros grupos que se encuentran dentro de Liberación?

Ahí es muy sencillo, no hay una figura de relevo del figuerismo y entonces la candidatura de José Miguel Corrales empieza a tomar fuerza, y las encuestas empiezan a ubicar a José Miguel como el candidato más fuerte para aspirar a la presidencia por Liberación Nacional y paulatinamente la estructura figuerista se vuelve corralista...

Yo: después del periodo del 98, como fue su participación dentro del partido, porque desde ahí se estaba gestando su pre candidatura...

Sí, cuando yo salgo en el 98 empiezo a buscar los votos y la organización para lanzarme como precandidato, ahí el proceso es si Corrales va a tener oportunidad para repetir como candidato... yo lanzo mi precandidatura, en donde José Miguel Corrales tiene la estructura del partido, y en ese momento surge también Rolando Araya. Rolando logra desarrollar un buen discurso... el candidato dispuesto a dialogar... genera que Rolando se eleve como el candidato ganador, y gana la convención. En ese momento yo tengo 39 años y la factura que se me pasa es que estoy muy joven y que definitivamente debo de esperarme... y el corralismo pierde porque hay una especie de sentimiento entre la gente que en el fondo JMC perdió porque quería perder... cuando el veía que iba a ganar las elecciones hacía cosas para perder y parece que psicológicamente había algo por el estilo... no sé en el fondo que tan cierto será, pero sí cada vez que íbamos bien José Miguel hacía algo... había una especie de fatiga del corralismo y hacia el corralismo... y eso favorece la candidatura de Rolando.

Yo: cuando usted respondió que “aquella estructura figuerista” ... se pasa o la adopta el corralismo... ya existía el corralismo?

Existía porque ya se había enfrentado a José María, y sacó un porcentaje como del 20%, pero él va creciendo como candidato porque la prensa lo eleva mucho... y al ser el candidato más fuerte la estructura se va trasladando.

Yo: y esa división entre grupos es “tan así” a lo interno?

Yo lo pongo así: en el PLN el dueño del partido es el candidato, y la estructura se acomoda al candidato. Salvo Laura Chinchilla, ella renunció a manejar el partido y permitió que los Arias lo tomaran. Pero si Laura hubiera sido una candidata tradicional la estructura en el partido hoy en día sería chinchillista y punto. .. el partido se acomoda al candidato presidencial. Cuando el partido va en el 86 con OAS, el partido es arista, y se olvidó de figuerismo, del oduberismo, del mongismo, etc. Y la estructura es arista. Cuando viene en el 90 Castillo el partido se convierte en castillista, y los líderes que manejan el partido son castillistas. Porque ahora se tiene esa supremacía arista en el partido? Porque Laura renunció a ejercer ese liderazgo y ella permitió que le partido, que era arista después de que OAS fuera candidato, lo siguiera siendo, porque ella no buscó armar y poner su gente, sino que dejó que desde Zapote armaran los grupos...

Yo: Que pasa con los caudales electorales? (figueristas, corralistas, desantistas...)

En mi caso por ejemplo, que había sido un figuerista... en la campaña corralista no tuve ningún papel, a pesar que soy diputado... y no se me invita a participar en los grupos. Y así, los figueristas más identificados quedamos fuera de la campaña y nos sustituye una estructura totalmente afín a JMC. Cuando viene el arayismo igualmente se da esa sustitución; los corralistas, así, como identificados, se quedan en el camino y entra la estructura arayista como tal. Si ahora vemos el partido, usted ve una estructura arista fuerte, si Johnny gana, entraremos los que estamos apoyando a Johnny y usted ve que figuras connotadas del arismo van a ir desapareciendo y no tendrán un papel en la campaña presidencial.

Yo: Y aparte que hay algunos que desaparecen, hay algunos que se quedan?

Sí, hay gente que se acomoda porque tal vez el proceso no es... antagónico entre un candidato y otro... el partido se va transformando y las figuras que lo asumen son figuras completamente relacionadas con el candidato. Esta es la primera vez que usted ve que el partido lo domina alguien que no es el presidente... y es la primera vez que usted ve que la fracción la maneja alguien que es de afuera... o sea, eso nunca pasa.

Yo: con su experiencia como asambleísta, quienes son los “compañeros” más cercanos al presidente?

Siempre la fracción es del presidente, siempre... en la fracción de Liberación éramos 26 figueristas... éramos personas que estuvimos en la precampaña con Figueres (y Luis Martínez)... cuando CMC es candidato en el 90, hay un arista... pero el resto es castillista... en realidad la fracción la pone el presidente, y el presidente la manda...

Yo: después del 2001(cuando pierde la campaña), que pasa con el PLN?

El partido entra en un proceso de desesperación; el PAC quedó muy fuerte y hay temor... de perder 3 campañas seguidas... en ese momento se da la reelección... y entonces OAS, siendo la figura más popular del país... Oscar asume... en el 2002 o en el 2003 el partido revive al amparo de Arias. Y Oscar, a mi juicio... él siente que él es el partido y que no necesita a nadie; y entonces el empieza a patear gente ... y ahí se va Corrales, Rolando Araya, Luis Alberto Monge, se va Mariano Figueres, Luis Guillermo Solís, me voy yo, se va Villasuso, el doctor Guido Miranda, o sea, se empieza a ir un grupo muy grande de gente porque el Arismo es... la incondicionalidad absoluta o no hay oportunidad de participar; y entonces ahí empezamos a irnos...

Yo: Usted podría citar unas 2 o 3 razones por las cuales usted sale del partido?

La inacción del partido frente al tema de la corrupción, cuando a los expresidentes ... PLN se calla... como temerosa ... en vez de asumir un rol de denuncia. Y a la par de eso PLN se alía al gobierno para apoyar un plan fiscal que le quita impuestos a los ricos y se los sube a la clase media...

Yo: sobre UPC, esa iniciativa del 2006, ese caudal de personas todavía sigue con usted?

Mayoritariamente, hay alguna gente que se resintió porque decidió que no volvía a Liberación Nacional...

Yo: cuáles eran las razones o estrategias que tuvo el arismo para hacer que ustedes salieran del partido?

Durante 12 años OAS tenía un índice de popularidad de 90%... OAS era la referencia del político ideal... se le consideraba un líder, cuyo poder e influencia parecían inalcanzables. No tenía ningún poder dentro del partido, y estaba fuera de Liberación activamente, no sumaba en la estructura partidaria, pero a nivel nacional tenía un nombre inmejorable...

Yo: y dentro del partido quien apoya a Arias?

La política es oportunismo, y el PLN no es un partido ideológico, en el fondo somos una maquinaria electoral... la gente huele quien va a ganar y ahí se acomoda; porque las facturas en las luchas de tendencias son demasiado gruesas. Y el que pierde en la lucha de tendencias, queda prácticamente excluido... OAS representa el triunfo casi seguro...

Yo: después de esa victoria de OAS en el 2006...?

Revive Liberación, el PUSC desaparece casi totalmente... por los casos de corrupción, y curiosamente ningún partido llega a asumir ese rol, sino que todos se quedan como partidos pequeños...

Yo: hubo realmente crisis después de que se pierda la elección del 2002?

Sí. Sin duda.

Yo: existía la posibilidad que Liberación desapareciera?

Existía un gran temor que 3 derrotas seguidas y Liberación iba a desaparecer como partido (SIC).

Yo: en ese período 1990-2010, que pesaba más: las figuras, el personalismo; los regionalismos?

Siempre ha pesado más las figuras... usted no llega al partido a encontrar definiciones ideológicas.... En el partido usted lo que ve es cuando son las distritales, cuando son las elecciones, como va ser la convención... cuando hay elección del directorio político: o sea, el partido es una maquinaria electoral; tristemente.

Yo: en lo interno de Liberación el día de hoy, cuáles son los órganos importantes?

El Comité Ejecutivo y el Directorio Político en el día a día; son los órganos importantes y son manejados por el arismo. Digamos que serán manejados por el arismo hasta la Convención.

Si la Convención la gana Johnny Araya, habrá un fortalecimiento de los grupos arayistas, y esos sectores del Directorio se acomodarán, o paulatinamente irán saliendo. Muy probablemente el 90% se acomodará, y 2 o 3 aristas de hueso colorado se van a quedar ahí más intransigentes.

Yo: se podría hablar de una tendencia arayista (siendo que en la Convención del 2009 Johnny sacó 41%)?

... Hasta el día de las elecciones esa estructura era de Laura Chinchilla. Ella no decide asumirla y la asume el arismo. Conforme empieza a tener un respaldo cada vez más pequeño en la elección nacional Rodrigo Arias, esa estructura de la Asamblea Nacional del Partido, por ejemplo, que es el tercer órgano, empieza paulatinamente a cambiarse hacia el arayismo, y figuras chinchillistas empiezan a pasarse al arayismo. Y hoy en día, si bien la estructura la domina Oscar Arias, Rodrigo... el arismo, antes que era 70% o 75%, hoy en día estará 55-45%. Y para marzo, yo creo que ya estaremos arriba nosotros...

Yo: en qué fecha usted regresa a Liberación y porque?

Yo regreso en el 2008; y nosotros regresamos porque definitivamente leemos algo que es clarísimo: el país sigue siendo liberacionista. No vea a los partidos políticos como partidos; véalos como maquinarias electorales. Dista mucho de ser focos de discusión.

Entrevista nº4

Ottón Solís Fallas; ex diputado 1994-1998 por el PLN; fundador del PAC y ex candidato presidencial 2002, 2006 y 2010 por el PAC.

Yo: como fue la transición de poder en el PLN? Existían grupos...?

Lo que pasó en el PLN fue que la agenda fue definiendo el rumbo con relación en el poder, y la agenda tenía un origen externo. Todo ese tiempo la agenda era externa, eran los programas de ajuste estructural, el consenso de Washington, la gente que se identificó con esa gente, con esa agenda, fue consolidando el poder. Tenía un gran apoyo, en primer lugar de los organismos financieros... en un país que estar bien con Estados Unidos significa

mucho para mucha gente. Y por otra parte los medios de información... que se matricula con esa agenda, y entonces, quien dentro del partido decide convertirse en el abanderado y el llevar esa agenda intacta, sin cuestionamientos, es la gente que va adquiriendo el poder. A mi me parece que por ahí es donde anda la cosa... y las peleas internas en Liberación son de ese tipo; digamos las peleas sustantivas, no las peleas personales ni de poder, estas son resultado de... dependen del grado en que se identifiquen con esa gente. Entonces el grupo que empieza a dominar en Liberación es el que se acomoda a eso. Digamos Figueres en su campaña hace un intento de separarse del neoliberalismo, pero rápido, a los 6 meses se matricula con esa agenda... porque es cooptado por la fuerza de la prensa... de esta dinámica interna. Yo no creo que fuera un plan de él engañar, posando por ser antineoliberal, anti programa de ajuste estructural, para después de cambiar de posición. Yo creo que él mismo se dio cuenta que matricularse con esa agenda le daba posibilidades de tener buenos editoriales en La Nación, de ser chineado por parte de Estados Unidos, etc.... Oscar Arias se separa... se mantiene un poco medio que distante de esa agenda, da la pelea por el Plan de Paz que enfrentaba EEUU, pero después, a los 2 años, 2 años y resto se matricula con esa agenda. Entonces la dinámica del poder a estado determinado por eso.

Yo: en ese sentido, usted ve más esos grupos, facciones/tendencias dentro de Liberación, más como una influencia externa, que propiamente dentro del partido?

Si, si.

Yo: usted podría matricular con ideas a las diferentes figuras de Liberación en ese período? Y si realmente ese tipo de influencia generaba dentro del partido cierto control de grupos o de caudales electorales?

Claro, yo creo que OAS todo el tiempo, íntegramente se ha matriculado con... el consenso de Washington, los programas de ajuste estructural, el TLC... la gente que se enfrentó se quedó en el camino, o se salió, o algo pasó... o pasaron a ser marginales. O sea, el mismo LAM; OAS tiene razón cuando dice que LAM fue el que comenzó con el consenso de Washington en CR, eso es totalmente cierto. Yo creo que las rivalidades que lo han llevado a cuestionar no son por ese tema, el tema es más bien cosas de poder...

Yo: realmente lo que quería saber es si existían, aparte de OAS y JMF, otros liberacionistas con poder y con otras ideas; por lo menos para dar una lucha?

Diay no sé, no no. Le digo que los que pelearon han sido marginales a la estructura de poder. Nadie que tuviese una posición diferente podía ascender en Liberación para tomar el poder. Hubo gente que se acomodó, digamos, gente que ha oscilado y que se ha matriculado con todo, pero no; es decir, nadie logró el poder que tuviese ese pensamiento.

Yo: por qué se dio en Liberación... esa expulsión de figuras identificables, inclusive ex precandidatos de Liberación Nacional?

Hay un poco de gente que sale porque ve que la apropiación... del partido por parte de los Arias le impide tener el poder. Gente que fue totalmente neoliberal y de repente, cuando pasa lo de la reelección y se le reducen las posibilidades de poder, se convirtieron hasta en "progre". Típico caso -y usted no me cite en esto- ... Los dos estuvieron de acuerdo con los programas de ajuste estructural, y de repente, diay, por ese tema del poder, estuvieron en contra de ese tema del Consenso de Washington... hasta Antonio Álvarez, una vez el dijo que era de centro izquierda, es decir... esa gente perdió o se salió; salimos del partido.

Yo: en el tiempo que usted estuvo de diputado, quien tenía el poder en ese tiempo en el PLN, la fracción legislativa o el Ejecutivo?

El Ejecutivo. El día que se votó el PAE III solo yo voté en contra, a pesar de que nos habíamos posicionado en contra del PAE III en campaña.

Yo: eso siempre fue así? La fracción siempre estuvo “sometida” al Ejecutivo?

Sí, porque el Ejecutivo domina a la fracción legislativa con partidas específicas, con regalías, nombramientos aquí, pago de favores... el presidente a nombrado diputados.... Pero sobre todo el tema de partidas específicas. Los diputados en su gran mayoría eso es lo que les interesa... esa es una herramienta de poder enorme.

Yo: y el peso de los expresidentes; tenían cierto peso dentro del partido en la toma de decisiones, hasta inclusive en la cuestión ideológica?

No... básicamente los expresidentes de la República tiene una gran poder por eso que le digo, por ese gran conjunto de herramientas...

Yo: cuando se da exactamente su salida del PLN?

Formalmente... el 2000. Pero yo desde que salí de diputado en el 2008 me enfrenté mucho a Liberación... por la corrupción, la ética, y por esas necedades de estar queriendo privatizarlo todo...

Entrevista n°5

Omar Rojas Donato, Secretario de Organización Nacional PLN 2012

Yo: hace cuanto está en el Partido?

Desde 1973.

Yo: siempre como militante o simpatizante...?

Siempre siempre, los primeros... 17 años muy vinculado a la juventud del partido, y ya después del 85-87, en las cruces del partido.

Yo: usted siempre ha trabajado en organización?

No no no, hemos tenido otras responsabilidades.

Yo: como fue en los 90, ... todo aquello de esos personalismos de los 90's? Se puede decir que los precandidatos fueron líderes del partido en ese tiempo?

No necesariamente porque los precandidatos en alguna medida vienen a ser expresiones de movimientos de algunos caudillos o de algunos líderes que a través de los años se han sabido consolidar; entonces se ha hablado por ejemplo del oduberismo, ... del figuerismo, y esos “ismos” han ido evolucionando al punto que ya en los 90 se hablaba del castillismo, pero, que era el castillismo? Una vertiente fuerte del oduberismo por decirlo de esa manera. En esa misma década se empieza a hablar del arismo, como un movimiento emergente en que se da un cambio generacional; al punto de que en el 85, en la convención del 85, Carlos Manuel Castillo tiene el respaldo de Pepe Figueres, de Daniel Oduber, tiene el respaldo de la Asamblea Nacional, de los comités cantonales, de los comités provinciales... o sea, el partido mayoritariamente en un 60, 65% en términos globales se manifestaba a favor de Castillo. No obstante, Don Oscar, sin padrinos ni muletas, en un cambio generacional, la gente sale a

votar por un cambio, por una renovación liberacionista... el mongismo... es fuerte, pero él no está tanto en el partido porque es expresidente; pero obviamente el mongismo se refleja... en la vertiente del arayismo. El oduberismo... en la vertiente del arismo... en alguna medida, algunos analistas han comentado que el figuerismo de “Don Pepe” empieza a reflejarse también en el voto... a través de OAS.

Yo: Después de la muerte de Pepe y Oduber, se puede identificar un líder?

Claro, Carlos Manuel Castillo asume el liderazgo del partido... la derrota en el 90 le da a él una autoridad por encima de todos y es el gran líder del partido, es que le pone orden en el partido, él es el que comanda las acciones ... y las posiciones ideológicas liberacionistas. El pasa a ser un conductor de la fracción legislativa...

Yo: y ese liderazgo de Castillo... cuanto tuvo que ejercerlo?

Hasta su muerte; castillo es un líder... no obstante se da un vacío, porque OAS se dedica a la fundación; LAM entra en una especie de retiro... prevalece una inacción política que la asume CMC... define quien es el secretario general, define quien va al directorio político...

Yo: en la convención del 93... una vez que gana Figueres como presidente del país, como se dio esa situación?

Cuando CMC pierde, se empieza hablar... sobre todo los diputados, de volverle a dar una oportunidad a CMC.

Yo: en qué año?

... 92, 93... pero en ese mismo noventa muere Don Pepe... y entonces se empieza a hablar de JMF. Y CMC aun controlando el partido, aun controlado... el magnetismo de JMF... nadie lo ataja. Entonces se empieza a hablar de la renovación del Figuerismo, en José María... al punto que el castillismo se empieza a desmembrar, trasladándose poco a poco al figuerismo. De hecho, la columna vertebral de esa campaña de Figueres, se la da CMC... en el 91 en un acto en su casa el dijo “me retiro como candidato, y le doy mi apoyo a JMF”... era inevitable que la gente no viera en JMF un líder natural.

Yo: sobre el caso de Corrales...?

Corrales le toca muy duro... como diputado estuvo en las comisiones de investigación sobre narcotráfico y cuestiona a autoridades del partido en aquel entonces... eso le permitió levantar banderas por el rescate y principios del PLN... un sector del electorado se identificó con esa causa...

El triunfo de JMF es un triunfo abrumador, indiscutible. Y justamente quien hace a JMF es el castillismo, y quien hace a Castillo, el pepismo; o sea, fue como de...

Yo: sucesión? Y a quien se lo dio JMF?

Bueno, JMF cuando sale del Gobierno, realmente, deja el partido. Hizo un poco lo que hizo OAS y lo que hizo LAM... se dedica a otras acciones internacionales...

Yo: cuando Corrales gana la convención del 97... que pasó en ese período 98-2002 en términos de sucesión de poder...

Bueno ahí tenés que ver dos condiciones, la reforma de estatutos para nombrar nuestros representantes populares, diputados fundamentalmente, por voto directo. Esto nos lleva a una estructura de regionalización... entonces te das cuenta que, quien quería ser candidato para diputado por PZ, tenía que ganar una región donde

estaba incluido Turrubares. Y vos decís, que tiene que ver Turrubares con PZ? Pero bueno, así se aprobó la regionalización...

Yo: te acordás en que año?

... 2001... entonces esa regionalización cambia las reglas del juego y cambia un poco el panorama del partido.

La experiencia que nos deja es que no fue positivo; limitó mucho la participación... se dio muchos problemas...

Yo: es don Oscar el líder del partido, al menos después del 2003?

Mirá, eso tiene que ver con el proceso de renovación. En el 2005... surge la candidatura de Antonio Álvarez Desanti. Antonio es el emergente... por las nuevas generaciones. Antonio se rodea de un equipo interesante donde están Mariano Figueres, Luis Guillermo Solís... y bueno, que pasa, no logra controlar la estructura partidaria... que de la noche a la mañana se hace Arista....

Yo: en lo que respecta a la organización... hace cuanto está usted como secretario de organización?

2010 en adelante.

Yo: cual sería una definición de organización; que significa trabajar en organización hoy?

Habría que analizarlo si el partido está en Gobierno, o si el partido está en oposición... cuando el partido está en gobierno, salvo este de Laura, hay una gran cantidad de la estructura y de la dirigencia, que está en posiciones de Gobierno. Si esto está pasando, el partido es más malo; tiene menos identidad. Tiene menos presencia, está más disminuido. Está más silenciado porque su dirigencia... está más en Gobierno... pero hay menos acción partidaria, y menos acción gubernativa. Cuando el partido está en oposición el fenómeno se revierte, hay más acción partidaria, hay más compromiso, hay más deseos de volver al poder. El efecto que nos pasó en el 2006 fue producto de eso: la necesidad de ... después de haber estado 8 años consecutivos fuera del gobierno. ... en este caso, cuando a mí se me nombra estamos en gobierno, entonces pasamos ... de 8 años de no ser gobierno, a 8 años de ser gobierno, con dos disyuntivas que se dan: que OAS... junta e invita a participar a sectores que no son necesariamente de la estructura del partido, y Laura, no solo aprende eso de OAS,... sino que se va más allá: prácticamente Laura rompe con el partido... una vez que ella llega se distancia del partido. No existe relación partido-gobierno, a pesar de que estamos en gobierno la estructura es muy invisibilizada....

Que hemos hecho nosotros? Hemos reclamado la necesidad de una reforma estatutaria integral.... La última reforma nosotros , desde el 51 hasta el 77... nos fuimos con un estatuto; que era un estatuto de cantonales, provinciales... y la Asamblea Nacional de 70 viejos; y esos tomaban las decisiones de todo. Del 77-79 en adelante arrancamos con un estatuto donde pasamos ... a decisiones trascendentales como ratificar candidatos, ratificar formulas presidenciales, nombrar candidatos a diputados... todas estas decisiones se toman con la participación de nuevos movimientos... se crea el directorio político nacional, que es un órgano donde están los movimientos y las provincias, los diputados, y los jefes importantes ... ya nos llegó la hora de tener un nuevo estatuto; que tenga nuevos objetivos. El primero es que se garantice, bueno ese hay que hacerlo a la fuerza; la paridad total... un estatuto donde los jóvenes se van a representar... porque el órgano deba tener un mínimo de 30% de jóvenes... vamos hacia un partido con nuevos movimientos... el movimiento comunal liberacionista, el movimiento educadores liberacionistas, y el movimiento municipal liberacionista.

Yo: de donde surgen esas ideas...? De donde vienen esas iniciativas?

... bueno, aquí hay un aporte importante de nuestro secretario general, Antonio Calderón, tal vez una vinculación directa de mi parte...

Yo: porque es un tema tan importante para un partido político las distritales?

Porque es el mecanismo legal para estar coherentes... con las elecciones. El partido, de acuerdo a la ley... deben de renovarse: su estructura en procesos internos, no porque queramos,...

Yo: y eso que significa en términos de organización hacer esas distritales?

... nosotros estamos en un proceso en que vamos a hacer convención , y distritales simultáneamente....

Yo: y eso se hace por papeletas?

Por papeletas, claro que si... las tendencias fuertes ... organizan papeletas (para distritales) en todo el país...

Yo: significa que, dependiendo de la capacidad de fuerza de cada uno de los precandidatos... si gana RAS, existe la posibilidad que, entre esas distritales que se eligieron también hayan papeletas que ganó el arayismo?

Claro, desde luego....

Yo: sobre el tema de organización, aparte de las elecciones, cual es otro tema que usted podría apuntar?

La educación política... y la formación política.

Yo: pensando en el organigrama, quien tiene una cuota de poder importante...

Hoy, el arismo.

Yo: no, no. A nivel de organigrama; no se, el Directorio Político es más importante que el Comité Ejecutivo, o...?

Ahh, en principio lo más importante es el Directorio. El partido no ejecuta absolutamente nada que no sea aprobado por el directorio. El directorio es quien aprueba todos los reglamentos. Quien que propone los reglamentos? La secretaría general....

Yo: Y para los grupos... es necesario controlar el Directorio?

No necesariamente. En el 85 Arias... no lo controlaba... y ganó todo. Yo estoy con Rodrigo, pero si el 21 gana Johnny, todos somos johnnistas. Todos, absolutamente todos... y viceversa. El partido tiene ese nivel de madurez.

Yo: y antes era así?

Bueno, cada vez es más así... el partido ha evolucionado en tal magnitud que hoy se inscribe en la papeleta y todos los contrincantes saben quién es esa papeleta... hoy se cuentan los votos y todos saben. Todo mundo tiene la capacidad de refutar, de reclamar... de acuerdo a los reglamentos....

Yo: el Comité Ejecutivo Superior Nacional es importante dentro del partido, o es un organismo más?

No no, ... es la imagen del partido... siempre ha estado ahí desde la fundación del partido... los 4 grandes siempre fueron, hasta... el castillismo, producto que LAM se había dedicado a descansar... OAS a viajar... todas estas cosas juntas hace que el castillismo se fortalezca ahí. Pero el CEN es un podio donde... tienen la oportunidad de dirigirnos...

Yo: donde está la disputa en PLN?

Déjeme decirle que la sangre hoy está en la fracción legislativa.

Yo: y antes?

Gravita ahí, hoy está en la fracción pero normalmente la sangre se da en el Directorio... pero hoy en particular la fracción domina el directorio... porque tenemos muchos diputados que están en el directorio. La fracción tiene una hegemonía muy fuerte en el Directorio.

Entrevista n°6

Rolando Araya Monge; ex precandidato 1989 y 1993. Candidato presidencial en el 2002. Presidente del partido 1995-1998.

Yo: ... a mi me interesa saber el período 1990-2010, toda esta lucha entre grupos; y si realmente existió una lucha entre grupos? Si existía un liderazgo claro, si era más vertical, o más horizontal...? Me interesa saber principalmente que pasó después de la muerte de Pepe y de Oduber, que pasó en el partido?

Bueno, sería importante, pero es muy difícil hablar de eso sin darle los antecedentes... no se podría explicar lo del 91, sin el antecedente de lo que ocurrió antes... mucho de lo que ocurrió después del 91 fue como un encadenamiento de lo que venía ocurriendo ya tiempo atrás.

Yo: usted me podría hacer entonces un preámbulo de lo que antecede?

... el primer gran cambio ocurre, después de la derrota de 1978, cuando se aprueban los estatutos de 1979... ahí yo tuve muchísimo que ver porque prácticamente fui yo quien redactó casi al 100%, en donde Liberación pasa de ser un partido de base casi absolutamente territorial, y se lanza a montar organización sectorial... luego, también en el 79, el partido hace el intento de montar una organización de base muy potente a través de un sistema de núcleos; por barrios y por sectores sociales. Ese ímpetu, pronto llevó a algo que empezó a carcomer posteriormente... y es que los procesos electorales de base se empezaron a hacer a padrón abierto. Líderes o figuras importantes que metieron después, como el Dr. CMC, se oponía, y no permitió, en el 90, que el partido tuviera un padrón, y que tuviera inscripción, y quería que siguiera un padrón abierto. Entonces eso... determinó una crisis en los años posteriores...

Fue el hecho de que, la estructura de Liberación estaba conformada por sectores de clase media en todos los pueblos, y de figuras que llegaban a los puestos de dirección en cada cantón, porque estaba metidos en algún proyecto de desarrollo de algún cantón. Una escuela, un colegio, un camino, una carretera, una electrificación... cosas de esas. Paulatinamente empezaron a ser desplazados por figuras que salían electas por el clientelismo que seguía creciendo posteriormente... sin que requirieran ninguna militancia. En ese momento también, la estructura empieza a cobrar una personalidad propia, casi ajena al liderazgo del partido, movida por grupos de aspirantes a diputados... al punto que en una ocasión dije... Daniel Oduber dijo que Liberación era algo más que una maquinaria electoral, y algo menos que un partido político. Y yo recordando eso dije... pero ahora el partido se ha convertido en un sindicato de aspirantes a diputado.

Yo: eso mas o menos en qué época?

Yo lo dije en los 90's, pero, el fenómeno estuvo bien en eso (SIC). Luego, cuando vinieron las convenciones a padrón abierto... empezaron a producir un fenómeno diferente debido a la mecánica, para ser candidato ya no se requería tanto una carrera dentro del partido como el aval de fuerzas extra partido. De contar con amigos en la prensa, de contar con recursos económicos, de contar con el respaldo de determinados sectores. Ese fue el caso por ejemplo de OAS... Oscar Arias es un fenómeno que me parece determina un cambio, porque Oscar era visto como extra partido; de una familia anti-liberacionista, y yo creo que emergió en virtud de que las peleas que ya sí eran reales entre Oduber, Monge y Figueres... en un momento que esas disputas fueron tan fuertes le dio espacio a OAS de colarse, y se colocó como candidato a la presidencia. Ahí el aniquiló a Daniel Oduber, casi aniquila a LAM, y bueno, casi me liquida a mi también... con maniobras que él hizo desde el gobierno para consolidarse y alejar... a las figuras más ligadas a lo que hoy LAM llama liberacionismo histórico.

Bueno, ya en el 90 el candidato es CMC, una figura que sí estaba claramente alejada del planteamiento ideológico de Oduber, Monge y Figueres. Habría que decir que OAS también, pero no tan claramente como Castillo, en aquel momento. Al morir Figueres y morir Oduber, Monge había quedado... se había autoexiliado debido a los efectos personales de la crisis que a él le produjo el llamado escándalo del fondo de emergencias... entonces, el partido, al perder las elecciones del 90 y ganarlas un hijo de Calderón Guardia, decide promover a un hijo de Figueres. Y entonces se van a buscar a JMF, un muchacho demasiado joven, sin ninguna experiencia política, sin ninguna aprobación académica, sin ningún contacto... con el mundo político del país, solamente por ser hijo de JFF. Ese hecho produce la primera manifestación visible de grupos que ascendían a ministerios y a puestos de mando sin tener ninguna vinculación con el partido. JMF se hizo rodear de un grupo que se habían agrupado en torno a una ONG que se llamaba ATD... entró un equipo totalmente ajeno a Liberación... y esa gente se posicionó en el gobierno de Figueres... y desde ahí trataron de controlar el partido. Eso no duró mucho porque el gobierno de JMF pasó metido en muchas crisis, y tuvo un escándalo después del 98 que liquidó a varias de las figuras claves de ese grupo. Pero ya en ese tiempo el partido se había convertido en 2 escenarios: un escenario donde peleaban los candidatos a la presidencia, y otro escenario en que peleaban los candidatos a diputado. Y esa era la energía que movía al partido. Ya no el proyecto histórico del 48, ya no la socialdemocracia, ya no las ideas. Y esos dos escenarios se vinculaban de una manera espuria, porque el escenario de la pelea por diputados apoyaban a uno a otra... según vieran las encuestas... éste va a ganar, con este me apunto, con este... puedo ser diputado. Y claro, eso tuvo ya un resultado muy directo en la formación de un partido que iba perdiendo su carácter programático, ideológico, su vinculación con su raíz socialdemócrata. Y viene a coincidir ese hecho con a escala mundial, la globalización y el neoliberalismo, toman una gran preponderancia y ya tenían en Liberación figuras como OAS, que ya a esas alturas estaba totalmente declarado partidario de esas ideas. Entonces, lo que posteriormente pasa con Liberación es un abandono de tesis ideológicas, de clientelización de la estructura a ultranza...

Yo: después del período de Figueres, se podía identificar en esa época un liderazgo, un líder identificable?

No. No porque OAS no se podía reelegir y se había desligado mucho... no apoyó a Figueres, no apoyó a Corrales, y cuando yo fui candidato, aunque públicamente me apoyó e hizo varias cosas... quería que yo perdiera... pues había ya fracasado con el intento de reelegirse en el 2000.

Pero no había líder, como no hay líder en este momento. Porque ya ve usted que Arias logró imponer a LCh desde la presidencia, pero vea usted que no ha podido hacer mucho por el hermano...

Yo: en 1998 Corrales disputa la Convención con WCM, pierde la elecciones nacionales y usted estaba de presidente del partido. Que sucedió ahí con el PLN; como se tomó esa derrota?

Bueno, Corrales perdió por poco margen. Eso lo envalentonó a continuar y pocos días después de las elecciones, ya él había arrancado con la campaña para ser candidato de nuevo en el 2002. Yo seguí en la presidencia del partido, haciendo un esfuerzo por reposicionar a liberación nacional dentro de la realidad local y mundial; que ya no era posible defender a ultranza la idea estatista original del PLN... para poder defender ese Estado, que para nosotros es imprescindible en un país tan pequeño como CR; y sin una clase empresarial que pudiera navegar en aguas internacionales. Entonces organizamos el congreso José Figueres, que no acabó bien porque se tiñó muchísimo de la pretensión de Corrales de ser candidato, en contra del presidente del partido que ya también estaba sonando como posible aspirante, que en mi caso era yo.

Y en esa etapa, debido a la ausencia de Monge, del merodeo de OAS... hizo muy difícil, y bueno, la forma de ser de Corrales que nunca fue partidario; él llegó a diputado 3 veces sin participar nunca en un proceso interno del partido. Siempre fue puesto a dedo las 3 veces.

En aquel momento se intentó... el rescate del PLN, ideológico-programático frente a la marea de clientelismo. Y posiblemente si nos hubiéramos unido varios líderes, digamos, si Corrales hubiera estado de acuerdo en eso, y Monge hubiera tenido un poco más de participación hubiera sido suficiente como para lograrlo. Pero, a Corrales no le interesaba que yo quedara bien, en nada, y Monge no estaba con ánimo de meterse en nada, y OAS sabía que él podía llegar a ser presidente sin necesidad de destruir; él lo único que necesitaba era el logo del PLN.

Yo: entre Corrales, Monge y Usted se pudieron ver neutralizados, o no necesariamente?

Monge y yo no. Pero con Corrales sí... porque con Corrales en su afán de ser candidato y en el temor que yo me aprovechara de la presidencia saboté mis proyectos...

Yo: ese peso que usted tuvo en el PLN, lo catapultó o lo logra por los puestos de dirección que usted tuvo en el partido, o por sus años de militancia...? Quiero saber si el hecho de ustedes llegar.... al CEN les da una ventaja y además da una señal ... de hecho todos los presidentes y candidatos desde 1979 estuvieron en el CEN...

... a esa altura ya no se requería hacer carrera dentro del partido. Corrales sale de candidato porque se hizo muy notorio en el linchamiento de Daniel Oduber... en 1989... emerge como precandidato en el 92, donde le va bien, frente a Figueres, justamente con el respaldo de sectores que ya estaban montando una reacción anti política... fue emulado después por Ottón Solís... la campaña anti políticos de La Nación, Canal 7, etc. Era tan fuerte que habían energías suficientes como para poner a funcionar ahí un velero. Eso creo dos figuras... JMC y OSF.

En mi caso era otra historia; yo fui primero presidente de la juventud, diputado... estuve en el alto mando de la campaña de LAM, fui secretario general del partido, precandidato, luego... asumí el cargo de presidente del partido.... Eran tiempos en que se hacía carrera con el partido. Me tocó vivir las dos etapas. Ya en la segunda etapa, a uno le tocaba vivir más de las encuestas, de los medios de comunicación, de los factores externos del partido, no tanto de la estructura. Porque la estructura, no fue como en el caso Monge que la estructura... era tan fuerte, tan dominante que eso lo hizo candidato, y eventualmente presidente de la república. En la campaña del 2000 ya esa estructura, más bien era, un testigo interesado. Usted tenía que estar bien en las encuestas, y tener presencia mediática, o la estructura no iba a estar con usted.

Yo: justamente pensando en esa situación, cuando el partido se convierte en una maquinaria electoral, y donde las encuestas y los medios de comunicación tenían una influencia demás, aparte de lo que podía hacer la militancia del partido...

Ya eso empezó a contar más. Las cosas extra partido comenzaron a contar más que las cosas intrapartido.

Yo: pensando en los factores intrapartido, y pensando en los candidatos que están en ese momento: Corrales, Desanti y Araya, la relación dentro del partido como estaba... al usted liderar las encuestas, hacía que el partido se dividiera en tres, o realmente existía una sola estructura que estaba con Araya, o con Corrales...?

Bueno en el caso mío, yo pude... aprovechar el factor trayectoria, el factor histórico, de gentes que se habían mantenido a mi lado... eso me permitió tener un grupo mínimo. Pero Corrales, que no tenía vida partidaria, en las asambleas distritales del 99-2000... eso anduvo muy parejo y quizás a favor de Corrales... Álvarez casi no contó... en el proceso. ... Salvo con más recursos económicos que Corrales y que yo. Corrales empieza a perder la estructura en la cual yo no estaba descartado, tenía una porción... empezó a perderla cuando las encuestas salían a mi favor. Y tuvo, en los últimos 3 meses un derrumbe total. Porque la estructura que estaba con él, estaba solo porque iba adelante en las encuestas.

Yo: de hecho recuerdo que hubo mucho ataque en esa precandidatura, de hecho el luego fue diputado...

Yo lo puse. Sí, Corrales... ya ahí... La Nación y Canal 7 habían impulsado mucho a Ottón Solís, y OSF ya era una división que le producía una hemorragia a Liberación... y Corrales amenazó con irse con OSF si no se le daba una diputación. Yo me vi obligado a darle una diputación a Corrales.

Yo: en relación a su caudal... esa estructura cuando usted sale del partido, se va con usted o se queda en Liberación...?

No, se queda en Liberación. Mi salida de Liberación fue larga, yo quedé a distancia del partido...

Yo: se podría hablar de un año específico?

Cuando yo perdí las elecciones... de camino se inserta OAS que logra la aprobación de la reelección en la Sala IV. Y ya en ese momento yo estaba armando un liderazgo muy fuerte alrededor de la lucha contra el TLC. Con gente de Liberación y con gente fuera de Liberación.

Entonces ese enfrentamiento me puse de frente al Liberación de OAS, entonces, lo que fue el arayismo se queda en Liberación. Y entonces, es donde empieza a construir el liderazgo mi hermano Johnny.

Yo: se podría hablar entonces de una sucesión de aquellos arayistas que pasa a Johnny?

Sí, muchos de ellos Johnny arma su primera plataforma con partidarios míos en el pasado, y que no me acompañaron cuando yo decido renunciar del PLN en el 2008, en mi última asamblea de la Internacional Socialista... empieza a trabajar en la posibilidad de trabajar con los grupos ideológicos en contra del TLC... pretendiendo reivindicar las ideas del Liberación histórico... eso fracasó rotundamente también...

Yo: esa fue la intención con Alianza Patriótica?

Esa fue la intención... AP nace con la esperanza de convertirse en una especie de muelle donde pudieran atracar todos los partidos políticos que estuvieron en contra del TLC. Eso no se logró, y al final, como no se logró, decidimos darle el apoyo a OSF...

Yo: sobre su elección como presidente del partido en el 95, cuando a usted lo eligen, eso es una elección que giraba... propiamente por los que tenían voto en el PLN, o tenía que ver más con quien estuviera de presidente?

No no. El presidente era JMF, y combatió muy fuertemente. Resulta que el presidente del partido había sido el DR. Aguilar Bonilla, una gran persona, pero no tenía el cilindraje para dirigir aquello. Era un mercado persa... había gente que llegaba a las asambleas en su propio rollo, no el rollo partidario. Renuncia el Dr. Aguilar Bonilla, y entonces un grupo de delegados me busca para que yo me proponga como candidato. Yo acepté y logré la mayoría de la Asamblea.

Yo: se acuerda contra quien, o no tuvo contrincante?

No tuve contrincante. El contrincante fue anónimo. Resulta que cuando llegó la Asamblea, AAD era diputado y estaba totalmente en contra de que yo... decía que yo era un eventual aspirante a la presidencia... y habló con Figueres... quien estaba rodeado de gente que no le convenía de ninguna manera... que un histórico volviera a tomar liderazgo en el partido... como no tenían un candidato que me ganara, empezaron a trabajar para que no hubiera quórum... y se hizo el quórum, precario, pero se hizo el quórum pese al boicot del presidente de la república, quisieron desconocer esa elección pero ya no, ya no pudieron desconocerla... claro se convocó a una nueva asamblea para ratificar mi nombramiento, pero se me pidió, eso sí, que yo me comprometiera a no ser candidato presidencial en la contienda del 97. Y a esa altura yo no tenía interés en esa campaña...

Yo: y su relación con los dos ex secretarios? Hubo una relación cordial, o eran puestos...?

Mire, con WCM no pesó mucho; era diputado y prácticamente ni iba y estaba peleando la candidatura presidencial... ya se sabía que iba a renunciar porque iba a ser precandidato junto a JMC. Y, entonces Rolando González logra fácilmente el nombramiento como secretario general, y Rolando, pues, es una persona... no me obstaculiza mi trabajo. Compra el propósito pero aporta relativamente poco a eso porque... él quería volver a ser diputado y esa estructura en Alajuela estaba totalmente en contra de él. Él era parte de ese aparato clientelar...

Yo: se puede decir que pertenecer al CEN da una parcela de poder dentro del partido?

No. Eso fue consecuencia de la hegemonía de los hermanos arias... tienen un secretario general solo de nombre...

Yo: eso con Arias, y antes de Arias (en los 90's)?

Ya en ese momento la vida del partido giraba prácticamente entorno a la contienda presidencial y a la contienda diputadil. Partido como partido gravitando en la sociedad costarricense ya no. Ya liberación era una estructura nada más para ir a campañas electorales, para realizar asambleas distritales, para elegir candidatos a diputado, para elegir candidatos a la presidencia... pero no para incidir en el curso de los acontecimientos de los problemas, económicos, políticos...

Yo: usted puede citar elementos para saber porque cambió el partido así, tan rápido?

Sí, el hecho de que el partido pasase de procesos de padrón abierto ... hacer liderazgo dentro del partido dependió más de factores externos que de factores internos.

Yo: padrón abierto usted se refiere a la convención propiamente?

La convención y las distritales! Los dos procesos. Eso consumía tanta energía que no quedaba fuerza para capacitación... no había... el partido perdió su vocación programática... yo creo que fue el hecho que el partido no logró estructurarse en su madurez, finales de los 70, principios de los 80, como los partidos europeos. La carrera política se hace dentro de los partidos. Usted ve que en el PSOE todo gira en torno al congreso del

partido... en procesos donde solo los militantes pueden votar. Cuando usted abrió el padrón... cambió la naturaleza.

Yo: quien ayudó o apoyó ese cambio?

Bueno, había un factor que venía... el partido era respetuoso de los procesos democráticos y los fomentaba... todos hablábamos de democracia interna y de organización en las bases... y de todo eso se hizo, pero el descenso de los líderes históricos, hizo que el ascenso de sectores de base... se posesionara de manera autónoma de la estructura del partido... entonces ese hecho... ya no estaban las figuras históricas, principalmente Oduber que era la figura con mayor nervio en el control de la estructura del partido... al perder Oduber eso, se hizo un caos en Liberación. Y era una tarea que la gente esperaba que yo hiciera; yo la pude haber hecho, sabía como hacerlo, el problema es que... había demasiado competencia deseando que yo saliera mal... en una primera instancia CMC, que disputó la candidatura conmigo en el 88-89... a mi parece que el hecho que el partido no se estructurara adecuadamente, y que hubiera lo que llamábamos el padrón verde, eso le abrió la compuerta a energías extra partido que acabaron por minar... el partido se convierte en un receptáculo de luchas internas.

Yo: porque usted sale de Liberación Nacional?

Porque me parecía que el partido, la estructura del PLN siguió a OAS en la pelea del TLC... estaban poniendo al PLN a enterrar su propia obra. Porque el TLC era una camisa de fuerza ideológica... eso me alejó afectivamente, muchísimo...

Entrevista n°7

Rolando González Ulloa; ex diputado 1994-1998; ex secretario general 1996-2002

Yo: ...quien lo apoya a usted a entrar a la Secretaría General, como se da ese proceso?

Bueno yo soy hijo de la estructura... ocupé posiciones previas a niveles de base... en el 90 había perdido la diputación por un voto, en la Asamblea Nacional; en el 94 soy electo por aclamación. Asumo la jefatura de fracción, en el tránsito ocupa la secretaría general WCM, los dos somos diputados y WCM decide no postularse para la reelección, por lo cual en el 95 gano la elección frente al Dr. Sigifredo Aiza y asumo el mandato por 4 años, que es renovado por un periodo más. De esa época elementos relevantes es que , cuando comenzó mi gestión como secretario general. PLN pasaba una difícilísima situación patrimonial... el nivel de contribución era muy bajo.... Adicionalmente se dieron dos campañas electorales fallidas... en ambas personalmente puse todo el empeño para salir adelante, y por eso ene 1 2002, ante el hecho evidente que nadie asumía la responsabilidad por la derrota, y consciente que el PLN necesitaba una sacudida y una transformación, realizamos una asamblea nacional en la cual presento la renuncia el 25de mayo del 2002. Conmigo se va todo el comité ejecutivo, y casi todo el directorio, empieza un proceso de transformación que después nos llevara a ganar con la candidatura de OAS y LCh. En esos 7 años de secretario general, además de las carencias patrimoniales, se dio el proceso desvinculación, del centro de formación de la catalina... a pesar de ello, concluimos el congreso ideológico que había iniciado WCM, realizamos el primer congreso agropecuario...

Yo: recuerda la fecha del congreso ideológico...?

... en el 97. Realizamos el primer congreso agropecuario, el primer congreso de la juventud liberacionista..., de manera que la dinámica de pensamiento estuvo viva... y se realizó un diagnóstico nacional sobre los resultados

adversos en la campaña de JMC. De ese estudio, lo más llamativo fue que por márgenes que no preciso, absolutamente contundentes, la estructura del partido opinaba que las derrotas del PLN, primero se debían al canibalismo, y después cualquier otra cosa...

Yo: canibalismo en qué sentido?

Falta de solidaridad entre miembros de un mismo partido.

Yo: Entre todos los miembros, o entre líderes?

En la cúpula y en los cuadros superiores.

Yo: usted me podría dar un panorama sobre liderazgos y si existían esos grupos?

Sí, uno de los méritos de esa administración partidaria es que logramos constituir los comités ejecutivos de manera concertada y unánime, con la participación de los cabezas del partido. De LAM, el patriarca por definición en ese momento. De OAS, que ya había sido presidente, y entonces, cuando empiezo la Secretaría General el no es aspirante a una nueva presidente, y de JMF que era el presidente de la república. Concurrentemente RAM, JMC, y AAD, que eran líderes emergentes ya para esa época. Así logramos una primera presidencia que recae en RAM, una segunda que cae en SPS, que fueron figuras prominentes y muy estables dentro del partido entonces...

Yo: se podía identificar, aparte de estos liderazgos, algún liderazo que sobresaliera entre todos...

Me faltó un nombre, CMC. En el 90, 92 gravita CMC. De ahí en adelante emerge con una fuerza incontenible JMF. Incluso con el respaldo de CMC, que se enfrenta a RAM, MP, JCM, pero que saca una contundente distancia con sus competidores. Del 93 al 98, la figura de más voltaje político es JMF.

Yo: si usted se enfrenta a Sigifredo Aiza por la Secretaría, significa que había un líder que lo apoyaba a usted, o no necesariamente?

Bueno yo fui diputado de JMF, electo en su candidatura, al ser diputado por unanimidad significaba que ya todos los sectores estaban coincidiendo; fue el primer jefe de fracción... cuando terminé la jefatura, asumo la secretaria general. Nada de eso habría ocurrido sin el beneplácito de JMF, a quien le tengo un entrañable cariño, y un gran respeto-

Yo: y en el caso de Sigifredo, él estaba apoyado por otro grupo?

Sigifredo y yo éramos hijos del castillismo. Hermanos afectivamente, muy sintonizados ideológicamente. Él había sido diputado y yo era diputado. De manera que fue una competencia entre hermanos, muy carente de puntos de conflicto. Y, obviamente yo estaba más cerca del presidente de la república. Además hice un esfuerzo para lograr la convergencia de todos los líderes...

Yo: Figueres entonces fue líder del partido cuando ejerce la presidencia, pero, y después de eso? Mas o menos en el 98... viene la primaria y son Corrales contra Coto; se puede identificar a Corrales como nuevo líder o no necesariamente...?

Corrales es la figura predominante en ese momento. Figueres contribuye en lo posible con las restricciones propias de la ley... apoya y ayuda a la distancia. Y es un factor muy importante para que encontremos el punto de acuerdo para concluir el congreso, donde por primera vez el PLN aborda el tema de la libre competencia en

materia de electricidad y telecomunicaciones. En esa carta participan todos esos líderes, lo que era prácticamente inimaginable, lo que se logró casi al final del congreso, porque JCM tenía grandes reticencias al respecto...

Yo: cuando Corrales gana la elección, la estructura está con él, o no necesariamente? Siguen gravitando otros líderes o no necesariamente?

Yo me adhiero inmediatamente a la campaña de JMC, y el comité también, LAM también, Figueres se identifica, RAM colabora en lo posible...

OAS guarda distancia. Según va avanzando la campaña, él va generando algunas acciones proactivas para ayudar, pero nunca se sintió el partido unánime. Me parece a mi que JMC es víctima de varios factores: falta de solidaridad interna, insuficiente convicción de ser presidente de la república, y un golpe letal que nos da canal 7 y una empresa encuestadora que da un resultado el día de la elección a las 3:00pm, lo cual califique que sostengo que fue un fraude electoral. Es un mazazo en el corazón liberacionista... un factor muy importante, los sectores empresariales y plutocráticos no confiaban en JMC, la base social sí. Y al frente tenía un rival muy representativo de los sectores empresariales.

Yo: que pasa después de que Corrales pierde la elección, como queda el partido...?

... sí hicimos un gran esfuerzo de diagnóstico, lo que pasa es que quedaron casadas precandidaturas muy tempranas... de sanar heridas, de repensar el futuro. Y a muy pocos meses ya teníamos alineados a JMC, a RAM y a AAD.

Y para empeorar OAS plantea la tesis de la reelección cuando la sala constitucional dice que no procede... OAS nos llama a varios de nosotros para apoyar la reelección, y mi respuesta es que ya hay 3 compañeros corriendo, que están oficializados y que me parece impropio que se les violente su derecho... él insiste en el tema y entonces lo que le propongo es que lo llevemos al directorio nacional. En el directorio nacional se da uno de los debates más candentes que he vivido en 7 años, porque concurrieron los 3 precandidatos y él. Y fue una polémica de forma, de fondo, de ética... y el directorio nacional vota en contra de la tesis de OAS.

Yo: usted recuerda el año en que se discutió eso... estará en actas?

...esto debe haber ocurrido en el 2000. Entonces OAS pierde la tesis, vamos a la convención, y paralelamente a las urnas convencionales, los dirigentes de OAS ponen cajas en los centros de votación para recoger el respaldo a su eventual reelección, lo que ya genera una fisura evidente y se agudiza el distanciamiento entre OAS y LAM. Porque, quien viene para la candidatura a paso firme es RAM... la ruptura entre Arias y Monge se construye en hierro y cemento.

Yo: después del 2002 (cuando renuncia a la secretaria general), que pasa después con usted?

Permanezco en el PLN, pero me retiro de toda actividad política. Porque, si renuncia para que hubiera un cambio, debía... la renuncia mía fue muy dura... había elección de secretario general al siguiente mes y presuntamente yo tenía los votos para reelegirme otra vez. Hablé con los líderes superiores del partido, encontré cero solidaridad. Cero responsabilidad en cuanto a la crisis que estábamos viviendo, y un evidente tácito deseo que alguien pagara la factura de las derrotas. Eran tiempos en que ninguno de los ex presidentes fuera contribuyente del PLN...

Yo: una vez que sucede la renuncia o expulsión de varias figuras, que viene en el PLN?

Viene una transición en que emergen un grupo de compañeros; AGR, LGS que ya no están en el partido. Hacen un período de transición y después vienen nuevas autoridades; la Sala IV dice que procede la reelección, Arias vuelve a la palestra y el arismo vuelve a Liberación Nacional. Ese tránsito hasta la fecha ha habido diferentes intentos de OAS y sus seguidores de monopolizar el partido, y de los no aristas a resistirnos a eso. Yo soy un sobreviviente.

Yo: a mí me gustaría saber... como hace Arias, ese grupo arista, para conseguir apropiarse de ese poder... que estrategias tienen, como lo hacen?

OAS es un líder extraordinario, con una visión estratégica... adicionalmente siempre ha contado con un recursos adicional que es el recurso económico... por lo contrario, los demás líderes están retirados, como es el caso de Monge, o tienen que vivir el diario vivir como ocurre con Figueres, con Araya –Rolando entonces-, con JMC, con Berrocal, AAD, e incluso hoy con JAM. Entonces, un hombre talentoso, carismático, con vocación de poder, y con recursos económicos, las cosas se le hacen más fáciles. Segundo aspecto, el PLN está sediento de volver a creer y volver al poder.... Y entonces OAS se convierte en una esperanza....

A los que éramos capaces de ofrecer resistencia nos pasan por encima con todo lo imaginable, aunque en la recta final de la campaña, cuando los números se ajustan, nos llaman a trabajar en la campaña. La inmensa mayoría se une... eso es finales del 2005, inicio del 2006... cuando las encuestas se estaban estrechando. Ahí él hace un esfuerzo e invita a participar a persona que estábamos fuera... una vez en la presidencia de la republica él decide que la siguiente candidatura la define OAS. Entonces. El aparato partidario que está copado por el arismo, y el aparato de gobierno que es dirigido por OAS, se juntan con importantes sectores empresariales para construir la candidatura de quien Oscar quiera , que termina siendo LCh.

Yo: sobre caudales electorales... es tan fuerte ese personalismo dentro del partido, o sigue pesando más el partido político?

En mi caso yo soy una mezcla; marcado en mi sensibilidad social por LAM, en mi visión estructural por Daniel Oduber, sin duda alguna, en el plano ético por CMC, de manera profunda, en la dinámica política por JMF, en la visión histórica de los valores históricos de este país... por JFF. Manteniendo una referencia en la sencillez de Orlich. Entonces, soy una suma de factores, pero la mayoría de los dirigentes del partido tienen marcas de bloque específico... los aristas, los mongistas, los oduberistas, los figueristas de don pepe, y los neo figueristas, y los aristas... hoy, los arayistas de Johnny, que no es lo mismo que los arayistas de Rolando, el corralismo en su momento... entonces yo pensaría que liberación sigue dividido en grandes bloques, de esos bloques el más grande es el bloque arista. El más militante, aunque todavía no recupera su tamaño, es el bloque figuerista, porque son dos temperamentos distintos. JMF tiene un tipo de carisma arrastra consigo todo lo que esta a su alrededor... OAS tiene otro carisma que se mantiene. Y emerge con una fuerza evidente Johnny Araya. Que se va convirtiendo en lo mejor del ayer y de un camino de esperanza. JAM es un reencuentro pragmático con las raíces históricas e ideológicas... estamos por ver el desenlace dentro de 4 meses de la convención liberacionista... en medio hay un fantasma: RAM fue demolido de un bazukas indecente cuando lo vinculan con narcotráfico.... Nunca se pudo recuperar de todo eso... hoy hay un temor que acontezca con JAM algo parecido. Si ocurriera, puede ser ue JAM bajara estadísticamente, pero eso no haría que el rebalse levante a nadie, y el PLN estaría optando entre un tercer mandato... o perder una oportunidad de oro y abrir un espacio para que hoy emerja, una coalición que hoy no tiene cabeza, que es multicefala en cuanto a representación...

Anexo 4

Principais características do desenho do sistema eleitoral da Costa Rica no nível presidencial e legislativo

Elementos	Eleição Presidencial	Eleição Legislativa
Representantes a eleger	Presidente e dois vice presidentes do mesmo partido, eleitos pelo voto direto.	Cinquenta e sete (57) deputados (sistema de distritos plurinominais)
Período do mandato	Quatro (4) anos.	Quatro (4) anos.
Formula eleitoral	Maioria relativa; o partido deve superar os 40% do total de votos válidos emitidos para ganhar as eleições.	Representação proporcional usando o quociente <i>Hare</i> com variações e ajustes*. O sistema parlamentar costarricense é unicameral, com uma representação nacional de 57 deputados, os quais são escolhidos segundo as 7 <i>provincias</i> que conformam a divisão político-administrativa do país –circunscrição eleitoral para eleger deputados. A capital, <i>San José</i> , elege 20 deputados; <i>Alajuela</i> segue com 11. Depois vem <i>Cartago</i> com 7 e três províncias: <i>Heredia</i> , <i>Puntarenas</i> e <i>Limon</i> com 5. Finalmente, <i>Guanacaste</i> elege 4 deputados.
Segundo turno	Participaram só os dois partidos que acumulam as duas maiores quantidade de votos.	Não aplica.
Formas das candidaturas	Listas fechadas e pré ordenadas a proposta dos partidos políticos.	Listas fechadas e pré ordenadas a proposta dos partidos políticos. Não existe o voto personalizado.
Reeleição	É permitida a reeleição não consecutiva. Deve passar, pelo menos, dois turnos (8 anos).	É permitida a reeleição não consecutiva. Deve passar, pelo menos, um turno (4 anos).
Data das eleições	Primeiro domingo de fevereiro; eleições concorrentes com as legislativas.	Primeiro domingo de fevereiro; eleições concorrentes com as presidenciais.

Fonte: DEMUCA, 2012

* “En Costa Rica, la elección de diputados se enmarca por un sistema proporcional con lista cerrada bloqueada y distribución de escaños mediante el uso de cuota o cifra repartidora (cuota de Hare), recurriéndose al cociente y al residuo mayor, pero diferenciándose el sistema por la fijación de subcociente (mitad del cociente) en grado de umbral o barrera electoral. Consecuentemente, los partidos políticos que no superan el umbral del subcociente de plano quedan excluidos en el reparto de curules” (Brenes, 2009; pg. 5-6).

Anexo 5

Detalhe das mudanças por artigo do estatuto do PLN, segundo resolução (em espanhol)

Este anexo apresenta o detalhe das mudanças dos artigos que mudaram pelo menos mais de 3 vezes no estatuto do PLN. Isto quer dizer que, neste anexo não se encontram as mudanças de artigos que mudaram uma ou duas vezes.

Nesse sentido, se toma como base o estatuto de 1994 (o estatuto mais velho que se encontrou) e depois se coloca, segundo a resolução, a mudança do artigo comparado com a redação original de 1994. Desta forma foi possível identificar exatamente em que mudou o artigo no período de estudo.

A ordem em que se estabelece este anexo, responde à Tabela 5 desta dissertação, a qual amostra primeiro os artigos que mudaram mais vezes, de por último os artigos que tiverem menos modificações.

Um fato interessante sobre a pesquisa dos estatutos foi que, no Partido foi particularmente difícil ter acesso aos estatutos. Em outras palavras, quando se perguntou (informalmente) pelos estatutos, existiram problemas para aceitar que não se guardavam cópias dos estatutos mais velhos. Para encontrar os estatutos, foi necessário pesquisar diretamente no “Registro de Partidos Políticos” do organismo eleitoral; o Tribunal Supremo Eleitoral.

Mesmo assim, se observou que em vários estatutos (principalmente os velhos), se perderam algumas folhas, ou outras são quase impossível de ler, pelo mal estado das folhas. No entanto, se não fosse pela ótima organização deste órgão, seria impossível realizar esta pesquisa. Eles apoiaram a pesquisa procurando e imprimindo cada um dos estatutos que precisei. No caso do PLN, o histórico do registro contabiliza 17 “tomos” ou livros. Cada “tomo” ou livro tem entre 600 e 1000 páginas.



163	<p>076-94 (156): Serán funciones del órgano consultivo cantonal: a) nombrar seis miembros del comité político cantonal, mediante el sistema de cociente, subcociente y residuo mayor, respetando lo dispuesto en los artículos 163 y 164 de este Estatuto acerca de la participación femenina; b) reunirse cada 6 meses para analizar la marcha del partido a nivel cantonal; c) las demás que le confiera este Estatuto.</p>	<p>165-97 (156): c) las demás que le confiera este estatuto. Elegir por votación de mayoría absoluta a los candidatos a Regidores y Síndicos, propietarios y suplentes que el partido habrá de postular en cada elección nacional.</p>	<p>045-99 (157): c) Nombrar las candidaturas previstas en la papeleta municipal que no se hubieren elegido en votación directa.</p>	<p>096-00 (158): c) Nombrar las candidaturas previstas en la papeleta municipal que no se hubieren elegido en votación directa; d) Aprobar, dentro de los dos meses posteriores a su nombramiento, la regionalización que usará el Partido para elegir las candidaturas a propietario y suplente, según el reglamento que emita el Directorio Político Nacional. En ausencia de acuerdo, el Comité Político Cantonal elevará propuesta al Directorio Político Nacional, quien resolverá en definitiva a más tardar dentro de los dos meses siguientes a la fecha límite fijada al Órgano Consultivo Cantonal. En ausencia de propuesta el Directorio Político Nacional resolverá motu proprio. En todo caso se garantiza al menos el 40% de puestos elegibles para las mujeres liberacionistas, e) las demás que le confiera este Esta...</p>	<p>145-00 (158): d) Aprobar, dentro de los dos meses posteriores a su nombramiento, la regionalización que usará el Partido para elegir las candidaturas a propietario y suplente... (La redacción es idéntica a la anterior; solo que se añade Transitorio: Por única vez, se pospone por un plazo máximo de seis meses a partir de esta fecha la convocatoria y resolución previstas al inicio de este inciso).</p>	<p>107-02 (163): c) Nombrar las candidaturas previstas en la papeleta municipal que no se hubieran elegido en votación directa y las previstas en el artículo 109”.</p>	<p>079-05 (163): c) Nombrar las candidaturas previstas en la papeleta municipal, de conformidad con el artículo 109 de este Estatuto; d) DEROGADO; e) las demás que le conf...</p>
-----	--	---	--	--	--	--	---

166	076-94: No está esa copia...	134-97 (159): El órgano consultivo nacional o asamblea Plenaria está compuesta por: a) Los delegados a la asamblea nacional; b) 5 delegados por cada sector del partido reconocidos por este estatuto; c) los delegados de los cantones no representados en la asamblea nacional.	045-99 (160): ...b) 10 representantes de los sectores reglamentados por el Directorio Político Nacional ; c)...	210-01 (166): ...d) 6 delegados propuestos por el candidato presidencial.	086-2009 (166): Una vez realizados los procesos electorales para la integración de este Órgano Consultivo y hecha la declaratoria de elección respectiva, el Tribunal de Elecciones Internas determinará si la composición del Órgano Consultivo Nacional o Asamblea Plenaria cumple con los porcentajes legales por género, caso de no cumplir; el Tribunal definirá, mediante resolución fundada, la cantidad de plazas adicionales que deberán adicionarse para tales efectos y lo comunicará al Comité Ejecutivo Superior Nacional para que los asigne y los someta a ratificación de la Asamblea Nacional. Cuando el Partido haya ratificado la Candidatura a la Presidencia de la República, dicha asignación la realizará quien ostente dicha postulación.	
167	076-94: No está la copia.	045-99 (161): Son funciones del órgano consultivo nacional o asamblea plenaria: a) elegir por mayoría absoluta de sus miembros 4 candidatos nacionales a diputado, que el partido postulará en cada elección nacional y que ocuparán los primeros puestos de la papeleta por la provincia de SJ, dos de los cuales serán el (la) Presidente de la Juventud y la Presidenta del Movimiento de Mujeres. De igual forma escoger los candidatos a diputado para los demás puestos que no hubieren resultado electos por votación directa. Todo lo anterior de conformidad con lo que dispone el artículo 162 siguiente (y al parecer establece lo del voto directo para diputados)			079-05 (167): ...a) elegir por mayoría absoluta de sus miembros 4 candidatos nacionales a diputado, que el partido postulará en cada elección nacional y que ocuparán los primeros puestos de la papeleta por la provincia de SJ.	002-2008 (167): ... i) Elegir los miembros del Tribunal de Elecciones Internas.
72	076-94: La Asamblea Nacional estará integrada por 10 delegados de cada provincia electos en las asambleas provinciales.	033-97: La Asamblea Nacional estará integrada por a) 10 delegados de cada provincia electos en las asambleas provinciales; b) los miembros del Directorio Político Nacional; c) 7 delegados por cada Movimiento del Partido y el presidente de cada uno; d) 5 diputados electos por la fracción parlamentaria.	134-97: La Asamblea Nacional estará integrada por... DIAY, ESTA IGUAL!!	079-05: La Asamblea Nacional estará integrada por: a) El Comité Ejecutivo Nacional y sus suplentes ; b) 10 delegados de cada provincia electos en las respectivas asambleas provinciales; c) El Directorio Político Nacional; d) 7 delegados de los siguientes movimientos: Cooperativo, Juventud, Mujeres y Trabajadores , y los respectivos presidentes; e) 5 diputados electos por la fracción parlamentaria.	237-05: ... f) hasta 5 delegadas denominadas supernumerarias, propuestas por el Candidato a la Presidencia; o en su defecto, por el Comité Ejecutivo Nacional, cuando fuere necesario para garantizar el mínimo de 40% de representación femenina. Serán ratificadas por la Asamblea Nacional.	

73	<p>076-94: Son funciones de la Asamblea Nacional: a) elegir a los miembros del Comité Ejecutivo Nacional; b) ratificar el nombramiento del candidato a la presidencia y los candidatos a las vicepresidencias que éste proponga; c) ratificar las designaciones de los candidatos a diputados de la asamblea legislativa; d) dictar su reglamento y conocer aquellos asuntos que sean necesarios para la buena marcha del partido; e) reformar por votación de mayoría absoluta de votos, en forma parcial o total este estatuto; f) conocer los informes de los miembros del Comité Ejecutivo Nacional; g) cualquier otro que señale la ley o este estatuto.</p>	<p>033-97: ...g) nombrar presidentes honorarios a liberacionistas distinguidos, cuyos méritos los hagan acreedores a esa distinción. Para el nombramiento respectivo se requerirá mayoría absoluta de los votos de la Asamblea Nacional.; h) cualquier otro que señale...</p>	<p>134-97: No existe diferencia con la redacción de 076-94. Sin embargo, no sale la inclusión de éste último inciso g).</p>	<p>237-05: ...d) ratificar la designación de hasta 5 delegadas denominadas supernumerarias propuestas por el candidato a la presidencia; o en su defecto por el CEN, de conformidad con el inciso f) del artículo 72 del presente estatuto; e) dictar su reglamento y conocer aquellos asuntos que sean necesarios para la buena marcha del partido; f) reformar por votación de mayoría absoluta de votos, en forma parcial o total este estatuto; g) conocer los informes de los miembros del Comité Ejecutivo Nacional; h) nombrar presidentes honorarios a liberacionistas distinguidos, cuyos méritos los hagan acreedores a esa distinción. Para el nombramiento respectivo se requerirá mayoría absoluta de los votos de la Asamblea Nacional.; h) cualquier otro que señale...</p>	<p>254-05: ... e) Podrá la Asamblea Nacional nombrar, ratificar, o sustituir, según sea el caso, las candidaturas a cargos de elección interna, o las candidaturas a puestos de elección popular realizadas por los órganos consultivos cantonales, provinciales, o por el órgano consultivo nacional o asamblea plenaria, cuando habiéndose convocado al menos en dos oportunidades las asambleas de dichos órganos para realizar las designaciones pertinentes, éstas, por inopia, error u otra circunstancia, no hayan nombrado, no hayan ratificado, o hayan incurrido en errores conforme a la legislación vigente al efectuar los nombramientos correspondientes. Igual disposición se aplicará en el caso de que los cargos o candidaturas queden vacantes por muerte, incapacidad u otra razón; f) dictar...</p>
----	---	--	---	---	---

79	<p>076-94: El CEN estará integrado por el Presidente, el Secretario General y el Tesorero, elegidos por la Asamblea Nacional. El presidente tendrá la facultad de apoderado generalísimo sin límite de suma, según el artículo 1253 del Código Civil. Igual representación tendrán los otros dos miembros actuando conjuntamente. Actuando estos separadamente tendrán facultades generales sin límite de suma de acuerdo al artículo 1255 del Código Civil. Además son atribuciones del CEN: a) Convocar a todos los procesos electorales internos del partido, de conformidad con lo establecido en el Código Electoral y en este estatuto; b) sin perjuicio de lo dispuesto en los artículos 11 y 71, hacer las convocatorias de la Asamblea Nacional y los demás órganos del partido.</p>	<p>134-97: ...c) con el fin de atenuar o compensar la desigualdad representativa de las poblaciones en la conformación de las asambleas cantonales y provinciales, el CEN a propuesta del Tribunal de Elecciones Internas, establecerá el momento de hacer la respectiva convocatoria, el número de delegados adicionales que elegirá cada distrito y cantón del país. La determinación del número de delegados adicionales se hará con base en principios democráticos y de representatividad, fundamentalmente con proporcionalidad al número de electores, debiendo ser en todo caso, menor que el número de delegados de carácter territorial que se establece en el artículo 60 del CE, para cada asamblea. (Seguidamente la metodología que no muda hasta ahora); d) organizar y dirigir las Convenciones Nacionales. Sin embargo, podrá delegar esta función en el Tribunal de Elecciones Internas. Para cada miembro del CEN, la Asamblea Nacional designará un suplente, quien actuará en las ausencias temporales del propietario respectivo.</p>	<p>006-99: ...Para cada miembro del CEN, la Asamblea Nacional designará un suplente, quien actuará en las ausencias temporales del propietario respectivo. Las suplencias se denominarán vice-presidencia, sub-secretaria, y sub-tesorería, según correspondan a cada cargo del CEN. Las personas que ocupen esos cargos podrán asistir al Directorio Político Nacional y al citado comité, integrándolos de pleno derecho en ausencia de los respectivos titulares.</p>	<p>210-01: No encontré ninguna diferencia (revisar metodología)</p>	<p>032-04: ... I. Al distrito de mayor número de electores de cada cantón, al corte del Padrón Nacional, según ordena el artículo 111 de este Estatuto, se le asignarán cuatro delegados adicionales.</p>	<p>237-05: ... Las suplencias se denominarán vice-presidencia, sub-secretaria, y sub-tesorería, según correspondan a cada cargo del CEN y al citado comité integrándolos de pleno derecho en ausencia de los respectivos titulares.</p>
----	---	---	---	---	---	--

67	076-94: El Congreso Nacional estará integrado por los siguientes miembros: a) los miembros de la asamblea plenaria; b) los miembros del tribunal de ética y disciplina; c) los miembros del directorio de cada una de las secretarías; d) los miembros del comité directivo de los foros del partido; e) Los miembros del Tribunal de Elecciones Internas del Partido; f) los miembros de las comisiones de estudio de las secretarías de planes y programas y educación política; g) los miembros del organismo ejecutivo superior de los movimientos juveniles y femenino; h) la fracción parlamentaria; i) 3 delegados de los comités político cantonales.	013-97: ... g) Los miembros de los comités nacionales de los movimientos: Femenino, Juventud, Cooperativo y Trabajadores liberacionistas; i) la fracción parl... j) 25 liberacionistas prominentes nombrados por el Directorio Político Nacional.	113-98: Transitorio al inciso i): por única vez y para el Congreso José Figueres Ferrer, cada comité ejecutivo nacional nombrará los 3 representantes del cantón ante el congreso de acuerdo con reglamento que dictará el Directorio Político Nacional.	021-04: ...a) los miembros de la asamblea plenaria y del Directorio Político Nacional; b) Los miembros de los Tribunales de ética y disciplina, elecciones internas y de Alzada del Partido; c) los diputados electos por el PLN; d) los alcaldes, regidores y síndicos, concejales de distrito, intendentes, propietarios y suplentes elegidos por el PLN; e) los miembros del Directorio de cada una de las secretarías... y vienen muchísimas más inclusiones. Lo importante aquí es ver que se amplió muchísimo la conformación del Congreso Nacional.	079-05: Inclusión de un párrafo al final: No obstante, los miembros señalados en este artículo, para participar deberán proceder acreditarse de acuerdo con las formalidades y fechas que establezca el Comité Ejecutivo Superior Nacional.
145	076-94 (139): El Tribunal de Alzada estará constituido por 3 miembros titulares y 2 suplentes, electos nombre por nombre por la Asamblea Nacional y el Organismo Consultivo Nacional, que deberán tener los mismos requisitos establecidos para los miembros del Tribunal de ética y disciplina. Sus miembros durarán en sus cargos 4 años, pudiendo ser reelectos por sola una vez.	219-00: No fotocopie eso....	079-05 (145): El Tribunal de Alzada, estará constituido por 3 miembros titulares y 3 suplentes, y deberán tener los mismos requisitos exigidos para los miembros del tribunal de ética y disciplina serán electos, nominalmente, por el órgano consultivo nacional o asamblea plenaria, mediante el voto secreto de la mayoría absoluta de los miembros presentes o por aclamación. Durarán en sus cargos 4 años, pudiendo ser reelectos. Deberán presentar un informe anual o rendición de cuentas en forma escrita, que será remitido a cada uno de los miembros de la Asamblea Nacional y el órgano consultivo nacional o asamblea Plenaria.	002-2008: El Tribunal de Alzada...serán electos, nominalmente, por el Directorio Político Nacional mediante voto secreto y por dos terceras partes de los miembros o por aclamación. Durarán 4 años...	
149	076-94 (143): Sobre el TEI... Ojeando el estatuto, la variación es mínima; aumenta de 5 a 7 la cantidad de suplentes (y deja en 5 los titulares), y da la posibilidad de ser reelecto. Siempre fueron electos por el órgano consultivo nacional. Habla de cumplir requisitos según artículo 14 después del 2000. Modificado en 134-97; 145-00; y 079-05				

122	076-94 (117): El Tribunal de Etica estará integrado por 7 miembros de la más alta autoridad moral, con una participación activa en el partido no menor de 10 años, electos nombre por nombre por la AP mediante el voto secreto de 2/3 de los miembros presentes, de la misma manera se elegirán 5 suplentes... durarán en sus funciones 4 años y podrán ser reelectos, por una única vez...	145-00 (117): habla de elegir 7 suplentes y nuevamente sujeta los requisitos al artículo 14.	079-05: ... Deberán presentar un informe anual o rendición de cuentas en forma escrita, que será remitido a cada uno de los miembros de la AN y el OCN o AP.	002-2008: Ya no serán electos por la AP; le pasaron esa responsabilidad al Directorio!!!
76	076-94: El DP estará integrado por: a) El Comité Nacional; b) los liberacionistas que hayan sido candidatos del Partido a la presidencia de la república; c) un representante de cada uno de los movimientos: juventud, femenino, cooperativo, y de los trabajadores; d) el jefe de la fracción parlamentaria y otro diputado nombrado por la fracción cada año; y e) 11 dirigentes nombrados por la AP procurando óptima representatividad.	033-97: b) que hayan sido o sean candidatos del partido a la presidencia de la republica o sus representantes ; ...d) cada año, excepto cuando el jefe de fracción sea miembro de pleno derecho del Directorio, en cuyo caso será ocupado por otro miembro de la fracción parlamentaria ; e) ... por la AP, de los cuales 4 serán nacionales y uno por cada provincia. En el primer caso, dos deberán ser mujeres.	133-97: está igual...	075-05: a) El Comité Ejecutivo Superior Nacional y sus suplentes...
110	076-94 (105): El Comité Ejecutivo Nacional, con excepción del Secretario General, así como el Directorio Político Nacional serán nombrados un año después de las elecciones nacionales. Los Tribunales y las Secretarías nacionales se nombrarán e integrarán un mes más tarde.	134-97 (105): igual.	006-99 (105): El Comité Ejecutivo Superior Naiconal, con excepción del Secretario General y su suplente, será elegido en la primera quincena de febrero del año siguiente al de las elecciones nacionales. Los integrantes del Directorio Político Naiconal y de los Tribunales del partido, serán elegidos en la primera quincena de marzo del año siguiente al de las elecciones nacionales. Transitorio: Esta reforma no rige para la elección de los integrantes del Directorio Político del período 1999-2003.	019-2007: El Comité Ejecutivo Superior Nacional será elegido en la primera quincena de febrero del año siguiente al de las elecciones nacionales. Los integrantes del Directorio Político Naiconal y de los Tribunales del partido, serán elegidos en la primera quincena de marzo del año siguiente al de las elecciones nacionales. Transitorio: en la Asamblea Naiconal a realizarse en febrero de 2007, se elegirá el Secretario General y su suplente, quienes ejercerán de junio a marzo del 2011. De igual modo en esta sesión se elegirán los miembros del Directorio, así como los Tribunales y sus suplentes; todos ellos ejerciendo de marzo del 2007 a marzo del 2011.

14	076-94: Para aspirar a cargos de dirección y representación del partido, se requiere haber sido por más de 2 años ininterrumpidamente miembro del partido, sin perjuicio de los establecido por el estatuto para otros casos.	045-99: para aspirar a cargos o candidaturas, las personas deberán cumplir con los sgtes requisitos: a) compromiso de contribuir económicamente al mantenimiento del partido; b) carecer de procesamientos y condenas penales firmes las cuales consten en el Registro Judicial de delincuentes, condenas vigentes en el Tribunal de Etica y Disciplina y no estar suspendido por éste; c) poseer membresía ininterrumpida en el partido del modo que se dirá c-1) 12 años para candidatura presidencial, vice y CEN c-2) 9 años para diputado y órganos nacionales del PLN c-3) 7 años para alcaldías, regidurías y órganos provinciales del PLN c-4) 5 años para síndicos y órganos cantonales y distritales del PLN.	002-01: ...Se incluye al final lo sgte: En caso que se incumpla el compromiso previsto en el inciso a), a partir del cuarto mes de asumido el cargo o candidatura, el TEI iniciará el debido proceso para destituir a la persona y procederá a su sustitución respectiva.	107-02: se agrega c-5) poseer una conducta intachable, ejemplar y de claro compromiso con los valores éticos, ideológicos y políticos que rigen el partido.	032-04: Cambia radicalmente el c); quedando así: poseer membresía ininterrumpida en el partido durante los últimos dos años previos a su elección o nombramiento.
84	076-94: Podrá participar y emitir su voto en la Convención Nacional todo liberacionista, mayor de edad, debidamente inscrito en el padrón nacional emitido por el TSE. Como único requisito se establece que de previo a votar, debe darse por escrito la adhesión al PLN.	045-99: Podrá participar y emitir su voto en las elcciones directas todo ciudadano debidamente inscrito en el respectivo padrón del TSE, de acuerdo con el corte establecido por el TEI y que de su adhesión al PLN. Podrá participar y emitir su voto en la Convención Nacional todo liberacionista, mayor de edad, debidamente inscrito en el padrón nacional emitido por el TSE. Como único requisito se establece que de previo a votar, debe darse por escrito la adhesión al PLN	096-00: ... con excepción de los menores de edad de la Juventud Liberacionista, cuyo voto en los procesos de ese movimiento será reglamentado por el TEI, previa consulta al comité nacional de ese movimiento.	234-00: No aparece esta resolución!	032-04: se elimina eso de los menores... e indica: electorales internos, toda persona debidamente inscrita en el Padrón Naiconal electoral del Registro civil, según el corte fijado en el artículo 111 y que firme la boleta de adhesión al PLN.
154	076-94: No existía en ese entonces	045-99 (148): Una vez iniciados los procesos de elección para cualquier cargo en el Partido, no podrán incorporarse modificaciones o normas casuísticas en relación a ellos y cualquiera que se haga regirá para futuros procesos pero no para los ya iniciados.	096-00 (149): ...Los procesos de elección se considerarán iniciados en el momento de realizarse la convocatoria por el órgano correspondiente.	219-00: no existe...	234-00: No existe...

85	076-94: No existía	045-99 (83): El artículo 83 (que se refiere a la convención nacional) se le agrega un párrafo que habla de las candidaturas a puestos de elección popular. "Las candidaturas a puestos de elección popular se elegirán en forma directa en el respectivo ámbito territorial y serán ratificadas por la asamblea correspondiente, quien también resolverá en caso de inopia y en las suplencias de las papeletas legislativas"	219-00: Los candidatos a diputados, que presentará el Partido en las elecciones nacionales, se elegirán mediante voto directo de todos los liberacionistas del respectivo distrito o circunscripción electoral; salvo la facultad de la AP para designar los cuatro candidatos nacionales por SJ. Las circunscripciones legislativas las definirá la Asamblea Nacional. Cada provincia será dividida en tantos distritos o circunscripciones legislativas, como puestos elegibles para diputados establezca la Asamblea Nacional; a propuesta del Directorio Político previa consulta a los órganos consultivos provinciales. Para la conformación se tomará en cuenta, entre otros factores, el número de diputados que el partido hubiere elegido en cada provincia en las últimas elecciones nacionales. En cada provincia se reservará un puesto elegible de la papeleta de candidatos a diputado para una mujer, la cual será electa mediante el mecanismo de elección directa en cada provincia, proceso en que votarán todos los liberacionistas. En la eventualidad de que alguno de los sexos no obtenga representación en la votación directa, la plaza reservada corresponderá a la persona de ese sexo que hubiere participado en el proceso de elección directa, y alcanzado el mayor número de votos válidos. Si en la votación directa resultan electas personas tanto del sexo masculino como del femenino, la plaza reservada le corresponderá al participante de un cantón no representado sin consideración de sexo que en el proceso de elección directa hubiere obtenido el mayor número de votos válidos en el distrito electoral. La conformación de los distritos o circunscripciones legislativas se realizará, fundamentalmente con proporcionalidad de población y afinidad territorial en cada provincia. En caso de que no estén aprobadas las circunscripciones para alguna provincia al 10 de octubre del segundo año después de las elecciones nacionales se concederá una prórroga hasta el 30 del mismo mes. En ausencia de acuerdo en la asamblea nacional, resolverá el Directorio político en plazo un mes.	002-01: las candidaturas a diputado se definirán mediante voto directo en circunscripciones electorales; salvo la facultad de la AP para designar los 4 candidatos nacionales por SJ, de acuerdo con el inciso a) del art.167. será ganadora la persona que obtenga mayor cantidad de votos en la elección correspondiente a su circunscripción. El orden que le corresponderá al candidato en la papeleta se asignará según lo previsto en el art.88. Cada provincia será dividida en tantos distritos o circunscripciones legislativas, como puestos elegibles para diputados sean establecidos por el TEI, menos el 40% para mujeres. En cada provincia se elegirá mediante voto provincial directo a una mujer, salvo en el caso de Alajuela cuyas plazas para mujer serán 2. En SJ de los puestos nacionales reservados, se deberán nombrar las mujeres necesarias para completar la representación genero. Las circunscripciones legislativas serán definidas por la Asamblea Nacional, a propuesta del Directorio Político, previa consulta a los órganos consultivos provinciales. Para su conformación se tomará en cuenta entre otros factores la proporcionalidad de población y la afinidad territorial.... En ausencia del acuerdo en Asamblea Nacional, resolverá el Directorio Político.	032-04: Las candidaturas a diputaciones se definirán mediante elección en la Asamblea Nacional y Plenaria, respetando la representación de al menos un 40% para cada género.
----	--------------------	---	--	---	--

109	076-94: no existía	045-99 (104bis): la elección de candidatos a alcaldías se llevará a cabo en forma directa, 6 meses antes de la fecha establecida por el Código Municipal para elegir esos funcionarios.	107-02: la elección de los candidatos a la alcaldía y vice alcaldías, candidatos a síndicos no derivados de la elección directa, los candidatos a concejos de distrito, se realizará por papeleta en asamblea conformada por: 1. El órgano consultivo nacional, 2. Los miembros de la asamblea nacional y plenaria que estén inscritos electoralmente en el cantón respectivo. Todas las elecciones precipitadas se realizarán en el mes de julio anterior a la fecha prevista en el CM. El TEI o el CEN establecerán el día, hora, lugar...	178-02: cambia "vicealcaldías" por suplentes.	079-05: la elección de los candidatos a la alcaldía y suplentes, regidores, síndicos, se realizará por votación de mayoría absoluta mediante elección nominal en asamblea conformada por: el órgano consultivo cantonal, mas los miembros de la asamblea nacional y plenaria que estén inscritos electoralmente en el cantón respectivo. La elección de los candidatos a concejos de distrito se realizará en la misma asamblea mediante el sistema de papeletas. Todas las elecciones precipitadas se realizarán en el mes de julio anterior a la fecha prevista en el CM. El TEI o el CEN establecerán el día, hora, lugar
83	079-04: La Convención Nacional es el proceso mediante el cual se elige al candidato a la presidencia de la republica que representará al partido en las elecciones nacionales. Esta designación deberá ser ratificada por la AN, la cual también ratificará los candidatos a las vicepresidencias que les someta en su oportunidad el candidato presidencial de acuerdo con el art.74 del CE.	045-99: ...art.74 del CE. Las candidaturas a puestos de elección popular se elegirán en forma directa en el respectivo ámbito territorial y serán ratificadas por la asamblea correspondiente, quien también resolverá en caso de inopia y en las suplencias de las papeletas legislativas.	096-00: ... correspondiente, quien también resolverá en los demás casos previstos en este estatuto.	032-04: La Convención Nacional es el proceso de votación directa mediante el cual se elige al candidato a la presidencia de la republica que representará al partido en las elecciones nacionales. Esta designación deberá ser ratificada por la AN, la cual también ratificará los candidatos a las vicepresidencias que les someta en su oportunidad el candidato presidencial de acuerdo con el art.74 del CE.	

86	076-94: No existía (la verdad desapareció del estatuto esas paginas)	219-00: Los candidatos a regidor y su respectivo suplente se elegirán en votación directa según las siguientes disposiciones: las plazas destinadas a las mujeres las ocuparán quienes hayan obtenido mayor número de votos en la elección directa de su circunscripción electoral. La cantidad de circunscripciones para las mujeres será igual al número de plazas reservadas. Las demás plazas serán asignadas mediante votación directa en un número igual de circunscripciones electorales resultando electo en cada caso quien haya obtenido mayor número de votos. Las circunscripciones se determinarán atendiendo criterios de densidad electoral. Las circunscripciones serán definidas por la Asamblea cantonal. En caso de que no estén aprobadas al 30 de octubre del segundo año después de las elecciones nacionales...el orden que le corresponderá al candidato ganador de cada circunscripción electoral en la papeleta se asignará según lo previsto en el art. 152. Los candidatos a síndico se elegirán en papeleta mixta integrada por una persona de cada sexo.	002-01: No encontré la diferencia con el pasado...solo que cambia "Asamblea Cantonal" por Organismo consultivo cantonal.	032-04: Las candidaturas a regidurías y sindicaturas, propietarios y suplentes, así como alcaldías y suplentes, se definirán mediante elección en el órgano consultivo cantonal, respetando la representación de al menos un 40% para cada género. Las candidaturas a intendencias y de los concejos municipales de distrito serán designados por la instancia distrital que establezca el partido mediante el reglamento pertinente.
108	076-94 (104): Los candidatos a diputados, regidores y síndicos, se designarán a más tardar dentro de los 3 meses siguientes a la elección del candidato presidencial. (este artículo también aplica para el 109)	045-99 (104): ... se designarán simultáneamente con la candidatura a la presidencia de la república, el primer domingo de junio antes de las elecciones nacionales. Se exceptúan los puestos vacantes por inopia, las suplencias de las papeletas dipitadiles, y las excepciones previstas en el artículo 160, inciso a), que serán designados por las respectivas asambleas dentro de los dos meses siguientes a la fecha anterior, previa convocatoria del CEN.	219-00: los puestos elegibles para diputados y regidores corresponderán al promedio histórico de puestos elegidos por cada provincia para la Asamblea Legislativa o por cada cantón para la respectiva municipalidad y serán publicados por el TEI, a más tardar el 30 de setiembre del año anterior a los procesos electorales pertinentes. Se reservará al menos 40% de las plazas para ser ocupadas por mujeres. Las candidaturas para diputaciones se designarán por votación directa conjuntamente con la convención nacional, el primer domingo de junio antes de las elecciones nacionales. En la misma fecha se designarán, también por votación directa las candidaturas a regidores propietarios y suplentes síndicos. Se exceptúan los puestos vacantes por inopia, las suplencias de las papeletas dipitadiles, y las excepciones previstas en el artículo 160, inciso a), que serán designados por las respectivas asambleas dentro de los dos meses siguientes a la fecha anterior, previa convocatoria del CEN.	032-04: Aquí se elimina el párrafo anterior en amarillo. O sea, se elimina lo de elegir en convención a los diputados. La primera parte toda es igual.

101	076-94 (97): Las asambleas distritales se realizarán el primer domingo de febrero dos años después de las elecciones nacionales, para elegir los 5 delegados distritales a las respectivas asambleas cantonales y 5 miembros del comité acción política distrital.	134-97 (97): diay, no colocaron el número de delegados distritales!!	045-99 (97): ... se realizarán el segundo domingo de marzo.... Y todo lo demás igual!	037-03: Las asambleas distritales se realizarán en febrero del año anterior...	032-04: ... en la segunda quincena del mes de agosto del segundo año después de las elecciones...	019-2007: ... en la segunda quincena del mes de enero del tercer año después de las elecciones ...
103	Sobre la Asamblea Cantonal. Todo lo que va a cambiar aquí son fechas...					
32	076-94: Son funciones de la Asamblea Cantonal las sgtes: a) elegir 5 delegados a la Asamblea Provincial, por el sistema de cociente, subcociente y residuo mayor, respetando lo dispuesto en los art. 163 y 164 de este estatuto acerca de la participación femenina; b) elegir nombre por nombre a los miembros del comité ejecutivo cantonal, presidenye, secretario y tesorero, quienes serán por derecho propio miembros del comité político cantonal; c) elegir por votación de mayoría absoluta a los candidatos a regidores y síndicos, propietarios y suplentes que el partido habrá de postular en cada elección nacional.		134-97: ...a) elegir a la Asamblea Provincial, los 5 delegados que establece el Código Electoral y los delegados adicionales que se determine conforme con lo dispuesto en el art.79 inciso c) de este estatuto por el sistema de cociente, subcociente y residuo mayor, respetando lo dispues...	165-97: No encontré ninguna diferencia... solo tal vez que no se menciona el inciso c)!	107-02: ...c) ratificar las candidaturas a puestos de elección popular municipales.	
104	Fechas de la asamblea provincial					

54	076-94: Los recursos financieros del partido estarán constituidos por las contribuciones de los liberacionistas, la deuda política, las contribuciones extraordinarias y el producto de las demás actividades de financiamiento.	134-97: El patrimonio del partido se integrará con las contribuciones de sus partidarios, los bienes y recursos que autoricen estos estatutos y no prohíba la ley, y la contribución del Estado a que tiene derecho el partido, en la forma y proporción establecida en el artículo 96 de la CP.	219-00: ... se agrega un párrafo. De la contribución del Estado se asignará un mínimo de 10% para gastos de organización y un mínimo de 10% para gastos de capacitación. En ambos casos podrán incrementarse los porcentajes por acuerdo del CEN.	079-05: ... de organización, y fondos suficientes para gastos de capacitación y formación política en época electoral y no electoral. Estas últimas actividades estarán a cargo del Instituto Rodrigo Facio que será un órgano del partido, con autonomía financiera relativa, dentro del presupuesto que le sea fijado, autonomía administrativa y curricular, bajo la rectoría del presidente del CEN, quien será asistido por un concejo académico a propuesta suya. El instituto, con esos recursos y con otros que obtenga dentro de lo que permita la ley, organizará, desde una perspectiva de género, los programas de formación política y de extensión dirigidos a militantes y simpatizantes. Tendrá a su cargo organizar, investigar y realizar la divulgación doctrinaria y programática así como la labor editorial.	237-05: ...de organización, y no menos de un 1% para gastos de capacitación...
----	--	--	--	---	---